LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

LISBOA

EX · LIBRIS
ISMAEL TEIXEIRA
...bem posso escusar trazer escrito
Em papel o que na alma andar devia
LUSIADAS - CANTO I

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

DIRECTORA

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redacção: AFFONSO LOPES VIEIRA, AGOSTINHO DE CAMPOS, ANTÓNIO SARDINHA *(LITERATURA)*; ANTÓNIO SÉRGIO *(CRÍTICA LITERÁRIA)*; CARLOS MALHEIRO DIAS *(ESTUDOS LUSÒ-BRASILEIROS)*; FARIA DE VASCONCELLOS *(PEDAGOGIA)*; JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS *(ETNOGRAFIA)*; LUCIANO PEREIRA DA SILVA *(SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS)*; MÁRIO DE AZEVEDO GOMES *(AGRONOMIA)*; JOSÉ DE FIGUEIREDO, REYNALDO DOS SANTOS *(ARTE E ARQUEOLOGIA)*; RICARDO JORGE *(SCIÊNCIAS BIOLÓGICAS)*

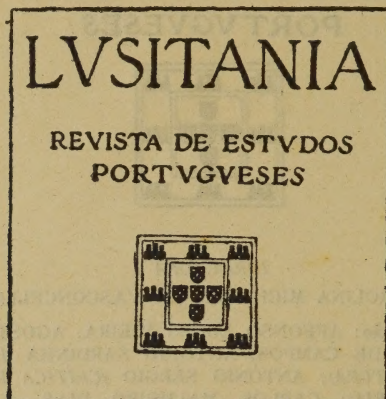
SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO

AFFONSO LOPES VIEIRA — REYNALDO DOS SANTOS

COSTA DO CASTELO, 45 — PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

EDITOR E REDACTOR GERENTE

CAMARA REYS

a quem será enviada tôda a correspondência relativa à Administração

PROPRIEDADE DA «REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES, L.da»

ADMINISTRAÇÃO

PRAÇA DE LUÍS DE CAMÕES, 46, 2.º — (Telefone: Central 4322)

ASSINATURAS por séries de 6 números

Portugal	60$00
Províncias Ultramarinas	70$00
Brasil	80$00
Países estrangeiros.	£ 0.12

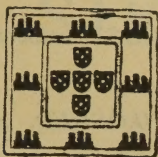
NÚMERO AVULSO: 10$00 Esc.

COMPOSTO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA
IMPRESSO NAS OFICINAS DA EMPRÊSA DO ANUARIO COMERCIAL

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

UPB

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

SUMARIO

FASCICULO I — SETEMBRO DE 1924

CAMÕES E “LVSITANIA„

O próximo fascículo será consagrado a Camões

EXTRACTO DO SUMÁRIO:

CARTA INÉDITA DE CAMÕES — comentada pelo prof. JOSÉ MARIA RODRIGUES.

CAMÕES, PENSADOR E FILÓSOFO, pela prof.ª D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS.

«*BRANCAS FLORES*», pelo prof. AFRANIO PEIXOTO.

A CONCEPÇÃO COSMOLÓGICA NOS «LUSIADAS», pelo prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

COMENTÁRIOS MÉTRICOS DE ALGUNS SONETOS, (inéditos), por CASTILHO.

MANUEL DE LIRA, impressor dos «Lusiadas», pelo Dr. ANTÓNIO BAIÃO.

CAMÕES LÍRICO, Sôbolos rios que vão, texto depurado e anotado pelo Dr. AGOSTINHO DE CAMPOS.

ILUSTRAÇÕES

Retratos de Camões, Vasco da Gama, D. Manuel, D. João III, D. Sebastião, e gravuras de obras de arte da época, acompanhados de notícias.

BIBLIOGRAFIA CAMONIANA

CAMÕES NA EUROPA E NA AMÉRICA

Far-se há dêste fascículo uma tiragem especial de 100 ex. numerados.

LES PORTUGAIS EN FRANCE AU XV^e SIÈCLE

AU tome IV de son admirable édition du Procès de condamnation et de réhabilitation de Jeanne d'Arc (Paris, 1847), Jules Quicherat a réuni les témoignages d'écrivains étrangers, mais contemporains ou à peu près, sur notre héroïne nationale. On y trouve des textes d'écrivains belges, hollandais, anglais, allemands, italiens, espagnols; il y a même quelques lignes de grec écrites par Laonic Chalcondyle. Depuis Quicherat, on a publié d'autres textes de ce genre, mais je ne sache pas qu'on en ait découvert de portugais.

Or, il existe une bonne raison pour qu'un Portugais du xv^e siècle ait écrit sur les grands évènements dont la France du temps de Charles VII était le théâtre et qui appelaient l'attention de toute l'Europe par le caractère surnaturel qu'on leur attribuait: c'est qu'il y avait, en 1430, des Portugais, appelés alors *Portingalois*, dans l'armée anglaise.

Ce fait est attesté par un long et ennuyeux poëme de Martial dit d'Auvergne, né à Paris en 1440, mort en 1508, qui était procureur au Parlement et notaire au Châtelet. Dans ce poème, *Vigiles du roi Charles VII*, dont le fonds est emprunté à la chronique de Jean Chartier, il y a toute une histoire rimée de Jeanne d'Arc (Quicherat, t. V, p. 51-78). Arrivé aux faits de guerre de 1430 et au mémorable siège de Compiègne, Martial écrit :

Si vindrent à une bastille
D'Anglois et de Portingalois,
Où là en mourut belle bille,
Car de cent n'en échappa trois.

Il y avait donc des Portugais mêlés aux troupes anglaises au moment même où Jeanne fut faite prisonnière et vendue aux Anglais. Je ne crois pas que l'on trouve ailleurs une mention de ces auxiliaires, mais il n'y a aucun motif de révoquer en doute le témoignage de Martial, chez qui l'on a déjà signalé certains détails qui ne se rencontrent pas ailleurs.

Je suis trop peu versé dans l'histoire du Portugal pendant le premier tiers du xv^e^ siècle pour savoir si ce petit pays, alors dans toute la fièvre de sa jeunesse aventureuse, fournit des soldats à d'autres armées; je m'adresse donc à ceux pour qui cette histoire a moins de secrets et je leur demande: 1.º de m'expliquer pourquoi et comment Anglais et Portugais combattaient ensemble en 1430; 2.º de rechercher dans les dépôts d'archives si quelque Portugais, de retour dans son pays ou informé par ceux qui avaient combattu en France, n'a pas consigné par écrit quelques aventures relatives à la dernière période de le GUERRE DE CENT ANS.

SALOMON REINACH.

EM VOLTA DE SANCHO II

ANTÓNIO Brandão, o seiscentista que melhor atingiu o espírito da sciência histórica, já frizou, na *Monarquia Lusitana* [1], a injustiça com que a memória do quarto rei de Portugal fôra tratada pela tradição e pelos Cronistas.

Mas sòmente desde que Herculano deixou relatado de novo o reinado de Sancho Capelo [2], largamente, magistralmente, a-pesar-de a escassez e pobreza dos documentos dificultar muito a emprêsa, os letrados passaram a enaltecer sem hesitar a valentia do rei, reconhecendo que, depois de Afonso Henriques, nenhum trabalhara mais para o alargamento das fronteiras do reino do que, durante treze anos, o Conquistador das praças do Sudoeste: Elvas, Juromenha, Serpa, Aljustrel, Arronches, Mértola, Cacela, Ayamonte, Tavira: — aquele filho de Afonso, o Gordo, ao qual o *Capelo* de frade, que lhe fôra fatìdicamente imposto pela piedade da mãe [3], não havia enfraquecido os atávicos ímpetos guerreiros. —

Quanto às suas desavenças com o clero, não menos seguidas e arriscadas que as lutas com os Sarracenos, o historiador não pôde deixar de desenhar D. Sancho II como de ânimo fraco, débil contendor, vencido como foi pelo arcebispo de Braga Silvestre Godinho. E com respeito à administração

[1] Livro XIV, Cap. 26-31.

[2] *Hist. Port.*, Livro V.

[3] É logo em Crónicas de princípios do século XIV que a alcunha se emprega: no *Breve Chronicon Alcobacense*, de resto pouquíssimo exacto (*P. M. H.: Scriptores*, p. 21): *Iste alfonsus habuit duos filios scilicet Sanchium Capellum...*; Cron. Breve do Arquivo Nacional, p. 22: *El-Rey dom Sancho que foy chamado Capello.....*; *Livros de Linhagens*; p. 199 e 256 *dom Sancho..... que se disse Capelo.*

civil, como negligente e descuidado, brando para os criminosos. Pouco apto para o govêrno na paz, portanto.

A êsse respeito é expressivo o facto de seu reinado ser designado nas *Inquirições* dos dois sucessores como *tempo dos roubos — quando erat rouba*. E muito mais o são as abundantes *Notas*, delas extraidas por Herculano, realmente ilustrativas: um registo de actos infames, mas impunes, cometidos por fidalgos infrenes, de atroz brutalidade, entre 1231 e 1240.

A essas acrescento eu uma que particularmente me impressionou sempre: no belo Epitáfio latino de Rodrigo Sanches (um dos violentos bastardos de Sancho, o Velho), o louvor com que se menciona que não cometeu incestos — *vitans incestus!*

Demonstrando a brandura natural de carácter pela impunidade dêsses crimes, o autor da *Historia de Portugal* explica ao mesmo tempo, sem o desculpar, o torpe drama final que resultou de tal anarquia e se desenrolou com notável rapidez de 1244 a 1247, terminando com a deposição e expatriação de Sancho[1]. Mixto de trevas, corrupção e hipocrisia, urdido pelo clero insatisfeito, prelados orgulhosos, como o arcebispo de Braga, o Bispo de Coimbra e o do Pôrto, e alguns nobres ambiciosos, de inferior categoria, como Ruy Gomes de Briteiro e os Portocarreiros, que fazendo oposição aos validos do reinante favoreciam o *Bolonhês*, como substituto ou coadjutor do irmão, que em caso de Sancho falecer sem descendentes, era *ipso facto* rei de Portugal, e não havia de lhes sonegar o prémio da sua traição.

Denunciando ao Papa a acção da coroa como nula, exagerando ainda a indesculpável tolerância de Sancho para os culpados de assassinatos, raptos, incestos, consórcios em grau proïbido, e desenhando desmandos de outros como pessoais del rei, assim como com carácter de funestos, os defeitos e efeitos do seu recente consórcio com D. Mecía Lopes de Haro,

[1] O clero e a nobreza. O povo mal podia, no dizer de Herculano, detestar Sancho assaz, instigado embora pela clerezia, para tomar o partido de um bando, composto de nobres e eclesiásticos tanto ou mais desenfreados, cubiçosos e corrompidos que os favoritos de Sancho.

os conspiradores conseguiram que Inocêncio IV, sempre disposto a demonstrar a supremacia da Igreja sôbre o trono, admoestasse primeiro e cominasse o rei — *se tu fores negligente, a côrte apostólica tomará medidas* — e três meses depois, sem dar tempo ao tempo, decretasse a sua deposição na Bula *Grandi non immerito* [1].

Procurando justificar até onde é possível o procedimento dos partidários do Bolonhês e ao mesmo tempo compreender a mentalidade dúbia de Sancho, eu ligo importância capital àquela das queixas dos acusadores que proclama que *não haviam rei*, visto que Sancho *não fazia justiça* e à réplica do Papa que escolhessem para soberano quem quisessem *com tanto que fizesse justiça*; ao louvor dado em todos os Anais aos reis antigos de Portugal como *mantendores e guardadores da justiça — justiçosos — reis de grande justiça etc.*, e ao verso sentencioso, tornado proverbial, que *Rei que não faze justiça, não devia de reinar* [2].

Ao breve consórcio de amor com a filha do senhor de Biscaia, Lopo Dias de Haro, *Cabeça Brava*, e D. Urraca de Leon e portanto neta de Afonso IX, já viúva, de aventurosa história, de D. Álvaro Pais de Castro, a qual enfeitiçara D. Sancho (por artes mágicas, segundo a crença do vulgo) como outrora a Ribeirinha enfeitiçara Sancho o *Velho*, e posteriormente D. Leonor Teles apaixonou Fernando, o Formoso — eu não ligo tanta importância como os conspiradores lhe quiseram dar perante o papa, e como os velhos *Analistas* lhe apõem, acusando-a de ter tido parte não pequena nos descuidos do reinante que, sugestionado por ela, teria *perdido o siso* e *ia para mal*. — Mentiras ou exageros que emparelham com a outra que ela era indigna do trono — *ex viliori genere!* [3] Verdade era apenas que Sancho a escolhera por amor, sem conselho de ninguém — *por seu conselho* [4]. Talvez contra a vontade expressa da Rainha D. Berengaria

[1] De 24 de Janeiro de 1245.

[2] Vid. C. M. de Vasconcellos, *Romances Velhos*.

[3] *E des alli foi pera mal* — na *Breve Cronica do Arquivo Nacional*, p. 22 e 23, e *ipsis verbis* no Nobiliario, p. 256.

[4] *Ibi* — Até o nome lhe deturparam, chamando-a *Elvira Lupi*.

de Leon, sua tia[1], cuja dama ela era. Verdade também que os dois eram, como mostrei, primos em quarto grau.

Mas, como de modo algum convinha ao Bolonhês e aos seus partidários que o rei tivesse casado (em 1243?), e muito menos que do consórcio nascesse um herdeiro, suponho que o romantico rapto da espôsa, (dos paços de Coimbra, para a vila forte de Ourem), será verdade, e não lenda. Fuga voluntária da rainha, que, conivente com os raptadores, falsa para o rei, nunca mais se importou com êle.

A guerra civil, travada em seguida entre Afonso e Sancho, preludiada pela chamada *lide do Pôrto*, ou de Gaia, entre os validos do problemático reinante e os partidários do pretendente[2], essa, cheia de episódios-anedócticos, sobretudo nos primeiros meses em que o legítimo rei se defendeu só contra o usurpador, ajudado embora a valer pelos alcaides de castelos que lhe ficaram fiéis, tem exemplos de lealdade e deslealdade, que não mais esqueceram, despertando, dentro e fora do país, ecos em prosa e verso.

Alguns dêles, Herculano e os mais historiadores os conheceram[3]. Desconheceu todavia os mais sugestivos, por ainda estarem inéditos nos seus dias tanto os três Cancioneiros Trovadorescos profanos, como as *Cantigas de Santa Maria* de Afonso X, quási coevas de Sancho Capelo e o Bolonhês[4].

Juntando-os fica-se vendo que tôdas as referências são de indignação contra os traidores, o usurpador e contra o procedimento do Papa. Nem um trecho escarnece de Sancho, ou dá louvores ao irmão. Tanto nos *Cantares* como nos *Li-*

[1] Que essa fôsse não sòmente sua tia, mas também tutora, e talvez madrinha, deduzo-o de frases como a que diz: *E sayo de mandado aa rainha dona Biringuella, sa tia, e casou-se com Micia Lopes.*

[2] *P. M. H. Scriptores*, p. 157, 162, 167, 194, 293, 295, 330, 338, 371.

[3] *Hist. Port. II.* 400, 408, 494. — Falando do tão mal conhecido drama da queda dêste príncipe, estabelece que não foi a máxima parte da nação que se declarou pelo Conde.

E diz: «Quem lê os documentos arcaicos com atenção vê às claras que a obra de usurpação de Afonso encontrou a repugnância de muitos alcaides firmes na sua lealdade». II, p. 422.

[4] Se vários como o da truta são historietas, outros são verídicos, provados por documentos.

vros de Linhagens êsse é simplesmente o *Conde*, sem epíteto ornante.

Abstraindo dos passos contidos em *Anaes* e *Cronicões* que já extraí, em Nota, e històricamente são os mais valiosos, e das *Bulas* inspiradas pelos antagonistas, há apenas, num eco estrangeiro mas vizinho e que cronològicamente é o primeiro, redigido ainda emquanto Sancho ocupava o trono, vozes que parecem de descontentamento, não se percebe se pelo consórcio com sua parenta, ou por particularidades de administração do fim da vida que ignoramos.

É na *História de Espanha — De Rebus Hispaniæ* do grande Arcebispo de Toledo D. Rodrigo Ximenes — que, no fim do Livro VII, vejo um breve resumo da história de Portugal. Èsse termina, no ano de 1243, com palavras elogiosas de Sancho como conquistador [1], seguidas todavia da frase que parece conter leve censura: *Ainda está vivo — Adhuc extat. — Que Deus guie os seus passos! — Dominus dirigat eius passus!*

O mesmo trecho, traduzido para romance castelhano, foi repetido na *Cronica General de las Espannas* de Afonso, o Sabio (Cap. 979, — na redacção de 1289 e tôdas as posteriores). — Conquanto já não fôsse actual, lá se implora que *Dios enderece las carreras del!*

Quão profundamente as traições do usurpador e dos vassalos portugueses haviam impressionado sobretudo aquêle seu parente e coevo, — afligido também no fim da vida por conjurações de nobres e familiares — isso vê-se p. ex. numa das *Cantigas de S. Maria* em que, tendo feito a resenha das suas próprias desgraças e doenças, exclama, chegado às revoltas do fim:

Nunca assim foi vendudo Rei Dom Sancho em Portugal!

Bastante antes, o extraordinário emperador [2] Frederico I

[1] Post haec Sancius filius eius successit in regno. Huius temporibus Heluae, Juromenia, Serpia multa alia castra Maurorum Christianorum victoris accesserunt, — Liber VII, Cap. V. — Ed. Schott, Vol. II p. 115.

[2] CM 235, — estr. 11. — O não ser obra individual do Sábio, mas apenas composta sôbre indicações dêle, por algum jogral-amanuense (Aires Nunes de Santiago), pouco abate do valor da lembrança.

(1215-50), cabeça dos reinantes europeus de então, sôbre o qual assentara também pesada a mão de Inocêncio IV, depondo-o, lembrou-se, numa carta a Fernando II de Castela, da dureza com que o Papa tratara o rei de Portugal — *in alienam messem falcem presumptuosus immittens* [1].

Talvez também já estivesse redigida a cantiga de « escarnho » e maldizer em que o galego-português Airas Perez, com a alcunha de *Vuiturom*, isto é, o grande abutre, se insurgia denodadamente contra a deslealdade dos que venderam ou ofereceram ao Conde *procurador e visitador* [2] os castelos de que tinham feito juramento a D. Sancho: o sirventês político que é assunto principal desta minha *Nótula*. Um dos mais notáveis *Escarnhos* do Cancioneiro. *Amostra significativa do sentir de grande parte da nação.*

Passo a tratar dêle. Não sem lembrar aos estudiosos que o primeiro investigador que se ocupou dêsse « escárnho » com sagacidade, foi T. Braga [3], interessado naturalmente pelo assunto.

Infelizmente o texto tem, como quási todos os « escarnhos », em regra de difícil interpretação, forma bastante adulterada, pelos copistas italianos, em ambos os apógrafos [4], e resistiu às minhas tentativas de o restaurar por completo, como tinha resistido aos de T. Braga, Ernesto Monaci [5] e J. J. Nunes [6], comquanto todos emendassem alguns dos erros.

O sentido de algumas das frases escapa-me — sobretudo o das últimas estrofes.

Compreende-se todavia que o poeta, erudito, talvez canonista, se revolta indignado contra as bendições lançadas pelo sólio

[1] Petrus de Vineis (Pier delle Vigne), Epistolae Historicae, I cap. 15. Vid. Herc. II p. 415.

[2] Procurator regni — Visitator Portugaliae.

[3] No Capítulo III da Introdução ao *Cancioneiro Português da Vaticana* — Edição Crítica de 1878, p. XXIX — LVII, e em especial p. LVII. No *Cancioneiro da Ajuda* refiro-me ao sirventês e seu autor a p. 66, 298, 323 e 337 do Vol. II.

[4] C V 1088 e C B 1477.

[5] *Manualetto* (1881), p. 60.

[6] *Crestomatia Arcaica*, p. 199.

pontifício e transmitidas pelos prelados portugueses de Braga e Coimbra aos que, obedecendo às suas ordens, entregavam ao Conde os castelos do país — ou para me servir de outra fina expressão de Herculano, contra as maldições e escomunhões vibradas à *culpa da lealdade*.

São sobretudo castelos e alcaides *da Beira* que o autor, querendo ser fiel, justo e leal, censura sarcàsticamente. Provàvelmente portanto no último período da guerra cívil, (1247) quando sòmente o centro com a capital resistia ainda ao Usurpador [1]. Monsanto, Marialva, Leiria, Sortelha, Covilhã, Trancoso, Celorico, Sintra e Santarém de um lado — e do outro lado Martím, Pero e Fernam Diaz, Aires Soga, Pero Soares, Pacheco, Rui Bezerra e sobretudo com particular ira o pai: *Soeiro* ou *D. Soeiro Bezerra* [2].

Nomes perpetuados pela história e em lendas; citados nos Nobiliários. Em parte, pelo menos, comquanto no «escarnho» faltem outros famigerados. P. ex. Óbidos, Lanhoso, Guimarães [3]. — Mem Cravo, Martim Fernandes. — E sobretudo a capital, Coimbra, com Martim de Freitas.

Da falta dêsses dois nomes [4] ¿ teremos realmente o direito de deduzir que a lealdade e resistência de Coimbra, divulgada em anecdota, tardiamente, por Rui de Pina, seja verídica? Creio que sim, porque ela está registada também no Livro do Conde [5]. Com certa reserva embora, proveniente, salvo êrro, das maledicências já correntes no século XIV relativas a Sancho, de cuja biografia consta o seguinte: «veo o comde e tolheo o rreyno a seu Irmaão: quantas boas villas hi avia, *que nom ficou senom* Coimbra.» A explicação mal acreditável «*E nom ficou senom porque nom foy hi o comde, ca sse hi veera assy a filhara como as outras*» tem carácter de acrescento marginal.

[1] Vid. Herc. II, p. 420: Coimbra e, segundo parece, a maior parte da Beira conservaram-se fiéis ao monarcha legítimo.

[2] *Bezerro* na rima da quarteta 6.

[3] Herculano, II, p. 415.

[4] Vid. Braga p. XLIII. Para êle a lenda é invalidada pela reserva feita no Nobiliário.

[5] Título VII (p. 256) de P. M. H. *Scriptores*, I.

É portanto contra a família dos Bezerras da Beira, como principais traidores na luta fratricida de 1245, que o trovador se dirige. Até precede o seu «escarnho», contra o costume, de um Mote irónico (não repetido como estribilho no fim de cada estrofe) em que aponta irònicamente, como tópico principal, e exemplo digno de imitação *a lealdade dos Bezerras!*

A lealdade dos Bezerras pela Beira muito anda!
Ben he que a nossa vendamos, pois que no'lo Papa manda[1].

Ao cabo de cem anos, o Genealogista classificou igualmente os Bezerras de traidores. Depois de dizer que o fundador da estirpe fôra mui bom cavaleiro, conta que teve um irmão de maus feitos «que ouve nome Sueiro Gonçalves, Sueiro Bezerra: e este Sueiro Bezerra ouve filhos bem maos como ele e de tam mao feitos; e forom treedores tam bem o padre como os filhos, ca derom peça de castelos na Beira que tinham del rei dom Sancho a que aviam feito menagem por eles e derom-nos ao Conde dom Afonso de Bolonha quando viinha por governador do reyno per mandado do papa[2]!»

Depois de Sueiro Bezerra[3], como alcaide de Monsanto, o poeta censura o que vendeu Marialva[4], desconhecido hoje; o que vendeu Leiria[5], isto é Martim Fernandez, segundo o Li-

[1] Falta no *Cancioneiro da Vaticana*. Mas está no de Colocci-Brancuti. Que significará o segundo verso do Mote? Seria o poeta Aires Peres também alcaide? Ou falará em nome de todos quantos ainda eram fiéis ao monarca legítimo — diminuidos mesmo na Beira, conforme se vê dos nomes citados no escarnho?

[2] Tit. LXVI, 3. (p. 376).

[3] Vid. Herculano II 442 e 414. — Linh., Tit. 48 (p. 350 e 49). *Dos Podentes donde vem os Ataides:* Martim Fernandes.... que foy alcayde de Leyrea.... Passado pelo Bezerra a outrem, tendo feito menagem por ele a elrei don Sancho Capelo pela quintaã d'Arrochela que lhe deram e por outras herdades e moinhos no termo de Leyrẽa.

[4] Haveria diferença entre *vendas e ofertas?* É bem possível. Nas primeiras a proposta podia vir do Conde.

[5] A fazenda de Martim Vasques da Cunha que quis entregar o castelo que tinha das arrhas da Rainha D. Isabel e não sabia como. *Linh.* p. 371. A estrofe relativa a Pacheco não é, de resto, bem clara. Quem diz: *mitte*

nhagista; o que vendeu o castelo de Faria [1], tão famigerado por factos posteriores, também sem que seja indicado seu nome; quem deu Santarém ao conde; três varões da família Diaz como alcaides de Sortelha, Covilhã, e Monsanto [2]; o filho de Dom Sueiro que ofereceu Trancoso [3]; o que ofereceu Sintra [4]; Pacheco como alcaide de Celorico (seguramente Celorico da Beira, e não o de Basto que, no reinado de D. Denis, foi teatro de uma façanha feudal muito falada).

Além dêsses aponta um D. Aires Soga [5] e um Pero Soares, com um verso *(de clerizia?)* que não sei interpretar.

E termina, resumindo, a sátira com a absolvição geral sarcástica *de quantos os castelos deram apresentando Bula papal:*

> *Salvos son os traedores quantos os castelos deron!*

ou

> *Salvo é quen trae castelo, a preito que o isopen!*
> *... Salvos son os traedores poys ben ysopados fican:*

E ainda:

> *non é torto de vender hom' o castelo:*
> *non á torto quen faz traeçon e mente!*
> *Melhor é ser traedor a morrer escomungado.*

Ao todo 42 versos longos de romance, cada hemistíquio de oito sílabas e rima feminina (em contraste com os cantares

gladium in vagina? O Conde evidentemente a Pacheco. A rude e grotesca réplica dêsse significa *vai-te embora! levanta o sitio!* O carácter do sirventês exigiria contudo que a interpretassemos em desfavor do alcaide. Mas como?

[1] No Livro do Conde, Tit. 73, há um Aires Soga.

[2] Não entro nesta *Nótula* em pormenores de poética e métrica, aliás muito importantes.

[3] De Braga.

[4] D. João Egas, irmão de Gomes Viegas de Portocarreiro, eleito para Bispo de Coimbra, depois do falecimento de D. Tibúrcio (2147).

[5] *Quidquam—ficam; ficum Celorico; opem ysopen*— resultantes da pronuncia do latim.

de amor, de 10 sílabas e rimas masculinas)[1]. Repartidos em estrofes de quatro, com rimas singulares *(aabb!* Dêsses quatro, o terceiro é sempre uma sentença latina — versículo da bíblia ou de texto litúrgico ou familiar aplicado maliciosamente como desculpa dos traidores — p. ex. *e tudo o que liares na terra será liado nos ceos*, subentendendo-se *mas não ca em baixo onde é permitido desliá-lo* — versículos atribuidos a Deus, ao arcebispo, o *esleito*, dois prelados, o legado, um bispo, a clerezia em geral. Deturpados pelo poeta, só ligeiramente na rima, mas mais um pouco pelos copistas italianos. Quatro foram identificados e restituidos pelos editores acima citados. O da quarteta primeira é do Evang. de S. Math. XIV v. 19 – *quodcumque ligaveris super terram erit ligatum et in cœlis*; o da quinta, de Math. XIX 29 *Centuplum accipiet et vitam æternam possidebit*; o da sétima, do Psalmo CXIX em que David diz pitorescamente com relação às línguas dolosas *Sagittae potentis acutae cum carbonibes desolationis)?* Assim na Vulgata — *Frechas agudas de valente com brasas vivas de zimbro*, na tradução de J. F. A. d'Almeida. Wiestarke Pfeile eines Starken, wie Feuer in Wachholdern, na de Martinho Luter. O da penúltima *mitte gladium in vagina* é do Ev. de S. João XVIII 1. Os restantes bíblicos (2, 4) e os três profanos (3, 6 e 9), não os sei identificar ou comentar. Espero contudo que o meu ilustre amigo e colega Dr. António Vasconcellos, que tanto me ajudou na restituïção das citações latinas de Gil Vicente, seja também agora nosso auxiliador.

Quanto ao texto que, conforme disse, já despertou a atenção dos que se ocupam da história e literatura do velho Portugal, êle foi primeiramente e logo retocado por T. Braga, com arte e engenho, comquanto deixasse subsistir, além da repartição em hemistíquios (?), bastantes deturpadas pelo copista e interpretasse mal certas abreviaturas *(spont — et esconde — eleytlo — do Conde — aquel — o fez i — seguite — empescas — derizia — scandis — et dum vacatos opem).* Monaci, que pôde comparar os dois Cancioneiros, melhorou-o muito, dando aos versos a forma épica e indicando tôdas as várias lições, sem

[1] Eu diria *como carvões em brasa.*

preencher todavia a lacuna da penúltima quarteta. J. J. Nunes, que não chegou a ver o *Manualetto*, voltou à divisão em versos curtos, emendando porém numerosos erros, e indicando a fonte das citações latinas. Também se afasta dos dois predecessores, em dar ao autor o seu nome: *Airas Peres Vuiturom*, desprezando o inexacto *Anonimo* [1], por êles adoptado por falsa interpretação da *Tavola* e das epígrafes das Cantigas respectivas [2].

Do *Vuiturom* ocupei-me no *Cancioneiro da Ajuda* e na primeira *Nota Marginal (Der Ammenstreit)* [3], relativa a um grupo de Cantigas de escárnio sôbre *Amas* e *tecedeiras*, para juiz sôbre as quais fôra chamado *Dom Vuiturom* (CV 1023), não a contento de todos [4].

Basta indicar aqui que, muito instruido, engenhoso mestre em leis por ventura, o Vuiturom escreveu exclusivamente escárnios (uns dezassete [5]), quási todos ferozes, só em pequena parte humorísticos. Galego-luso, filho de um *Mestre Pedro Aires, de Lugo — Magister Petrus Arie Vnyt*, falecido em 1230) — saíu de Portugal, fiel a D. Sancho, provàvelmente em 1247, fixando-se no país vizinho na côrte de Fernando III.

Eis agora o texto, criticamente restaurado:

A lealdade dos Bezerras — *pela Beira muito anda:*
ben é que a nossa vendamos [1] — *pois que no'lo* [2] *Papa manda.*

1. Non ten Soeiro Bezerra [3] — que tort'é vender Monsanto,
ca diz que nunca Deus disse [4] — a San Pedro mais de tanto:
quem tu ligares [5] *in terra* — *erit ligatum* [6] *in celo* [5]*.
Por én non diz que é torto — de vender om' o castelo!

[1] Vid. *Canc. Vat.*, p. XLIII. — Sôbre o texto o Ex.mo Sr. Nunes faz figurar contudo o nome indicado.

[2] Na *Tavola* a Cantiga 1473 é precedida do nome *Ayras Perez vuytorum* 4. — No texto o mesmo nome encima primeiro por engano a Cantiga correspondente a 1083, e na mesma página correctamente, 1085.

[3] Zeitschrift, XX.

[4] CV 1085 - 1096.

[5] * Além das cópias tiradas por Ernesto Monaci de ambos os Cancioneiros, possuo outra recente, feita a meu pedido por J. J. Nunes, cuja sciência todos conhecemos e admiramos.

2. Por én diz que non fez torto o que vendeu Marialva,
ca lhe diss' o arcebispo[7] un[8] vesso per que se salva:
estote fortes in bello *et pugnate cum serpente*[9]
Por én non diz que faz torto quen faz traiçon et mente!

3. E o que vendeu Leirẽa muito ten que fez dereito,
ca fez mandado do papa e confirmou lh'o esleito[11]
super istud caput[12] *meum.* *et super ista mea capa!*
Dad'o castel'ao[13] Conde, pois vo'lo manda o papa!

4. E o que vendeu Faria por remiir seus pecados,
se mais tevesse, mais daria; e disseron dous prelados
tu autem domine dimite, a aquel que se confonde.
Ben esmolou en sa vida quen deu Santaren ao Conde.

5. Ofereceu[14] Martin Diaz aa cruz que os confonde
Covilhã[15], e Pero Diaz Sortelha, e diss' o Conde
Centuplum accipietis da mão do Padre Santo.
Diz Fernan Diaz: ben m'est porque oferi Monsanto.

6. E ofereceu Trancoso[16] ao Conde Rui Bezerro[17].
Falou enton don Soeiro por sacar seu filho d'erro[1*]
Non potest filius meus facere, *sine patre suo quodquam.*
Salvos son os traedores. pois ben isopados ficam!

7. O que ofereceu Sintra fez come bon cavaleiro;
e disse lhi o legado log'un vesso do salteiro:
Sagittae[19] *potentis acutae.* E foi i ben acordado.
Melhor é seer traedor ca morrer escomungado!

8. Quand'o Cond'ao[20] castelo achegou de Celorico[21]
Pachego[22] enton o cuitelo[23] tirou[24], e disse lh'un bispo[25]
mitte[26] *gladium in vagina,* con el non nus empeescas!
Diz Pacheco[27] alhur Conde peed'u vus digam crescas!

[1*] Esta frase não está em harmonia com o resto. *Al...* como princípio do texto no *CV*, onde falta o Mote, é provàvelmente *A lealdade...* êsse princípio mesmo, ilegível no códice-modêlo.

9. Maldisse DON AIRAS SOGA a ũa velha noutro [28] dia:
Disse-lhi PERO SOARES un vesso de clerezia [29]
Non vetula bombatricon scandit [30] confusio ficum.
Non foí SOEIRO BEZERRA [31] alcaide [32] de Celorico.

10. Salvos son os traedores quantos os castelos deron!
mostraron-lhes en escrito [33] que muito ben o fezeron!
Super ignem eternum et dimittatis [34] opem (? ?) [35]
Salvo é quen trae castelo a preito que o isopen [1*].

Ainda há mais alguns cantares alusivos aos Castelos, e ao Conde.

Um é do mesmo Vuitorom [2]. Motejando a brincar de um D. Estêvão, muito miope, emprega numa estrofe com o vocábulo *ver*, a fórmula *pois for aqui o Conde* [3]; na imediata *se o conde Conde o reyno á* [4] — e na terceira, *mentr' o Cond' assy ouver Santarem.* E além disso: *pois que s'agora o reino partiu.* Expressões de que se deduz às claras o tempo em que o «escarnho» foi escrito.

Outro é obra de um jogral *(Diego Pezelho)* que, a meu ver, fala em nome de um nobre que era alcaide de Sousa, *escomungado* pelo arcebispo (de Braga, evidentemente) *por ter feito lealdade*, não entregando o castelo ao Bolonhês [5]. Rogando-lhe que o absolva *(solte)*, promete, numa espécie de confissão, rindo, ser traidor de aí em diante, dizendo:

[1*] Os principais lapsos que foi preciso emendar são os seguintes: [1] Y B denhamus — [2] V B uolo — [3] V B bezeira — [4] V B dess, diss — [5] B legares — [6] V erir legarum — [7] V artebro — [8] V hir — [9] V sspente — [10] V leyr — [11] V esleiro — [12] capud — [13] do — [14] V Offeçeu — [15] B Con velhas — [16] V cranios B Francos — [17] bezeiro — [18] V ligum — [19] V sagte — [20] a — [21] teleuco — [22] racequo — [23] cuyrelo — [24] Ayrour — [25] urõ — [26] Mite — [27] pachezo — [28] nontio — [29] derizia — [30] seandiz — [31] bezeira — [32] al ande — B alcayre — [33] e en escrite [34] duũcatis — B dunnitatis — [35] open.

[2] CV 1089.

[3] *For* por *foi?*

[4] *A'* em vez de *ouver.*

[5] CV 1124.

Se traiçon fezesse, nunca vo-la diria,
mais pois fiz leãldade, vel por sancta Maria,
Soltade — m'ay senhor!
e jurarei, mandado, que seja traedor!
Per mia mala ventura tivi un castelo en Sousa,
e dei-o a seu dono, e tenho que fiz gran cousa,
Soltade — m'ay senhor,
e jurarei, mandado, que seja traedor!
Per meus negros pecados, tive um castelo forte
e dei-o a seu dono, e ei medo de morte.
Soltade — m'ay senhor,
e jurarei, mandado, que seja traedor[1]!

O terceiro é também uma espécie de chacota, em que um nobre, partidário de D. Sancho (D. Afonso Mendes, de Besteiros) escarnece de um alcaide que para vender o castelo de que estava encarregado *en fronteira de Leon* — en cabo de Portugal[2] — se serviu do pretexto falsíssimo de não haver pão suficiente nêle[3].

A favor do Bolonhês, nada, conforme já disse.

Nem tão pouco a favor de *D. Mecía*, cuja estada em Portugal foi de tão pouca dura que não despertou verdadeiro interêsse popular. E menos feliz que a *Ribeirinha*, a qual (como eu tive a sorte de provar) inspirou a Sancho I a linda bailada *Ai eu coitada* que todos os estudiosos conhecem hoje, ela não vive na poesia ou pela poesia. Ou pelo menos, só literàriamente neste século XX, desde que Óscar da Silva fêz dela a protagonista da sua ópera.

A respeito dela note-se em primeiro lugar que sempre se pronunciava e deve continuar a pronunciar-se *Mecía*[4]. De modo algum *Mécia* para rimar com *sécia* — como um tempo para

[1] Vid. *Canc. da Ajuda*, II, 401.
[2] Talvêz o de Alva?
[3] CB 432 (1559) — Vid. *Canc. da Ajuda*, II, 560-562.
[4] Antigamente também *Miçia*. Vid. Herc. II 509.

cá se tornou costume [1]. *Mencia* em castelhano [2] com a nasalação popular da sílaba que começa com *m*, como em *manzana mancilla*, onde nós conservamos *maçã* e *mazela* [3]. Nome feminino usado tanto cá como lá, entre o povo e nos círculos aristocráticos [4]. Contranome feminino de *Macias*, *Mancias*. Do grego *Matthias* que pela sua vez é forma helenizada do hebraico *Matathias*: dádiva de Deus.

Com respeito à sua vida, cheia de aventuras deduz-se delas que foi de fascinante formosura. Da sua mocidade contam os Nobiliários uma scena de ciumes entre D. Álvaro de Castro, seu futuro (primeiro) espôso, e Martim Sanches [5], que também adorava essa neta de Afonso IX de Leão (por sua mãe D. Urraca Afonso) e nessa qualidade *quarta eidem regi Domino Sancio consanguinitatis et affinitatis linea attinente*. Outra scena romântica, do seu tempo de espôsa, passou-se no Castelo de Martos, cercado por Mouros [6].

Do lugar e do ano em que Sancho II a viu, nada certo se sabe; provàvelmente na côrte de Leon. Depois de 1240. Talvez em 1243. Com título de Rainha figura pelo menos em dois diplomas. Na Bula *Sua nobis* de 10 de Fev. de 1245 Inocêncio IV ordena ao Arcebispo de Compostela e o Bispo de Astorga examinassem, se realmente D. Mecía e D. Sancho eram parentes tão próximos que o matrimónio era pecaminoso. A seus parentes e amigos fêz o rei muitas graças e mercês. Seu irmão Diogo Lopes de Haro veio em ajuda de Sancho a Portugal. Depois do falecimento dêle em Toledo passou a Espanha, onde morreu em 1270 ou 1271,

[1] No *Canc. Geral*, Vol. III, p. 518 e 519, numas Trovas de Garcia de Rèsende, *Mecia Mencia* está em rima com *dia via Maria devia galantaria sabia Garcia*, Cf. Vol. II 483.

[2] Será Óscar da Silva o culpado dêsse êrro?

[3] Com o deminutivo *Mencigüela*. — Latinizado *Mentia* em ambos os paises. Vid. Herc. II 508.

[4] Na *Farsa llamada Ardamisia* (p. 69) ha uma bailada em que o refram *Abrid-nos por Cortesia Madre Mencia* é repetido vinte e duas vezes, com outras tantas consonâncias em — *ía*. — Em Juan del Encina encontro *Sóy hijo de Juan Garcia y carillo de Mencia* (p. 259).

[5] *Linh.* p. 295.

[6] Vid. Argote de Molina, *Nobleza de Andalucia*, Herc. II 507-511.

em Palência. Na sua sepultura, na Capela da Cruz do mosteiro benedictino de S. Maria la Real de Najerà há uma bela estátua jacente. Junto dela repousam dois de seus irmãos bastardos.

Entre os nobres que logo no princípio da conjuração contra Sancho Capelo se uniram ao partido do Bolonhês e mais activos e arrojados foram, um figura não sòmente nos *Livros de Linhagem*, mas também nos *Cancioneiros*. Como personagem perseguido com sarcasmos. E como autor de «escarnhos».

É Rui Gomes de Briteiros, que de simples infanção — *miles* — subiu, em virtude dos serviços que prestou a Afonso III, a rico-homem de pendão e caldeira: *Dom Rodrigo Gomes de Briteiros*[1].

Verdade é que já antes de ser assim enaltecido êle se havia entremetido numa das cinco famílias mais nobres do reino: a dos Sousas. Violentamente. Na anárquica menoridade de Sancho, raptara — roussara — uma das netas do bom Conde, a rica-dona D. Elvira Anes da Maia[2] em 1227. Prepotência criminosa que não o prejudicou na côrte de Sancho, a quem servia. Em 1245 foi um dos enviados a Lyon, ao Papa. O resultado da missão prova todavia que não tomou

[1] Vid. *Linh.* Livro Velho, Titul. XXI p. 184; Livro do Conde p. 287 e 291. Herc. II, 397-407. *Canc. da Aj.* II, 329-336, onde tracei a sua biografia.

[2] *Linh.* p. 195-196. Tit. XXIII: *De Dona Elvira Anes filha de Joham Perez da Maya e de dona Guiomar Meendez, filha del Conde Dom Meendo — o Sousão.*

« Esta Elvira Anes roussou a Roi Gomez de Briteiros que era infançom, e depois casou com ela. E depois fez el-rei dom Afonso este dom Roi Gomez de nome, e deu-lhe pendom e caldeira, etc. » — Traslado ainda o princípio do parágrafo imediato, porque se refere ao filho Dom Meen Rodrigues de Briteiros, e chamo a atenção para a freqüência da fórmula *foi sandeo e moreo sem semel*, na genealogia, que, prolongando-se até o reinado de D. Afonso IV, entrou na família real, por casamento de uma Froilha Eanes com D. Fernam Sanchez, filho de D. Denis, *de gaança:* E, esta dona Elvira Eanes e D. Roi Gomes fezerom filhos *D. Mem Rodrigues que chamaram de Briteiros* e D. Joam Rodrigues de Briteiros.

a peito os interêsses do seu mandatário, passando ao partido do Bolonhês, com quem tratou em Paris [1], abandonando Negligente aquêle.

> que tanto em seus descuidos se desmede
> que de outrem quem mandara era mandado [2].

Êsse *parvenu* — ou mais exactamente, *arrivé* — seu primogénito D. Mendo, alcunhado de *Belpelho* (*vulpelho*, *golpelho*, de *vulpeculus*) — é motejado por um trovador pertencente a uma família de velha estirpe — D. Afonso Lopes de Baião, *princeps terrae* [3].

Numa *gesta* de maldizer, poema narrativo em que imita os franceses, e mostra certo conhecimento da *Chanson de Roland*, ridiculariza o filho do infanção, a quem a mercê do soberano concedera pendão e càldeira, e vassalos para criar e armar, e êsses vassalos, por êle apresentados em *alardo* ao reinante.

Eis êsse «escarnho»: A Cantiga 1080 (B. 1470) a que serve de epígrafe a proposição: «Aqui sse começa a gesta que fez don Afonso Lopez a don Mendo e a seus vassalos, de maldizer».

> Sedia-xi [4] don Belpelho en ũa sa maison
> que chaman Longos, ond' eles todos son:
> per porta lh'entra Martin de Farazon,
> escud'a colo en que sê un capon
> que foi ja poleir' en outra sazon.
> Caval'agudo que semelha furon [5],
> en çima del' un velho selegon,
> sen estrebeiras e con roto bardon.
> Nen porta loriga nen porta lorigon,
> nen geolheiras quaes de ferro son,
> maîs trax perponto roto, sen algodon,
> cuberturas d'un vẹlho zarelhon.

[1] Lá assina como simples *miles*.
[2] *Lus.* II, 91.
[3] CA Biografia XXII, D. Afonso Lopes de Baião. Em especial p. 403.
[4] VB Seriaxi — [5] B foron.

Lança [1] de pinh', e de bragal o pendon;
chapel de ferro que xi lhi mui mal pon,
e sobraçad' [2] un velho espadeiron,
cuitel' a cachas, cinta sen fercilhon,
duas esporas destras, ca seestras non son;
maça de fuste que lhi pende do arçon.

A don Belpelho moveu esta razon:
«Ay meu, senhor, assi Deus vos perdon
u é Joan Aranha, o vosso companhon
e voss' alferez que vos ten o pendon?
Se é aqui, saia desta maison!
ca ja os outros todos en Basto son
Eoy! [3]»

Estas oras chega Joan de Froian
cavalo velho caçurr' e alazan (? [4]).
Sinaes porta [5] eno arçon d'avan:
campo verde u inquire o can.
Eno escud'ataes lh'acharan.
Ceram' e cint' e calças de Roan.
Sa catadura semelha d'un jaian.
Ante don Belpelho se vai aparelhan
e diz: « Senhor, non valrredes un pan
se os que son en Basto se xi vus assi van.
Mais id' a eles, ca xe vus non iran;
achá-los — edes e escarmentaran.
Vingad' a casa en que vos mesa dan;
que digan todos quantos pos vos verran
que tal conselho deu Joan de Froian.
Eoy!»

Esto per dito chegou Pero Ferreira:
Cavalo branco, vermelho na peiteira,
escud' a colo que foi dũa masseira;
sa lança torta d'un ramo de cerdeira,
capelo de ferro e anassal na trincheira
e furad' en cima da moleira.
Trag' ũa osa e ũa geolheira!
estrebeirando vai de mui gran maneira

[1] B lancha — [2] sobarcadun — [3] Falta no CB — [4] alaxam — [5] B porcameiadan pognos perdico peteira.

E achou Belpelho estand' en ũa eira
e diz: « Aqui estades, ay velho de matreira!
Venha Pachacho (?) e don Joan Cabreira!
pera dar a un a deanteira,
ca ja vus tarda essa gente da Beira:
o moordom' e o sobrinho de Cheira,
e Meen Sapo, e don Martin de Meira
e Lopo Gato, esse filho da freira,
que non a antre nos melhor lança per peideira. (?)

Independente tècnicamente, mas ligado na ideia é a pequena Esparsa que se segue à *Gesta* nos Cancioneiros:

Deu ora el rei dinheiros
a Belpelho que mostrasse
en alardo cavaleiros
e por rícomem ficasse.
E pareceu a cavalo
com sa sela de badana:
Qual ricomen, tal vasalo,
qual concelho, tal campana!

Com relação à forma da *gesta*, que é a primeira paródia da literatura portuguesa, só posso repetir o que deixei dito no Cancioneiro da Ajuda:

O título de *gesta*, usado exclusivamente para classificar esta composição, o metro que é o decassílabo épico bipartido, de 10, 11 ou 12 sílabas gramaticais com cesura depois da quarta ou quinta e acento tónico na última silaba-par de cada hemistíquio, a distribuïção dos 56 versos em três *leixas monorrimas (laisses homoteleutes)* — em *on an eira* — de extensão desigual, rematadas com a onomatopeia *Eoy!* são outras tantas provas de que D. Afonso Lopes de Baião conhecia pelo menos a obra-prima da poesia épica francesa, o poema de Roncesvales.

Isto meado o século XIII, no reinado só aparentemente pouco literário — quási mudo de Sancho II. Pobre talvêz *em cantigas de amor* e de *amigo*, mas rico em « escarnhos » e trovas de maldizer, como mostram os exemplos por mim dados, e como se compreende perante os acontecimentos apontados.

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS.

WENCESLAU DE MORAIS

EM TOKUSCHIMA

UMA VISITA AO SR. WENCESLAU DE MORAIS

O Sr. Rokuro Abe, antigo discípulo japonês do prof. Abranches Pinto na Escola de Línguas Estrangeiras, de Toquio, escreveu originalmente esta visita *em a nossa linguagem. Pela evocação histórica que encerram, pela característica e enternecida expressão que as envolve, constituem estas páginas notabilíssimo documento, ao mesmo tempo que demonstram o ensino patriótico e tão inteligente de um professor de português ao serviço da admirável Nação japonesa, já assinalado no discurso de outro seu discípulo, publicado em o nosso fascículo anterior, e que nós revelámos com um verdadeiro gôsto de glória. As omissões indicadas por pontos suspensivos, com que êste original nos chegou, impô-las um discreto sentimento de delicadeza e correspondem a passos em que Wenceslau de Morais se referiu à vida íntima do seu coração.*

N. da R.

HÁ 380 anos, no tempo do Shogunato de Ashikaga, os japoneses puderam pela primeira vez associar-se com os europeus pela vinda dos portugueses ao Japão. Ao mesmo tempo, as ondas da civilização europeia foram seguidamente trazidas ao nosso país por êles.

Cêrca de 60 anos se passaram e as relações nacionais luso-japonesas, que eram muito amigáveis, extinguiram-se como as estrêlas pela manhã, e desta forma decorreu o lapso de 320 anos.

Agora as relações nacionais entre os dois países ressurgem como no tempo passado, mas sem o aspecto do que então foram.

Os japoneses esqueceram-se dos portugueses e os portugueses também dos japoneses. Quem fêz reviver as flores delicadas do Japão, esquecidas dos portugueses, foi o Senhor Wenceslau de Morais, um escritor retirado, que apresentou de novo (pois que primeiro lho apresentou Fernão Mendes Pinto) o Japão aos portugueses.

Logo que eu entrei na Escola de Línguas Estrangeiras para aprender a língua portuguesa, falaram-me nêle e eu fiquei impressionado com o seu viver.

Só me sabiam dizer que estava exilado numa cidade rústica chamada Tokushima, porque não gostava de ter relações com ninguém.

Eu, por motivos particulares, tive de ir a Tokushima e ali procurei muito e finalmente pude encontrá-lo no seu refúgio.

A minha alegria foi muito grande!

Antes, êle era Capitão de fragata e nas suas viagens veio ao nosso país e, antes de retirar-se em Tokushima, tinha sido Cônsul de Portugal em Yokohama e Kobe.

Nesse país ocidental da poesia, da formosura, as suas faculdades literárias são muito estimadas. As coisas que êle viu e sentiu no Japão, apareceram transformadas em literatura.

Publicou vários livros, entre êles os seguintes: *Traços do Extremo Oriente*, *Dai-Nippon*, *Cartas do Japão*, *O Bon-Odori em Tokushima*, e o seu último trabalho que ainda desconheço, *O-Yoné e Ko-Haru*.

No mar Meridional do Japão encontra-se uma grande ilha chamada « Shikoku », onde o vento é quente e o panorama muito formoso.

Nas costas orientais desta ilha, onde as ondas do Pacífico são muito serenas, está a cidade de Tokushima, com 70.000 habitantes, a maior de tôdas as cidades desta ilha.

Os pinheiros e os templos espalhados pela colina que tem

o nome de « Bizan » são reflectidos nas águas do rio que corre através da cidade. Um encanto.

Ao fundo desta colina há umas ruas antigas em que no tempo feudal viviam « Bushis » (guerreiros). Na rua de Iga--cho, uma dessas, há uma casa rodeada de carvalhos, cedros e outras árvores; parece uma casa no meio de uma floresta. É êste o lugar de refúgio em que o Senhor Wenceslau de Morais vive.

Na manhã do dia 16 de Agosto de 1923, batia eu na porta fechada da sua casa. Emquanto eu batia, ouvia-se o som de pés andando dentro e logo apareceu-me um velho com barbas compridas. Era quem eu aspirava de topar.

Disse logo em língua portuguesa:

— Sou um estudante da Escola de Línguas Estrangeiras de Toquio.

Antes mesmo de abrir a porta, êle, surpreendido, exclamou:

— Ah!

Logo ao entrar foi-me tomada a atenção por um mapa de Pcrtugal, por uma lanterna metálica japonesa suspensa do teto e por pratos de porcelana seguros nas paredes.

O Senhor Morais vestia um « *juban* » (derivado da palavra portuguesa *gibão)* e um Koshimaki largo (espécie de camisa); parecia ter 70 anos de idade, pouco mais ou menos. Mas a viveza do tempo passado ainda se nota na sua fala e visagem.

Assentámo-nos na sala de visitas e começámos a conversar.

— Há 12 anos que vim para esta cidade e nunca mudei de casa, mas ninguém sabe onde ela fica, a-pesar-de muitas pessoas falarem comigo fora dela. Por isso devia ter-lhe sido muito difícil descobrir o meu abrigo. Como o conseguiu? Aqui vivem 10 estrangeiros, dois dêles são missionários espanhóis, mas não me dou com êles.

Neste momento reparei num Butsudan (o oratório budista) colocado a um lado da sala e em cima dêle uma pequena fotografia.

....

Depois de lhe pedir o seu consentimento, fui diante do oratório, bati no sino, acendi a vela, acendi o incenso e orei.

....

Êle continuou, depois de uma pausa:

— Tenho agora dez galinhas e vinte passarinhos que são meus bons amigos. Eu nunca mais quero saír de Tokushima; passo a maior parte do dia dormindo e à noite saio de casa para passear pela rua de Shimaachi-Bashi-Dori, uma das ruas mais importantes de Tokushima, e às vezes, mas raras, vou ao restaurante para comer comidas europeias e ver bonitas « Nippon-Musume » (raparigas japonesas).

Posteriormente um vizinho dêle diz-me ser êle muito celebrado em Tokushima por ser um bom velho e que é conhecido pelo nome de Portugaru-San (Senhor Portugal); as crianças da vizinhança tomam-no pela mão e suspendem-se dos seus ombros.

É amabilíssimo.

Passado pouco tempo, êle preguntou-me se não fumava.

— Sim Senhor, fumo. — Foi a minha resposta.

Então êle trouxe tabaco numa concha e fumámos.

O nosso diálogo passou a referir-se a Toquio.

Fumando um cigarro, êle diz:

— Essa cidade está muito mudada; eu ainda me lembro dos parques de Hibia, Ueno, Shiba, da Estação de Shimbashi e rua de Ginza, do templo de Asukusa, etc. Também o Japão está muito europeïzado, especialmente Toquio. As mulheres vestem à europeia. Não é verdade?

— Sim Senhor, respondi.

Sorrindo e fazendo um gesto de reprovação, êle diz:

— Mas os vestidos europeus para japonesas não vão bem. As japonesas são encantadoras, parecem pinturas quando vestem os seus kimonos, concebidos inteiramente ao gôsto japonês e feitos pelos belos artistas do próprio Japão.

Então êle elogiou muito os kimonos, a forma do penteado das nossas mulheres, as belas-artes, etc.

Variando de assunto, eu disse que os estudantes da nossa escola sentiam por êle muito respeito e consideração e que consideravam grande honra a sua estada neste país.

Sacudindo a cabeça em sinal de negação, êle disse:

— Não Senhor, não Senhor.

Mas vi o agradecimento no seu coração. E preguntou-me muitas coisas da nossa escola.

— Agora no Japão há talvez duzentos portugueses, mas são quási todos de Macau e não podem falar quási nada português. Os portugueses de Portugal são sòmente três: o ministro de Portugal em Toquio, o seu professor e eu.

Preguntou-me depois que faria eu depois de acabar a escola. Eu disse-lhe que tencionava ir para o Brasil. Êle aplaudiu muito a minha tenção e disse-me:

— Agora tôdas as noites vem a minha casa um moço para aprender português, mas fala ainda muito pouco. Venha cá antes de ir para o Brasil.

Como êle me preguntou se ficava muitos dias em Tokushima, eu respondi que não, que tinha de partir essa mesma noite para a minha terra.

— Onde é a sua terra?

Apontando num mapa, eu expliquei-lhe.

Então êle, como se se tivesse recordado de alguma coisa, disse:

— Há vinte e dois anos, ainda estava em Kobe, quando tive o prazer de ir a Tadotsu; visitei Kotohira-jinja; depois, atravessando as montanhas, cheguei a Tokushima, descendo em barca o rio Yoshino. Depois voltei a Kobe. Isso é perto, é uma província vizinha.

Êle recordou com deleite êste tempo.

....

— Agora tenho só uma irmã que vive perto de Viseu, que às vezes me escreve.

— Então por que não volta ao seu país — a Portugal?

Êle, tristemente, disse:

— Já estou velho; não tenho coragem para sair para países estrangeiros e, além disso, não tenho dinheiro para o fazer. Estou satisfeito nesta sossegada cidade de Tokushima. Quero ser enterrado no solo de Tokushima.

Assim se passou a nossa conversação, que correu sem parar, sem nunca parecer terminar. Mas o tempo de partir chegou. E eu despedi-me do Senhor Morais. Antes de eu saír, êle pediu-me para apresentar os seus cumprimentos aos professores e estudantes da minha escola.

— E antes de ir para o Brasil, não se esqueça de cá vir mais uma vez.

Com palavras de «passe muito bem» apertámos as nossas mãos.

E eu saí da casa do respeitável Senhor Wenceslau de Morais, olhando muitas vezes para trás e sempre com estas palavras gravadas na minha memória:

— Seja muito feliz.

Toquio, 25 de Novembro de 1923.

ROKURO ABE

NOTÍCIAS DE PORTUGAL DE 1578-1580

SEGUNDO CARTAS DE UMA CASA COMERCIAL NEERLANDESA

I

AO despontar o século XVI, quando, em seguida à viagem de Vasco da Gama, Lisboa se constituiu mercado dos produtos da Índia, activaram-se as relações com as praças do Norte, e as atenções até aí presas no Mediterrâneo desviaram-se para o novo empório da especiaria. Então se intensificou o interêsse dos súbditos do Império, até êsse tempo moderado, pelo tráfico com Portugal.

As informações mais antigas, que ao presente possuimos, sôbre comércio dos alemães no país, são do reinado de D. Afonso V. De um documento de 1456 sabemos que vinham buscar ao reino sal e vinho, e traziam madeira e provàvelmente cereais do Báltico, bem como panos de Flandres. Em 1485 concedeu-lhes D. João II privilégios iguais aos dos flamengos e outros súbditos do Duque de Borgonha. Os vassalos do *Duque desterrique* (de Áustria, Oestreich) são expressamente nomeados na concessão. Ao número dêstes pertenciam os negociantes de Augusta e Nuremberg, que nessa época tinham já celebridade no mundo comercial: os Fuggers, Welsers, Hochstetters e Imhofs, que todos tiveram negócios consideráveis na Península, e que o descobrimento do caminho para a Índia chamou a Lisboa.

Anteriormente o comércio da pimenta, que veio a ser por muitos anos o *lume dos olhos de Portugal*, na frase de Gaspar Correia, e o era já daqueles negociantes, fazia-se pelos portos do Levante, através de Veneza. O novo caminho directo deslocou

para Lisboa o tráfico, e tornou mais abundante e acessível o produto.

Ainda em 1501 as firmas alemãs interessadas cuidavam em estabelecer uma feitoria em Génova, para o trato da pimenta, sob a direcção de Fugger; quando souberam do êxito feliz da jornada pelo Cabo da Boa Esperança, abandonaram o propósito que o sucesso inutilizava.

Na sua nova feição, o negócio oferecia vastas possibilidades, assim nos lucros da especiaria como nos fornecimentos de retorno, que em prata e cobre para as compras da Índia, materiais para as armadas e mercadorias de tôda a espécie se enviavam a Lisboa. Isto, que em parte se realizava por adiantamentos à coroa, que monopolizava o produto, demandava capital volumoso, e só podiam intentá-lo casas ricas de numerário, e que dispusessem de crédito em larga escala.

Destas nenhuma como a de Jacob Fugger, que destinado à vida eclesiástica largou a batina, adquiriu imenso cabedal, e teve preponderância notável na côrte de Carlos V. Do seu tempo data a intervenção do capitalismo como fôrça activa nas decisões da política. Foi o dinheiro dos capitalistas, acima de tudo o de Fugger e o seu crédito, o que deu a Carlos a coroa imperial. Perdeu-a Francisco I por menos abonado. Os Eleitores peitados exigiam adiantadamente moeda, ou então obrigações directas de Fugger, que o rei de França não podia dar. Foi ainda o dinheiro dêle que facilitou a eleição de Fernando I para rei dos Romanos; e na maior parte ajudou Carlos e Filippe II a custearem suas guerras.

Do espanto que êste até então desconhecido poder da finança inspirava aos contemporâneos, dão testemunho os termos em que a respeito de Jacob Fugger falava a D. João III o escrivão da feitoria de Flandres, Rui Fernandes: « Êle é o maior homem da Alemanha, e o que governa todos os príncipes e reis; nenhum príncipe vive sem êle e todos folgam de o ter por amigo; o que quer acaba-o » [1], e assim por diante, como que em êxtase, perante esta nova soberania do capital, na sua aurora.

[1] Carta publicada por Braamcamp Freire em *Arquivo Histórico Português*, T. 6.º, p. 379.

Apenas inferiores eram os Welsers. Êsses vinham em 1503 estabelecer casa em Lisboa, tendo obtido carta de privilégios, que além de certas isenções na alfândega, os autorizava a construirem navios em Portugal, e mandá-los a todos os portos do reino e senhorios, com tanto que fôssem as tripulações e os mestres portugueses.

No ano antecedente tinha-se vendido em Flandres a primeira partida de pimenta, vinda pelo Cabo da Boa Esperança. Conta Guicciardini ter sido o comprador Nicolau Rechterghem, que por seu turno expediu para Alemanha o produto. Ali, sabendo que era pimenta embarcada em Portugal, e não recebida pela via ordinária do Mediterrâneo, suspeitaram os consumidores que não fôsse genuina do Oriente. «É que — diz o autor — não havia lá conhecimento da jornada dos portugueses às Índias »[1].

O facto, a ser verdadeiro, retrai dois anos a época em que se assenta terem pela primeira vez aparecido em Flandres as especiarias trazidas do Oriente pelos portugueses, que é em 1504. Propagada a notícia, correm os mercadores alemães a Lisboa, e é passada a carta de privilégios, requerida pelos Welsers, a 13 de Fevereiro de 1503. A data indica que a venda de pimenta anterior seria da que trouxe Cabral, cujos navios tinham chegado ao reino em Junho de 1501. O seguinte carregamento, por João da Nova, entrou no Tejo em Setembro de 1502. No intervalo não haveria tempo de transportar os produtos a Flandres e Alemanha, e virem de lá os comerciantes interessados antes de Fevereiro de 1503.

Não tardaram êsses a fazer uso dos privilégios, que por uma interpretação lata puderam também abranger a participação nas frotas da Índia, como fôra já antes concedido a Bartolomeu Marchione, florentino e talvez a outros. Por efeito disso, entraram na expedição de D. Francisco de Almeida, em 1505, três naus, armadas por um consórcio de negociantes florentinos, genoveses e alemães, à testa dos

[1] *Descriz. dei Paesi Bassi.* Trecho transcrito em *Flandre et Portugal,* por E. Vanden Bussche, p. 9.

quais estava o Welser. A êste se agregaram Fugger, Höchstetter, Imhof e outras firmas, tôdas as quais tiveram depois negócio mais ou menos considerável em Portugal.

Na esteira destas casas poderosas vieram as menores. Em 1528 declarou D. João III extensivos a Lubeque e mais cidades hanseáticas os privilégios de 1503, porque, diz o diploma, seus súbditos, conhecidos em Portugal por *estrelins*, «alemães eram de natureza posto-que o não fôssem de nome». A dúvida que a denominação estabelecia ficou desta maneira dissipada.

À sombra de tais regalias, desde Flandres até ao Báltico, todos os portos comerciais mandavam navios a Portugal, e gente dêles oriunda assentava residência cá. Com os foros dos alemães havia em Lisboa no século XVI uma colónia relativamente numerosa. Tinham seu juiz privativo, que era o Corregedor da cidade, e corretor que escolhiam. Podiam trazer armas, andar em mulas, e lhes eram dispensados muitos encargos em que incorriam os naturais.

Gaspar Cunertorf, nativo de Kampen, pôrto no Zuiderzee, tinha em 1572 casa de negócio em Lisboa, e desposara uma portuguesa, Maria Galoa, segundo o livro de onde tiro a notícia, mais provàvelmente Maria Galvão ou Galvoa. Uma demanda que teve na sua terra fêz que se nos conservasse parte da correspondência comercial de cinco anos, extractos de contas, e outros documentos, que além de pormenores biográficos proporcionam dados interessantes, relativos ao comércio português da época, e sôbre a situação económica e política do país durante o período.

Deu à estampa êstes escritos, há vinte anos agora, o arquivista da Municipalidade de Kampen, J. Nanninga Uitterdijk, em volume que faz parte das publicações da Sociedade para o estudo do direito e história da Província de Overijssel, com o título: *Uma casa comercial de Kampen em Lisboa, 1572 a 1594. Correspondência, contas e documentos* [1].

[1] *E en kamper handelshuis te Lissabon 1572-1594.* Handelscorrespondentie, rekeningen en bescheiden. Bewerkt door Mr. J. Nanninga Uitterdijk, Archivaris der gemeente Kampen, 1904.

São 552 páginas de texto, a que precedem 114 de um bem acabado estudo explicativo, com a análise do processo judicial, a que estavam as cartas apensadas, e o resumo dos assuntos versados.

De um contrato de sociedade mercantil anexo, sabemos que Cunertorf, natural de Kampen, cidade do Santo Império Romano, era morador da freguesia de S. Nicolau; com êle residia o patricio João Jansen, a quem são dirigidas muitas das cartas; terceiro kampense, Hans Snel Junior, habitava junto ao convento de Esperança. Entre os três se ajustou uma parceria, para certos negócios a tratar fora de Portugal.

A casa de Cunertorf era de grande movimento. Vinham-lhe consignadas embarcações dos portos do Norte, desde Amsterdam a Dantzig, de onde importava trigo e outros cereais, tecidos, ferro, cobre, madeiras, alcatrão, cabos e utensílios navais. Na exportação figurava em primeiro lugar o sal de Setúbal [1], muito buscado para a preparação do arenque. Geralmente os navios traziam trigo a Lisboa e levavam sal. Tão considerável êste tráfico que, em 22 de Maio de 1579, dava parte o negociante, a um seu correspondente, de terem chegado em seis dias, ao Tejo e a Setúbal, mais de 250 embarcações, das quais 150 ou 160 neerlandesas e alemãs, as restantes de Bretanha. Note-se todavia, para nos não enganarem os números, que a capacidade média dos navios de comércio, naquele tempo se não deve computar em muito mais de 100 toneladas.

Depois do sal estavam os demais produtos da terra: vinhos, frutas sêcas e couros. Mas o negócio de mais vulto, pelo valor, era feito nos géneros de além-mar: açúcar, algodão, anil, canela, cravo, gengibre, marfim, noz moscada, pau-brasil, pimenta, e outros menos comuns.

Da valia dêste comércio em moeda, dão idea as tabelas de preços, em duas épocas, extraídas da correspondência.

Em 1578. — Importação: trigo 120 réis o alqueire; centeio 85; cevada 60; farinha 130. Exportação: sal, moio

[1] Vàriamente escrito Setuval, Sinthuval, Santhuvis, e desta ultima forma procedeu ser conhecido nos Países Baixos o produto por *sal de St. Ubes*.

320 em Setúbal, 370 em Lisboa; açúcar da Madeira, arrôba 2.600; de S. Tomé 630; do Brasil 1.400; algodão, arrôba 2.200; anil quintal 50 mil réis; canela 34 mil réis; cravo 45 mil réis; gengibre 10.400 réis; noz moscada 50 mil réis; pimenta quintal 30 a 36 cruzados, segundo a qualidade.

Em 1582. — Importação: trigo 120 a 160 réis o alqueire, conforme a procedência e qualidade; centeio 60; farinha 80.

Exportação: sal, moio 320 em Setúbal, 400 em Lisboa; açúcar da Madeira, arrôba 3000 réis; de S. Tomé 950; do Brasil 1850; canela, quintal 42 mil réis; cravo 52 mil réis, noz moscada 29 mil réis; gengibre 23 mil réis; pimenta 35 e meio a 36 cruzados.

O pau-brasil comprava-se em 1578 a 450 réis o quintal; em 1581 a 800 e 900 réis.

Quanto esta gente forasteira se deixava embeber do espírito local, se manifesta na quantidade de termos da língua da terra, entremeados no seu dialecto nativo. Se bem que as cartas fôssem dirigidas a pessoas que tinham vivido em Portugal e conheciam os costumes, o emprêgo constante destas palavras estranhas, mostra que êle se tornara em hábito mental, e conduz à suposição de que já o vocabulário em parte irradiara para os centros comerciais do norte da Europa. Os termos castelhanos pode ser fôssem trazidos dos Países Baixos, onde por causas políticas se devia ter divulgado a língua; mas nos que são ao mesmo tempo portugueses, a forma da escritura de muitos faz crer acidental a identidade, e que todos foram realmente colhidos em Portugal. Tais os seguintes: acabado, aceitado, aviso, cabeça, cativo, cidade, conta, cunhado, desconfiado, desgosto, ditoso, dívida, excusar, falta, fiado, finalmente, jornada, largo, leal, lealdade, manhoso, necessidade, negócio, obediência, pagar, parceiro, partida, perda, quando, quieto, receber, resposta, rigor, salvamento, sogro, tanto, vagar, vandima; e as frases: pouco a pouco, tudo por tudo, etc.

Em grande número são os enxêrtos de português germanizado, principalmente verbos no infinitivo: acabeiren, apartieren, bastieren, carregieren, cumpriren, deslinderen, despacheiren, determineren, empregeren, encomendiren, gasilieren (de

agasalhar) heredieren, junteiren, meressieren (merecer), offensiren, offresceren, pranteiren, recadiren, responderen, valieren; e os participios: gheacertiert, gheinverniert (de invernar), etc. O seguinte trecho, de uma carta de 18 de Maio de 1578, é assaz característico desta especial linguagem, posto-que nem sempre a vizinhança dos termos alheios à língua do original seja tão freqüente: «Wy syn ser *occupados* mit de ancomste van *diverze* vloten, sodatt wy de *vagar* neit hebben konnen *juntiren* om *despacio* op alle capittelen van V. L. breven the *respondieren*» [1]. Para inteligência do texto organizou o editor da correspondência um vocabulário das palavras estranhas, que ocupa sete páginas a duas colunas, sendo a maior parte portuguesas ou de fundo português; mas a leitura das cartas descobre ainda mais, que não foram recolhidas.

J. LÚCIO D'AZEVEDO.

A continuar.

[1] Tradução: Estamos muito ocupados com a chegada de diversas embarcações pelo que não tem havido vagar (literalmente: não temos podido juntar o vagar) para respondermos de espaço a todos os capítulos das suas cartas.

O ASTRÓLOGO JOÃO GIL E O «LIVRO DA MONTARIA»

O *Livro da Montaria*, feito por D. João I, rei de Portugal, entre os anos de 1415 e 1433, foi mandado publicar pela Academia das Sciências de Lisboa em 1913, sob a direcção do Snr. Francisco M. Esteves Pereira, que assim teve ocasião de prestar mais um relevante serviço à Literatura portuguesa. Lendo-se esta obra, cujo assunto é a caça ao porco-montês, causam alguma surprêsa as referências a obras astronómicas que se encontram no Cap. XVIII do primeiro livro, a propósito dos rastros deixados pelo animal que os monteiros querem emprazar. São bemvindas essas referências por nos permitirem avaliar a cultura da côrte do nosso rei D. João I relativamente à sciência dos astros, o que tem importância, sobretudo por se tratar do pai do Infante Navegador.

No capítulo XVI do livro primeiro ensina-se a conhecer o rastro do porco-montês, distinguindo-o do cervo e do bezerro. No imediato trata-se de saber de que horas é o rastro « pelas fresquidões das terras, das hervas e outras coisas ». O capítulo XVIII intitula-se: « Das cousas que aos tempos fazem, que não possam os monteiros conhecer de que horas é o rastro que querem aprazar ». O monteiro precisa de saber se é da manhã ou da noite o rastro do porco, a que quere fazer o cêrco. Mas os ventos fazem às vezes parecer sêcos os rastros que são da manhã, e frescos os trasnoitados. Assim se chega ao estudo da influência dos planetas sôbre ventos e chuvas, influência variável com o lugar por êles ocupado ao longo do zodíaco. Não entramos nestes pormenores meteorológicos, pois nos importa apenas considerar as obras astronómicas citadas.

Na página 125 desta edição da Academia lê-se: «Ora sabede que diz Joam Gil, no seu grande livro de estronomia, que tôdallas cousas que som feitas todas som feitas per natura naturante que he Deus ou per natura naturada, que Deus fez...»; e na página seguinte: «Ca Joam Gil, o grande estrologo, no seu grande livro, disse que Mars he de color vermelha, e Mercurio e a Lua de color branca, e esso mesmo disse que o Sol, Jupiter e Venus som de color amarela como ouro, e Saturno fez certo que avia color negra...». Temos assim mencionada uma obra que se classifica de «grande livro de astronomia», considerando-se o seu autor, João Gil, um grande astrólogo. A seguir (pág. 127), e a propósito da divisão do zodíaco em signos, é êle citado juntamente com o ilustre Ptolomeu e mais quatro tratadistas da sciência dos astros, dos quais, dois árabes e dois latinos: «Ca destes signos disse Joam Gil e Albamazar no seu livro das deferenças e dos juizos, e Tolomeu no seu almagesto, e Ali abem Ragel no seu livro dos juizos, e o author da sphera, e da theorica das pranetas, e todos estes disserom que no ceo octavo, a que os estrologos dizem octava sphaera, esta sphaera partirom os sabedores em doze partes...».

«Albamazar» é o escritor árabe Abu Mazar Gàfar ben Muhammed ben Omar al Balhî, a quem a Escolástica latina chamou Albumazar. Viveu no século IX, morrendo em 886. A sua obra mais famosa foi traduzida do árabe para latim, no ano de 1140, por Hermann Segundo (Herimannus secundus), com o título *Introductorium in astronomiam*, composta de oito livros. Foi ela que iniciou os latinos nos princípios da astrologia judiciária, e nela aprendeu tôda a idade média latina as leis do fluxo e refluxo das marés, explicadas pela acção da Lua. Outra obra de Albumazar, que teve grande voga, foi a intitulada *De magnis conjunctionibus*, em oito tratados, divididos em Diferenças (Pierre Duhem, *Le systéme du Monde*, tômo II). Na Livraria do Cabido toledano encontram-se três manuscritos com traduções latinas do mesmo escritor árabe, intituladas: *Libellus de modo elegendi tempus*, *Liber experimentorum*, *Liber florum astrologicum*.

De «Ali abem Ragel» dá-nos notícia Rico y Sinobas nos *Libros del saber de astronomia*, tômo 3.º Nos códices afon-

sinos é êle citado com o nome Ali fi de Aben Ragel el Cano. A sua obra, escrita em Toledo, foi traduzida do árabe para castelhano a mandado de Afonso X, *o sábio*, por Judá fí de Mosse Alcohen, alfaqui do rei, com o título: «El libro complido de los judicios de las estrellas». Trechos desta versão castelhana, relativos aos planetas, podem lêr-se na parte final do vol. 5.º dos *Libros del saber*, intitulada «El zodíaco y los planetas alfonsies». Na côrte portuguesa havia, pois, uma cópia dêste livro dos juízos das estrêlas, que depois foi vertido para latim por Egidio de Tebaldo e Pedro de Regio, imprimindo-se esta tradução em Veneza, 1520. Na Biblioteca do Escorial existe um códice do século XV com esta versão latina da obra de Aben Ragel (*Catálogo de los códices latinos de la Real Biblioteca del Escorial*, por el P. Guillermo Antolin, vol. II).

O «autor da sphera» é João de Sacrobosco, que, como é sabido, compôs no século XIII um tratado *De Sphaera*. O autor da Teórica dos planetas deve ser Gerardo de Cremona que redigiu em Toledo, no século XII, uma obra intitulada *Theorica planetarum*. Foi êle quem primeiro traduziu o *Almagesto* de Ptolomeu, do árabe para latim, o que fêz em 1175. A sua *Theorica planetarum* é o mais antigo tratado de astronomia teórica produzido pela Escolástica latina (Pierre Duhem, *Le système du monde*, tômo III). Devemos, porém, notar que, depois de Gerardo de Cremona, outros escritores composeram obra semelhante com o mesmo título.

O *Livro da Montaria* continua ainda a citar Joam Gil (pág. 127): «E disse este Joam Gil que estes signos eram adoptados ás quatro partes desta sphaera, e disse que os tres som orientaes, e os tres meridionaes, e os tres occidentaes e os tres septentrionaes...». Depois D. João I fala dos sete planetas que se movem em cada um dos sete céus, situados sob a oitava esfera, dizendo que o céu da Lua tem seu movimento próprio em 29 dias e 12 horas, o do Sol num ano, e o de Saturno em 30 anos, o que mostra conhecimento da teoria dos planetas. Por fim (pág. 132) refere-se à segunda parte do grande livro de astronomia, que trata de ventos e chuvas: «Ca assi o disse este Joam Gil na segunda parte do seu livro que falla da tempestade, e ventos, e chuyvas, e pedriscos: ca elle diz que

quando for a conjunçom do Sol e da Lua em nove graaos de Capricornio, e Saturno em quatro graaos de Sagitario, e Jupiter em sexto graao de Aquario, acerca de sextil de Saturno, e de Mars e Mercurio em dezasete graaos de Capricornio, que fará vento dabrego [ábrego, vento de sudoeste], e que nom choverá com elle, e se chover que será pouco ».

¿ Quem era êste João Gil, cinco vezes citado por D. João I ? Só ùltimamente achámos resposta a esta pregunta, e foi na excelente obra do Snr. A. Rubió y Lluch, intitulada *Documents per l'historia de la cultura catalana mig-eval*, publicação do « Institut d'estudis catalans ». Possuimos dela apenas o Vol. II, obsequiosamente oferecido pelo *Institut* por intermédio do Snr. Jordi Rubió, filho do autor e o seu melhor colaborador, o que muito nos penhorou. O Vol. I está infelizmente esgotado. Mas pudemos consultá-lo na Biblioteca do Ateneu de Madrid, por indicação do malogrado escritor D. Segundo de Ispizúa, cuja inesperada morte sentidamente lastimamos. Nesta obra, excelente não só pela riqueza e carácter do diplomatário, como pela beleza dos dois prólogos, passam, como numa evocação animatográfica, as vidas dos príncipes da casa de Barcelona. Os documentos assinados por Jaime II, Pedro III, e seus filhos, João I e Martim I, mostram o constante interêsse dos soberanos de Catalunha e Aragão por tôdas as iniciativas scientíficas, e merecem o estudo dos que se dedicam à história dos descobrimentos portugueses, na preparação do saber náutico que lhes serviu de base. O livro de João Gil fornece o exemplo de uma obra, de proveniência catalã, gostosamente lida na côrte portuguesa.

O documento n.º CLXIV, datado de Valência, 9 de Dezembro de 1352 da era de Cristo, é assim descrito (*Documents*, vol. I, pág. 164) : « Pere III mana pagar a Joan Gil de Castiello pel seu traball d'escriure un Llibre de las ordinaciones de la casa reyal y un d'astrologia ». Pedro III, cognominado *o Cerimonioso*, manda com efeito, nessa carta, que o seu tesoureiro Bernardo de Ulzinellis pague 600 soldos de Barcelona ao fiel da sua escrivania, João Gil de Castiello, pêlo trabalho que êste teve em escrever dois livros, um das Ordenações da Casa real e o outro de astronomia, por seu especial mandado. Êste último é, sem dúvida, o livro citado pelo rei português D. João I. Transcrevemos o documento, que é em latim de fácil leitura :

O ASTRÓLOGO JOÃO GIL

«Petrus etc. dilecto consiliario et thesaurario nostro Bernardo de Ulzinellis militi, legum doctori, salutem et dileccionem. dicimus et mandamus vobis quatenus de peccunia curie nostre que est vel erit penes vos, detis et solvatis fideli de scribania nostra Johanni Êgidii de Castiello sexcentos solidos barchinonenses quos racione laboris per eum sustenti in scribendo de nostro speciali mandato facto, duos libros, alterum ordinacionis domus nostre, et alterum de astrologia, sibi dari providimus cum presentis. et facta solucione recuperetis presentem loco apoche et mandati. datum Valencie. IX. die decembris anno a nativitate Domini. mcccl. secundo».

Em carta datada de Saragoça, 24 de Março de 1350 (documento n.º CXLIX), dirigida ao herdeiro de João Çapata, o rei Pedro III manda dar «libros infrascriptos, videlicet *Institutam*, *Digestum* et *Clementinas* ac *Summam Jaufredi*», a João Gil de Castiello, que naturalmente já nessa data estava encarregado de escrever as Ordenações da Casa real. Noutra carta, escrita em catalão, que transcrevemos, datada de Barcelona, 10 de Julho de 1351 (documento n.º CLIII), o rei recomenda a mestre Afonso a maior diligência em comprovar e arromançar o Livro de figuras e astronomia que lhe levou João Gil de Castiello:

«El rey d Arago.
Mestre Alfonso: rogamos vos que con diligencia vos hayades en el comprovar et romançar aquell *livro de figuras et astronomia*, el qual vos levo el fiel de la scrivania nostra Joan Gil de Castiello, e d esto nos faredes senyalado servicio e plazer. dada en Barchinona, a .X. dies de julio anno a nativitate Domini millesimo. cccl. primo».

Temos assim três referências a João Gil de Castiello em três anos sucessivos, 1350, 51 e 52: quando o rei lhe manda entregar a *Instituta*, o *Digesto*, as *Clementinas* e a *Suma* de Gofredo; quando o rei pede a mestre Afonso que se apresse

a traduzir, para língua catalã, o livro de figuras e astronomia que êle lhe levou: e quando lhe manda pagar o trabalho de escrever o livro de Ordenações da Casa real e um livro de astrologia. Devia pois ser ao mesmo tempo entendido nas sciências, jurídica e astronómica.

¿Onde existirá hoje a obra de astronomia de João Gil, fiel da escrivania de Pedro, o *Cerimonioso?* Sabemos apenas que na Biblioteca Colombina de Sevilha se conserva uma cópia, em letra do século XV, da terceira parte desta obra.

Nos *Apuntes para una Biblioteca científica española del siglo XVI*, de Picatoste y Rodriguez (pág. 130), menciona-se um João Gil, cónego de Sevilha, doutorado em Teologia no ano de 1530, e juntamente o livro seguinte: «*Juan Gil de astronomia, tercera parte en lengua castellana y de mano.* Asi anota este libro el Indice de la Biblioteca colombina». Mas êste livro não é do cónego João Gil, doutorado no ano de 1530; é do seu homónimo do século XIV, fiel da escrivania do rei de Aragão.

O sr. dr. Joaquim de Carvalho, que, com tanto proveito para as Letras portuguesas, está dirigindo a Imprensa da Universidade de Coimbra, e que ùltimamente esteve trabalhando na Biblioteca Colombina, dá-nos sôbre êste códice as informações seguintes. O *Registrum librorum* de Fernando Colon, sob o n.º 4162, descreve o seguinte livro: «Juan Gil de astronomia, tercera parte, en lengua castellana y de mano. I — la parte tercera del libro de Juan Gil. D — Al padre y à la madre. Es en 4.º encuadernado en pergamino com otras obras. Costó assi encuadernado en Sevilla, por Junio año de 1527, real y medio». Êste manuscrito ainda hoje se conserva na afamada Biblioteca Colombina. Encadernado juntamente com outros dois manuscritos — a cópia da tradução espanhola, por «maestre Jusepe», dos *Canones* que antecedem o *Almanach perpetuum* de Zacuto, e o *Tratado da Sphera* de Sacrobosco — está escrito em letra do século XV e é mencionado no catálogo actual com o título: *Del nacimiento de los hombres.* O título geral da obra era, sem dúvida, o que Fernando Colombo indicou no seu *Registrum;* a terceira parte, porém, única existente, versa realmente, como

problema dominante, o nascimento dos homens sob o ponto de vista astrológico.

Não pode restar dúvida, pelo que temos exposto, que o «grande livro de astronomia», tantas vezes citado pelo nosso rei D. João I, foi escrito por João Gil de Castiello, fiel da escrivania do rei de Aragão, no meado do século XIV, e que dêle existe ainda a terceira parte na Colombina de Sevilla, em cópia feita no século imediato.

Do que fica exposto resulta que o *Livro da Montaria* nos dá testemunho de seis obras astronómicas existentes na livraria do rei português: o *Almagesto* de Ptolomeu, o *Tratado da esfera* de Sacrobosco, a *Teórica dos planetas* de Gerardo de Cremona, uma, pelo menos, das obras de Albumazar, o Livro dos juízos das estrêlas de Ali Aben Ragel, mandada traduzir por Afonso X de Castela, e o grande livro de astronomia de João Gil de Castiello, escrito por ordem de Pedro de Aragão. Embora estas últimas sejam mais de astrologia do que de astronomia, o conhecimento desta sciência serviu de base à astrologia e foi sempre por ela impulsionado.

Rico y Sinobas diz que uma das primeiras cópias dos *Libros del saber de astronomia*, de Afonso, o *sábio*, foi destinada a seu neto, o rei português D. Denis, o qual, quando Infante, o visitou em Sevilha e Toledo. Que também o livro de Aben Ragel, traduzido por Juda Alcohen, veio para a côrte portuguesa, sabemos pelo *Livro da Montaria*. O mais natural é que cópias de todos os códices afonsinos fôssem dadas a D. Denis pelo seu avô materno, que bem lhe conhecia os gostos intelectuais.

A leitura dos dois volumes dos *Documents* do Sr. A. Rubió y Lluch depara-nos freqüentes cartas do rei Pedro III e de seu filho primogénito, quer quando Infante, quer, depois de 1387, como rei com o nome de João I, em que se pedem, com vivo interêsse, livros e instrumentos astronómicos, o mapa-mundi e cartas de navegar. É dêste tempo o célebre mapa catalão de 1375, mandado pelo Infante D. João ao rei de França, Carlos V. Entre as cartas do rei Pedro lembramos a de 6 de Fevereiro de 1376, escrita de Barcelona à sua muito cara filha, em que lhe explica o relógio, com que a presentea, munido de três cimbaletes para tocar as horas, em cuja frente dá uma volta em cada 24 horas uma

aranha ou rêde de astrolábio, com seu zodíaco e ponteiros de estrêlas fixas, o que permite saberem-se as horas do dia e da noite, o ascendente e as mais coisas necessárias para a arte de astrologia. Pertencem-lhe três discos de latitude, em latão, gravados em ambas as faces, com que se pode adaptar o astrolábio para as seis latitudes de 38, 39, 40, 41, 42 e 43 graus, pelas quais se estendiam os domínios do rei. Os pormenores em que entra mostram o seu amor à sciência astronómica, que bem se manifesta na carta a Mestre Afonso, atrás transcrita, pela ansiedade com que deseja ver terminada a versão para a língua catalã do livro de astronomia, levado por João Gil. Dentre as cartas do seu sucessor, João I, mencionaremos a de 18 de Dezembro de 1387, escrita em Vilafranca del Panadès, em que pede informações dos livros e instrumentos astronómicos que tinham sido de Ponç de Jovals, preguntando especificadamente se entre êstes se encontravam astrolábios, quadrantes, armilas, açafeas, ou esferas, e mostrando portanto conhecer os instrumentos descritos nos *Libros del saber* de Afònso, o *sábio*. A menção do tratado de João Gil no *Livro da Montaria* denuncia-nos uma das obras importadas do país catalão, cujos príncipes tanto se interessavam pela sciência. De lá nos vieram livros, cartas de navegar, e por fim Mestre Jácome de Maiorca.

A propósito de relações de Portugal com a Catalunha, lembremos que o rei português Sancho I casou com D. Dulce, filha do Conde de Barcelona, Raimundo Berenguer IV, e de Pedronilha, muito cedo rainha de Aragão pela renúncia de seu pai Ramiro, o *monge*. O conde Berenguer foi assim rei pelo seu matrimónio, mas não tomou êste título, usando o de *príncipe* e *dominador* de Aragão. Seu filho, a quem a mãe trocou o nome de Raimundo Berenguer pelo de Afonso, de tradição aragonesa, sucedeu-lhe já com o título de rei. Assim se fêz a união da Catalunha com Aragão, conservando contudo plena autonomia. Notemos, de passagem, que o rei Pedro, o *Cerimonioso*, de quem atrás falámos, é designado geralmente por Pedro IV de Aragão, mas os catalães preferem chamar-lhe Pedro III, por ser êste o número de ordem que lhe compete como príncipe da Catalunha. O nosso rei Sancho I era pois genro de Raimundo

Berenguer e cunhado do rei aragonês Afonso, e o seu filho segundo, D. Pedro, casou com a filha do Conde de Urgel, Hermengol VIII. Depois é o rei português D. Denis que, em 1282, casa com a infanta aragonesa D. Isabel, o que o faz genro de Pedro, *o grande*, de Aragão e cunhado do sucessor Afonso III. Mais tarde D. Duarte esposa D. Leonor de Aragão. O infante D. Pedro, o de Alfarrobeira, segundo filho do nosso rei João I, passa por Barcelona em Julho de 1428, no regresso da sua célebre viagem, e no ano seguinte casa com D. Isabel, filha do último Conde de Urgel, realizando aliança semelhante à do homónimo, irmão de D. Afonso II. Como resultado dêste enlace, seu filho, o Condestável D. Pedro, autor do *Poema do Menospreso do Mundo* e da *Tragédia de la insigne reina Doña Isabel*, foi pretendente à coroa de Aragão, residindo desde Janeiro de 1464 até Junho de 1466, na capital da Catalunha, onde, durante êste tempo, se intitulou Conde de Barcelona e Rei de Aragão, da Sicília, de Valença, das Maiorcas, da Sardenha e da Corsega.

Concluindo, nos séculos XIII e XIV a cultura scientífica de Castela e da Catalunha teve gostoso acolhimento na côrte portuguesa, onde se foram acumulando tesouros de saber que, no século XV, sob o impulso do Infante D. Henrique, produziram um novo progresso da sciência náutica. Substituíu-se, na navegação, o método das distâncias e rumos, usado no Mediterrâneo, pelo de rumos e alturas; e as cartas, os instrumentos e regras de marear sofreram as modificações e melhoramentos necessitados pelo avanço para o equador e regiões austrais, em cujo céu os marinheiros portugueses, para determinação das latitudes, isolaram novo sinal estelar, o Cruzeiro do Sul.

Coimbra, Julho de 1924

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA, DE LISBOA

Fot. de Furtado & Reis

MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA, DE LISBOA

Fot. de Furtado & Reis

O MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA

DATA de 1911 a separação em dois Museus — de *Arte Antiga* e de *Arte Contemporânea* — do velho espólio de primitivos e modernos, até ali apenas armazenados no palácio pombalino das Janelas Verdes.

O que desde então ficámos devendo aos dois homens a quem o Estado, num momento raro de lucidez, entregou a sua direcção, está-o dizendo o prestígio, já hoje europeu, pelo menos nos meios artísticos, da ordenação que José de Figueiredo imprimiu ao seu Museu, e a originalidade com que o Museu de Arte Contemporânea nos apareceu agora, transformado pelo gôsto de Columbano.

Numa colecção heterogénea, com tendências de escasso valor, dentro da exigüidade do espaço de velhas dependências conventuais, e com a miséria duma dotação insuficiente, o mestre fêz o milagre, tirando partido dos próprios obstáculos, de dar à cada obra o ambiente que melhor a valoriza, expondo-a, quando forte e segura, como o retrato dum Lupi, à clara iluminação das galerias, e recolhendo a arte mais discreta da aguarela e do pastel à intimidade de santuários de cripta, em que os artistas, aí mais tranqüilos e confiados, nos podem revelar as suas emoções.

Neste controvertido debate — se a direcção dum Museu compete aos críticos e historiadores de arte ou aos artistas profissionais — Portugal pode dar o depoïmento interessante (e excepcionalmente feliz numa terra onde quási todos os homens estão fora do lugar que lhes compete) da solução mais judiciosa e lógica, porque confiando a Arte Antiga, que envolve problemas de crítica e cronologia, de filiação, *expertise*, ao seu mais eminente crítico e historiador, e a Arte Moderna ao mais alto artista do seu tempo, vê agora na obra admirável que ambos realizaram nos respectivos

Museus o mais grato fruto duma escolha inteligente e justa. O arranjo e a selecção duma colecção antiga ou moderna exigem acima de tudo uma qualidade essencial — que êstes dois homens excepcionalmente possuem — o gôsto; mas dentro das responsabilidades dum Museu Nacional, que já são grandes, as dificuldades a vencer são de ordem diversa. Na *arte antiga*, os problemas da identificação, da cópia e da parede surgem a cada momento, pondo a competência técnica, a erudição e a visão intuitiva do perito em jôgo. Por outro lado, e pelo que respeita ao público, a perspectiva do tempo e a comunidade dos juízos críticos sôbre os velhos mestres, a magia da pátina, o encanto do passado e até o prestígio da sua valorização comercial, tudo auxilia e concorre, se não para a integral compreensão, pelo menos para a estima e admiração da arte antiga.

Com a *arte contemporânea*, se a sua selecção e crítica exigem menos cultura de arqueologia artística e uma competência técnica menos especial, o problema do gôsto é aqui mais delicado, exigindo um eclectismo mais largo e mais difícil, tolerante para a diversidade de concepções estéticas em conflito por vezes apaixonado, aberto a tôdas as inovações audaciosas e até às extravagâncias duma evolução em marcha. O artista que as julga, decide da sua aquisição e por fim as incorpora na história que o seu Museu tem de reflectir, há de vencer por certo relutâncias do próprio sentimento e gôsto, tanto mais fortes quanto mais caracterizada é a sua personalidade; perdoar insuficiências de *métier* para não omitir certo aspecto de sensibilidade e acatar os *futurismos*, *cubismos*, *dadaismos*, *expressionismos*, destrinçando o que por-ventura haja de perdurável no efémero das modas. Tem de possuir, em-fim, esta qualidade, rara entre os homens, de admirar os confrades seus contemporâneos — o que tudo põe à prova, em plena gestação dolorosa da sua própria arte, a subtileza e a segurança do seu gôsto e até as próprias qualidades morais de abnegação e imparcialidade.

É seguir e julgar da batalha em plena acção — o que é, não digo mais difícil, mas pelo menos mais perigoso que criticá-la mais tarde à luz da história.

Pôsto isto, é oportuno preguntar talvez, agora que o nosso pri-

meiro Museu de Arte Contemporânea vai reabrir, se os artistas do nosso tempo estão realmente ali representados conforme os seus méritos e por uma escolha de obras essenciais.

O direito de prioridade dos museus, nas aquisições das exposições, é uma legítima preferência de que os artistas devem ser os primeiros a louvar-se. A sua reputação duradoura basear-se há essencialmente na forma como os museus os revelarem ao público, que perde fàcilmente a memória das exposições anuais, desconhece as pequenas colecções privadas, mas guarda e revê através dos tempos o que dêles se fôr arquivando e patenteando nos museus do Estado.

¿ Está a arte dêstes três quartos de século — a arte que abrange cêrca de quatro gerações — lisonjeira e suficientemente representada no nosso Museu Nacional ?

¿ Traduz êle e revela ao amador, de dentro e fora do País, o carácter, a evolução e as tendências da arte portuguesa dos tempos modernos ?

Seria ousado afirmá-lo. E não é êste o momento próprio para desenvolver esta impressão.

Lupi, que Columbano tanto tem contribuído para valorizar, é talvez o único que o Museu vem verdadeiramente revelar com êsse assombroso retrato da mãe de Sousa Martins, obra-prima do mestre e da pintura do seu tempo, que da vizinhança dum busto de Soares dos Reis tira realce sem se ofuscar.

Não desejaria que destas notas, essencialmente destinadas a saüdar a reabertura do Museu de Arte Contemporânea e a obra do seu ilustre Director, ressaltasse a impressão de que, fazendo justiça ao artista, lhe atribuo responsabilidades na representação dos nossos artistas contemporâneos. ¿ Como pensá-lo se Columbano é logo a primeira vítima dêste mal, — embora seja incapaz de dar por isto, absorvido como se acha na obra colectiva do Museu, — e se a causa *é a exígua dotação de que o Museu dispõe* para as oportunidades que se lhe oferecem de aquisições mais valiosas ? O mestre ainda há pouco nos confiava a sua mais recente desolação de ver perder-se para o Museu uma bela obra de Silva Pôrto, que a miséria duma dotação irrisória o obrigou a recusar.

A incultura geral torna difícil às entidades que repartem os dinheiros públicos compreenderem que o que atesta e fica da civilização dum povo é essencialmente a sua literatura e a sua arte e que

das próprias indústrias só as artísticas atingem prestígio histórico. Suprima-se a obra dos homens de letras e dos artistas, de Antero de Quental e de Eça de Queirós, de Oliveira Martins e de João de Deus, de Soares dos Reis e de Silva Pôrto, de Ramalho Ortigão e de Rafael Bordalo, para só falar nos mortos, ¿ e que fica afinal da segunda metade do século XIX que nos prestigie? Ainda a glória dos escritores dispensa a protecção do Estado, porque a sua divulgação depende apenas de serem lidos e comentados com inteligência; mas os artistas, dispersa a sua obra pelas colecções particulares, em geral inacessíveis e até mesmo desconhecidas do público, ¿ que destino os espera se os Museus Nacionais, por escassa dotação, não puderem ir escolhendo e conservando a memória viva da sua melhor arte e expondo ao amador, à crítica e à história os documentos mais originais das suas personalidades?

Feita, porém, esta restrição, não ao esfôrço do organizador, que foi admirável, mas ao valor intrínseco do recheio, que Columbano aliás valorizou extraordinàriamente, graças a virtuosismos de harmonia e a uma discreta distribuïção, é justo considerar e admirar agora todo o partido que desta matéria, nem sempre valiosa, o mestre consegue tirar só pelo ambiente que lhe criou.

Na arte portuguesa há sempre um pouco de timidez, de candura e de confissão; como disse ainda recentemente o sr. Aubrey Bell da literatura, é ainda o subjectivismo que marca. Columbano criou a esta sentimentalidade dos nossos artistas o ambiente de discreta intimidade que melhor acolhe a sinceridade da sua emoção, e protege a timidez de concepções sem ambição, contra as vastas paredes e os altos pés direitos das clássicas galerias de Museu. À arte portuguesa contemporânea falta em geral o sentimento largo da composição ou um vasto espírito decorativo; exprime-se melhor nas pequenas telas, *pochades* impressionistas, de paisagem, scenas de interior e natureza morta ou o naturalismo do retrato. Mas estas notas, por vezes cheias de pitoresco e de encanto, transportadas para uma galeria de Museu, perdem-se na vastidão desproporcionada dos muros, ou sentem-se, como certas almas, isoladas no meio da multidão que as envolve.

Columbano trouxe-as, porém, carinhosamente, para o recolhimento de velhas dependências conventuais, colocou-as audaciosa-

mente sôbre um fundo branco de paredes caiadas, nivelou as telas maiores quási connosco, e entregou-as, entre pilares de cripta, à intimidade do seu sonho, numa meditação de clausura.

Dir-se-ia que a mesma vida discreta e contemplativa que inspirou estas aguarelas, desenhos, pastéis e gravuras, teceu em volta de si, na humildade franciscana da cal e nas encantadoras proporções da cela, o seu casulo de crisálida. Por isso nos é dada por vezes esta ilusão, rara em Museu, da descoberta inesperada duma determinada mancha exposta sem teatralidade e cuja pequenina chama emotiva arde tão perto de nós que toca a nossa sensibilidade.

O *hall* da escultura é outro triunfo do gôsto do mestre, que resolveu o problema árduo de reünir numa sala única, não só a obra, naturalmente pouco homogénea, de três gerações, mas de harmonizar matérias diversas como o gêsso, o mármore e o bronze. Columbano associou aqui ao seu génio ordenador o saber e o gôsto do grande mestre do classicismo sr. José Luís Monteiro, cuja decoração arquitectural, baseada em tons marfim e cinza, derrama uma luz que envolve a obra dos nossos escultores numa auréola de doçura, que afaga o naturalismo da *Viúva* de Teixeira Lopes, corrige as exuberâncias plásticas e a sensualidade por vezes excessiva de Francisco dos Santos e exalta em-fim o génio de Soares dos Reis. Tudo aparece secretamente fundido na harmonia de um sentimento comum, que marca através das épocas a mesma unidade de sentimento da escultura nacional — sóbria, calma, terna e séria, a qual, desde os mestres medievais de Coimbra, e através o *São Bruno* de Manuel Pereira em Burgos, revive no génio de Soares dos Reis, que tem aqui o mais importante núcleo da sua obra, em que domina o encantador mármore da Condessa de Vinhó e Almedina e o busto da *Inglesa* — obra de síntese em que se reflecte uma raça.

REYNALDO DOS SANTOS

O SÉCULO XVII

I

ENTRE as mentiras convencionais da nossa história destaca-se o descrédito do século XVII como uma das mais universalmente aceites. Século em que a Companhia de Jesus exerceu uma verdadeira ditadura moral e intelectual, ennegrecê-lo é dever de quantos, mordidos pelas piores gafas anti-clericais, ainda se gastam no salivoso e anacrónico ódio contra os Jesuitas, verdadeiros obreiros do Portugal-Restaurado, — do Portugal, cujas virtudes tão sólidas como modestas são o admirável recheio dêsse não menos admirável século XVII.

Motivam as presentes reflexões o volume, recentemente aparecido, — *O Seiscentismo em Portugal*, do dr. Manuel Múrias. Espírito disciplinado por uma prudente cultura, Manuel Múrias pertence a um reduzido, mas iluminado escol de moços que já descreram da mera eventualidade da renovação da pátria por virtude duma simples transformação política, para plenamente entregarem as suas esperanças à ressurreição integral das directrizes obliteradas do génio português. Considerando o problema da revisão da nossa história como fundamental, logo lhe atraíu a atenção recolhida e douta o recolhido e douto século XVII. Cabe a Manuel Múrias a glória de haver, numa visão de conjunto, intentado a reabilitação dum largo período da nossa actividade nacional, ainda que aproveitando materiais carreados por outros, mas com um restrito fim monográfico. Efectivamente, desde Joaquim de Vasconcelos, arredando com mão segura o acervo de calúnias que ennodoavam a figura del-rei D. João IV, a Edgar Prestage e a J. Lúcio de Azevedo, — um, contornando enèrgicamente o complicado perfil de D. Francisco Manuel de Melo, o outro elevando à memória do Padre António Vieira um sólido e imperecível monumento, o século XVII já entrara como tema preferido nos trabalhos dos nossos eruditos

mais reputados. Faltava-nos, porém, uma ementa do que êle fôra, não em aspectos parciais e destruncados, mas como unidade sintética dentro do plano geral da nossa história. Sem a pretensão de arrumar o assunto, Manuel Múrias conseguiu dar-nos um volume fácil e persuasivo, em que se restitúi ao Seiscentismo o sentido das suas magníficas contribuïções, tão adulteradas e tão pervertidas por uma crítica sectária depois.

Quere-me parecer a mim que o descrédito do século XVII não é apenas obra da falsa e superficial historiografia do século passado. Sobe de-certo a Pombal, a êsse nefasto e vigoroso desnacionalizador, rendido por completo aos métodos da Enciclopédia, — sobe, sem dúvida, à *Dedução cronológico-analítica*. A infamação dos Jesuitas, promovida por tão indigno como insubsistente libelo, caíu em cheio sôbre o século XVII, nascido e conformado pela inspiração da Companhia. Mas, se despidos de preconceitos, o considerarmos através da joeira dum frio e imperturbável juízo, não tardaremos a reconhecer que êle, ao lado do século XV, é um século de puro e castiço lusitanismo.

Não aludiremos agora ao esfôrço político da Restauração, — esfôrço em que as energias colectivas improvisaram uma magnífica pléiade de generais e de diplomatas, saídos quási todos das aulas da Companhia de Jesus e em cuja escolha o dedo de D. João IV se manifesta com adestrada felicidade. Mas fixar-nos hemos um pouco na campanha intelectual desenvolvida em tôrno e a favor da Restauração por um grupo de polemistas experimentados e pertinazes. Trata-se dum capítulo da nossa história, que é simultâneamente um capítulo da história das ideas europeias. Aqui se acolheram os últimos defensores da « liberdade cristã » da Europa, numa hora em que o absolutismo real, engrossado pelos ventos da Renascença e da Reforma, estrangulava àvidamente as derradeiras franquias e privilégios, tanto localistas como corporativos, legados pela Idade-Média. Se, incontestàvelmente, são castelhanos em parte os tratadistas que inspiram a agitação filosófica, que a política da Restauração utilizaria com ressonância e labareda, devemos, em todo o caso, acentuar que muitos dêles, com o insigne Suarez à frente, professaram em cátedras portuguesas, acrescendo ainda que, reavivado de S. Tomás e dos seus diligentes comentadores, o alto pensamento que os guiava, se pertencia ao património mental da

Europa, só na Península encontrou o seu último reduto, — um reduto firme e consciente. Em face da galhardia com que os nossos polemistas de Seiscentos, educados em tão segura formação, combateram, contra o Direito-Romano dominante, o conceito patrimonial do Estado, não nos aventuraremos a uma afirmação leviana se os saüdarmos como os precursores das modernas correntes nacionalistas. Sustentavam já êles então, contraditando as copiosas apologias filipinas, divulgadas por tôda a Europa, que « os Reis foram feitos para os povos, e não os povos para os Reis. » E, por que outros não eram as lições e os ensinamentos dos Jesuitas, compreendemos agora porque, um século a seguir, o marquês de Pombal os expulsaria por « *monarcómacos & sequazes dos republicanos* ». Os Jesuitas, sequazes dos republicanos, é de estarrecer, na verdade, Mr. Homais na sua botica em Rouen!

Êste aspecto do nosso Seiscentismo, cuidadosamente assinalado por Manuel Múrias no seu excelente estudo, relaciona-se de perto com uma questão não menos acalorada, em que as nossas duas Universidades (Coimbra e Évora) figuraram igualmente como teatro. Aludo ao «molinismo». Não ignoro que o livro do jesuita Luís de Molina, professor da Universidade de Évora, sôbre a concordância do Livro-arbítrio com a Graça, apareceu em Lisboa no ano de 1588. Mas um século no seu significado cultural e social não coincide as mais das vezes com os seus limites cronológicos. E quanto a mim, o século XVII, filho da Contra-Reforma, não é senão a demonstração de quanto se ajustaram à parte sã da alma portuguesa as direcções ditadas em Trento à catolicidade em crise. Ora o «molinismo» não se enquadra já no grande desvario de Quinhentos e corresponde inteiramente à mentalidade que dirigiria o nosso Seiscentismo. Conquanto espanhol, Luís de Molina, como todos os Jesuitas, achou entre nós maior eco de que na sua própria pátria, onde um virtuoso dominicano, fr. Domingos Bañez, confessor de Santa Teresa, o impugnou ruïdosamente. ¿ A que conclusões chegava o «molinismo»? Obtiveram as suas disputas uma ampla repercussão europeia e não suponham que versavam uma querela inútil, — um bisantinismo de argumentadores infatigáveis. Não! Defensores da liberdade política contra a concentração absolutista, os Jesuitas mostraram-se da mesma maneira,

e com a mesma veemência, defensores da «liberdade interior», — da «autonomia individual», sèriamente ameaçada pelos excessos da doutrina da Predestinação, que suprimia tôda a humana iniciativa. As teses de Molina honram a Companhia de Jesus e as nossas escolas. E no seu *Condenado por desconfiado* um outro Molina, — Tirso de Molina —, castelhano também, dar-lhes-ia expressão literária inolvidável.

Aponta Manuel Múrias no seu volume com suma acuidade a característica fundamentalmente intelectual do século XVII. Século da prosa portuguesa, — século da fixação da língua, o define Manuel Múrias. Se as arcarias e as musicalidades excessivas do neo-classicismo conferem abundância e dinamismo ao idioma, emfim estabilizado, o folc-lore, com exemplo nos *Apólogos dialogais*, de D. Francisco Manuel de Melo, imprime-lhe imprevisto, sabor e até picturalismo, — coisa rara nas literaturas contemporâneas, exceptuada a espanhola. Mas a linguagem, assim apurada, não se detinha num mero exercício verbal, — num exclusivo arranjo plástico da palavra. Se as modas poeticas gafam com maneirismos de importação a nossa frondosa árvore lírica, não se veja nisso um sinal ou estigma de decadência! A viçosa floração mental do século XVII certifica-nos do contrário. E não é debalde que Manuel Múrias sumaría os serviços dos nossos missionários, — Jesuitas, sobretudo, prezados ao conhecimento das línguas exóticas, preparando com recuada antecipação o caminho à filologia comparada. Título êsse de glória, que é preciso reivindicar para os que, porventura, duvidem de que houve uma «sciência portuguesa», ajuntemos-lhe ainda o do «Suarismo», oportunamente recordado por Manuel Múrias num momento em que a reviviscência da Escolástica tanta actualidade dispensa ao desprezado labor dos esquecidos mestres coimbrões.

Viajando em Portugal à volta de 1875, observava a tal respeito Menendéz y Pelayo, ainda rapaz: — «*Hombres en lo demás doctos y juiciosos, estan llenos de preocupaciones respecto à la antígua filosofia, y solo asi se explica el que tengan olvidados por completo a los comentadores de la Escuela Conimbricense y para nada tomen en cuenta el desarollo del Suarismo en Portugal que fué tan notable.*» E o brilhante polígrafo acrescenta: — «*Los libros más recientes vienen llenos de declamaciones contra la filosofia de los jesuitas, como si*

estuviesemos aun á la altura del siglo XVIII.» O reparo de Menendéz y Pelayo atinge no íntimo a teia de falsidades em que até hoje o Seicentismo se enredou entre nós. Vítima da superficialidade gárrula do século XVIII, o nosso Seiscentismo sofreu o descrédito que sofreu a Escolástica com a vitória das filosofias fáceis da Enciclopédia. Para que se aprecie a amplitude de tamanho desvio que nos levou a atirar para o limbo dos farrapos anónimos um dos mais inconfundíveis capítulos da nossa vida cultural, não falarei do renascimento do Tomismo, com o seu centro irradiador em Lovaina, nos termos em que falaria um publicista católico. Prefiro que escutemos um testemunho insuspeito, — o dum agnóstico confesso, Gonzague Truc, no seu livro, *Le retour à la Scolastique*. Diz-nos êle : — « *La tradition philosophique arrêtée au* XVIII.e *siècle, sait-on que c'est avec l'esprit humain que l'on rompait ? Voici donc que l'Eglise reprend son vieux rôle, qu'elle recueille pour la conserver, à travers l'indifférence ou l'hostilité des Barbares, la sagesse das anciens jours.*»

Considera Gonzague Truc a Escolástica como uma extraordinária resultante da prudência de Aristóteles e do arrôjo de Plotino, — «como o melhor da meditação antiga vivificada e penetrada pela sensibilidade cristã.» Para Gonzague Truc a religião não foi a única atingida, quando no século XVI a Reforma inaugurou o puro individualismo. « *On a dit non et à l'autorité dogmatique, et à la discipline, et aux tresors du passé. On a tout daté de soi. On a imposé à l'esprit d'oublier le travail des siècles, de recommencer sur nouveaux frais.* » E o autor do *Le retour à la Scolastique* concretiza o que significou para nós, ocidentais, o repúdio da Escolástica, *perennis philosophia* : — « *Au fond, l'œuvre du monde moderne a consisté en ceci, à dresser un esprit issu de l'âpre génie des peuples envahisseurs contre la domination intellectuelle des peuples méditerranéens...* » Opõe Gonzague Truc aos desvios da inteligência contemporânea a Escolástica, — Gonzague Truc, cujo agnosticismo é necessário ter bem presente, para que o seu depoïmento se pese nas suas condições de imparcialidade perante a Igreja, o que o valoriza excepcionalmente para a nossa demonstração. Assim na incapacidade construtiva dos vários subjectivismos filosóficos que pretenderam substituir a Escolástica, esta «*reste*

donc le témoin perpetuel de la seule pensée valable et la règle où les diverses disciplines doivent se venir mesurer.» Não sei de apologia mais calorosa de que a de Gonzague Truc! O seu livrinho contribuirá indubitàvelmente para transformar as opiniões correntes, depois do ascenso do falso racionalismo, sôbre o alcance e os méritos da Escolástica. Êle ajuda-nos a restituir ao seu lugar perdido os velhos mestres conimbricenses, que já Menéndez y Pelayo, ha quási cinqüenta anos, achava envoltos num injusto e, para nós, deprimente esquecimento.

Podemos agradecer ao falecido e ilustre doutor Ferreira Deusdado o inventário da doutíssima actividade dos comentadores coimbrões no seu precioso opúsculo *La philosophie thomiste en Portugal.* Mencionemos o jesuita Pedro da Fonseca, que alguns apelidam de «novo Aristóteles» e que Menéndez y Pelayo nos indica como influindo grandemente na formação e na enunciação do «molinismo». Na difusão e no comento do «Suarismo» nomearemos os padres Baltasar Teles, Manuel de Góis e Sebastião do Couto, — os dois últimos autores do célebre *Curso de Artes,* publicado pelo Colégio Conimbricense, sendo a Lógica de Couto e o demais de Manuel de Gois. Foi europeu o *Curso de Artes* e debaixo da designação geral de *Commentarii collegii Coninbrensis* serviu de texto de ensino a tôda a Europa culta. Mede-se já a importância de quanto nos roubou, falseando a interpretação exacta do século XVII, o anti-jesuitismo, contaminado por Pombal e pelo Enciclopedismo aos nossos pretensos críticos e historiadores. Ninguém ignora que, num desdém vexatório pelo latim, Inocêncio só registou no seu *Dicionário bibliográfico* os autores que escreveram em português. Repelíamos dêste modo um jesuita como Manuel Álvares, a quem se deve o *De Institutione Grammatica libri tres,* — compêndio notabilíssimo, igualmente espalhado por tôda a Europa, e o mercedario fr. Serafim de Freitas, catedrático em Valladolid e eminente refutador de Grocio no seu *De justo imperio Lusitanorum asiatico.* Não falando nos orientalistas fr. Jerónimo de Azambuja (Oleaster) e fr. Francisco Foreiro, teólogos ao concílio de Trento e insignes tradutores dos sagrados textos hebraicos. Bem nos recordamos que cronològicamente fr. Francisco Foreiro e fr. Jerónimo de Azambuja são do século XVI, mas intelectualmente encorporam-se já na corrente culta que originou

e alimentou o nosso Seiscentismo. Tanto fr. Jerónimo de Azambuja, como fr. Francisco Foreiro, não se limitam nos seus trabalhos a uma versão rigorosa das Escrituras. Nos *Commentarii in Pentateuchum Moysi*, fr. Jerónimo Oleastro empenha-se em procurar o significado genuino e primitivo de cada palavra hebraica, subindo às suas etimologias e corrigindo, inclusivamente, a versão dos Santos Padres em bastantes passos. Fr. Francisco Foreiro, na sua tradução das *Profecias de Isaias*, emprega processos idênticos, oferecendo-nos um notabilíssimo comentário filológico sôbre os idiotismos da língua hebraica. Adicionemos aos seus nomes o nome do crúzio Pedro de Figueiró, ao qual, pela sua perícia no domínio e cultivo das letras sacras, chamaram os seus contemporâneos « *alter Hieronymus* ».

Com semelhante preparação e tais antecedentes compreendemos já sem custo a que elevação intelectual nós subímos no século XVII. Insisto pelo carácter tridentino do nosso Seiscentismo, — pela perfeita ortodoxia do seu pensamento e das suas tendências. Não porque me dirija agora qualquer intenção apologética. Mas, colocado em pleno critério objectivo, para que se destrua de vez o aleive injustificado que tem êsse século como uma pausa humilhante na nossa história, acusando nêle os frutos duma longa e asfixiante tutela eclesiástica. A minha tese é a tese do dr. Manuel Múrias, — tese que me facilitou motivo para as breves glosas com que a estou torneando. Exactamente, nos moldes e direcções impostas pela Contra-Reforma à sociedade portuguesa, é que reside o segrêdo do florescimento lusista do nosso Seiscentismo. Na *Introdução ao Dicionário da Língua Portuguesa*, de Pedro José da Fonseca, e impresso pela Academia em 1793, confessa-se louvàvelmente que « *a idade mais elegante da pureza da nossa língua deve contar-se desde o ano de 1540 em que começaram a ler na Universidade de Coimbra os insignes mestres que El-Rei D. João III nela estabeleceu.* » Eis o reconhecimento dum facto que só por si enche de luminosidade o século XVII: graças ao ensino humanista, como os Jesuitas o professaram, a nossa língua se estabilizou na pena dos Seiscentistas, — e estabilizou-se numa prosa onde mergulha as suas raízes quanto, no falar português, existe de sóbrio, de grave e de definitivo.

Eu não quero converter os meus leitores à admiração da

Companhia de Jesus. Exijo-lhes apenas, como homens cultos e de boa-fé, que a encarem e julguem sem prevenção de espécie alguma. Um livro lhes recomendo, embora êsse livro seja sectário no debate de mais duma questão. É o estudo de H. Boehmer, professor da Universidade de Bonn, — um dos redutos do protestantismo intelectual, e traduzido para francês pelo calvinista Gabriel Monod, — *Les Jésuites*. Basta a leitura da obra de Boehmer para despojar de preconceitos inadmissíveis, no caso particular dos Jesuitas, quem se reja pelas luzes serenas da inteligência. Ora nós, portugueses, não podemos, na verdade, separar a nossa história da história da Companhia. Boehmer honestamente classifica como erróneas as imputações que atribuem a nossa decadência aos Jesuitas. A revisão do processo do século XVII põe-nos em frente da Companhia, levando-nos a verificar que, século jesuítico por excelência, é também essencialmente um século português, desde a medula à alma. Não constituiram os Jesuitas com os seus colégios e os seus professores um cerrado mandarinato para raros e escolhidos discípulos. Apostolizaram como poucos as primeiras letras e à Companhia se agradece a instituïção e difusão da que hoje entendemos por « instrução secundária ». Resolveram assim os Jesuitas hàbilmente o problema do « humanismo ». O mal da Renascença, com conseqüências bem funestas na dissolução individualista dos nossos dias, consistiu em arvorar o ideal humanista como *tipo* ou *fim* de vida. Apropriando-se dos recursos que as « humanidades » traziam à cultura geral do espírito, os Jesuitas utilizaram o « humanismo », não como uma *finalidade*, mas como um *meio* ou *elemento* de formação mental. Como o renascimento do Tomismo lhes dá hoje razão no seu apêgo à filosofia tradicional, não os reabilita menos a defesa recente e unânime das « humanidades » como clarificadoras do espírito nos adolescentes. Coincide o período escolar em que as « humanidades » se freqüentavam com um período grave no nosso desenvolvimento moral e físico. Oiçamos Léon Daudet no seu formidável discurso, pronunciado na Câmara dos Deputados francesa em 27 de Junho de 1922, sôbre a influência das « humanidades » no ensino secundário: — « *Vous savez que la maladie du jugement, qu'on apelle, d'après la racine grecque, l'aphronie, de* a *privatif et* — phronos *jugement, est un trouble*

cerebral et corporal qui prend les enfants à l'âge de onze ans et les accompagne jusqu'a l'âge de vingt ans, l'âge de l'echéance philosophique, des connaissances métaphisiques qui libérent la personne humaine des préoccupations exclusives de l'instinct sexuel. » E Daudet adita : — « *Pendant cette période, je considère que les humanités, même sous la forme réduite ou elles sont enseignées, sont la meilleure assise du jugement.* »

Não nos é possível seguir Léon Daudet na dedução das suas considerações. Mas o pequeno trecho reproduzido intima-nos a importância capital das « humanidades », não só como método de ensino, mas também como tratamento eficaz da psicologia tão revolta e desencontrada da adolescência. Explica-se, pois, o sucesso da acção pedagógica dos Jesuitas, que entre nós, — no debatido século XVII, sobretudo —, se disciplinaram inteligências, criaram, principalmente, « homens ». Com êsses « homens », provindos dos colégios da Companhia, se levantou e consolidou a fábrica difícil do Portugal-Restaurado, — dos seus generais, dos seus diplomatas, da sua burguesia, aos seus escritores e aos seus missionários. É um século em que, ao lado dum Salvador Correia de Sá, dum marquês de Marialva, dum D. Sancho Manuel, dum Matias de Albuquerque, no campo das batalhas, se perfilam nas pugnas subtis da política externa um Francisco de Sousa Coutinho, um Andrade Leitão, um João Rodrigues Sá e um António de Sousa de Macedo. Não nos faltam economistas, como que tocados dum antecipado sentido nacionalista, em Manuel Severim de Faria e em Duarte Ribeiro de Macedo. Sobrepuja a todos pela multiplicidade das suas aptidões o Padre António Vieira, — expressão invulgar do Sonho e da Acção. É um século em que se *constrói*, — desde as fortificações de Elvas, exemplar completíssimo do sistema Vauban, aos inumeráveis edifícios militares e civis, que as necessidades sociais e políticas da Restauração nos exigiam. Há uma justa correspondência em tôdas as camadas nacionais, — uma como que equilibrada e salutar função de osmose e endosmose. O povo preenche com bela matéria-prima os quadros da pátria que se reedifica. E porque os Jesuitas exercem uma intensa ditadura nas almas e nos cérebros, não o suponham mergulhado no obscurantismo das inevitáveis declamações duma história para gastos folhetinescos!

Conhece-se uma memorável consulta da *Mesa de Consciência e Ordens* dos fins do século XVI que nos ajuda a reconstituir a divulgação do ensino, levada a efeito pelos Jesuitas. « Essa consulta, — elucida o malogrado doutor Ferreira Deusdado nos seus *Educadores portugueses* —, quere atalhar à falta de homens para outros exercícios lícitos e necessários da nação e mostra os inconvenientes que há em haver em Portugal muitos letrados pela facilidade com que pais tanto nobres como mecânicos, ainda que pobres, mandam aprender latim e artes, nos colégios, gratuitos, espalhados em todo o reino. Uns vogais, querem, — continua Ferreira Deusdado — , que se fechem os colégios ficando uma só classe, paga à custa dos ouvintes, outros que nenhum nobre possa matricular na Universidade mais de dois filhos e o mecânico um só e o cristão novo nenhum, sem especial licença do Rei, porque ainda desta maneira sobejarão letrados nestes Reinos ». Recortado de José Silvestre Ribeiro na sua *História dos estabelecimentos scientíficos e literários*, chama Ferreira Deusdado em seu refôrço um excerto de Faria e Sousa. É como segue : — « *O Cardeal D. Henrique fundou em Évora um sumptuoso Colégio e Universidade para os Padres da Companhia, onde têm escolas gerais de que se aproveitam os naturais daqueles sítios, com tal concorrência que vindo muitos para isso a deixar a cultura dos campos, em cujo exercício se criaram, a perderem-se muitas terras que produziam fertilmente o sustento de grande parte do Reino, levado por isso à necessidade de pedir pão aos seus próprios inimigos.* »

Tão ligados ao viver íntimo de povo, não se admite mais a declamada lenda de obscurantismo que envolve simultaneamente os Jesuitas e o século XVII ! Não se afirma nenhum paradoxo se dissermos que êsse é o século em que, proporcionalmente, a cultura geral se acha difundida com maior largueza e penetração. Século de Sebastianismo ignaro, — obtemperará em defesa última quem se atreva a permanecer fiel aos conceitos herdados da *Dedução cronológico-analítica*. Século de Sebastianismo, efectivamente, — corroboro eu, mas sem que à palavra « Sebastianismo » atribua um sentido de baixa e estigmatizante alucinação. Se há em Portugal um período da sua história mais estruturalmente intelectual, — insisto —, é, fora de dúvida, o século XVII. ¿ Como explicar então, a não ser por uma rara

psicose colectiva, o sonho, a crença comum no Encoberto, de que participam ardentemente, antes e depois da Restauração, nobres e plebeus, ganhões e catedráticos? Motivo para extensas lucubrações, o Sebastianismo, como « religião da Esperança » e como « mito nacional », não merece os desdéns dos que objectiva e racionalìsticamente se ocuparam dêle, desde o confuso e babilónico José Pereira de Sampaio (Bruno) a J. Lúcio de Azevedo e António Sérgio. Urge, porém, que o ilibemos das constantes ampliações romanescas que a cada hora o adulteram, tornando-o em têta esfalfada duma não menos esfalfada bastardia lírica. Antes de tudo, no Sebastianismo revela-se, transfigura-se, a aptidão universalista do génio nacional. É semelhante aptidão o sinal peculiar e próprio da alma hispânica. Ainda recentemente Oswaldo Spengler, tão afamado pelas suas teorias catastróficas acêrca do futuro da « civilização ocidental », asseverava que os « espanhóis », primeiro que ingleses e prussianos, souberam dar à civilização europeia ideas universais. Tais ideas resumem-se no ideal católico, que a Península desposou como seu, ditando-o e servindo-o como uma projecção da sua fisionomia espiritual. A designação de Spengler: — « espanhóis » é preciso corrigi-la por « hispânicos », para que, mais exacta, abranja assim « portugueses » e « castelhanos ». Ora a tendência espontânea para a hegemonia mundial, equivalente ao *ville zur Macht* faustiano, que Oswaldo Spengler reconhece nos « hispânicos », entrega-nos a chave da concepção sebastianista.

Se o temperamento dogmático e sêco do castelhano, como nascido e medrado nas solidões pensativas do Meseta, o empurra para manifestações exclusivamente *individuais* e *individualistas*, como o *D. Quijote*, as gentes da ribeira atlântica, dispondo duma outra sociabilidade e senhoras duma feição lírica inconfundível, encontrariam no relêvo duma criação anónima o herói que lhes personificasse as aspirações, a um tempo comunitárias e imperialistas. A condição especial do Luso dentro da família peninsular, objecto de longos debates, fixa-se tìpicamente no caso do Sebastianismo. Claro que « Sebastianismo » significa e importa um conjunto de sentimentos e de fôrças morais que excede a figura restrita de D. Sebastião, o qual foi o seu condensador. Entrelaçando agudamente a origem da crença sebástica com as entranhadas raízes do lirismo português, nota

algures Menéndez y Pelayo : — « *No es vana la antigua tradición que pone en Portugal o en Galicia la cuna del Amadis y de la mayor parte de los primitivos libros de caballerias, derivación muy libre y muy españolisada de los cuentos galeses y armoricanos. Alli debieron nacer por la misma ley de misterioso atavismo celtico que llevó a los portugueses à la conquista del Mar Tenebroso, fascinados por el espejismo de las islas encantadas y de la leyenda de S. Brandam, y que à través de los siglos renueva hasta en sus minimos pormenores el mesianismo del Rey Artur,* rex quondam resque futurus, *en la esperanza nunca desfallecida y siempre renaciente, de los que todavia aguardan en dia de niebla por la foz del Tajo al Rey Don Sebastian, redentor de su raza y fundador del sexto* (sic) *imperio apocalyptico.* »

O parentesco evidente do mito do Encoberto com o mito do Rei Artur obrigava Menéndez y Palayo a recorrer para um recuado fundo étnico, que o insigne polígrafo qualificava de « céltico », forçado pelo celticismo erudito da época em que escrevia. Sem discutirmos agora qual a natureza dêsse *substractum* étnico, — se céltico, se ligure, ou se até ibérico, convém recordar que na sua *Historia de los heterodoxos españoles*, Menéndez y Pelayo, encostado a um passo célebre de Suetonio, nos fala duma sibila de Clunia, —*fatídica puella*, que prometera à sua tribu oprimida um salvador no futuro. Para os que se gastam a denunciar o Sebastianismo como uma afloração espúria do messianismo judaico, tanto as suas afinidades com o mito de Artur, como o facto apontado da *fatídica puella* de Clunia, emancipam-no prontamente dessa indicada ascendência israelita. Os elementos bíblicos que transitaram para a religião sebástica forneceu-lhos a mística cristã. Na hora de Seiscentos, em que aparecia o opúsculo de Lucindo Lusitano, (Luís Marinho de Azevedo), em favor de D. João IV, — *El Principe encubierto, manifestado en quatro discursos políticos exclamados al rei D. Philippe IV de Castilla*, Lisboa, 1642, corria também em Madrid *El principe escondido (Meditaciones, de la vida oculta de Cristo, de los doce hasta lo treinta años)*, por fr. Marcos Calderon, Geral dos Mercedários e Prègador de Felipe IV. A linguagem do nosso mito nacionalista ajusta-se, pois, à linguagem simbólica da Igreja. Não carecemos, por

isso, de degenerar o que é flama acesa do nosso génio numa superstição passiva sem dignidade nem grandeza.

Mas eu referia-me à sibila de Clunia, — à *fatidica puella*, mencionada por Menéndez y Pelayo. Não passou ela despercebida ao nosso infatigável Martins Sarmento. Em nota a pags. 273-274 dos seus *Argonautas (Subsídios para a história antiga do Ocidente)* consigna o doutíssimo arqueólogo : — « Para completar a sua obra, não seria estranho que os druídas semeassem a promessa dum libertador. Não há notícias dêste messianismo na Galia ; mas vamos encontrá-lo na Espanha, na Cantabria, onde menos se esperava. Quando Galba subiu ao trono, viu-se nêle o libertador do mundo, profetizado dois séculos antes por uma virgem cantábrica (Suetonio, Galba, IX)... O noroeste da Espanha foi talvez o refugio de muitos Ligures da Galia e da Inglaterra. ¿ É de alguns dêstes países que vem o misterioso messianismo dos Cantabros ?. » Se Martins Sarmento atendesse à irmandade em costumes e instituïções de Lusitanos, Galaicos, Astures e Cantabros, expressamente testemunhada por Strabão, não carecia de formular a sua pregunta. A *fatidica puella* de Clunia insere-se no mesmo fundo étnico, de que derivou depois o Encoberto. E tão autóctone tal *substractum* se nos revela, que, relacionando-o com os primitivos cânticos galaicos, Menéndez y Pelayo, para provar o indigenato dêstes, sublinha sàbiamente nêle uma ausência total de carácter bélico. ¿ Pretendo eu, por meu lado, sustentar que o Sebastianismo, como expressão dum determinado estado psíquico, seja afirmação exclusiva da árvore genealógica em que a grei portuguesa se entronca ? De modo nenhum. De-certo que Sebastianismo, pròpriamente dito, é apenas nosso, mercê da figura histórica que o corporizou. Mas a ânsia messianista que o inspira pertence ao património sentimental e místico da humanidade. Acontece, porém, que, se em muitos povos ou raças há excepcionalmente um herói salvador que, derrotado, volverá um dia, para resgate e apoteose dos seus, — isto desde as fundas idades poéticas até as portas da eras contemporâneas, em Portugal a crença no Encoberto torna-se a feição predominante duma sociedade e duma época, com aquêle valor de condensação energética, conferido modernamente por Georges Sorel aos « mitos », que se apressa a não confundir com as « utopias ».

Baseado na teoria de Georges Sorel, reflexiona Vilfredo Pa-

reto: — « *Il n'existe dans l'histoire aucun peuple grand, fort, prospère, chez lequel on ne trouve les sentiments profonds et actifs qui se manifestent par un idéal, une religion, un mythe, une foi. Tout peuple,* — avança Pareto —, *oú ces sentiments s'affaiblissent est en voie de décadence. Bien des petits peuples sont devenues grandes parce qu'ils avaient foi en eux mêmes; un peuple qui perd cette foi est tout prés de la ruine.* » O Sebastianismo, como mito nacionalista, não era, no momento agudo de Seiscentos, senão a fé exasperada da nação portuguesa em si própria. O que no Sebastianismo crepitasse de vesânia ou estultícia, como o regresso de D. Sebastião, — forma tangível da « religião da Esperança » para o vulgar das gentes, nobre e lògicamente o combateu o vigoroso espírito seiscentista. Nada melhor no-lo ensina do que a lápide famosa da « Porta do Nó » em Vila Viçosa, — lápide comemorativa da aclamação de D. João IV. Reza a inscrição, transposta a vernáculo: — « *Esta é a fatal porta dos Nós. João poderoso livra-me com a espada do nó da Espanha. Desfaz Alexandre o nó para imperar como rei na redondeza da terra; o meu rei o desata para empunhar os scetros do Rei Encoberto. Ano de 1654.* » Tal é o sentido preciso, — a definição histórica do mito sebástico. Portugal identifica-se ao rei perdido, mas imortal. D. João IV, retomando o lugar de D. Sebastião, dá realidade ao mito e volve-o em acto permanente e vivo. Com razão declara Vilfredo Pareto que «*dans la vie des peuples, rien n'est aussi réel et pratique que l'idéal.*» Na vida do nosso povo, o «Sebastianismo» é a «personificação» dêsse ideal que o alimenta, — ideal de que o «milagre de Ourique» traduz igualmente um outro aspecto, uma outra face.

Salienta ainda Vilfredo Pareto que «*la realité de l'idéal ne se trouve pas en soi-même, mais dans les sentiments qu'il révèle*», acrescentando que «*le contenu logique de l'idéal importe peu.*» *Ce qui importe beaucoup plus c'est l'état psychique qu'il révèle, dont il est un symptôme.*» Eis o problema do «sebastianismo» em relação ao século XVII. Rectificando a Oliveira Martins, pretende mestre Bruno no seu *Encoberto* que o historiador confundiu « dois factores diferenciados diversificadamente: o do sebastianismo e o do messianismo em Portugal; o primeiro considerado irrisório e pertença de maniaticos; o segundo, reputado intangível, como

inviolável timbre da dignidade colectiva. Um, além da adaptação de profecias estranhas, deriva das trovas de Bandarra; o outro fundamentava-se, além da tradição nacional, anónima, no juramento de D. Afonso Henriques.» Enganava-se, porém, redondamente o afanoso publicista portuense! O messianismo é que, duma maneira ou outra, representa no desenvolvimento de todos os povos um traço geral e comum. O «Sebastianismo», pelo contrário, determina a feição especial que semelhante fenómeno adquiriu em Portugal. Não há que separá-lo, portanto, da exaltação nacionalista que falsifica as actas de Almacave e utiliza mais tarde, nos combates diplomáticos da Restauração, as miragens eruditas de fr. Bernardo de Brito na sua *Monarquia Lusitana*.

Vimos já como a lápide de Vila Viçosa concretiza o significado oportunista do Encoberto. O mesmo propósito conduz à modificação da estrofe célebre do Bandarra:

> « *Saya? Saya esse Infante*
> *Bem andante?*
> *O seu nome he Dom foam:*
> *Correrlheam o Pendam,*
> *E o Guiam,*
> *Poderoso & triumphante.* »

por

> « *Saya? Saya esse Infante*
> *Bem andante?*
> *O seu nome he Dom Joam.* »

De resto, bem antes da Restauração, o cristão-novo Manuel Bocarro Francês não fugia de apregoar, como sebastianista confesso, que, embora D. Sebastião não tivesse morrido em Alcácer, Rei haveriamos nêle, — não na sua pessoa, « mas no sangue da sua raça ». Tal é a linha dorsal do sebastianismo da Restauração, que no seu manifesto *El principe encubierto* Luís Marinho de Azevedo inclui na comparação feliz do Encoberto, abrangido pela fórmula — D. Sebastião ao D. João IV = ao Deus ignoto dos atenienses, em quem a gentilidade prestava culto antecipado à

unidade do Deus Criador. Evidentemente que na massa avulsa da nação o Encoberto tomava aspectos de fetichismo baixo e depressivo. Não esqueçamos, para o explicar, o que de judaico se espalhara por entre a arraia miúda. Mas então com isso só se prova a filiação hebraica do Sebastianismo, — gritarão, vitoriosos, os opositores da minha tese. Ora escutemos o senhor J. Lúcio de Azevedo na *Evolução do Sebastianismo*, discorrendo das profecias do Bandarra: — « Ao fundo pròpriamente judaico se juntou o que da lenda de Merlim restava ainda na tradição popular, se é que não veio de Espanha com outros elementos, que o autor das *Trovas* igualmente utilizou. » Mas ¿ o que é para o senhor J. Lúcio de Azevedo o « fundo pròpriamente judaico » das Trovas ? Êle nos responde: — « Não é de estranhar o alvorôço que entre os Hebreus causavam as trovas proféticas, pejadas de reminiscências bíblicas, no sentido e na linguagem ». E o ilustre historiador esclarece: — « Reconheciam no Bandarra um dos seus, se não pelo sangue, no afecto aos livros sagrados, que lhe inspiravam a grosseira musa. » Pelo sangue, seguramente que não, segundo o senhor J. Lúcio de Azevedo testifica com a certidão passada pelo Santo-Ofício, — certidão que atesta não ter sido o Bandarra preso por culpas de judaismo, mas por « *fazer trovas sôbre lugares da sagrada escritura* ». Os « lugares da sagrada escritura », em que o sapateiro de Trancoso se apoiava, vinham-lhe, como já notámos, da Bíblia, sim, mas pelo canal da mística cristã. Notarei ainda que se o « messianismo » é uma aspiração judaica, ¿ o que pensaremos do Cristianismo da « parusia », ou seja do « advento do reino de Deus », durante as idades apostólicas, sobretudo ? Sucede também que aos Judeus repugnava visceralmente, tanto a « ressurreição dos mortos », como a idea de « imortalidade da alma ». Lembremo-nos da tragédia mental de Uriel da Costa!

E sem divagar, ùnicamente para assentarmos o nosso juízo, consinta-se-nos um recorte elucidativo da *História de Cristo*, do convertido italiano Giovanni Papini. Frisa-nos Papini a dificuldade com que os apóstolos e discípulos do Senhor acreditaram na sua ressurreição. Maria Madalena toma-o pelo jardineiro de José de Arimatéa e os caminheiros de Emauz como qualquer outro viajante. « Tem-se a impressão, ao lêrem-

-se os Evangelhos, que os amigos de Cristo, bem longe de inventarem a sua volta, só a aceitaram constrangidos por uma triunfante evidência e depois de bastantes hesitações. É, numa palavra, o inverso, » de quanto pretendem provar aqueles que os acusam de ingenuidade ou fraude. E Giovanni Papini interroga : — « Mas porque tais incertezas ? ¿ Porque é que os ensinamentos de Jesus não tinham podido destruir, nessas almas lentas e indóceis, a antiga repugnância judaica à idea da imortalidade ? A crença na ressurreição dos mortos foi estranha por muitos séculos ao espírito todo temporal dos Hebreus. Encontramos rastos dela em raros profetas, — em Oséas e Daniel, não aparecendo verdadeiramente explícita senão numa passagem da história dos Macabeus. Nos tempos de Cristo o povo possuia uma confusa noção, como dum milagre longínquo que entrava no plano dos apocalipses, mas que não se realizaria antes do dia da destruïção suprema. Os Saduceus negavam terminantemente a ressurreição dos mortos ; os Fariseus admitiam-na, não como o privilégio dum só, mas como a recompensa afastada e comum de todos os justos. Quando o supersticioso Antipas dizia de Jesus que êle era João ressuscitado dentre os mortos, queria dizer, servindo-se duma imagem enérgica, que êle era um outro João. » Donde o concluir Papini legitimamente : — « A relutância em admitir uma tão extraordinária infracção às leis da morte mostrava-se tão profunda entre os Judeus que os Discípulos mesmo do *Ressurrector*, que anunciara a sua própria ressurreição, não estiveram dispostos a reconhecê-la, sem primeiro se convencerem por meio de provas e contra-provas. »

Se transpusermos para o mito sebástico, em que o messianismo judaico deve desaparecer diante da « parusia » cristã, as considerações de Papini, ¿ o que inferiremos nós ? Que, embora a vinda do Encoberto exprima para Portugal a sua vitória no mundo, — o seu máximo poderio (Portugal-Maior, diriamos hoje), e se possa aparentar por aí ao imperialismo moral dos judeus, no mito sebástico distingue-se, em todo o caso, um elemento — o elemento predominante, que rejeita os seus supostos antecedentes hebraicos. Morto ou não na batalha, D. Sebastião tornará um dia ampliado no tempo pelo dom duma imortalidade, que, se não é eterna, é, pelo menos, *histórica*. Isto, quanto às origens poéticas do « mito », pois que a sua inter-

pretação prática já sabemos em que termos lha deu o século XVII. Creio suficientemente indicado, por um trabalho de raciocínio que o leitor suprirá no seu miúdo encadeamento, como o «sebastianismo», sinónimo de «encobertismo», é mais cristão do que judaico, — e como brotou antes da autoctonia psíquica da nossa raça, do que duma enxertia ou posterior imiscuencia hebraica.

O carácter providencial de «povo eleito», que o mito sebástico concede a Portugal, é que o assemelha, mas pelo lado dos teólogos e místicos do Cristianismo, à perdida dignidade de Israel como «nação escolhida». Socorrendo-se do «milagre de Ourique», Pedro de Sousa Pereira, no seu *Mayor triumpho de Monarchia Lusitana*, na esteira de muitos outros autores, reclamaria para Portugal a «*semelhança cõ o povo de Israel, de que se lhe transferio dominio*, porque «*o reyno de Portugal é de eleição divina e succedeo a Israel, que o perdeo por seus peccados, e se deo às gentes que fizeram fructo n'elle de estender o nome de Deus até o Japão, que he o outro polo, cõfirmando nossa santa fe com suas vidas, a pezar de tãtos encontros dos infieis, e riscos do grãde Oceano.*» Aqui se espelha bem a natureza universalista que o nacionalismo extremo do mito sebástico abrigava consigo. É o tema que preside às lucubrações de D. João de Castro, — o comentador do Bandarra, quando nos convida a crer na vinda do Desejado, para realizar a monarquia universal de Cristo, coroado o nosso D. Sebastião imperador do mundo pelo Papa Angélico.

«*O Papa Angélico*, — aclara D. João de Castro —, *futuro contemporaneo Del Rey Nosso Senhor, constrangido pela tribulaçam grande que se erguera na Igreja, desamparará Roma & fugirá para França ou para os reynos seus comarcãos indo-se emfim refugiar a Portugal... No qual por expresso mandado de Deus coroará por Emperador a El Rey Dom Sebastiam, traspassando o imperio da Allemanha á Casa Real de Portugal.*» E, — detalhe curioso! —, que D. João de Castro, iluminado pela sua quimera, até aos detalhes desce: — «*Na coroaçam do Emperador Dom Sebastiam Nosso Senhor,* (o Papa Angélico) *o coroará com coroa de espinhos, por ele mesmo não querer que seja com a douro, senam com*

a tal por reverencia & memoria de Christo: pedindo isto muy afincadamente a sua Santidade, que por condescender com seu santo zelo & humildade, lho otorgará.»

Provado fica que, tanto no seu nacionalismo como no seu universalismo, o mito sebástico é de perfeita conformação cristã. Originado certamente nas velhas lendas ocidentais, de que o Saturno, desterrado para uma ilha longínqua das tradições teogónicas, recolhidas por Diódoro Siculo, é, sem dúvida, a mais remota figuração, impossível será reconstituir-lhe a emmaranhada genealogia até se corporizar em momentos de febre colectiva no moço herói, sumido para sempre na tarde congestionada de Alcácer. Mas as suas raízes mergulham no fundo étnico de que brotou o belo tema de Artur, descansando até ao retôrno triunfal, na misteriosa Avalon, convem não esquecer que a *fatidica puella* de Clunia,— a sibila cantábrica de que, a propósito de Galba, Suetonio nos fala acidentalmente, se nos desvenda como o elo sôlto duma longa e interrompida cadeia. Antes de D. Sebastião, é em Castela, na monarquia de Carlos V, que o *Encoberto* nos surje, personificando, quem sabe, os protestos insofridos do espírito público contra Carlos de Gand e o seu séquito de flamengos. Correm, como de Santo Isidoro, diversas profecias. Aventa uma:—«*Sazon se hallegara que el Encubierto verra en Espanna cavalgando en cavallo de madera: y aun estara aca, y de muchos no sera crido.*» Tentando explicar em rima para o vulgo os textos apócrifos atribuídos ao santo prelado de Sevilha, estampam-se em Valência, no ano de 1520, as *Coplas de fr. Pedro de Frias*, de que oferecemos amostra:

> «*Esto sera al mes doutubre,*
> *Esta escritura no erra.*
> *Avera la vitorya en guerra*
> *Un rey que no se descubre*»:

Donde o justíssimo reparo do senhor J. Lúcio de Azevedo:—«O Encoberto era pois achado anterior ao Bandarra, e já assumira o título um indivíduo misterioso, judeu, que

capitaneava os sublevados de Valência em 1532, e pretendia passar pelo príncipe D. João, filho de Reis Católicos, anos antes falecidos. É provável fôsse o livro de Pedro de Frias que suscitou a aparição e apelido do aventureiro. Morreu êle no patíbulo; teve, porém, sucessores, e cada um se dizia o próprio Encoberto redivivo. Aqui se encontra a lenda do sebastianismo em embrião.»

O caso do «*Encubierto*» de Valência tem servido para reforçar a opinião dos que reputam o «encobertismo» como uma florescência judaica. Perfeito equívoco, porque se o «*Encubierto*» de Valência era judeu, valeu-se de profecias nacionalistas, não em relação à sua grei, mas em relação a Castela, encapotando-se de mais a mais debaixo do disfarce do defunto herdeiro dos Reis-Católicos, sepultado e bem sepultado no seu magnífico túmulo de Avila. Confundindo êsse movimento de obscura crepitação colectiva com o seu particularismo messiânico, os judeus aproveitam-no, sem que o originem. As suas raízes, conforme esboçamos, derivavam do consórcio lírico, — exprimamo-nos assim —, das nossas velhas crenças naturalistas com o depósito deixado nas almas pela aspersão benéfica do Cristianismo. Se insistimos em tal ponto, é porque o entendemos de completa necessidade.

Ora o que ocorreu no país vizinho, sob o scetro de Carlos V, ocorreu igualmente entre nós. Propagadas as «*Trovas*» do Bandarra, os judeus mexeram-se também, julgando nelas uma promessa inesperada ao seu pertinaz, — tão pertinaz como cego —, messianismo. Recorramos de novo ao senhor J. Lúcio de Azevedo: — «Assim, pois, fora do que tomou ao judaismo, o profeta nacional caminha em sendas já trilhadas. As *Trovas* dizia êle que as fizera em louvor de Deus e de El-rei; e o leão vinha a ser D. João III. Os cristãos novos referiam-nas porém ao Messias e muitas circunstâncias a isso os incitavam. Isaac Abravanel, notável hebreu português, tão famoso como financeiro, como pela sciência bíblica em que foi exímio, anunciara para 1503 a chegada do redentor prometido. Para cumprir o prognóstico, — é ainda o senhor J. Lúcio de Azevedo quem fala —, apareceu em 1502 um aventureiro, em Istria, a dar-se pelo Messias, e a notícia logo se divulgou em tôda a Itália, com grande alvorôço da população judaica. Contemporâneo

do Bandarra foi o alfaiate Luís Dias, de Setúbal, que a um grupo de crentes ingénuos logrou também persuadir que era o Messias. E, caso mais extraordinário que iludir a simplicidade de criaturas apaixonadas e incultas, do número dos crentes chegou a fazer parte um cristão velho, letrado, o doutor Gil Vaz Bugalho, juiz de fora em Évora e desembargador dos Agravos, além de outras pessoas igualmente de consideração. »

Advertindo apenas que o senhor J. Lúcio de Azevedo considera equivocadamente como extraidos do judaismo os elementos bíblicos de que Bandarra se inspirou nas suas « profecias », quando os recebeu, por certo, da mística cristã, a sua transcrição confirma-nos absolutamente no nosso parecer. Independente do « mito » judaico, o « mito » nacional correu-lhe paralelo, emquanto o desastre de Alcácer o não definiu inteiramente, encarnando-o na pessoa de D. Sebastião. Hesitante nas trovas do sapateiro de Trancoso, avoluma-se e torna-se crença comum, com as desgraças da nacionalidade. « Sebastianismo » se passa então a chamar. E se para o profetismo supersticioso das camadas sociais em que o mestiço se incrustara fortemente num país, esgotado pela sangria ultramarina e onde o problema do trabalho rural se resolvia, principalmente, pela importação e massa de negros, — se para êsse profetismo D. Sebastião devia voltar, bem cedo o « mito » se classificou com o sentido positivo que a Restauração lhe fixa. Errava, por isso, Bruno ao considerar loucura de maníacos baixos o « sebastianismo », emquanto que tomava como sinal augusto de vitalidade pátria o « messianismo », expresso nas actas de Almacave e no juramento de Afonso Henriques. Se, na esteira de Bruno, o « messianismo », como esperança num redentor, — ou deus ou herói, é um património quási geral da humanidade, precisamente o « sebastianismo » individualiza-o e nacionaliza-o entre nós. De « mito » poético torna-se de-pressa em como que « teoria da nacionalidade ». D. Francisco Manuel de Melo, no seu *Tácito portugués*, conta-nos « que à proporção dos descontentes que fazia o govêrno castelhano, crescia o número de sebastianistas, e que as primeiras reüniões dos conjurados para a revolução se convocaram como práticas sôbre o sebastianismo ». Religião do nosso irredentismo, ¿ porque tomar o mito sebástico como uma baba abastardante de manicómio ? Tão grandes àsas

nos deu, que os panigeristas filipinos, depois do acto revolucionário de 1640, se insurgem contra a « simplicidade e superstição do povo português em afectar prodígios falsos para se amotinar contra seus príncipes ». Com feliz penetração entrelaça Manuel Múrias o « sebastianismo » de Seiscentos ao « suarismo », não o « suarismo » filosófico, mas o « suarismo » político. Já abordaremos tão decisivo aspecto da questão. E não se me leve por exagêro tamanho apêgo à explanação do mito sebástico. Êle é decisivo na constituïção dêsse admirável estado de espírito, que animou o Portugal-Restaurado, enchendo de nacionalismo criador o caluniado século XVII. Século de prosa, — de análise, portanto, êle é, entre todos, o século da « cultura portuguesa ». Bem haja Manuel Múrias por haver dissipado o veu que o entenebrecia. E porque o assunto nos merece mais alguma demora, a êle tornaremos, depois duma pausa de repouso.

ANTONIO SARDINHA.

O POEMA DO CID

VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA, DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII « CANTAR DE MIO CID »

AS BODAS DAS FILHAS DO CID

(CONTINUAÇÃO)

DESCANSA, pois, em Valência o Cid dom Rodrigo, e não o deixa um momento Álvaro Fáñez Minaya. Enriquecidos estão os que se desterraram com êle, aos quais o Campeador, para mais os contentar, deu casas e herdades em Valência. Dêste modo conhecem quanto é largo o seu amor. Aos que se lhe juntaram mais tarde, já lhes pagou também; mas êstes bem vê o Cid que, se pudessem ir-se, tornariam a suas terras com os ganhos. Então dispôs que a quem abalasse sem se despedir e lhe beijar a mão, o prendessem, lhe tirassem o que houvesse e o enforcassem.

— Se bem vos parecer, Minaya, quero contar aos que aqui estão e comigo houveram ganhos: contados sejam e aponte-se o seu número. Se alguém se esconder ou se encontrar a menos, o que houver de seu há de dá-lo aos meus vassalos que andam rondando Valência.

— De bom conselho é — tornou Minaya.

Mandou, pois, que se juntassem todos na côrte, e fê-los nomear e contar: quando viu que havia três mil e seiscentos, o Cid alegrou-se e começou a dizer, sorrindo:

— Graças a Deus, Minaya, e a Santa Maria Madre! Com bem menos saímos da casa de Bivar... Agora havemos riqueza, e mais viremos a ter. Se vos agradar, Minaya, e vos não fizer transtôrno, quisera que tornasseis a Castela, onde estão nossas herdades, e falasseis de novo a el-rei Afonso, meu senhor natural. De tudo que já ganhei, quero agora

ofertar-lhe cem cavalos, e vós os levareis. Beijai-lhe a mão por mim e rogai-lhe, rogai-lhe a mercê de deixar que a mim venham minha mulher dona Ximena e minhas filhas. Então mandarei por elas, e ouvide a minha mensagem: «Que a mulher do Cid e suas filhas meninas venham com grande honra às terras estranhas que êle ganhou.»

Minaya respondeu:

— De bom grado!

Havendo falado assim, concertam a partida.

Deu o Cid a Álvaro Fáñez cem homens para de boa-mente o servirem na jornada.

Mandou mil marcos de prata a São Pero, e que desse a metade ao abade dom Sancho.

Nêste comenos, e com alegria de todos, chegou das partes do Oriente um clérigo, a quem chamavam o bispo dom Jerónimo. Era muito versado em letras, de avisado ânimo e tão esforçado a-pé como a-cavalo. Assim buscava êle novos proveitos ao Cid, e suspirava por que êste saísse outra vez a lidar em campo com mouros, a-fim de se fartar de pelejar com êles, e que em dias de sua vida o não lastimasse ninguém.

Quando o Campeador o ouviu, ficou muito agradado:

— Ouvide, Álvaro Fáñez Minaya, por Aquêle que no alto está: pois que a Deus tanto apraz ajudar-nos, bem lho devemos agradecer. Quero fazer um bispado em terras de Valência e dá-lo a êste bom cristão. Quando fôrdes a Castela, levareis mais estas boas-novas.

Agradou a Álvaro Fáñez o que lhe disse dom Rodrigo. A êste dom Jerónimo outorgam o bispado de Valência, onde êle viverá com esplendor. Deus! quanto se alegram todos os cristãos de haverem já agora em terras de Valência um senhor bispo!

Minaya, muito contente, despediu-se e partiu.

IV

Deixadas em paz as terras de Valência, Álvaro Fáñez Minaya endireitou a Castela.

Chegado que foi aí, preguntou onde poderia falar a el-rei

dom Afonso. Como el-rei pouco antes partira para San Fagunt, encaminhou-se para Carrion, onde o encontraria, e com o seu presente se adiantou para lá. Saía da missa el-rei dom Afonso, e eis que o gentil Minaya se lhe dirige. Ajoelha-se-lhe aos pés diante do povo todo e, beijando-lhe as mãos, começa a dizer assim:

— Mercê, senhor dom Afonso, em nome do Criador! Como a seu senhor natural, o Cid Campeador beija-vos as mãos e os pés e roga-vos — assim o Senhor vos valha — que lhe façais mercê! Lançaste-lo de sua terra e lá não tem vosso amor. Mas ainda que em terra estranha, vai a todos fazendo bem. Tomada Xérica e a chamada Onda, tomou Almenar e Murviedro, que é melhor; o mesmo fêz a Puig, adiante a Castejón, e depois a Penha Cadiela, que é forte penha. Em-fim tomou Valência, de que é senhor, e onde há criado por sua mão a um bispo. Pelejou em cinco batalhas campais e em tôdas venceu. Deu-lhe o Criador grandes riquezas. As provas da verdade, ei-las aqui: cem cavalos fortes e corredores, enfreados e selados, os quais o Cid roga que aceiteis. Êle é vosso vassalo e vós o seu senhor!

Erguendo a mão direita, el-rei persignou-se:

— Valha-me Santo Isidro! Alegra-se-me o coração ao saber que o Campeador ganhou tanta riqueza, e essas novas tôdas me contentam. Aceito o dom dêstes cavalos.

Porém o que aprouve a el-rei, pesou a Garcia Ordóñez:

— Parece que em terra de mouros não há viv'alma, pois por lá faz quanto quere o Cid Campeador!

— Tal não digais, conde, que em tudo me serve êle melhor do que vós — atalhou el-rei.

Prosseguiu Minaya como esforçado varão:

— Senhor, a mercê que o Cid vos pede, se vos apraz sabê-la, é que sua mulher dona Ximena e suas filhas saiam do mosteiro onde êle as há deixado, e se lhe vão juntar em Valência.

Respondeu então el-rei:

— Do coração o concedo. Eu as farei abastecer em-quanto jornadearem por minhas terras, e as guardarei de todo o dano e afronta. Quando chegarem à fronteira, ao Campeador e a vós competirá serví-las. Ouvide-me, pois, mesnadas e tôda

a minha côrte! Nada quero que perca o Campeador. A todos que por senhor o reconhecem, restituo quanto lhes confisquei: que por suas hajam as herdades, onde quer que se achem com o Cid. Seus corpos livro de castigo, e tudo isto faço para que sirvam bem a seu senhor.

Álvaro Fáñez Minaya beijava-lhe as mãos; e el-rei continuou, sorrindo com muita gentileza:

— Aos que queiram ir servir o Campeador, dou minha licença e que vão na graça de Deus. Mais ganharemos com isto que em tratá-lo com desamor.

Aqui os moços Carrions, que eram filhos do conde daquelas terras, puseram-se a dizer um ao outro:

— Muito vai crescendo por suas façanhas o Cid Campeador! Se casassemos com as filhas dêle, bem nos iria a nós. Não ousariamos porém mostrar êste desejo, que o Cid é de Bivar e nós vimos dos condes de Carrion.

E calaram-se com êstes pensamentos.

Álvaro Fáñez Minaya despediu-se do seu bom rei.

— Ides-vos pois? — disse êste. — Ide então com a graça do Criador! Levai a um meu mensageiro, que poderá convir-vos. Se acompanhardes as senhoras, servi-as a seu contento. Até Medina dar-lhes-hei tudo que precisarem; de aí por diante cuidará delas o Campeador.

Despediu-se Minaya e foi-se da côrte.

V

Decidiram-se entretanto os moços Carrions. Acompanham a Minaya e vão-lhe dizendo assim:

— Como de tudo vos saís bem, assim seja com isto: saüdai da nossa parte ao Cid de Bivar, dizei-lhe que o serviremos no que pudermos, e que nada perderá em nos ter por seus.

Respondeu Álvaro Fáñez:

— Nada me custará dizer-lhe isso.

Minaya partiu; os moços Carrions tornaram.

Encaminhou-se aquêle para o mosteiro de Cardenha, onde as senhoras estavam. Vendo-o assomar, quanta alegria sentem!

Apeou Minaya e foi rezar a São Pero. Acabada a oração, falou às senhoras:

— Diante de vós me humilho, dona Ximena, a quem Deus guarde do mal, assim como a vossas filhas ambas. Saüda-vos o Cid lá de além donde está. Mui rico e são o deixei. A mercê de el-rei vos entrega a mim, para que vos leve a Valência, que ora havemos por herdade. Quando o Cid vos vir assim bem como estais, tão alegre ficará que não sentirá mais penas.

— O Criador o mande! — disse dona Ximena.

Álvaro Fañez Minaya enviou a Valência três cavaleiros com êste recado:

— Dizei ao Campeador, a quem Deus livre do mal, que a sua mulher e suas filhas concedeu el-rei a liberdade; que em-quanto formos por terras de Castela nos dará sustento, e que dentro de quinze dias, se Deus quiser, estaremos em Valência, eu, sua mulher, suas filhas, e as donas que elas têm.

Abalam os cavaleiros e Álvaro Fánez Minaya demora ainda em São Pero.

Iam chegando ali de tôdas as partes cavaleiros que queriam juntar-se ao Cid de Bivar. E pediam a Álvaro Fáñez que lhes desse despacho.

— Com gôsto vo-lo darei — respondia Minaya.

Juntam-se ali sessenta e cinco cavaleiros, sem contar os cem que Minaya trouxera: boa companhia para ir com as senhoras.

Deu Minaya os quinhentos marcos ao abade, e dir-vos-hei o que êle fez dos outros quinhentos. Tratou o bom Minaya de prover a dona Ximena, a suas filhas e donas dos melhores vestidos e atavios que pôde achar em Burgos; e escolheu palafréns e mulas para elas. Quando houve comprado o com que prover as senhoras, o bom Minaya voltou a São Pero e pensou em cavalgar. Reüne-se-lhe muita gente; e foi cheia de pena a despedida do abade dom Sancho:

— O Criador vos valha, Álvaro Fáñez Minaya! Beijai por mim as mãos ao Campeador e que não esqueça êle êste mosteiro, pois em o proteger se acrescentará.

Respondeu-lhe Minaya:

— De bom grado o farei, dom abade.

Despedem-se e põem-se a caminho, levando a seu serviço um mensageiro real.

Por tôda a terra de el-rei os abastecem com fartura. Vão em cinco dias de São Pero a Medina.

E aqui deixamos as senhoras em companhia de Álvaro Fáñez.

VI

Agora vos direi dos cavaleiros que levaram ao Cid a mensagem. Na hora em que êle os ouviu, não cabia em si de contente, e começou a dizer:

— Quem bom mensageiro manda, boa mensagem recebe! Tu, Muño Gustioz, e também tu, Pero Vermúdoz, e Martim Antolínez, o leal burgalês, e o bispo dom Jerónimo, bom clérigo, cavalgai com cem homens armados como se fôssem lidar. Passareis por Santa Maria, ireis adiante a Molina, cujo alcaide é Avengalvon, meu amigo, com quem estou em paz, e vos dará outros cem cavaleiros. Adiantai-vos quanto puderdes para Molina: por novas que recebi, aí deveis de encontrar minha mulher e minhas filhas, às quais Minaya acompanha. Trazei-as para cá com grandes honras. Eu ficarei em Valência, que tanto me custou a ganhar; seria loucura desampará-la agora. Ficarei em Valência, pois por herdade a tenho.

Dito que foi isto, cavalgam e andam quanto podem.

Passaram por Santa Maria, foram albergar-se em Fronchales e no dia seguinte pousaram em Molina.

O mouro Avengalvon, quando recebeu a mensagem, acolheu-os com muita alegria:

— Sois vós-outros vassalos do meu bom amigo? Sabei que muito me apraz receber-vos.

Muño Gustioz retorquiu-lhe logo:

— O Cid vos saúda e vos manda pedir que sem tardança lhe deis cem cavaleiros. Sua mulher e suas filhas estão em Molina. Deseja o Campeador que vós as procureis e as acompanheis até Valência.

— Da melhor vontade — disse Avengalvon.

Deu-lhes o alcaide boa ceia e de manhã abalaram. Haviam-lhe pedido cem homens; êle partiu com duzentos. Passam as serras altas e bravas, de aí a mata de Taranz; de tal guisa vão que nada temem, e baixam ao vale de Arbuxuelo.

Quando em Medina viram adiantar-se tantos homens ar-

mados, Álvaro Fáñez Minaya, bem precatado, receou, e enviou dois cavaleiros a reconhecer aquelas gentes. Êstes partem logo, como prestáveis que são; um dêles fica com os recêm-vindos e o outro torna a Álvaro Fáñez:

— São gentes do Campeador e vêm a buscar-nos, trazendo à sua frente a Pero Vermúdoz e a Muño Gustioz, que tanto vos estimam, a Martim Antolínez, o burgalês leal, e ao alcaide Avengalvon que por amor do Cid traz aos seus. Juntos vêm e prestes serão aqui.

— Vamos ao seu encontro.

Logo se apressam cem formosos cavaleiros em bons cavalos cobertos de gualdrapas, com peitorais de cascavéis; levavam os escudos pendentes como colares e empunhavam lanças com pendões.

Álvaro Fáñez Minaya quere mostrar a todos de quanto é capaz para acompanhar desde Castela a senhoras tais.

Em-quanto vão cavalgando, floreiam com as armas, folgam em desportos, e assim passam alegres à beira do Salon. Quando os outros chegam, vêm prostrar-se ante Minaya.

E Avengalvon, que o olha a sorrir-se, acerca-se, abraça-o e beija-lhe o ombro, conforme o uso:

— Em ditoso dia vos vejo, Álvaro Fáñez Minaya! A estas senhoras trazeis, pelo que mais valemos: a mulher do Cid Campeador e suas filhas. Todos as honraremos, como convém ao Cid; pois ainda que mal lhe quisessemos, não lho poderiamos fazer. Do nosso compartilhará, na paz ou na guerra. E ao que assim o não quiser, por torpe o haverei.

Com a bôca também a sorrir-se, Álvaro Fáñez Minaya tornou-lhe:

— Ó Avengalvon, bom amigo sois! Se Deus me levar em bem até ao Cid, logo que o vir lhe direi o que haveis feito, com o que nada perdereis. Agora vamos comer, que a ceia está pronta.

— Muito me apraz vosso agasalho — tornou-lhe Avengalvon. — Antes de três dias, eu vo-lo retribuirei acrescentado.

Entraram em Medina, e a todos contentava o encargo que haviam tomado e o serviço de Minaya. Dali despachou êste o mensageiro real.

E todos honravam ao Cid, que ficara em Valência, honrando aos seus em Medina, onde lhes davam fartos comeres. El-rei tudo paga e Minaya está quite de gastos.

Passada que foi a noite, vinda que foi a manhã, ouviram missa e cavalgaram. Saíram de Medina, passaram o Salon, deram de esporas por Arbuxuelo acima, logo passaram o campo de Taranz e chegaram a Molina, a que Avengalvon mandava. Havia noites e dias que o bispo dom Jerónimo, cristão sem mancha, ali aguardava as senhoras, à guisa de bom cavalo de combate que vai na primeira fila das armas. Junta-se a Álvaro Fáñez e quando entram em Molina, boa e rica terra, o mouro Avengalvon os serve muito bem, sem que nada lhes falte de quanto necessitam. Até pagou as ferraduras de que os cavalos precisavam.

Deus! como o alcaide honrava às senhoras e a Minaya!

No outro dia pela manhã partiram, e até cêrca de Valência os serve Avengalvon. Aí se despediu o mouro, que dêles nada aceitou. Com tais alegrias e boas-novas chegaram a três léguas de Valência. E mandaram recado ao Cid, o que em boa-hora cingiu espada.

VII

Tão alegre ficou o Campeador que nunca o fôra mais, nem tanto! É que, do que êle mais amava, já recado lhe vinha. Mandou logo saír a duzentos cavaleiros a-fim de receberem a Minaya e às donas filhas-de-algo. Êle demora em Valência, cuidando dela e guardando-a. E certo está de que Minaya tudo fêz como convém.

Recebem, pois, aquêles a Minaya, às senhoras, às meninas e a tôda a companhia.

Mandou o Cid a todos os da sua casa que guardassem o alcáçar, as tôrres altas, as portas, as saídas e as entradas da cidade, e ordenou que lhe trouxessem o cavalo Bavieca, o qual ganhara havia pouco àquêle rei de Sevilha vencido. Ainda não sabia o Campeador, o que em boa-hora cingiu espada, se êle seria bom corredor e se tinha a bôca macia. E queria, às portas de Valência cativa, jogar as armas diante de sua mulher e suas filhas.

Acolhidas com grande pompa as damas, adianta-se o bispo dom Jerónimo, apeia e entra na capela, donde sai a recebê-las e ao bom Minaya com quantos ali já o esperavam, vestidos em sobrepelizes e com cruzes de prata alçadas.

Apressa-se o que nasceu em boa-hora e enfia um pelote. Ostenta as suas longas barbas. Tomando armas de fuste, o Cid monta e dá uma carreira tão de admirar que todos se maravilham ao vê-la. Desde êsse dia foi Bavieca tido por precioso em tôda a Espanha.

Ao cabo da carreira descavalgou, e adiantou-se para sua mulher e suas filhas.

Dona Ximena ajoelhou-se-lhe aos pés:

— Graças, Campeador, que em boa-hora cingistes espada! De vergonhosos trabalhos me haveis livrado. Eis-me aqui, senhor, com vossas filhas ambas, sãs e criadas para servir a Deus e a vós.

Á mãe e às filhas abraçava êle, e do gôsto que sentia choravam-lhe os olhos.

Alegravam-se tôdas as mesnadas; jogavam as armas e quebravam tavolados.

Ouvide o que disse o que em boa-hora cingiu espada:

— Vós, dona Ximena, querida e honrada mulher, com minhas filhas, que são meu coração e minha alma, entrai comigo nesta cidade de Valência, herdade que para vós-outras ganhei!

Mãe e filhas beijavam-lhe as mãos, e com tão grandes honras entravam na cidade.

Encaminhou-as o Cid para o alcáçar e com elas subiu ao ponto mais alto.

Espraiam-se em roda os formosos olhos: miram Valência, que se estende em baixo; alongam-se doutra parte até ao mar; vêem os hortos imensos e frondosos, e admiram quanto estão olhando.

Então levantam as mãos a-fim de agradecer a Deus tão grande e boa riqueza!

AFFONSO LOPES VIEIRA

A continuar

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

HISTÓRIA E FILOLOGIA

FRANZ HUMMERICH: *DIE ERSTE DEUTSCHE HANDELSFAHRT NACH INDIEN,* 1505-06. Publicação da *Revista de Historia* de Munich, 1922, 150 pág.

P*RIMEIRA viagem comercial dos alemães à Índia em 1505-06; empreendimento dos Welsers, Fuggers e outras firmas de Augusta e Nuremberg*. Com êste título e subtítulo, um amigo de Portugal na Alemanha consagra valioso estudo a um episódio da nossa história da Índia, que interessa igualmente às duas nações. É sabido que, a 25 de Março de 1505, saíu do Tejo uma armada às ordens de D. Francisco de Almeida, com destino ao Oriente, a sexta depois que Vasco da Gama achara o caminho das terras da especiaria; mas nem Barros, nem Castanheda, nem Gaspar Correia, nem nenhum dos nossos outros autores, contam que participaram na expedição navios pertencentes a mercadores estrangeiros, italianos residentes em Lisboa, e alemães, que a notícia da primeira jornada atraira a Portugal.

Já antes os mesmos genoveses e florentinos, que agora traziam seu concurso, tinham experimentado a aventura; Barros, havendo referido que D. Manuel dera licença aos negociantes do reino para que armassem naus para a Índia, entendeu desnecessário especificar de cada vez as circunstâncias. Em 1505, o acontecimento, sem relevância em Portugal por ser a repetição de outros, foi memorado com júbilo nas crónicas de Augusta, terra natal dos principais interessados alemães. Um cidadão notável congratu-

ia-se com o rei dos Romanos pelo facto auspicioso. Honra e proveito vinham dêle à cidade e à nação. Na Itália fazem constar a novidade as cartas idas de Lisboa.

Em 1508 e 1509, surgem na Alemanha duas publicações referentes à viagem: um atlas de gravuras pelo pintor famoso Hans Burgkmair, a que fornece o texto explicativo o encarregado dos interêsses alemães na expedição, Baltasar Sprenger; e a própria relação dos sucessos por êste mesmo, da qual se fêz uma versão latina, impressa em 1724, em França. De tôdas estas publicações escreve largamente o Dr. Franz Hümmerich, em estudo anterior ao que faz o objecto da presente notícia. (*Quelleno und Utersuchungen zur Fahrt der ersten Deutschen nach den portugiesischen Indien, 1505-06.* Munich, 1918).

Com tais precedentes não podia o caso escapar à diligência dos investigadores na Alemanha, e de feito, por tentativas, acha-se por êles reconstituido, nas suas particularidades, êste episódio de história comercial. O assunto foi pela primeira vez versado em 1861, na Academia de Sciências de Munich, em dissertação do sócio Frederico Kunstmann; desenvolvido em 1903 por Conrado Haebler, no primeiro capítulo do seu livro sôbre as empresas ultramarinas dos Welsers (*Die überseeischen Unternehmungen der Welser und ihrer Gesellschafter*); e ùltimamente completado e trazido a ponto pelo Dr. Franz Hümmerich, em substanciosa monografia. Como fontes de informação utilizaram todos a relação ou *Diário* de Baltasar Sprenger; outra relação, em português, é proveniente de Hans Mayr, escrivão da feitoria a bordo de uma das naus, alemão, amigo do impressor Valentim Fernandes de Morávia, que a copiou, indo ter o manuscrito à Biblioteca de Munich; o *Diário* de Lucas Rem, empregado dos Welsers, que veio em 1504 a Lisboa preparar a negociação, publicado em 1861; e acessòriamente as comunicações dos agentes diplomáticos de Veneza, e as notícias recolhidas nos *Diarii* de Marino Sanuto. Entre Kuntsmann e o Dr. Hümmerich acresceram muitos documentos portugueses, principalmente por ocasião do centenário da Índia, até que as *Cartas de Afonso de Albuquerque* proporcionaram ao mais recente escritor a pedra última para a construção histórica, mais de sessenta anos antes iniciada.

No tocante às generalidades e parte comercial da viagem, já tudo tinha dito Haebler. O Dr. Hümmerich alargou o quadro, entrando nas particularidades, e desenvolvendo em um tômo de 150 páginas o que aquêle condensou em um capítulo de 37. Tanto basta para se julgar da diferença entre os dois trabalhos. Um dos autores faz a resenha do

acontecido, segundo as notícias contemporâneas; o outro, chamando a depor os cronistas portugueses, excluidos pelo seu antecessor, confronta os textos, apura datas, esclarece pontos obscuros, descreve terras e costumes, acumula pormenores, e introduz o pitoresco das impressões pessoais, já directas, das testemunhas oculares, já divisadas através dos historiadores.

Dos antecedentes da viagem falo em outra parte: (neste número da *LUSITANIA*, p. 33). Ansiosos os Welsers de participarem no promitente comércio da Índia, mandaram agentes seus a Lisboa: Simão Seitz, incumbido das primeiras negociações, o qual chegou em Janeiro de 1503; Lucas Rem, que se deteve em Espanha e veio sòmente em Maio. A 13 de Fevereiro foram outorgadas a António Welser e à sua companhia, certos privilégios, já desfrutados por outros estrangeiros, e que no tocante à navegação os equiparava aos armadores portugueses. Haebler observa que, achando-se Simão Seitz ainda em Saragoça no dia 7 de Janeiro, não estaria em Lisboa a tempo de requerer êle próprio e agenciar a concessão; e crê fôsse o intermediário Valentim Fernandes, o impressor. Confirma-o no parecer a nomeação dêste, oito dias depois, para o cargo de corretor dos alemães, previsto nos privilégios. Os Tuggers, nessa época o primeiro potentado comercial da Europa, não podiam ser preteridos pelos Welsers, e requereram e alcançaram diploma idêntico, passado em seu nome a 6 de Outubro seguinte. O orgulho não lhes consentia prevalecerem-se da cláusula, na concessão anterior, que estendia as faculdades a qualquer outra companhia de alemães, ou a indivíduos dessa nacionalidade que dispusessem de capital não abaixo de dez mil cruzados. Tão reconhecida era a supremacia dos Fuggers, que o agente dos Welsers, na relação das firmas interessadas na viagem à Índia, nomeia aqueles em primeiro lugar, se bem não fôssem os principais capitalistas, nem os que governavam a emprêsa.

Logo nesse ano tentaram os alemães juntar navios à frota de Lopo Soares, que se preparava para sair na primavera de 1504. D. Manuel recusou. Parece que nesse tempo cuidava já em reservar para a coroa todo o comércio da Índia. Bem de-pressa mudou de propósito, e no 1.º de Agosto de 1504, três meses depois de chegar Lucas Rem a Lisboa, firmou com êste o contrato, que autorizava a participação da parceria dos Welsers na expedição do ano seguinte.

Haebler reconstruiu de várias fontes o acôrdo, especificando as condições e as cotas do capital. Dêste pertenciam 20 mil cruzados a Welser, 4 mil a Fugger, 12 mil a outros alemães, e o restante, para o total de 65:400 cruzados, a Bartolomeu Marchione e italianos seus amigos

Segundo Haebler, a falta que havia de embarcações para as frotas foi o que determinou D. Manuel a ceder, e os mercadores estrangeiros assumiam a obrigação de trazer de fora o material náutico deficiente no reino. Já vamos ver que, se tal condição existiu, não foi cumprida nesta viagem.

A 25 de Março largou do Tejo a armada, composta de 15 naus e 6 caravelas, sendo das primeiras pelo menos quatro pertencentes a particulares: uma de Fernão de Noronha (ou Loronha como parece agora), e três da parceria de alemães e genoveses. Eram estas as naus *S. Jerónimo*, *S. Rafael* e *S. Leonardo*, que Haebler crê fretadas nos Países Baixos, e a última com certeza em Antuérpia. Aqui discorda o Dr. Hümmerich: da *S. Jerónimo* de facto nada sabe; mas a *S. Rafael* mostra-lhe a relação de Valentim Fernandes que pertencia à praça do Pôrto, e a *S. Leonardo*, aliás *Leonarda*, devia ser o barco dêste nome já mencionado na segunda viagem de Vasco da Gama. É possível que, no regresso, tivesse ido levar o carregamento a Antuérpia, e de aí provenha o equívoco de Haebler.

Mais instante que a míngua de embarcações seria á de marujos hábeis, dispersos os que havia pelo Oriente, dizimados por doenças, desastres no mar e combates. Os mestres alistavam tôda a sorte de gente: marítimos de profissão, ou vadios da cidade e campónios, que o encanto da aventura chamava à Ribeira.

Ao deixar o ancoradouro no Restêlo manobrava mal a armada. Os marinheiros bisonhos confundiam as vozes de bombordo e estibordo, proferidas pelos pilotos, e carregavam o leme a acertar. Na caravela *S. Jorge*, o capitão João Homem, muito falado em Castanheda, remediou bem o caso. Recomendou ao piloto que, em vez dos termos náuticos, empregasse palavras usuais a tôda a gente; quando quisesse governar a estibordo gritasse *alhos*, quando a bombordo *cebolas*: e mandou pendurar a cada banda do navio uma réstea. Daí por diante nnnca mais se enganaram no govêrno os improvisados marinheiros.

Os capitães, intrépidos soldados, nem sempre tinham a exacta noção do que convém aos mareantes. Êste mesmo João Homem, logo ao sair de Lisboa, entendeu abolir as rações; mandou repartir os mantimentos do paiol, e que de água e vinho cada um se fôsse servindo à vontade. Um dia, tendo-se apartado a caravela da frota, 450 léguas a Oeste do Cabo da Boa Esperança, vêm chorosos dispenseiro e mestre participar-lhe que só restava a bordo meia pipa de água. Era a morte em breve para todos, no tormento da sêde. João Homem não perdeu aquela cega confiança, que lhe inspirara as ordens fatais, e soube incutí-la aos outros.

«Como, vilãos! — tornou êle aos aflitos marinheiros — pois não tendes fé naquela Senhora que ali está?» E apontava para uma Virgem do Rosário, que trazia na câmara. «Sabei que ela vos dará não sòmente água e pão, mas até prata e ouro!» — E quis a sorte que, no seguinte dia, fôsse a caravela dar às ilhas de Tristão da Cunha, ainda então desconhecidas, onde os navegantes se supriram de água e lenha, e apanharam pescado e aves, que em salga lhes duraram até Zanzibar.

Não há razão para supor inventadas as anedotas, referidas por Castanheda, e que o Dr. Hümmerich engastou no seu relato da viagem. Ambas são características do tempo e da gente, e revelam o arrôjo imprevidente, a confiança dos homens da Índia em si e no céu, que conduziu a tantos heroismos e motivou tantos desastres igualmente.

A bordo da *Leonarda* ia de passagem, como agente dos Welsers, Baltasar Sprenger, vindo de Antuérpia, talvez nesse mesmo navio. Fundado no que êle conta nos descreve o Dr. Hümmerich os sucessos da expedição, com seus incidentes de temporais, escalas, feitos de armas, negociações, carregamentos, e jornada de retôrno. Com o emissário tudesco seguimos a D. Francisco de Almeida, que saqueia Quiloa, incendeia Mombaça, visita Angediva, destrói Onor, e dá fundo por último em Cochim, para de lá expedir as embarcações carregadas de especiaria. Onde falha Sprenger, o autor recorre ao manuscrito de Valentim Fernandes, cujos méritos como fonte de informação encarece. Aí beberam Castanheda e Góis. O documento, a seu juízo, não se deve atribuir ao escrivão da *S. Rafael* Hans Mayr, sim ao capitão da nau, Fernão Soares; foi composto em português, e franqueado ao impressor de Morávia, que o não traduziu, mas copiou, talvez resumindo-o.

Sôbre a jornada das naus de carga para o Reino, Barros e Castanheda variam, e só concordam na data da entrada em Lisboa. O Dr. Hümmerich faculta-nos a noção exacta das ocorrências, colhida em informações de Sprenger e Valentim Fernandes, e de um anónimo correspondente para Augusta, êste último documento já também por êle publicado, (*Quellen und Untersuchungen* cit.). Das naus da parceria chegaram a *S. Rafael* e a *S. Jerónimo* na data apontada pelos cronistas, 22 Maio de 1506; a *Leonarda,* que desde Moçambique navegava sòzinha, sòmente a 15 de Novembro. A descrição oferece ao autor ensejo para discutir a primazia do descobrimento de Madagascar, e concedê-la a Afonso de Albuquerque. O assunto já fôra por êle estudado anteriormente, mostrando as contradições dos historiadores: a conclusão é de agora.

O carregamento consistia em pimenta, gengibre, cravo e outros pro-

dutos do Oriente. Aos Welsers, principais interessados alemães, couberam 2200 quintais de pimenta. Para o resultado pouco importaria a presença do agente na expedição. Os regulamentos, severamente mantidos, não lhe permitiam descer a terra, nem tratar directamente com os naturais Mercadorias e dinheiro para a compra dos produtos tinham de ser entregues ao feitor da coroa, que realizava as transações aos preços correntes, e fazia os embarques em comum, para serem os géneros distribuidos na Casa da Índia, dividindo-se a quebra. Era portanto de pouco relêvo a missão do agente comercial, mais de observador que pròpriamente de negociante, segundo as condições estabelecidas. Foi isso porventura um desengano para os alemães, que renunciaram à navegação por sua conta para a Índia.

Chegando ao Tejo, as cargas recolhiam às tercenas, onde ficavam à guarda da Casa da Índia. Se eram de particulares, tocava à coroa a quarta parte, e mais cinco por cento para a fábrica dos Jerónimos. Apartado o tributo, dispunha o mercador das sobras; mas, para evitar a depreciação pela afluência de vendedores, foi determinado em 1 de Janeiro de 1505, que nenhuma venda se fizesse senão por intermédio do Vedor da Casa da Índia. Isto impedia a baixa em Lisboa, mas não afectava a que da exportação podia resultar em Flandres. Talvez considerando isso, temendo D. Manuel o efeito, não quis autorizar a parceria a retirar os lotes dos armazéns para o reembarque.

Evidentemente semelhante proceder era contrário ao pacto. Os prejudicados protestaram, e segundo o *Diário* de Lucas Rem propuseram demanda à coroa, reivindicando seus direitos. Haebler viu na Tôrre do Tombo uns papéis que supõe serem fôlhas do processo, ainda que, à primeira vista, ninguém de tal suspeitaria. Suas indicações, um tanto vagas, e a falta de organização metódica do arquivo, não permitem verificar de momento o assêrto. Muito judiciosamente o Dr. Hümmerich lhe deixa a responsabilidade das afirmações sôbre a acção judicial. A verdade é que naquele tempo ninguém litigava para anular ordens régias nos tribunais comuns.

Queixas, requerimentos haveria. Haebler crê fôsse o intento do rei comprar a pimenta aos alemães, para depois a vender por maior preço. Não sorriu o acôrdo aos que, com outros intentos, tinham mandado à Índia, e além disso havia o sabido inconveniente de ser o Estado ruim pagador. Por muito tempo esteve a questão em debate, até que por fim se ajustou entregarem os negociantes parte dos seus lotes a trôco de açúcar dos dízimos da ilha da Madeira, e ficar o resto, para ser vendido em rateio juntamente com os da coroa. É de opinião Haebler que a proporção nas

vendas seria a mesma do contrato de 1512 com os Fuggers, então compradores: 17 vigésimos do Estado, 3 vigésimos de particulares. Aditou-se a cláusula que, havendo demora na entrega do açúcar, além dos prazos fixados, pudessem as partes retirar certa quantidade da pimenta retida nos armazéns: por cada arrôba em atraso, especiaria correspondente ao valor de um cruzado. E, como atrasos houve, passaria ainda por êste modo porção considerável à posse de seus legítimos donos. A esta mesma transacção pertencem provàvelmente as 20 mil arrôbas de açúcar, que D. Manuel mandou em 1508 pagar na Madeira a Bartolomeu Marchione, como refere o Dr. Antonio Baião na *História da colonização do Brasil*, T. II cap.

Sem embargo das finais dificuldades não foi insignificante o lucro dos alemães na expedição à Índia: 175 por cento, segundo a *Crónica* de Augusta; 150 pelas contas de Lucas Rem. Os cálculos de Haebler e do Dr. Hümmerich, posto-que não coïncidam, oscilam entre os dois números, dos quais ainda o inferior representa uma vantajosa especulação. Certamente que é impossível fazer hoje o apuramento rigoroso das respectivas contas; mas Haebler, e mais por miúdo o Dr. Hümmerich, nos fazem ver com suficiente clareza como o ganho foi realizado. O ponto não é destituido de importância para a história das nossas conquistas, de que convém inquirir no âmago a parte económica. Emprêsa puramente comercial, como foi a da Índia, quaisquer que tenham sido pelo lado político seus efeitos e origens, também sob o aspecto comercial tem de ser considerada. A monografia do Dr. Hümmerich nos faculta para isso elementos, que podem ser fecundos em conseqüências.

Mas não só por êste lado nos interessa o livro, que é o seguimento de trabalhos encetados vai em trinta anos pelo autor. Sua primeira publicação neste género data do centenário da Índia. Com interêsse, com inteligência do assunto, com simpatia por êle, tem êste amigo de Portugal estudado a época em que, pelo esfôrço de nossos maiores, a face do mundo se transformou, e a civilização ocidental se encaminhou a novos destinos. Sua erudição na matéria é vasta, e abrange tôda a literatura da especialidade. Julgo que em Portugal ninguém conhecerá mais cabalmente os nossos autores, que escreveram sôbre a Índia. Bem merecia ser traduzido a vernáculo o estudo do Dr. Hümmerich, para que melhor se visse como o lídimo amor da sciência conduz um estranho a versar com capacidade e carinho assuntos da nossa história.

J. LUCIO DE AZEVEDO.

AUBREY BELL: *ALGUNS ASPECTOS DA LITERATURA PORTUGUESA*, tradução e prefácio de Agostinho de Campos. AILLAUD E BERTRAND, Lisboa.

É o sr. Bell um dos estrangeiros que nos mereciam como homenagem os direitos de cidadania, — pela devoção intelectual que à nossa Pátria tem consagrado, pela excelência dos seus trabalhos sôbre a literatura portuguesa, pela simpatia, ou enternecimento, com que encara nas suas obras os valores mentais do nosso país. Essa simpatia, quando se trata de autores vivos, leva-o por vezes à sôbre-estima, ou, pelo menos, à muito afectuosa amabilidade, que devemos tomar pelo que ela é.

Muito bem fêz Agostinho de Campos, portanto, em traduzir para a nossa língua o pequeno, terso e judicioso ensaio do preclaro inglês: *Some Aspects of Portuguese Literature*, — *Alguns Aspectos da Literatura Portuguesa.*

Dêsses aspectos, o essencial, ao que parece, para o sr. Bell, — é a *subjectividade* das nossas obras; e o leitor, se nos dá a honra de nos ler a nós, há de saber que com tal idea, e desde muito, se compaginam as nossas inteiramente. Subjectividade quererá dizer, trocada em miúdos: na Poesia, excesso de lirismo e freqüência da sátira, com correspondente inaptidão para a poesia narrativa; na História, carência de imparcialidade, de sistema, de ponderação; na Mística, o arroubo de alma confuso e vago, em contraste, por exemplo, com a clareza e vigor de espírito dos grandes místicos castelhanos; nos Moralistas, mais a anedota, o ataque, ou a exortação, do que a análise psicológica; incapacidade para o verdadeiro Drama, que é sempre um caso de consciência, a luta da alma contra dada norma que em outras almas se encarnou (ou, se preferem assim, o conflito enérgico de dois princípios, de dois direitos, de duas leis); ausência de Filosofia, inópia de espírito crítico; finalmente, o débil travejamento nas ideas dos autores, o incerto da arquitectónica, o desleixo da composição. Sendo uma literatura de abstracções, uma literatura sem personagens até ao dia em que apareceu Queirós (como notou Alberto de Oliveira) não é também uma literatura de afinada Inteligência. Faltam-nos obras verdadeiramente clássicas. A nossa emoção não é pensada, nem «povoada» (salvo num punhado de escritores do século áureo das nossas letras, que é, quanto a nós, o XIX).

Pende de aí o sermos monótonos. O sentimento, quando ingénuo, é muito belo — mas pobrinho. Quem lhe dá riqueza, variedade, suficiência plenária e amplidão, — é a fantasia que gera almas e a reflexão sôbre si próprio: a autocrítica, a cultura, a elaboração intelectual.

Das observações de pormenor que esmaltam o ensaio do sr. Bell, uma

merece ser relevada, e daria margem a desenvolvimentos que talvez exponhamos pausadamente, quando o ensejo se proporcionar. É a seguinte: «Os Descobrimentos portugueses forneceram antídoto para o que pode chamar-se o veneno da Renascença... O que salvou os *Lusíadas* de serem, como lhe assacaram ignorantes, mero exercício académico; o que impediu Camões de cair no pedantismo, foi sôbretudo o seu conhecimento directo das scenas descritas, os seus vinte anos de aventura no Oriente. Daí veio ao seu poema a vida e vigor nacional que faltam ao *Orlando Furioso* ou à *Gerusalemme Liberata*... Castanheda, Couto, Correia, António Galvão, todos narraram aquilo de que haviam sido testemunhas oculares nas partes orientais, e fizeram-no com simplicidade, sem retórica e com poderoso encanto. Igual viveza e realidade caracterizam as Cartas de Afonso de Albuquerque, as aventuras marítimas de Mendes Pinto, as dilacerantes relações de naufrágios da *História Trágico-marítima*, as viagens de Tenreiro, Francisco Álvares, Duarte Barbosa, e de muitos outros, quer funcionários, quer mercadores, missionários e aventureiros».

Três coisas há, com efeito, a ter em conta nas obras clássicas que o Renascimento quis imitar — sobretudo nos clássicos gregos, que são os clássicos de verdade (além, claro está, da riqueza da fantasia): uma, a experiência *directa* dos factos físicos e dos grandes conflitos da vida moral; a segunda, o instinto da Ordenação, a disciplina do pensamento, o equilíbrio, a euritmia, o dom supremo de compor; a terceira, finalmente, é o puro aspecto literário: a retórica, a estilística, a arte verbal. Destas três, uma única, cremos nós, se deve seguir e copiar sempre: a segunda. A primeira, está bem de ver, nunca se deve copiar: substitui-se sim pela experiência *própria*. E quanto à terceira, foi o seu decalque que constituiu, ao cabo de contas, aquela peçonha do Renascimento a que se refere o sr. Bell. Ora, a superioridade característica do Quinhentismo português, em relação ao dos outros povos, está em que se fraguou numa experiência própria, — especial, intensa, portentosa e muito rica, — graças à faina do Descobrimento e aos estudos da Navegação. Faltaram-nos fôrça de fantasia, profundeza de pensamento e arquitectónica intelectual para produzir livros comparáveis às melhores obras da Grécia antiga; no entanto, devido à experiência dos Descobrimentos, sempre são valores na história do mundo os *Lusíadas* de Camões, os *Roteiros* de D. João de Castro, os *Tratados* de Pedro Nunes e os *Colóquios* de Garcia da Orta.

Para nos sarar dos nossos defeitos, dá-nos conselhos o sr. Bell que deviamos ouvir com sisudez. Do de sermos castiços ou nacionais não faremos cabedal; e quando nos declara, por exemplo, que é ao seu cunho de

nacionalidade, — popular, — que devem as letras portuguesas aquêle perfume especial que nelas haurem os estrangeiros, — vem-nos à idea o Fradique Mendes, que nos queria à moda de D. João V «porque a vida não é possível sem um bocado de pitoresco depois do almôço». É muito agradável, sem dúvida alguma, o ter-se o sabor do fruto exótico; mas melhor ainda, ao que nos parece, o ser-se profundo e requintado para cultura dos nacionais. E já que falamos em nacionalismo, devemos confessar que nos surpreende êste conceito do sr. Bell: «no século XX vemos o sr. Antero de Figueiredo encaminhar-se para um estilo verdadeiramente nacional». Quanto a nós, perpassa um fio de puro artifício, certa rebusca amaneirada no assunto e na sua forma, emfim um excesso de «literatura» por tôda a obra dêste autor (que tem um estilo de vocabulário, e não de sintaxe) para que o tomemos como norma de uma arte vernacular. Tipos de bom vernáculo ùnicamente nos podem ser, cremos nós, ou a graça desafectada de um Bernardes e um Luís de Sousa, ou a máscula gravidade e os «passes de espada» de um Herculano.

Mas emfim, o outro conselho é excelentíssimo: que procuremos mais cultura, mais saber, mais objectividade, mais senso crítico. Não resistimos a trasladar:

«Em Portugal» (diz o sr. Bell), «é a crítica que tem que ser criticada: ninguém pode calcular até onde teria chegado, com a sua persistência e o seu talento, o sr. Teófilo Braga, se os primeiros trabalhos que publicou houvessem sido criticados como deviam... Ao vago do pensamento corresponde desconexão e pompa no estilo... Exuberância e falta de precisão ou objectividade são os pecados mortais de muita prosa e muito verso português moderno... Nem Verney no século XVIII, nem Faria e Sousa no XVII, nem Teófilo Braga no XIX, satisfazem à urgência de uma crítica austeramente scientífica, estimulante e sincera. E assim o poeta lírico, enfronhado na sua vaidade, pode com visos de razão atribuir qualquer oposição crítica a animosidades pessoais ou sectárias, continuando a fazer muito gôsto no alto quilate do seu génio... A literatura portuguesa... tem revelado, especialmente nos três últimos séculos, pouca disciplina intelectual ou senso crítico... E é talvez por terem construido sôbre alicerces sólidos de ilustração clássica que João Pascoli e Josué Carducci excederam os poetas portugueses do século XIX... Um escritor assim [como devemos desejar ter] não surgirá, porém, apenas de dentro da sua própria cabeça, como Minerva saíu pronta da de Júpiter. Todos reconhecem génio a Keats, Milton ou Dante; poucos sabem ou se lembram da persistência com que êsses poetas trabalharam ou estudaram. O jornalista que deita para fora o seu artigo de fundo depois

de ter estado cinco anos em Coimbra a fingir que estudava; o poeta que põe ao léu a sua alma em volumes sucessivos e improvisados; o novelista que se imagina capaz, porque leu alguns romances franceses, de escrever outra *Madame Bovary* ou outra *Chartreuse de Parme* só com a ajuda de um pouco de talento e de outro pouco de indecência; o crítico ou historiador que imagina construir sôbre impressões e conjecturas — todos êsses fariam bem em ponderar as seguintes humildes palavras de Dante, poeta dos três ou quatro mais inspirados do mundo, e perfeitamente cônscio da sua rara inspiração: «E portanto denuncie-se a estultícia dos que, desprovidos de sciência ou arte e confiantes no talento sem mais nada, se abalançam com orgulho inconsciente às mais difíceis empresas literárias. Será bom que desistam de tamanha presunção; e, visto serem gansos por natural indolência, não tentem imitar a águia no seu vôo para os astros». Portugal não é, está claro, o único país onde os gansos tentam voar como as águias; mas, mais talvez do que em nenhuma outra terra, muito verdadeiro talento é ali desperdiçado por falta de boa direcção e por desleixo. Encontra-se real inspiração nos iletrados; quanto à inspiração dos semi-educados, essa é de valor mais duvidoso. E, todavia, o talento que na literatura portuguesa se revela é bastante vigoroso para lutar persistentemente com a erudição e com os clássicos, — e para sair fortificado dêsse desafio salutar.»

Trasladámos tanto, leitor benigno, porque estas palavras são de oiro puro, e deviam estampar-se nas escrevaninhas de todos os autores do nosso país. Diz muito bem o sr. Aubrey Bell. E não só para a literatura, mas para tudo, do que prèviamente se carece é da *reforma da mentalidade*, do afinamento intelectual. Penetrar os espíritos de lucidez; mergulhar os cérebros em cultura; obrigar-nos todos à disciplina; aprenderem os portugueses a *pensar*. Servirá para isso a severidade crítica, cujo papel, segundo Renan, é defender o leitor incauto de ser devorado pelos charlatães. Lá nos previne o egrégio lusófilo que «o poeta lírico, enfronhado na sua vaidade, pode com visos de razão atribuir qualquer oposição crítica a animosidades pessoais ou sectárias, continuando a fazer muito gôsto no alto quilate do seu génio», — faltando só acrescentar que poetas líricos (por êsse aspecto e por outros mais) são muita vez aqui o novelista, o dramaturgo, o ensaísta, o sociólogo, o crítico, o filósofo, o historiador. Todos românticos e todos génios: — ainda que das coisas elementaríssimas revelem de sueto incompreensão total; que não saibam ver a compatibilidade ou incompatibilidade de duas ideas; e não queiram saber, como diz o outro, «qu'il y a avantage, même en art, à n'être pas un imbécile»...

Em suma, é um bom ensaio o do sr. Bell, escrínio de ideas substanciais e justas e de muita simpatia para Portugal; e bastariam a frase com que abre o livro («a literatura portuguesa é a maior que um pequeno povo tem produzido, exceptuada a Grécia antiga») e o óptimo conselho com que finaliza, — para torná-lo credor de gratidão. Temos direito de o saüdar de aqui, desta trincheira, como um bom aliado que se nos vem juntar. Com reforços de tal quilate — os mais cansados se afervorizam. Neste trabalho, doloroso e antipático, de converter à disciplina a inteligência portuguesa, verá sua ex.ª com boa sombra que busquemos na fórmula do velho Anaxágoras o moto do lábaro que nos será comum: «Estavam de princípio tôdas as coisas confundidas; veio depois o Espírito, que as organizou». Entre dois romantismos antagonistas (um vermelho, e branco o outro) a nossa missão é preparar, no limitadíssimo das nossas fôrças, o advento dêsse claro Espírito, — compreensivo e crítico, positivo e ordenador.

ANTÓNIO SÉRGIO.

SIR H. C. MAXWELL LYTE, Deputy Keeper of the Records: *CATALOGUE OF MANUSCRIPTS AND OTHER OBJECTS OF THE MUSEUM OF THE PUBLIC RECORD OFFICE WITH BRIEF DESCRIPTIVE AND HISTORICAL NOTES.* Tenth edition (illustrated). London, 1924. VII, 77 p.

O MUSEU do *Public Record Office* guarda-se na capela da Casa dos Conversos, que depois passou a capela dos *Rolls*, a qual foi fundada por Henrique III em 1232. Em 1377 Eduardo III entregou definitivamente ao Guarda do Arquivo da Chancelaria a referida Casa.

Até 1838 os arquivos nacionais ingleses estiveram divididos em vários locais, mas nesse ano uma lei mandou-os juntar num único edifício, de que resultou ficar desocupada a referida capela. Para conservar êsse edifício já muito modificado, ficou resolvido convertê-lo em Museu do *Public Record Office*, junto do qual existe.

O *Public Record Office* contém:

Os arquivos judiciais, administrativos e financeiros da chancelaria e do tesouro.

Os arquivos de tribunais, processos cíveis, almirantado, Star-Chamber, requerimentos, curadorias e emancipações, delegados, e os do Supremo de Justiça.

Os arquivos do principado de Gales, dos palatinados de Chester, Durham e Lencastre, e os ducados de Lencastre.

Os arquivos de vários ministérios, como tesouraria, Reino, Estrangeiros, Colónias, Guerra, almirantado, audiências, comércio, alfândegas, camareiro-mor, comissão eclesiástica e pagadoria geral.

O conteúdo dêstes corpos encontra-se no *Guia* de 1923-24.

Há salas especiais de entrada.

Os documentos de maior importância histórica e artística, desde o célebre *Domesday Book* (tombo feudal) até à mensagem do jubileu da Rainha Vitória figuram no Museu.

O *guia* do Museu contém dez estampas e quinze *fac-similes* de assinaturas de Nelson, Napoleão, Príncipe Negro, Essex, Shakespeare, etc.

As vidraças da antiga capela onde está instalado o Museu têm pintadas as armas dos guardas dos arquivos desde 1371 até 1919, bem como algumas dos prègadores.

Sabendo-se a extensão das relações inglesas, o conservantismo dos anglo-saxões, e a preservação de guerras externas e internas da Gran-Bretanha, pode avaliar-se o número e riqueza dos documentos expostos na antiga capela da chancelaria.

Segundo os ingleses afirmam, o seu mais antigo aliado é Portugal, aliança que êles constantemente lembram a êste país desmemoriado. Em virtude desta circunstância seria de esperar que no Museu achássemos o original de algum remoto tratado entre as duas coroas ou a assinatura de qualquer notabilidade portuguesa. Esperança baldada, pois o que se encontra a pág. 32, n. 113 da caixa K é uma carta do arménio Marco Rosado, governador de Meliapor, ao rei Carlos II a solicitar-lhe que o contasse entre o número de seus vassalos, e envia-lhe rubis, pérolas e outras pedras preciosas, pedindo-lhe em troca um navio. É datada de 4 de Fevereiro de 1664 e tem junto a tradução em espanhol.

A p. 69 descreve-se um mapa colorido do forte inglês de Bombaim, logo depois da aquisição e datado talvez de 1665.

A p. 46 encontra-se o passaporte de Richard Shelley enviado pelo rei Filipe e Rainha Maria de Inglaterra ao rei de Portugal a participar-lhe o próximo nascimento do príncipe, que só estava na imaginação da Rainha.

Aqui está apontado tudo o que existe no Museu, que nos importa.

PEDRO DE AZEVEDO.

GONÇALO TRANCOSO: *HISTORIAS DE PROVEITO E EXEMPLO.*

CONVÉM arquivar as seguintes indicações bibliográficas do prof. Edgar Prestage acêrca desta obra. São tiradas duma carta que o eminente lusólogo inglês dirigiu de Londres, com data de 21 de Julho último, ao nosso companheiro Agostinho de Campos:

«Fui hoje ver as edições da obra de Trancoso, Histórias de Proveito e Exemplo, no Museu Britânico. Lá existem só duas: a de 1608, que v. menciona na sua *Antologia*, e uma de 1613, que parece ser desconhecida em Portugal. É do mesmo António Álvares e o formato é igual, 4.º Contém as três partes, mas difere da edição de 1608, faltando-lhe a carta-dedicatória a D. Joana de Albuquerque, mulher de Aires de Saldanha, que foi vice-rei da India, e há outras divergências. Sobretudo a impressão é muito menos nítida. Não sei se sabe que o falecido Dr. Richard Garnett, director da secção de livros impressos do Museu, verteu para inglês e publicou numa Revista, *The Venture*, um dos contos de Trancoso. Possuo exemplar do número em que vem a referida tradução.»

N. DA R.

O CREPÚSCULO DE COLOMBO

QUE nós, portugueses, nos escusemos a prestar culto àquele a quem o cronista Barros caracterizou de «homem falador e glorioso em mostrar suas habilidades, mais fantástico e de imaginações com sua ilha Cipango qne certo no que dizia» — compreende-se. Os estudos portugueses têm vindo a reduzir Colombo à proporção devida. Mas nós, — até sem insistir por agora no magno assunto do descobrimento pre-colombino da América por navegadores nossos, — estamos ao lado do Infante e de D. João II. Não podemos esquecer que o delirante e verboso almirante, casado com uma portuguesa, foi discípulo em Portugal para vir a conseguir, por um golpe que o acaso coroou, tão vasta lenda na história. Curioso e belo fenómeno scientífico é ver os espanhóis, a quem Colombo serviu, escusarem-se também ao culto colombino, desencantados com êste glorioso filho da fortuna, cujo nome foi todavia adoptado em Itália para designar um Instituto de vastos intuitos latinizantes.

No *Boletim da Biblioteca Menéndez y Pelayo* (Abril-Junho, 1924) encontrámos um notável artigo do distintíssimo erudito castelhano sr. Carlos Pereyra, onde, a propósito da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, e entre louvores fervorosos a Carlos Malheiro Dias e ao prof. Lu-

ciano Pereira da Silva, se acham estas palavras que assinalam o já acentuado e de-certo cada vez mais nocturno crepúsculo de Colombo:

«Colón está muy distante de ser el hombre representativo de los pueblos peninsulares. Sólo hay un rasgo común entre el Almirante y los marinos de las dos coronas. Ese rasgo es la audacia. Pero fuera de ella, todo hace antitéticos a Colón y a los hombres de estas tierras. Colón es un místico en las alturas del alma y un calculadot de logros en la ejecución de sus empresas. No quiere ver el mundo sino por el aspecto que asociando las opuestas y contradictorias tendencias de su ser, deforma la realidad para hacerla a la vez quimérica y explotable. Cuando llega a Cuba, cree que está en las Indias, y que de alli, dando un paso, tomará a Jerusalén por la espalda. Conquistará el Santo Sepulcro. Será simultáneamente el más rico de los hombres y el príncipe protector de la Fe de Cristo. El delirio de esta megalomania no es conciliable con el sentido de realidad que guiaba a los exploradores peninsulares.

Si Colón era un auxiliar inadmisible en Portugal, como dice Malheiro Dias, era un auxiliar superfluo en España, como lo demuestran los hechos.»

«...Portugal tiene una tradición de historiadores que son dignos de sus cronistas. En ninguna parte como allí puede formularse la síntesis de los esfuerzos peninsulares con verdad crítica y con maestría literaria. Esto no quiere decir que se pida a los portugueses una historia con polvo de azúcar. Las falsificaciones son el obstáculo más grande para la fraternidad viril de hombres y pueblos. Pero la exposición misma de los conflictos entre portugueses y castellanos será un elemento de mutua comprensión, porque nada facilita con mayor eficacia el paso de la desconfianza a la simpatia como la franca liquidación de un pasado turbulento.

...Portugal y el Brasil conocen el secreto de las *aproximaciones*. ¿ Querrán admitirnos en su escuela?»

LITERATURA

EUGÉNIO DE CASTRO: *DESCENDO A ENCOSTA*. LVMEN, EMPRÊSA INTERNACIONAL EDITORA, 1924.

O escassíssimo prazo em que me é pedida notícia de êste livro impede que, segundo meu desejo e como a categoria do autor naturalmente indica, eu procure abranger o conjunto da obra de E. de C., um dos raros que entre nós tem pleno direito à análise —

pedra de toque de uma obra — Entendo aqui a análise estética, susceptível, como qualquer outra (nem de outra forma se lhe aplicaria o nome) de perfeita objectividade, independentemente da apreciação resultante, em que pode entrar maior ou menor factor de preferência pessoal.

Engana-se até o ponto de ignorar a nomenclatura quem identificar análise estética e crítica racionalística (cito o nome corrente sem considerá-lo designação feliz). Esta é tão pouco aplicável em arte que lògicamente deveria começar por negar-lhe direito de existência; a análise é uma decomposição elemêntica. Nenhum tecido bastante primoroso, nenhuma urdidura assaz delicada se não fôr possível desfibrá-la e verificar em cada elemento a parte de beleza que no todo ocupa. Referir ao conjunto é indispensável, sem dúvida; mas descer ao elemento, porque não? O mais requintado impressionismo é analisável; e se não o é, não falemos de impotência da análise; é que não é impressionismo, nem requinte, nem coisa alguma. Não quere isto dizer que certos críticos (à altura de certos autores) não tenham querido passar pelo crivo de sua estreiteza própria obras que lhes caíram nas mãos. Seria curioso averiguar até que ponto a deletéria influência de Bergson (cujo mérito é no emtanto superior ao que poderia julgar-se pelas conseqüências) e em geral do anti-intelectualismo, nas suas várias formas, veio perverter e embrulhar noções e dar margem ao cómico desdém de certos impotentes pelas aquisições e esforços da Inteligência. Assim se confundiram paralelamente: imprecisão desconexa, com musicalidade, (a mais fluida melodia desenvolve-se em rígidos compassos e a música, na Idade-Média, era posta ao lado da sciência dos números) insensatez com estética, dislate, com audácia criadora; e quando alguém tenta opor um dique à onda, diz-se-lhe que não compreendeu, que é rígido, que é racionalista (!) (grande crime para... intuicionistas de tal fôrça!) que não é... esteta.

Desculpo-me de êstes prolegómenos, tristemente necessários e aqui só levemente esboçados, e, não podendo fazer o pormenorizado exame crítico, mais conveniente à minha responsabilidade, apontarei as suas directrizes, referindo-me depois em especial ao livro *Descendo a encosta* que, — devo dizê-lo com prazer e também com rude franqueza — veio mostrar que não era declínio, mas talvez um sono de Homero, o labor do poeta desde os *Camafeus romanos*. Êste livro trava, oxalá por muito tempo, o não muito feliz pendor de suas últimas obras, louvaminhadas por quantos, nunca tendo podido subir à altura a que o poeta os convidara, folgavam agora de vê-lo descer à sua compreensão, e ao seu critério artístico, em que trivialidade é sinónimo de simplicidade. E começaram então a chamar-lhe sublime.

BIBLIOGRAFIA

Quando, em um dêsses livrinhos, o poeta começava:

> Quadras à moda do povo
> Não dão canseiras à lira;
> A gente fá-las às dúzias
> Como quem canta ou respira,

resumia, de início, a crítica do seu livro, e mostrava a desvantagem de publicá-lo. Era verdadeiramente um livro... de «coisas que a gente faz às dúzias», talvez óptimo para poeta incipiente, bom até para poeta menor; nunca para o artista admirável da *Salomé*. A própria *Tentação de S. Macário*, àparte os versos que de onde em onde ressaltam, com aquela côr tão sabida dos leitores de êste poeta, não me deixou uma impressão digna do autor. Concorreria talvez para isso o ser escrita em alexandrinos emparelhados, metro que, pela sua facilidade (ao contrário do que supõem profanos) me parecia aquêm da capacidade do poeta.

Mas volto aos pontos de partida da minha análise.

Nietzsche, pouco citado, mas mais citado que admirado e a-pesar-de isso ainda mais admirado que lido, na distinção entre o espírito apolíneo — regulador, individualista, scientífico, limitativo, plástico — e o espírito dionisíaco — impetuoso, trasbordante, irregular, colectivo, musical — deixou vincados, independentemente das teses defendidas, os elementos do complexo de todo artista digno de êsse nome. Mas o puro dionisismo resolve-se na aspiração de realizar e o apolinismo inevitávelmente acompanha a realização; tôda tendência dionisíaca leva a um renascimento de Apolo. Até que ponto Apolo, tornado guia, doma ou dirige o ímpeto estuante de Diónisos, eis o problema da estética normativa. Sem Apolo, Diónisos é um ébrio; sem Diónisos, Apolo é um amaneirado. Não se trata de equilíbrio doutrinário, mas da realidade. E não dominam artes diferentes, plásticas o segundo, música o primeiro, porque em tôdas governam com alterno predomínio.

Ora eu começaria por verificar se, como parece, o impulso dionisíaco predominou na formação do poeta cuja extravagância (o têrmo é de Fialho, em *Os Gatos*) literária inicial, onde, entretanto, se revelava o futuro admirável artista, vinha em revolta aberta contra parnasianismos secos e romantismos de compostura fútil sem nervo e sem alma. O amor à melopeia traduziria assim o combate à secura métrica de versos, que só o eram por poderem contar-se pelos dedos e se apoiarem em trivialíssimo batuque; corresponderia à necessidade do ondulante, necessidade psíquica fundamental num temperamento de requinte e voluptuosidade; e na técnica (confesso-me

desde já um admirador da técnica, no seu significado amplo) projectar-se hia esta atitude por uma independente valorização da frase em si mesma, no seu valor sonoro e na sua opulência vocabular.

Poder-se hia ainda registrar, ao lado desta maneira de ser, a influência da literatura simbolista, a leitura de poetas como Mallarmé, Verlaine, determinante, uma ou outra vez, já da escolha de temas, não profundamente sentidos, já da forma de desenvolvê-los. Tal influência é despertada porém, mais pelo acôrdo, verdadeiro ou suposto, da tendência do poeta, com os autores lidos, do que por doutrina estética, tanto mais quanto na maior parte dos casos — e neste sem dúvida — as doutrinas só vêm dar forma de teoria, consistência intelectual, ao que era já impulso natural do artista. A doutrina é, nestas circunstâncias, filha da necessidade de criar e da alegria de intelectualizar.

A essência de todo dionisismo é a voluptuosidade, de qualquer natureza, ou sob qualquer máscara. No poeta da *Silva* é a voluptuosidade amorosa, definida. Ele foi um sacerdote de Eros e de tôdas as coisas belas que o amor excita, desenvolve ou deseja, como os perfumes, os brilhos, os tecidos coleantes, a linha escultural da mulher. Todos os seus requintes de forma, ou quási todos, são de visão, tacto e olfacto: côres, fulgores, maciezas, aromas. E assim é que a sua imaginação, pequena de amplitude, mas opulentíssima de pormenor, se desenvolve ricamente nesse campo. E as suas imagens, oiro do melhor quilate que em literatura existe, seguem fielmente a trajectória marcada por esta maneira da sua sensibilidade. Só as imagens de E. de C. dariam à sua parte um longo capítulo de estudo, que aqui não teria lugar e que além disso fiz, por mal de meus pecados, para outro autor, em trabalho completo[1]; nêle se veria a superioridade, a riqueza, a *instantaneidade* da grande maioria das suas imagens, e como elas são do tipo genérico a que faço referência.

Pelo que expuz, eu consideraria *Salomé* o poema-tipo de E. de C. Êsse magnífico poema, do primeiro ao último verso, é a exemplificação mais completa do que digo. E convém notar que a *Salomé* aparece doze anos depois da estreia do poeta. Isto diz alguma coisa quanto aos recursos de que naturalmente deveria dispor.

Procuraria eu pois distinguir neste Apolo obediente que Diónisos leva pela mão, as duas correntes: a do impulso pessoal, requintada, voluptuosa, apaixonada, ébria de som, de côr e de perfume, vidro còrado, pelo qual a própria antiguidade se vivifica na concepção do artista como uma luxuriante

[1] Um estudo sôbre G. Junqueiro, ainda inédito.

Ilha dos Amores; e a sombria, de temas dolorosos (que se me afigura em geral estranha ao poeta) como no *Asilo da Mendicidade* da *Silva*, e em «*Os Tisicos*», do mesmo livro, corrente superficial, onde se sente a falta da impressão funda e a busca de certos efeitos literários até nesses quadros de miséria, que não são muitos, em todo caso.

Mas de êstes pontos, uma vez verificados, poderia advir uma inteligência maior da obra do poeta. Ver-se hia que êle não é, nem é de supor que fôsse, um poeta de ideas.

Entendamo-nos a propósito. Ninguém julgará que me refiro àquêles versejadores foliculários que «põem em arte» (picaresca fórmula usada agora a sério) manias sociais ou pseudo-filosóficas. Deus nos salve de tal peste; entendo os artistas de pensamento profundo ou de profunda emoção, a quem um e outra só aparecem sob a forma estética; nos quais, para servir-me de uma expressão vulgar, tudo é poesia, ou em molde poético espontaneamente se vasa. Em parte assim foi Camões, em parte assim foi Antero e mais vincadamente Campoamor. É a tais artistas que chamo poetas de ideas; e é a êsse tipo que E. de C. não pertence. Direi mais, embora não conheça o poeta: êle não ama talvez as ideas do género que aludi; não lhes sente a possibilidade, o potencial estético. ¿ Significa isto que não faça uma ou outra vez versos que se aproximam dos dêste género? Não. Mas ao passo que nesses poetas, o geral, como diz Campoamor em uma observação preliminar, se subentende sempre no particular de que se ocupam, em E. de C. é o singular, é o episódico, é o momentâneo que interessam com primazia. Há uma dolora de Campoamor cujo assunto é idêntico ao do soneto «*Sombra e Clarão*» dêste último livro do poeta. Basta comparar as duas composições para ver quanto vou perto da verdade.

Outro aspecto de êste modo de ser é a carência de drama, quero dizer, de vida e análise psicológica na sua obra, a-pesar-de nela se encontrarem poemas dialogados. Um exemplo impressionante de êste facto é a *Salomé*. O poeta descreve maravilhosamente a figura, na sua apresentação plástica; o sonho, ou devaneio da filha de Herodias ante as volutas do fumo da mirra, é uma preciosidade; o crescendo do banquete ruïdoso e o *staccato* com que termina, pelo aparecimento de Salomé, que entra a dansar, e a descrição da dansa, tudo isto, que é afinal todo o poema, onde nada há que desprezar, é de todo ponto admirável; mas o poema acaba onde o drama começaria: o escravo parte para ir buscar a cabeça de S. João. Não há reinterpretação da lenda, não há dramatização; há um superior desenvolvimento da lenda, que pode comparar-se com o que na *Silva* o poeta faz do conto popular da «filha de rei a guardar patos».

O reconhecimento de todos estes caracteres, ou das modalidades do carácter fundamental, não implica um juízo de valor. Poderia com êles ser um poeta péssimo, ou como é, um superior artista. Reconhecê-los importava apenas um trabalho de análise, que a muito maiores minúcias poderia e deveria descer.

Ora, parece que entretanto Apolo foi crescendo e pensou em libertar-se de Diónisos, que, fatigado e encanecido, se deixou dòcilmente, sorridentemente guiar. É a doutrina que avança; é, não o arrependimento, de-certo' por não haver de quê, mas a reconciliação com o que até êsse momento pouco se prezara; é o advento da tranqüilidade, da regra, do equilíbrio; e o poeta não vê que mais do que uma superior justiça, é uma nova atitude psíquica a explicação da nova forma. Eu também sou admirador não direi do clássico, mas de certos clássicos, como sou de certos românticos, como sou do poeta E. de C.; mas a sua obra anterior não poderia, sem grande revolução íntima, que não parece ter-se dado, vir parar à simplicidade trivial dos seus últimos livros. A doutrina triunfava, é certo; não, porém, de tendências mortas, mas de tendências mais recônditas, que permitiam o aparecimento de aspectos da sensibilidade e da inteligência, até então ocultos na praia-mar do impulso. Demais, a noção do simples em estética é, infelizmente, um pouco complicada, a não ser que, pelo critério vulgar, chamemos simples ao que nos cai logo no ouvido, a maior parte das vezes deseducado, e arrogando-se a-pesar-de isso direitos supremos de crítica inapelável.

Surge agora o *Descendo a encosta*. E nêle se reencontra o poeta que conheciamos. Basta ver os primorosos sonetos «*Nova Cleópatra*» e «*Imperatriz Bizantina*». Dir-se hia que o soneto «*Ao cair da Noite*» que ignoro se no intuito do autor é simbólico ou puramente episódico (nós podemos considerá-lo simbólico, independentemente de êsse intuito) retrata essa volta a primitivas tendências. O tema é o de aquêles dizeres de Bieito, na conhecida Egloga:

> Quando neste vale estou,
> Qualquer outro que aparece
> Muito melhor me parece;
> Não é assim quando lá vou.

Cito de memória, e não fico pela absoluta fidelidade.

Parece-me improvável que o soneto tenha tal significado; assinalo apenas a coincidência curiosa.

BIBLIOGRAFIA

Neste livro não há que buscar igualdade, pois se trata de uma colecção de poesias distanciadas no momento da factura. Ponho de lado as poesias feitas adrede para homenagens, cumprimentos, etc., e refiro-me apenas às de mais moderna e independente feição. Uma novidade, a nuvem que foi tenuíssima e é hoje acastelada, surge neste livro: a nota profundamente melancólica, a resignação forçada ao têrmo fatal da existência, a gratidão à vida que não foi madrasta (p. 87 e 89). Esparsa pelo livro, essa nota multiplica-se em várias formas, sente-se que ela predomina. A-pesar-de tudo, Diónisos sente agora a tortura da vitória de Apolo:

> Mas como é que se explica, Deus sublime,
> Que tendo eu tanta neve na cabeça
> Tenha tanto calor no coração? (p. 77 *Ao espelho).*

A mesma idea em *Anomalias de Amor* (p. 43).

Exemplo de êsse sentimento dominante, transcrevo o soneto *Noite de Inverno*, de pág. 67:

> Ambiciosa, a minh'alma foi outrora
> Grácil repuxo que no ar subia;
> Hoje, desenganada, é fonte fria,
> Não sobe, desce; já não canta, chora...
>
> Nesta noite sem termo, vejo-a agora
> Sòzinha e cheia de melancolia:
> Abre um livro, mas breve se enfastia...
> Chega à janela: tudo é negro fora...
>
> Senta-se, triste, à luz do candieiro,
> Pega nas cartas, mas não tem parceiro,
> Pega na roca, não desfia o linho...
>
> Atiça o lume, e tem as mãos de neve
> A pena molha, hesita... e nada escreve...
> Põe-se a beber, mas acha azêdo o vinho...

que é também típico exemplar do desenvolvimento de uma impressão em série de imagens e símbolos, que o poeta opulentamente pôs em prática em obras anteriores. E para mostrar quanto essa impressão se espelha em

todo o livro indicarei que a mesma idea se repete, em primeiro lugar, o que é característico, logo no prefácio do livro, ***Descendo a encosta,*** e depois nos sonetos de pág. 61, 65, 67, 77, 79, 81 e nas ***Fôlhas caidas*** (segunda parte da obra) a pág. 94, 100, 101, 108, 111, 115. Tendo em conta que a disposição tipográfica do livro é na primeira parte, de um soneto em duas páginas, e na segunda, um quarteto, em geral, por página, creio que não exagerei.

Embora, como digo, o livro não possa, por natureza, ser igual, encontram-se nêle oiros de êstes:

> Do promontório sôbre a giba hirsuta,
> Damasquinando as águas da baía,
> Brilha o farol; a noite é escura e fria;
> As ondas marram contra a escarpa bruta. *(O Farol)*

É um exemplo, entre muitos; mas seja-me lícita agora e para terminar uma referência especial: *O Pé de mármore*, que o poeta reservou para o fim do livro. Tudo nesse poema revela o excepcional artista que o modelou. De uma leveza ondulante e serêna, moldado com a bela opulência a que o poeta nos habituara e que nos tornara exigentes, até para as suas próprias obras: com uma frescura evocadora digna de uma juventude; com um admirável sentido íntimo da mentira da imortalidade, êsse poema fica, em meu juízo, na linha da primeira escolha de quanto o poeta nos tem dado. E embora não sejam transcrições, mas estudos, o que à *LVSITANIA* certamente convém, eu ouso transcrever ainda uma estrofe de êsse poema, estrofe de seis versos decassilábicos, com um só pensamento, que vem coleando desde o primeiro verso ao último, sem desfalecimento, sem quebra de perfeita nitidez, realçada por uma encantadora imagem, análoga à que fôra desenvolvida em *Salomé*:

> Marmóreo pé divinamente lindo,
> Da minha fantasia ao claro lume
> És um torrão de incenso ou mirra loura,
> Do qual um fumo sai, que, no ar subindo
> Modela no ar, em linhas de perfume,
> A estátua a que tu pertenceste outrora.

O leve defeito rítmico do último verso não turva a fluida beleza da estrofe. Encerro aqui esta notícia breve, que é uma saüdação ao poeta colorista, ao pescador «das pérolas divinas da beleza», desejando que uma preciosa-

mente longa vida seja prémio do seu amor à beleza e ao devaneio. Julguei que seria uma homenagem mais digna expor as linhas gerais de uma crítica só em alguns meses realizável, a encher de adjectivos inúteis e neste caso pedantes, o valor literário das suas melhores obras. Mais ridículos do que a gralha que se enfeitava com as penas de pavão, são aquêles... críticos (?) que pretendem pintar as próprias à custa das côres que aos criticados roubam. E eu, crítico ocasional, precisava de não enquadrar nesse uso desgraçado um artista notável; e tinha também de salvar a responsabilidade própria, que é alguma. Para evitar o duplo escôlho, tive de cair nesta coisa pobrezinha e rápida que aí deixo esboçada. Não se dirá ao menos que de tal não tenho perfeita consciência.

Setembro — 1924.

VIEIRA DE ALMEIDA.

ANTÓNIO PATRÍCIO: *D. JOÃO E A MÁSCARA*. Uma fábula trágica. LIVRARIAS AILLAUD E BERTRAND, 1924.

POUCO se sabe acêrca de Don Miguel de Mañara, cuja vida, ao que se diz, sugeriu a Tirso de Molina o *Burlador de Sevilha*.

Descendiam seus pais de uma nobre família côrsa, que se distinguira pelo orgulho e ferocidade, nessa ilha de paixões indomáveis que prolongou até os nossos dias as tradições sanguinolentas do banditismo feudal. Aos trinta anos, uma visão fúnebre arrancou Don Miguel à devassidão e aos crimes em que vivia: porque mais duma vez a sombra da morte envolvera tràgicamente as suas aventuras de amor. Recolheu-se então no convento de *la Caridad* e organizou a célebre confraria do mesmo nome, destinada a assistir, nos seus últimos momentos, os condenados à morte, e a dar sepultura cristã aos seus cadáveres, que até aí se abandonavam aos ultrages do tempo e à fome dos animais vagabundos. A sua piedade e as suas virtudes cedo lha grangearam fama de santo. Pensou-se mesmo em elevá-lo aos altares, e foi instaurado a seu favor um processo de canonização na côrte de Roma. No convento onde passou a segunda metade da vida ainda se conserva o molde em gêsso da sua máscara mortuária; um dos mais subtis espíritos do nosso tempo encontrava nela as feições, sombrias e ardentes, do grande Pascal. Estranha coincidência: antes de trocar o mundo pelo *deserto* de Port-Royal, não escrevera também o místico um *Discurso sôbre as paixões do amor?*

Esta vida, tão profundamente dramática e de tão perturbante poesia, inspirou naturalmente os escritores e os artistas. Em volta de Don Miguel, que Tellez crismara em Don Juan, teceu-se em breve uma lenda e, como às grandes lendas sempre sucede, cada qual a interpretou a seu modo. Vestiram-no de mil maneiras, expuseram-no sob as luzes mais variadas; a innata sedução, sensual e de amorosa inconstância, que emana de cada uma das aparências que a sua figura foi revestindo, basta porém para que logo sem custo o reconheçamos. Don Juan, definitivamente, ficara sendo o libertino. O outro homem que vivera em Miguel Mañara, o que terminara no silêncio de um claustro a curta tragi-comédia da sua vida, êsse foi pouco a pouco esquecendo e dissipou-se por fim na sombra do passado, onde as virtudes fazem menos vulto do que a desgraça e o crime. A lenda mutilava a história. E desta vez, por excepção, como escreve o sr. António Patrício, a história era superior à lenda.

Á história quis o sr. António Patrício voltar. Antes de o acompanharmos, permita-se que nos ocupemos da lenda mais uns instantes.

Não é o *Burlador de Sevilha* que nos explicará Don Juan; pouco ou nada vale o auto de Tirso de Molina pelo que toca ao estudo da alma e das suas paixões. É no esbôço dramático que Molière escreveu à pressa sôbre o mesmo tema, para aproveitar o interêsse do público pelo assunto, que se deve estudar o grande sedutor. Com o seu profundo conhecimento do coração humano, Molière desvendou os recantos mais obscuros dessa alma obscura. Os que vieram depois nada tiveram que acrescentar; do seu génio nasceu verdadeiramente Don Juan.

No carácter de Don Juan a mola essencial é o orgulho; a êle deve a sua satânica beleza. Todos os orgulhos se encontram em Don Juan, e primeiro entre todos o da inteligência.

Êste homem que em nada crê e igualmente desdenha do amor, da amizade, das afeições de família, de Deus, do diabo e da vida futura, acredita cegamente na infalibilidade do seu intelecto. Que *dois e dois são quatro e quatro e quatro são oito* — eis os seus artigos de fé. Tudo o mais lhe parece disfarçada ilusão ou propositada mentira. Viu a estátua do Comendador abaixar a cabeça e aceitar o convite que lhe fizera. Viu-a caminhar, vir cear com êle, sentar-se a seu lado e com êle conversar familiarmente. Embora. Don Juan não se rende. *Il y a bien quelque chose là dedans que je ne comprends pas; mais, quoi que ce puisse être, cela n'est pas capable, ni de convaincre mon esprit, ni d'ébranler mon âme.* Don Juan sabe que as pedras não andam, nem falam; aquela, portanto não o pode ter feito. Mais forte do que o próprio milagre, o

seu orgulho não consente em ver postergadas as leis a que obedece a inteligência que o dirige. Para Don Juan, como para o filósofo, existir é poder ser pensado.

Porque D. Juan não é um devasso trivial ou um palrador agradável. É um homem, e soberbo de inteligência, de altivez, de valentia, de espírito inventivo, de fácil generosidade, eloqüente, belo e, em tôdas as qualidades que fazem o homem do mundo, superior. Pensou muito e conhece a fundo a vida e os homens. Não foi nos livros que aprendeu a lidar com êles; mas leu, de-certo, e não só ninharias. A sua inteligência analisou as vãs concepções do espírito humano, e, hostil à fé, que as domina e explica, fàcilmente destruiu umas pelas outras. No imenso vazio do seu scepticismo permanecia apenas uma única realidade: os fortes impulsos do seu temperamento sensual e enérgico. Opunham-se-lhes as convenções sociais. Don Juan desprezou-as e passou por cima.

O mundo aparecia-lhe como um país inimigo a explorar. Nenhuns laços de simpatia o uniam aos outros homens que o habitavam. Don Juan é tão insensível às lágrimas da mulher como às advertências de seu pai ou ao reconhecimento que devia a quem o salvara da morte. Procure-se bem e apenas se encontrará o orgulho na raiz de cada uma das suas acções. Para que se não sinta cobarde é que expõe a vida numa luta desigual a que não era chamado. Se se faz devoto e reveste o hábito repelente da hipocrisia, é que despreza os juízos do mundo e os preconceitos da sua própria vaidade. E se na célebre scena do pobre, Don Juan lhe atira finalmente o luís, *pour l'amour de l'humanité*, é que também êle é homem, que laços indestrutíveis o prendem ao mendigo que se lhe arrasta aos pés, e há o sentimento duma obscura solidariedade humana na compaixão desdenhosa que êste lhe inspira.

Resta o amor: mas o amor em Don Juan pouco tem de comum com o que vulgarmente se entende por esta palavra. Servindo-se duma expressiva imagem, Stendhal chamou-lhe um prazer semelhante ao da caça. E assim o descreveu Molière. O que Don Juan aprecia no amor, são, como êle diz, as inclinações nascentes. *On goûte une douceur extrême à réduire, par cent hommages, le cœur d'une jeune beauté, à voir de jour en jour les petits progrès qu'on y fait, à combattre, par des transports, par des larmes et des soupirs, l'innocente pudeur d'une âme qui a peine à rendxe les armes; à forcer pied à pied toutes les petites résistances qu'elle nous oppose, à vaincre les scrupules dont elle se fait un honneur, et la mener doucement où nous avons envie de la faire venir. Mais lorsqu'on en est maître une fois, il n'y a plus rien à dire, ni rien à sonhaiter...*

Sem dúvida, é próprio de tôda paixão satisfeita afrouxar e por fim extinguir-se. Mas o que distingue Don Juan é a indiferença súbita após a conquista e a necessidade imediata de renovar as emoções que com ela tinham morrido. O amor à Don Juan é afinal um prazer do espírito. São as suas qualidades que principalmente êle põe em jôgo, e a vaidade, a curiosidade, o amor-próprio, o gôsto pelas aventuras perigosas e as sensações fortes, o que essencialmente o anima. Resta a sensualidade e com ela aquêle sadismo latente, inseparável do prazer dos sentidos e que em Don Juan é, ao mesmo tempo, material e moral. *Oui, je ne pus souffrir d'abord de les voir si bien ensemble; le dépit allemma mes désirs, et je me figurai un plaisir extrême à pouvoir troubler leur intelligence, et rompre cet attachement... J'ai trouvé de l'agrément dans cette nouveauté bizarre, et son habit négligé, son air languissant et ses larmes ont réveillé en moi quelques petits restes d'un feu éteint...* Discretamente, Molière não insistiu; mas vê-se que não lhe escapou um só traço do modêlo. Isso me desculpa de o ter citado tão amiúde; era bem que fôssem tão suas as palavras, como o são as ideas que elas exprimem.

Muito outro é o *Dom João* do sr. António Patrício. Pondo de parte os detalhes do enrêdo — que o sr. António Patrício declara aliás ter querido reduzir ao mínimo — procurarei extrair dêle a sua complexa significação. O lirismo, por vezes excessivo, do *D. João e a Máscara* é rico de pensamento; a florescência das imagens esconde porém a profundidade das ideas, e, como à noite em selva obscura, é necessário apartar primeiro os caules enlaçados e afastar a multidão confusa das fôlhas, para que à superfície das águas dormentes se reflita vacilante a luz das estrêlas. De momento a momento as perdemos ainda; mas elas voltam, e de novo scintilam na água obscura, como na aéria transparência do céu.

Escrevendo o seu *D. João*, o sr. António Patrício pensava na magnífica unidade do amor, que une essas almas singelas, em que pouco mais há do que um rude esbôço de humanidade, aos puros espíritos, elevando-se até Deus. O amor é um só, quer D. João o procure nos lábios perecíveis da mulher, na caridade que alivia as misérias humanas, ou a sua alma, — que voluntàriamente dispersa pela vastidão do universo, se prendera à efémera aparência dos sêres e recolhera solícita os ténues ruídos da Terra, — se perca já livre no infinito seio de Deus.

O livro do sr. António Patrício começa quando Dom João, cançado de perseguir uma sombra fugitiva, sente o vazio da sua vida e pede ao destino qualquer coisa — qualquer coisa ou Alguém — que reanime o seu coração morto de tédio.

Nunca no amor conseguira a união perfeita que êle enganosamente promete; junto das mulheres que mais amara, sofrera as amarguras de sentir-se só. Por hábito, fazia ainda, é certo, o gesto do amor. Mas a alma indiferente já o não seguia. Compreendera a ilusão dêsses instantes em que, mais além da carne, êle julgara para sempre possuir o espírito: porque não há amor que se não creia eterno, e não teime em supor perpétuo o eco duma palavra. Então, a morte vem visitá-lo, e Dom João adivinha que a sêde de eternidade só a morte a pode apagar.

Em todos os tempos, ela andou ligada ao amor. O mesmo instinto desperta no homem as fôrças que produzem a vida e os impulsos que arrastam à destruïção. E só no repouso do túmulo, cansado das vãs ansiedades do amor, êle imagina essa completa fusão dos que se amam, que em vida não alcançara e coisa alguma, agora, virá perturbar. Dom João saúda na morte a amante que não engana, o seio onde se descansa sem fim, a libertadora que pressentira e amara sem a conhecer.

Morrer é ser iniciado. A inscrição da Antologia grega que o sr. António Patrício transcreve é ainda mais profunda do que o seu autor certamente julgava. A morte é, na realidade, a grande iniciadora. Á sua luz o mundo transforma-se, e revela-se-nos o sentido da vida, porque não mais vemos as coisas como se fôssemos o ponto para onde elas convergem, e a razão de ser da sua existência. Compreendemos que insignificante partícula somos na vastidão do universo; a sua claridade dissipa os fumos de vaidade que nos embaciavam os olhos, e a humildade é o princípio de todo o saber.

Tocado pela morte, Dom João transfigura-se. O seu amor, liberto do desejo, deixa os caminhos estéreis para onde a mocidade o tinha impelido. Não mais procura a satisfação incompleta que vem das criaturas. A fôrça que o anima não mais se gasta numa luta isolada. Integrado no Amor que governa o mundo, estende-se a todos os homens e sobe até Deus. A Morte, que lhe apontara a nova rota, pode então dizer-lhe em belos versos panteïstas:

> O silêncio da noite é um turbilhão de gemas
> sofrendo como tu, em órbitas sem nome,
> do mal, do grande mal que te consome.
> Quem arde assim de amor, tem irmãos-sóis na altura.
> A noite é tua irmã. A tua chama é pura.

Mas, a Morte ainda não viera de vez. E Dom João, beijando religiosa-

mente os vestígios que os seus pés deixaram na pedra em que poisaram ligeiros, espera que ela volte e o deixe perder-se para sempre no grande Amor que o chama a Si.

Dentro do carácter que o sr. António Patrício lhe atribuiu, há lógica nos sentimentos que Dom João nos revela. Se são igualmente reais; se, para tomarmos como exemplo um caso concreto e famoso, assim sucedeu a êsse Miguel de Mañara, cuja vida o sr. António Patrício seguiu desenrolando a trama da sua fábula, é uma questão secundária — porque a verosimilhança, que é a verdade ideal, basta às obras de arte; mas não uma questão sem interêsse.

Contentar-me hei com formulá-la, e não arriscarei uma resposta que não poderia fundamentar. Dir-se há que Miguel de Mañara voltou para Deus o amor que primeiro dedicara à mulher? Ou que a alma, abalada pela visão macabra do seu cadáver e dos funerais que lhe faziam, empregou no amor de Deus a violenta energia com que buscara o prazer? O que precede, nem sempre é causa; o que se segue, nem sempre é efeito. *Post hoc, ergo propter hoc,* representa apenas um modêlo de mau raciocínio — que felizmente nada tem que ver com o livro do sr. António Patrício. Talvez êle apresente entretanto alguns atractivos para certos leitores, que resolvem tudo sem terem compreendido coisa alguma. Um ou outro dêste género se deve naturalmente contar entre os que mais apreciaram o *Dom João e a Máscara;* para êle transcrevi a conhecida locução latina.

O problema que formulei resume-se afinal em averiguar se Dom João pode ter amado. O sr. António Patrício optou pela afirmativa. Não lhe exprobarei o ter sido indulgente para o grande pecador: era o seu direito. E se um bom livro, como há muito se disse, é um livro que nos faz pensar, é sem dúvida bom o que o sr. António Patrício escreveu.

Há alguns anos que a sua pena descansava; mas durante êsse tempo o seu espírito não ficou inactivo e a sua sensibilidade aprendeu talvez novas maneiras de sofrer. No *Dom João e a Máscara* há grandes belezas, que seriam mais perceptíveis se fôsse mais suavemente discreto o ritmo da linguagem; e dêle pode extrair-se uma elevada lição de moral, inacessível contudo à maioria dos leitores, que aprenderão mais fàcilmente certas liberdades de detalhe, a que a moralidade é estranha. Nos livros que nos promete, e são esperados com justificado interêsse, não seria mau que o sr. António Patrício se lembrasse uma vez ou outra dos pobres de espírito que, ao menos pelo número, não são para desprezar.

LUIZ VIEIRA DE CAMPOS.

BIBLIOGRAFIA

EGAS MONIZ: *JÚLIO DENIS E A SUA OBRA*. Com inéditos do romancista e uma carta-prefácio do Prof. Ricardo Jorge. — 2 vol. 1924 — CASA VENTURA ABRANTES — Lisboa.

O Prof. Doutor António Caetano de Abreu Freire Egas Moniz acaba de lançar uma obra útil, escrita despretenciosamente — por vezes até com a forma de uma série de notas — destinada, não a revelar o pulso de um escritor, nem a desenvolver a análise laboriosa de uma crítica de pormenor e de conjunto, mas a definir e documentar a sua posição de crítico perante a obra interessante de Júlio Denis. Aproveito a ocasião de salientar que assim conviria fôssem estudadas, monogràficamente, as figuras de relêvo da nossa literatura, antigas ou modernas (pois em trabalho probo não deve ser feita diferença de umas para outras); poupar-se-nos hia de esta forma o tédio de ver pomposos resumos de centenas de páginas para dezenas de autores, ocasional cerzidura de opiniões desconexas, quando não contraditórias, que nos deixam no mesmo estado de saber — ou de ignorância, — sôbre o assunto de que pretendem ocupar-se. Isto a despeito de meia dúzia de altos exemplos, de lento frutificar, ao que parece.

O autor, comquanto se defenda de que o julguem admirador cego, e procure justo motivo de sua patente admiração, é um panegirista entusiástico do romancista, deixando cair, de quando em quando, frases documentadoras dessa atitude. Um exemplo: «... o interessante escritor que se ocultara sob o modesto pseudónimo de Júlio Denis»... (I, p. 243 — Cf. p. 103). Ora um segundo de atenção mostra que tal pseudónimo não é modesto ou imodesto; e que entre um «Gomes Coelho» — de burguesa trivialidade por sinal — e um «Júlio Denis», a diferença não será em desfavor grande dêste último. O pseudónimo não diria ao público tratar-se de alguém notável; mas o nome também não daria a sugestão de pertencer a uma águia da literatura. E — vá em parêntese — nenhum dêles mentia. Aquele «interessante», da frase acima referida, é talvez a mais própria adjectivação de todo o livro.

Do tríplice domínio dum estudo dêste género: — biografia do autor (e génese da obra) — relações entre o autor e a obra — exame crítico da obra — o Prof. Egas Moniz desenvolveu em muito maior escala as duas primeiras partes. Por isso eu digo acima que o livro se destina a definir e documentar a posição do crítico. Vejamos como êle se documenta e define:

A informação dêste livro é copiosa. O autor procurou tudo quanto pudesse elucidá-lo sôbre a vida e a personalidade do seu biografado, sôbre o o seu espólio inédito, esbôço ou esboços que das obras deixou, cartas, estudos preliminares de personagens, etc. Basta dizer que, no primeiro volume, só

três dos seus dezoito capítulos (XIII, XIV, XV) abordam a crítica, ou a notícia-comentário de críticas anteriores. O segundo volume destina-se a mostrar as relações do escritor com a obra.

Rica, portanto, a parte biográfica dêste livro. Rica e de interêsse. Temos ali curiosas informações, novidade para muitos (para mim, pelo menos, inteira novidade) sôbre processos de trabalho do romancista, fases da sua vida íntima, evolução dos seus planos, parte importante que o teatro ocupa na sua actividade. E assim, esta parte do estudo merece todo o aplauso. Na parte crítica (muito menor e mais leve, como digo) podem talvez fazer-se alguns reparos.

A tese capital do autor, expressamente produzida (I, p. 244) é que Júlio Denis foi um realista, «porque» tôdas as suas personagens foram tiradas do natural. Assim conclui o capítulo XIII, prometendo reservar o segundo volume à explanação dessa que o autor denomina «maneira de ver» e eu preferiria chamar «investigação de facto». Ora a tese, apresentada por tal modo, contém uma definição disfarçada. Não se engana, de-certo, o Prof. Egas Moniz, quando julga, como diz, tê-la documentado com valiosos elementos, porque *nas suas linhas gerais*, os paralelos e conclusões tiradas são de uma extrema probabilidade, pràticamente válida como demonstração. Achado pois que as figuras do romancista são estudos de modêlo vivo, e, por outro lado, o entrecho dos romances «pura fantasia» (I, p. 246) a tese quere dizer: «chamo realista a qualquer autor, que, embora arquitectando os seus romances na imaginação, nêles mova figuras tiradas do natural».

Pode sempre começar-se por uma definição-princípio; mas, a despeito das aplicações extravagantes a que se presta a classificação genérica de escolas literárias (e algumas conheço de insuperável cómico) parece-me desvantajoso começar por uma definição, em que se repudia não só o uso tradicional do têrmo — forma de êle, quando comum, cristalizar em significado técnico — mas a própria análise e comparação de obras literárias. Recordo, a propósito, uma interessantíssima definição que li algures: — «Clássico é um romântico realista». — Efectivamente o «realismo» consiste, por espontaneidade, como em Homero, por doutrina, como em Flaubert, em achar à vida, na sua complexidade, um valor estético integral, que o artista literário pode e deve aproveitar por selecção e combinação não convencionais. Ao realismo não fere o extraordinário ou o maravilhoso, como símbolo, ou a mais alta idealidade, como tema e documento. A vida de S. Francisco de Assis pode tentar um realista, como as vidas de santos do nosso Eça ou a tentação de Santo António, de Flaubert. O que o realista de todo repugna — e louvado seja o

realismo — é o «amaneirado», de qualquer natureza: solene, terno, oracular, etc. Que alguns realistas se tenham comprazido na pintura do ascoroso, exclusivamente, é êsse um episódio de reacção literária, correspondente, porventura, a um modo de ser íntimo do escritor (quando não é pura imitação ou ostentação) mas não constitui modo intrínseco da doutrina. A própria observação é um processo auxiliar, não um carácter definidor. Em resumo, a verdade do realismo é a consistência das possibilidades e a manutenção da atmosfera geral em que se passa o romance (visto como aqui só nos interessa essa forma literária). O realismo de um autor deve pois buscar-se na arquitectura das suas obras e nas derivadas principais: rigor do diálogo e equilíbrio requintado do estilo, e exactidão do descritivo, que são, como se vê, conseqüências da concepção fundamental, no campo da realização artística. O facto de uma figura ser estudada do natural é um elemento favorável, sem dúvida, mas um só elemento do «processo de realização» e por isso mínimo, ou pelo menos secundário, no realismo de um escritor. Estudar uma figura quere dizer construí-la bem, e de-certo as figuras de Júlio Denis não são *copiadas* do natural, mas *compostas* com elementos de figuras observadas (o que só abona o romancista) como em outro ponto, embora de passagem, o Dr. Egas Moniz reconhece (I, p. 182). Querendo fazer um romance, cujo plano formara, ou esboçara, êle buscava modêlos reais para suas figuras ideais estilizadas — porque o são — Ficamos conhecendo, graças a êste livro, que era assim. É uma curiosa informação; mas pregunto: ¿é por êsse facto que os romances de J. Denis entram na categoria de realistas, se lá não estavam? ¿era porventura o desconhecimento dêle que não deixava enquadrá-los aí?

Parece-me também errónea a afirmação: «O bom e o belo eram as suas directrizes na arte;» [o belo não é uma directriz; é um objectivo geral, e feliz o que o atinge] «mas ambos subordinados à realidade das personagens» (I, p. 247). Para não alongarmos uma exposição, que a pessoas cultas enfadaria com motivo, seja-me permitido vincar caricaturalmente a interpretação última desta frase. Ela corresponde a dizer que J. Denis arrebanhava algumas pessoas de seu convívio transitório ou permanente e lhes deitava por cima um enrêdo em que pudessem figurar.

O Dr. Egas Moniz, um pouco inclinado em crítica a proposições dilemáticas, parece admitir a alternativa: — são ou disforme — na arte; lembrarei que é bem romântico êsse pseudo-contraste, de que alguns românticos com infeliz concepção fizeram, eclecticamente, a urdidura esquemática do drama: tragédia e caricatura. O próprio exemplo aduzido, o de Eça de Queirós, como representante do segundo aspecto, mostra a fôrça da ilusão. Eça de Queirós não «convulsiona as personagens» nem pintou «aleijões físicos ou

sociais» que, segundo o autor, J. Denis «deixou para outros» (I, p. 248). Excepção feita de algumas notas secundárias em *O Primo Basílio* e *O Crime do P.e Amaro*, ¿onde o aleijão ou a sordidez?

«J. Denis condena o romance de imaginação em que as peripécias e lances imprevistos se sucedem ininterruptamente. Essa arte do romance caíu nos exageros de Ponson du Terrail» (I, p. 287). Ainda outra alternativa falsa. Não há a oposição que se pretende aqui. E quanto à sucessão de lances, imprevistos ou não, isso é muito da maneira de J. Denis, ainda que afogados no pitoresco, em que êle os desenvolve.

A resposta de Guilherme Braga a Pinheiro Chagas (cit. a p. 261), um dos «amaneirados» que Eça de Queirós desmanchou nas conhecidas cartas, é também falsa. Êle parece impor a opção entre estilo *ornado* e estilo *singelo*. Ora, não há (ou se há é uma coisa miserável, sem categoria fora da estilística de Mascarenhas) estilo *ornado*, como quem enfeita cantareiras em dia de orago. O que há é estilo melhor ou pior, conforme exprime o que se pretende fazer entender ou sentir. O que há é estilo bom e mau, próprio e impróprio, sugestivo e reles. A alternativa de Guilherme Braga não existe. E acrescentarei que nestas questões de doutrina, quem quiser verificar a mediocridade de J. Denis como teórico da sua arte bastar-lhe há percorrer as páginas 238, 239 e 240 do primeiro volume desta obra.

Outro e último exemplo: «não é exacto que o romance *As Pupilas* se passe todo na sucessão de scenas dialogadas como no teatro antigo. Pois se outros há que o criticam, porque o autor se demora em longas apreciações psicológicas!» (I, p. 253).

Mas... não há contradição. Essas apreciações, bastante frouxas, por vezes, porque o psicólogo J. Denis tem a penetração quási trivial de qualquer pessoa inteligente e atenta, abundam nos romances; o que não impede a sucessão de diálogos. O ser tocado preferentemente por um dos aspectos é um resultado da equação pessoal; mais nada.

Disse eu que *nas linhas gerais* eram justos os paralelos e conclusões. Cabe até um louvor especial ao crítico, que, sendo neurologista, não foi a reboque do pendor profissional, mais perigoso nos que... fingem sê-lo, e pelo contrário foi tão modesto na utilização dêsse recurso que classificou de «talvez excessivamente psico-analítica» uma nota que podia passar como simples observação (I, p. 137). Em todo caso, o mesmo entusiasmo, a mesma admiração levaram-no, a-pesar disso, a um ou outro excesso. Assim, por exemplo, não precisa de ser invocado o facto de J. Denis (Daniel, de *As Pupilas*) não ser irmão do Patarena (Pedro) para o desculpar da tentativa de roubar a noiva ao irmão. Pois se o facto é essencial ao romance, que

além disso, é da «mais completa fantasia», como dêle se diz em especial (p. 286), ¿ que necessidade haverá de absolver o romancista?

Também o sonho de Cecília em *Uma Família Inglesa* não eleva J. Denis a «psicólogo profundo». Fazer falar doidos e arquitectar sonhos é coisa velha e de bom (e justo, às vezes) efeito em arte. O citado pormenor de gritar sem ouvir a própria voz é trivialíssimo em sonhos aflitivos. Devo ainda observar que alguns vocábulos que o Dr. Egas Moniz supõe regionais, o não são. Tudo isto — repito — não invalida as suas conclusões gerais nesta parte da obra.

A página crítica de Eça de Queirós, transcrita das *Farpas* pelo autor dêste livro, é uma página de impressões; mas é talvez a que maior e mais justa visão revela. J. Denis (que eu não critico, porque precisaria dum volume) não é bem um romancista; é um narrador sugestivo. Romancista e narrador estão como cantor e cantador. As conversas com o leitor e a leitora, a maneira de *dizer* a paisagem, o amor a um certo decorativo de scena, fazem dêle uma figura, interessante, sem dúvida, mas não de primeiro plano da literatura do romance. Tentativa honesta e agradável, não direi de reacção, mas de acção, o romance de J. Denis, libertando-nos (não de todo) das Morgadinhas de Valflor que falavam do Empíreo à beira do amante moribundo, tem real valor. Costuma chamar-se-lhe português (não sei porque se confunde português com regional) mas todos êles — não receio dizê-lo — parecem os evangelistas daquêle encantador livro de Eça — *A ilustre Casa de Ramires* — onde não há menor delicadeza, menor bondade até, e há, sem hesitação possível, outra superioridade, em todos os sentidos. E não quero deixar de dizer que em relação a certas falsas profundezas modernas, prefiro também o J. Denis com sua límpida sinceridade.

Não alongarei de forma alguma considerações que eu não recearia demonstrar pormenorizadamente; pouco mais faço do que dar o resumo dum livro digno, por vários motivos, como mostrei, de franco aplauso e bom acolhimento. E aos que disse devo juntar o de, como se vê pelo longo estudo do Prof. Egas Moniz, êle não ser de certos pseudo-scientistas que vêem na literatura um entretenimento para horas de ócio de coisas sérias e a querem por isso amena e fácil; sem compreender que nas grandes obras literárias pode haver e há, tanto estímulo de pensamento, tanta origem de tensão espiritual, tanta inquietude de interrogação e de problemas, como nas mais obscuras questões a que a sciência chama suas.

VIEIRA DE ALMEIDA.

D. MARIA DA LUZ SOBRAL: *CONTOS E LENDAS DA NOSSA TERRA* (para as crianças), com ilustrações de D. ALICE REY COLAÇO. EMPRÊSA INDUSTRIAL GRÁFICA DO PORTO

HÁ bom e mau nos *Contos e lendas da nossa terra*: e de tal maneira, que nos convencemos de que a distinta Autora nos poderá dar livros de histórias infantis inteiramente bons — e muito bons, — no dia em que desistir de fazer «literatura». «La véritable éloquence se moque de l'éloquence», dizia Pascal: e a verdadeira literatura tem horror à *literatura*. São bons (e em relances, óptimos) os contos reünidos em *As histórias do Tareco*, e o *Pinto calçudo*; têm «literatura», boniteza, falsa poesia, estilo de açúcar, *sensiblerie*, e são por isso maus, e por momentos péssimos, *Lenda das rosas*, a *Fontinha encantada* e a *Lenda do rei Saüdade*. Resista a Autora à tentação de fazer bonito, a deixar-se arrastar por certas modas, e fará belo, sempre belo: porque (insistimos) revela para o género excepcionais aptidões. Ás ilustrações da sr.ª D. Alice Rey Colaço não falta encanto; para crianças, porém, exige-se mais rigor no desenho, mais observação da realidade e menos infantil primitivismo, se podemos falar paradoxalmente. Aconselhava o pintor Rousseau (era êle, se não estamos em êrro) que se pusessem três quartos dos olhos sôbre o modêlo, e um só quarto sôbre a tela: preciosa máxima. A edição dos *Contos*, por seu lado, inculca louvável boa vontade; algumas emendas, e ficava certa.

ANTÓNIO SÉRGIO.

UMA CARTA DE JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

DO meu Ex.mo Amigo o dr. Jaime de Magalhães Lima recebi há tempo uma formosa carta, que, por falta de espaço (e assustados com o excesso de páginas dos últimos cadernos da nossa revista) não podemos publicar integralmente. Protesta nela o nosso Amigo contra a minha herética afirmação, na nota bibliográfica ao romance de Manuel Ribeiro, de que para a *prosperidade social*, para a moralidade *colectiva*, o exemplo dos santos não é *bastante*; e raciocina assim, palavras suas:

«A sciência fisiológica e a química reconhecem hoje nos alimentos

certas substâncias, até há pouco ignoradas e aparentemente acessórias, a que chamaram vitaminas. Sem elas, os alimentos perdem todo o seu poder vitalizante, e logo se manifestam as doenças intituladas de insuficiência alimentar, como o raquitismo e congéneres. A saúde e a robustez dependerão não só da abastança química dos alimentos, da quantidade bastante, mas também da presença dêsses sêres misteriosos, instáveis, nìmiamente cativos de diversas influências, extremamente irregulares na sua distribuição, e todavia um princípio catalítico averiguadamente essencial à vida. Vem agora um estudioso americano, o dr. Walter Eddy, e, levando longe a experiência e a análise das vitaminas, isola-as e consegue, por exemplo, destituir o fermento da sua actividade própria ou restaurar-lha conforme o priva de vitaminas ou lhas restitui; e, a-final, por efeito da segurança com que as maneja, verifica que no fermento as vitaminas se encontram na proporção de 1 para 40.000 — o que traduzido em psicologia me significa que em a nutrição e saúde moral das sociedades um país de 6 milhões de almas carecerá apenas de 150 consciências para lhe vitalizar o ânimo.

« Chegarei mesmo a suspeitar, e talvez a moderna concepção da natureza do átomo não me ponha maiores embargos ao atrevimento, chegarei a suspeitar que em tôda a extensão da actividade cósmica, tangível ou etérea, o volume dos princípios vitalizantes é mínimo relativamente ao volume das substâncias vitalizadas. E V. Ex.ª, que crê fervoròsamente no poder das aristocracias, por certo não reputará muito fora da lei semelhante pretensão.

« Por isso piedosamente ajoelho nos altares dos santos — vitaminas essenciais, a meu ver.

« Entretanto, certo é que V. Ex.ª, apontando-nos épocas em que a mais acrisolada santidade de raríssimos eleitos coincidiu com a mais desabrida devassidão do vulgo multitudinário, não nos esclareceu muito largamente e, muito menos, dissipou as dúvidas que nos restam sôbre o grau em que as épocas de ordem que sucederam às épocas de dissolução foram resultado das reacções anteriores da santidade sôbre o tumulto. Evidentemente, em tôda a cozinha, na da felicidade dos homens como na dos regalos do paladar, não basta pôr a caçarola ao lume com bons temperos para que de súbito êstes se tornem em caldo suculento e fortificante. Não: leva seu tempo a ferver e abeberar. O carácter, na sua formação, é um fenómeno de *criação*, transformação gradual e lenta da matéria anárquica sob a influência de impulsos constantes na pressão, natureza, aspiração e propósito. O carácter só se produz por derivação e conti-

nuïdade, aborrece cataclismos que apenas instantânea e revolucionàriamente poderão disseminar ideas, e destinadas a vingar ou desfazer-se conforme o carácter moral gerado e alimentado por outras vias as acolher ou repudiar.

« Haverá mesmo quem suponha que a santidade é principalmente um precipitado dos extremos de decomposição tumultuosa. Será como a reacção natural das doenças que fazem crise e por ela deixam que o enfêrmo se salve. R. Browning, o poeta, teria sentido claramente uma grande lei onde disse :

Type needs antetype:
As night needs day, as shine needs shade, so good
Neads evil: How were pity understood
Unless by pain?

« A face necessita da anti-face.
Tal qual o dia necessita a noite,
e o brilho a sombra;
assim o mal é necessário ao bem.
Só nas penas se concebe a piedade. »

« A duplicidade do coração humano exprime-se e agita-se na energia combativa dos contrastes. Impulsos psicológicos como aqueles que movem o heroismo dos homens nobres dos livros do sr. Manuel Ribeiro são o antídoto natural e o complemento — a meu ver, redentor — das crises de dissolução moral como a que nos agonia a hora presente. Abrandarão quando a dissolução abrandar e recrudescerão quando a dissolução crescer, mas os seus efeitos últimos positivos só o tempo os mostrará.

« Depois ainda, se continua em vigor o preceito, já agora antigo, de que *les grandes pensées viennent du coeur*, ¿ como é que as « individualidades particularistas » e « certos hábitos, certas ideas e atitudes » hão-de produzir-se sem que prèviamente o coração educado na santidade as reclame e fabrique ?

« Diz algures o Renan que na procissão da humanidade o filósofo é que vai na frente, e depois o homem de acção. Eu não penso assim, e mais sou filósofo! e parece-me que o Renan peca, como tanta gente boa (é uma doença do século) por aquilo que o Lange chamou « o excesso do princípio da inteligência ». Quem vai na frente é o santo, filósofo a seu modo, como os que o são, e homem de acção por exce-

lência, por isso que a sua acção é tôda no sentido do bem. De resto (e era isso que eu quereria dizer ao Renan) os que fundaram as coisas vitais das sociedades tinham muito mais de santos, quando o não eram completamente, do que de filósofos».

«Isto me escreveu Antero há perto de quarenta anos e tenacissimamente se me gravou na lembrança.

«Entre o santo e o filósofo, e, por maioria de razão, entre o santo e o regedor, ainda que o regedor se chame Péricles ou Napoleão, ficarei com o santo. Porque o santo é o mais fiel intérprete de Deus, e a ordem do mundo, como a ordem da alma, só em Deus encontrará filiação assaz consistente para a manter.»

Aí está a argumentação do nosso ilustre contraditor.

Quanto a mim, agradeço ao excelso Amigo a sua lição sôbre as vitaminas, de que já tinha notícia por quaisquer autores. Um grande achado para os higienistas, não haja dúvida. Ignorava, todavia, que tivessem também na apologética aquela conspícua aplicação. Pois é verdade: cada vez me convenço mais, admirado adversário, de que há no mundo dos entendimentos espécies diversas e irredutíveis, — sem, claro está, estabelecer entre elas superioridades (constatação de factos, pois, sem nenhum juízo de valor). Aquêle trânsito vertiginoso da vitamina para a santidade — é pulo a que o meu intelecto se não afaz. Não entendo: e por isso mesmo não discuto. Previno-o, porém, de que assim como o meu Amigo assemelha as vitaminas aos grandes santos, — ao fazer a imagem com a sociedade, — haverá quem as equipare aos industriais, aos banqueiros, aos políticos, aos filósofos, aos scientistas, aos médicos, aos homens de guerra, e por aí adiante, cada um com suas razões. Eu, que as não conheço, não sei bem se se parecem mais com Santo António que com Mussolini, o marechal Foch, Einstein, Bergson, o fabricante Ford ou os Rotschild.

Antolha-se-me a mim que falei de uma coisa, e de outra o meu bom Amigo. Não lhe censuro de maneira alguma o despôrto inocente de ficar com santos, de passear com santos, ou de ser santo. É praxe digna do maior louvor. Dize-me com quem andas, direi quem és. Fiz uma afirmação, sim, sôbre a prosperidade social das humanas sociedades, sôbre a moralidade *colectiva*, — a qual fui estudar *nas sociedades*, claro está, e de maneira alguma nas vitaminas. Essa afirmação é a seguinte: o exemplo *moral* dos homens bons é absolutamente ineficaz para a prosperidade *social*, para a moralidade colectiva, para a disciplina da comuni-

dade, se se não achar acompanhado da condição indispensável: a formação social particularista dos indivíduos que a compõem. Por outras palavras: o exemplo do santo é factor *adjuvante;* o do homem de carácter, *necessário;* nenhum dêles é factor *suficiente* da prosperidade social. Só frutificam, ambos êles, pela acção educatica da formação particularista.

A sua hipótese da acção lenta (a distância no tempo, por assim dizer) é contraditada pelo seguinte facto: Há uma sociedade com muitos santos, mas corrupta; invade-lhe a terra uma gente nova, sem contacto com ela até aí: gente bárbara, paganíssima, animais de prêsa, nada santa, *mas com melhor formação social* que a sociedade invadida onde havia santos; e vê-se *logo, directamente,* sem acção de santos, a regeneração da sociedade em prosperidade social. Observa-se isto nas invasões dos Bárbaros. ¿Igualmente em tôdas? — Não: proporcionalmente ao grau de particularismo na formação social dos invasores.

Outro fenómeno: Há sociedades onde a acção moral — a prègação dos santos ou reformadores — produz efeitos *imediatamente,* em todos os casos, sem excepção, como o bom campo para a boa semente de que fala a parábola do Evangelho. Que sociedades? — As de formação social particularista. Em outras, pelo contrário, vemos sucederem-se *inùtilmente* os santos e os heróis morais. Naquelas, os heróis morais triunfam sempre; nestas, têm de fugir para Val-de-Lobos. São, estas, a gleba má do Evangelho, onde a boa semente não produz. Que sociedades? — As de formação comunitária. Estude a história dos Prègadores em Inglaterra e Portugal, — verbi gratia, — e perceberá V. Ex.ª o que quere dizer êste seu criado.

Nas sociedades comunitárias o bom exemplo fica estéril. ¿De que serviu aqui o de Herculano, o de Antero de Quental, o de Mousinho da Silveira, o de Basílio Teles? Qualquer dêles, na particularista Inglaterra, teria feito uma revolução moral. Para a prosperidade social da grei — o *exemplo* dêles não serviu de *nada.* Os santos vão adiante: não lhes contesto êsse lugar. Muitíssimo bem que seja assim, para que não vejam a bacanal de crápula que nas costas dêles se vai passando. Porque atrás dêles, ilustre Amigo, faz cada um aquilo que pode. E digo *o que pode,* e não *o que quere,* porque a formação social nos obriga a todos (e até aos santos e aos heróis) a procedimentos contrários à prosperidade social. Tanto assim, que êsse mesmo Antero que V. Ex.ª invoca (um santo com que eu iria, porque tinha amor às ideas claras) escreveu isto: «a moralidade colectiva é um facto, em grande parte, de ordem económica, ainda que esta afirmação pareça paradoxal». Ponha-

mos ali, em vez de «económica», a expressão «económico-educativa», e teremos quási o que eu quis dizer. Por isso os santos nada pesam na moralidade colectiva, na prosperidade social, sem a prévia existência da condição indispensável, que é a formação particularista da sociedade em que êles actuam.

Perdôe V. Ex.ª as heresias dêste crítico humanista, a quem certo humorismo nos errores heréticos não tolhem o dom de saber venerar, e enaltecer, e amar, os homens como V. Ex.ª, imensamente merecedores da sua admiração e do seu respeito.

De V. Ex.ª
Criado v.or e muito obrigado

ANTÓNIO SÉRGIO

P. S. — Já que estamos em faina de objecções e resposta a elas, direi aos meus poucos leitores que vi o artigo de António Sardinha sôbre *O Século XVII*, publicado neste fascículo da *LVSITANIA*, e que, entrando nele afirmações diametralmente opostas às minhas na notícia sôbre o opúsculo do snr. Múrias (v. *LVSITANIA*, n.º 3, p. 441 e seg.) me julguei na obrigação de escrever uma carta àquele nosso amigo e companheiro (que só poderá ser publicada no próximo fascículo desta revista) com o título: *O século XVII em Portugal, segundo o romantismo jacobino, o romantismo reaccionário, e o humanismo imparcial e crítico.* — A. S.

MARGINALIA

CAMÕES EM ESPANHA

PREPARA-SE em Espanha, com o concurso da Academia Espanhola e dos principais Institutos de cultura scientífica e literária do país vizinho, o Centenário de Camões, em cuja coroação virão colaborar a Madrid as quarenta e nove províncias do reino. Êste admirável movimento conforta o nosso orgulho de Portugueses e de Hispanos — Hispanos naquele sentido que o próprio Camões lhe deu nos *Lusíadas*, e que, sucessivamente obliterado mercê de influências diversas, agora renasce animado de magnífica e superior consciência lusa e espanhola, peninsular.

LVSITANIA dedicará ao Centenário de Camões em Espanha tôda a atenção que merece êste facto igualmente glorioso para as duas nações, as quais dêste modo vão preparando o esplêndido porvir da civilização do Ocidente, — madre sagrada na história da civilização universal.

O RETRATO DE ALBERTO DÜRER

NA transcrição da carta latina de Jerónimo Cardoso (do artigo da *LVSITANIA*, p. 317) menciona-se «Albertum Direnum (sic)». Deve entender-se que *Direnum* está por *Direrium* = *Dürerium*. O apelido *Dürer* foi alatinado em *Dürerius*, segundo a regra dos nomes gentilicios, que terminam geralmente em *-ius*: no acusativo *Dürerium*, ou com *i* por *ü*, do que dá exemplos a gramática histórica alemã. Também tenho visto alatinar *Hübner* em *Hübnerius*, *Mommsen* em *Mommsenius*, e assim por diante.

J. L. DE V.

AS DOUTRINAS DE SPENGLER

NA Residencia de Estudantes, de Madrid, — a primorosa instituïção pedagógica tão simpática aos intelectuais portugueses —, realizou António Sardinha, em Junho, uma conferência de refutação dass doutrinas de Spengler na sua teoria de história. Mostrou como, na hora de revisão social e intelectual que atravessamos, está em crise a noção de *homem*, segundo a concepção do Ocidente, atribuindo o facto às derradeiras conseqüências do individualismo formulado pela rebeldia de Lutero, a que a Revolução Francesa deu ex-

pressão final. Dentro dêsse individualismo filosófico é que Spengler profetiza o fim da civilização ocidental. Depois de filiar estas tendências mentais, o conferente desenvolveu e evidenciou a distinção entre *indivíduo* e *pessoa*, preconizando, contra os subjectivismos, o regresso à *filosofia do ser*, que não é outra senão o Tomismo. Nesta distinção encontra-se a idea madre da conferência, baseando a noção de *pessoa* na civilização ocidental nascida do Cristianismo, o qual purificou os valores humanos que a Grécia e Roma tinham aperfeiçoado e foram desvirtuados pelo individualismo germânico e pelo capitalismo inglês. O conferente não pode crer que esteja morta a civilização ocidental, antes pensa que se renovará nas fontes de que promana. A América — indevidamente chamada *latina* — é a maior garantia do Ocidentalismo — sinónimo autêntico de *Hispanismo*. E êste vencerá a crise moral em que se debate, afrontando, com a sua consciência máxima em Camões, os perigos que ameaçam converter numa triste Mongólia a terra sagrada do Ocidente.

RAINHA DA BÉLGICA

POR intermédio do sr. ministro em Lisboa, S. M. a Rainha da Bélgica teve a grande gentileza de notificar ao dr. José de Figueiredo como lhe foi grata a referência feita ao seu nome, no estudo acêrca de frei Carlos, e em que a visita às Janelas Verdes e uma frase de S. M. são lembradas pelo director do Museu de Arte Antiga.

VIANA DA MOTA

O ILUSTRE professor, a cuja alta competência estava confiada a nossa rubrica de *Música*, deixa de pertencer à redacção desta Revista em virtude de lhe não sobrar tempo para lhe dedicar, ocupado como se encontra com os seus trabalhos oficiais e particulares. Assim no-lo declara em carta a cujos termos somos muito gratos. Apresentamos ao sr. Viana da Mota as nossas homenagens, sentindo a sua ausência.

As notas publicadas acêrca de música eram da redacção.

HISTÓRIA DOS DESCOBRIMENTOS

POR iniciativa do sr. dr. Jaime Cortesão, director da Biblioteca Nacional, que para o caso se entendeu com o director da Imprensa Nacional de Lisboa, vai ser brevemente publicada a *História dos Descobrimentos* deixada pelo falecido escritor Faustino da Fonseca, em parte já impressa, e em parte guardada nos Reservados da Biblioteca.

MARGINALIA

CONGRESSO DE MEDICINA

O II Congresso Nacional de Sciências Médicas, a realizar em Sevilha (15-20 de Outubro) sob a presidência de honra de S. M. o Rei de Espanha, será mais uma alta manifestação das relações luso-hispano-americanas. Para presidente honorário do *Comité* português foi convidado o Dr. Melo Breyner (Conde de Mafra) e para presidente efectivo o Dr. Reynaldo dos Santos.

SALOMÃO REINACH

É COM o maior prazer que publicamos o artigo que nos enviou o eminente académico francês Salomão Reinach e a que damos o lugar de honra a que, por todos os motivos, o ilustre erudito tem direito. O seu assunto, de um alto interêsse para nós, e constituindo um problema cuja solução pode abrir-nos horizontes largos, é mais uma nova afirmação da maleabilidade do espírito de Salomão Reinach, ávido sempre de novas curiosidades. Com uma bagagem hoje verdadeiramente monumental, e que os que dêle conhecem apenas os livros mais vulgarizados (*Apolo*, *Orpheus*, *Minerva*, etc.) mal suspeitam, Reinach não descansa nunca e sôbre a sua mesa de trabalho as obras acumulam-se, versando com o mesmo brilho e profundidade os temas mais opostos e variados. Não há muito que quem escreve estas linhas, ao visitá-lo em Paris, após uma ausência de um ano, o encontrou lendo Filinto Elísio, no fito de esclarecer na obra de Lamartine o que Reinach entendia não ser compreensível sem o conhecimento da obra do poeta português. E Reinach, com o seu espírito de absoluta justiça, pôde marcar assim na métrica do francês reminiscências resultantes da influência do autor das *Odes*.

Em um dos próximos fascículos publicaremos um importante estudo sôbre um assunto de arqueologia portuguesa.

J. DE F.

«LVSITANIA» NO BRASIL

ENTRE as publicações do país fraterno que nos têm dispensado os mais cativantes obséquios, especializamos, por dever de gratidão, a *América Brasileira*, do Rio, e a *Revista de Filologia Portuguesa*, de São Paulo.

A ambas as brilhantíssimas Revistas endereça a *LVSITANIA* a expressão dos seus cordiais agradecimentos.

SOMMAIRE DU NUMÉRO I

LES PORTUGAIS EN FRANCE AU XV^e SIÈCLE par SALÔMON REINACH.

LA perspective nouvelle qui nous est ouverte ici permet d'entrevoir dès maintenant comme beaucoup plus importante qu'on l'avait supposée l'intervention des Portugais dans les évènements de France à l'époque de Jeanne d'Arc. La figure portugaise qu'il convient d'étudier plus complètement qu'on ne l'a fait jusqu'ici est Dom Alvaro Vaz de Almada, Comte d'Avranches en Normandie. Nul doute que l'érudition de nos historiens ne réponde au suggestif appel de M. Salomon Reinach.

AUTOUR DE SANCHO II par Madame CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Professeur à l'Université de Coimbra.

LE vide n'est que plénitude inexplorée. Et c'est ainsi que dans le silence apparent du règne de Sancho II, où ne fleurinent guère les «cantigas de amor» ou «de amigo», Madame Michaëlis perçoit des voix nombreuses qu'inspire la tragédie du roi détroné par son frère Afonso. Cette floraison de «cantigas de escarnho» ou, pour employer la terminologie provençale, de *sirventés* politiques, est intéressante pour l'historien, par l'unanimité qu'elle montre contre l'intrus, partout appelé «le Comte», et contre les gouverneurs déloyaux qui lui livrent les forteresses. Ces compositions, par leur obscurité, posent au philologue de difficiles problèmes d'interprétation que Madame Michaëlis circonscrit lorsqu'elle ne les peut résoudre: elle nous donne une édition critique de l'«escarnho» de Vuítorom (Airas Perez) contre la trahison des Bezerras. A cette littérature, elle rattache la geste satirique de D. Afonso Lopes de Baião contre D. Mendo (dit Belpelho) fils du traître Rui Gomes de Briteiros, annobli par Afonso III: poème parodique dont l'auteur connaissait sans doute la Chanson de Roland.

UNE VISITE Á M. WENCESLAU DE MORAIS par M. ROKURO ABE.

CETTE visite n'a pas seulement l'intérêt d'avoir été rédigée en portugais par un étudiant de Tokio, élève de M. Abranches Pinto. Cet émouvant témoignage sur les liers séculaires qui existent entre le Portugal et le Japon est en même temps un hommage rendu au grand artiste de *Dai Nippon*, à l'écrivain portugais qui, récemment encore, nous donnait *Ó-Yoné e Ko-Haru*, et que le Japon a absorbé plus totalement, peut-être, que Lefcadio Hearn.

Le cas de Wenceslau de Morais rend actualité à la *Pérégrination* de Fernão Mendes Pinto, et nous reporte au temps où les Portugais, les premiers de tous les Européeus, débarquaient au Japon. Les centaines de mots empruntés au portugais par la langue japonaise conservent de façon durable le souvenir de ces relations.

RENSEIGNEMENTS SUR LE PORTUGAL EN 1578-1580 D'APRÈS LA CORRESPONDANCE D'UNE MAISON DE COMMERCE HOLLANDAISE, par JOÃO LÚCIO D'AZEVEDO.

APRÈS une brève esquisse des relations commerciales du Portugal avec les pays septentrionaux, M. J. Lúcio d'Azevedo extrait d'un livre de M. J. Nanninga Uitterdyk, archiviste municipal de Kampen, de précieuses données pour l'histoire du commerce extérieur Portugais au XVI[e] siècle: la correspondance de la maison Cunertorf, ontre qu'elle nous donne les prix pratiqués à l'importation des céréales et à l'exportation du sel de Setubal on des produits coloniaux, nous montre comment les commerçants hollandais de Portugal se forgeaient une langue à leur usage en émaillant les phrases néerlandaises de mots portugais, soit à l'état brut, soit assimilés au moyen d'une désinence germanique.

L'ASTROLOGUE JOÃO GIL ET LE «LIVRO DA MONTARIA» par LUCIANO PEREIRA DA SILVA, Professeur à l'Université de Coimbra.

LE «Livre de la Chasse» composé par le roi de Portugal João I, témoigne d'une érudition astronomique fort intéressante à noter chez le père de l'Infant Henri le Navigateur. Non seulement il connaît Ptolémée et la Sphère de Sacrobosco, mais il cite Albumazar et

Aben Ragel, astronomes arabes traduits par l'école tolédane. Et il fait grand cas de l'astrologue Juan Gil de Castiello, connu, par des documents du XIVe siècle qu'a publiés M. Rubió y Lluch, comme ayant été au service de Pierre III le Cérémonieux, roi d'Aragon. Toute la science astronomique de la péninsule sera mise, par le Portugal, au service de la navigation de découverte.

LE MUSÉE D'ART CONTEMPORAINE par M. REYNALDO DOS SANTOS, président des Amis du Musée de Lisbonne.

LE Musée d'Art Contemporain de Lisbonne rouvre ses portes, transformé par l'heureux effort de son directeur, le grand peintre Columbano, pour en mettre en valeur toutes les ressources.

LE DIX-SEPTIÈME SIÈCLE par ANTÓNIO SARDINHA.

APRÈS Manuel Múrias, dont le livre récent (V. *LVSITANIA*, Fascículo III, p. 441) sert de point de départ á ses réflexions, M. António Sardinha fait l'apologie du Dix-septième siècle portugais, calomnié, selon lui, par une critique sectaire. L'influence des jésuites, le molinisme, le règne de la philosophie scolastique, bref, tout ce qui caractérise ce siècle comme celui de la Contre-Réforme, apparait comme symptôme de vitalité nationale et de vigueur constructive. Le Sébastianisme, à la lumière de Spengler, est étudié comme l'expression d'une volonté de puissance portugaise, à la fois mythe national et messianisme purement humain. Là encore le dix-septième siècle se révèle à M. Sardinha comme plein de ce « nationalisme créateur » qui a toutes ses sympathies.

LE POÈME DU CID. Adaptation portugaise de la Chanson de Geste Castillane, par AFFONSO LOPES VIEIRA.

SUITE du Chant Second: *Les Noces des filles du Cid.*

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

DIRECTORA

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redacção: AFFONSO LOPES VIEIRA, AGOSTINHO DE CAMPOS, ANTÓNIO SARDINHA *(LITERATURA)*; ANTÓNIO SÉRGIO *(CRÍTICA LITERÁRIA)*; CARLOS MALHEIRO DIAS *(ESTUDOS LUSÒ-BRASILEIROS)*; FARIA DE VASCONCELLOS *(PEDAGOGIA)*; JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS *(ETNOGRAFIA)*; LUCIANO PEREIRA DA SILVA *(SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS)*; MÁRIO DE AZEVEDO GOMES *(AGRONOMIA)*; JOSÉ DE FIGUEIREDO, REYNALDO DOS SANTOS *(ARTE E ARQUEOLOGIA)*; RICARDO JORGE *(SCIÊNCIAS BIOLÓGICAS)*

LVSITANIA
REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

SUMARIO

FASCICULO CAMONIANO (V e VI) 1925

DÊSTE FASCÍCULO CAMONIANO FEZ-
-SE UMA TIRAGEM ESPECIAL DE
50 EXEMPLARES EM PAPEL
AVERGOADO, NUME-
RADOS

«*CIRCUNSCRITA* LVSITANIA *A LOS ESTUDIOS DE CULTURA PORTUGUESA EN SU CONJUNTO, NO HAY DESDE LUEGO EN LA PENÍNSULA PUBLICACIÓN SIMILAR QUE RESISTA EL COTEJO CON ELLA.*»

NOSOTROS, *N.º 184*
(BUENOS-AIRES)

«LVSITANIA, *EINE ZEITSCHRIFT VON WAHRHAFT EUROPÄISCHEN STIL.*» LVSITANIA, *UMA REVISTA DE VERDADEIRO ESTILO EUROPEU.*

PROF. C. GEBHARDT.
CHRONICON SPINOZANUM, VOL. III

MVSIS. ET POSTERITATI . S.

LVDOVICO DE CAMÕES, Equiti Lusitano, Poetæ celeberrimo, Musarum delitiis Gratiarum Alumno et Humanarum litera-rum Encyclopædico, Nec non armatæ Paladis egregio secta-tori. In quo felicissimum Ingenium et aduersa Fortuna Decertarunt: GASPAR SEVERINUS de Faria veram Effigiem ænea Tabula incisam vt qui orbem Iam Fama occupauit, presentia decoret. D. D. Q.

Paulus Sculp.

CARTA INÉDITA DE CAMÕES

Carta de Lois de Camões a hũ amigo em que lhe da nouas de Lixboa. *Quanto mais tarde vos escreuo, tanto mais me ficais deuendo, e se hũa vossa val tres das minhas, he neçesario que faça quatro, e quanto as nouas que me na vossa pedis, aguardey ponto a parte a muita neçesidade que de vos me faz ter, que já não quero que as façais por mais amizade. Sabereis que Eu ando não de paz, mas de guerra,* laus deo, *e porque o ladrar sem morder nesta terra he como buxa de papel, que da grande estouro, e não leua pelouro, grandes mãos de ferro, capuzes de laminas, maças de Hercules, e golpes de Amadis, tudo contra o pobre de Camões. Simão Rodriguez paga soldo aos mayores matadores desta terra, os quaes já de* jn illo tempore, *lhe tinhão cozinhado a morte, este soldo se paga no tesouro, .s. em talhadas de marmelada e pucaros de agoa fria, com hũs debruns da vista da Senhor sua jrmãa, que ajnda que esta mercadoria seja defessa, pello senhor da fortaleza, nestas viagens da China, mais se ganha no furtado, que no ordenado. Vosso comboço Denis boto foy espancado nesse reçio hũa boca da noite, e não se sabe donde veo este desastre, mais que quanto os homens*

alcanção por sua lança, mas não he pera espantar, se isto de longe se guarda, por quem por amores de Lia da ysto e mais se ha de passar. E porque este senhor não cuidasse que era solus perengrinus in Jerusalem, *lhe fez companhia dahi a hũs dias Gaspar Borges Corte real a porta de Pero Vaz, dizem que com hũ pao o sacudirão como oliueira, cuidou elle que as pedras não falauão, e dixe que dera de comer a seus companheiros com as orelhas que tirara, mas São Lucas afirma que soo São Pedro tirou hũa a Malco na prisão de Christo. He certo que cuidastes que esta cantiga que era a dua, pois desenganayuos que hũ Mouro da Estrebaria do Carnneiro lhe leuou as contra baxas, outra noite, mas cuido que não leuou mais que duas ou tres cargas, porque as outras erão já gastadas, com as figuras açima escritas. Pareceme que jagora querereis que troque as bolas, tocando outras historias, tratando algũas cousas das Nimphas da agoa doçe, sou contente, porque sey que ha pedaço que me ahi aguardais, dizem que Francisca Guomez, que não amassa no forno aonde soya, porque veo outro mercadante, competidor, e fez a cama fora do leito chorando, gabay me esta estratagema, que he dambas as bandas como tafeçira. A señora Ysabel Barbosa, com a outra senhora deixou a casa pera Ysabel Nunez, crendo que faria a sua vinda mais çedo, mas já não vira até que payra, salvo se vier tambem o amante, cantante que por nome não perca. Bajana fez*

grande festa aos soldados de cima cayndo da çela como Lucifer da cadeira, e despois da cayda, foy salteado pellos frânçeses, aonde por partido lhe deixarão as armas mas a verdade he, que elle se remeteo a certas cantigas de volta, das que tinha feito, mas não lhe valeo, que aquelle preuleijo tinha quebrado ja em Orfeo, que se escreue que foy moydo com as feridas. Parece me que já terey merecido os mil bẽs, e porem não quero que me digais que vos não meço, sobre o funil, tomay mais esta minha Algozaria. A terceira Nimpha Antonia Bras, foy leuada a galera Nuena, aonde forão atados seus cabellos de ouro, ao pé do masto.

Aonde com triste son
lhe cantarã a mangana
e com esta dor profana
gritos daua de passion,
aquella Reina troyana
hũ talabaste zunia
na dama porque foy peca
ella com dor dezia
atentay mano Fonseca
la terrible pena mia.

Ao outro dia esperamos que a cidade fosse posta em armas, mas estrououlho o Rifrão que esta na regra de viuer em paz, que diz dos arroydos, mas a puta leo outra

regra que esta mais abaixo, que diz, atenta bem o que fazes, não te fieis de rapazes, e des que cahio no entendimento della, dixe, ao seu homeu, não me siruais cavalheiro yuos con dios, que eu mudarey o vinte a parte onde não digão os dAlfama, que não tenho guardador. De modo que ja hão deixado os tres Cupidos do Rompeo e se vos emfadardes de leer tanto, não acordeis o cão que dorme, mas sofrey mas estas duas regras, nas quaes vos darey conta de mim ja que ma vos não dais. Dizem que he passado nesta terra hum mandado pera prenderem a huns dezoito de nos, e porque nestas pressas grandes sem vos não somos nada, sabey que deste Rol vos sois o primeiro, como sempre fostes em tudo, a rezão dizem que he por hum homen fidalgo, que dizem que foy espancado hũa noite de São João, pello senhor João de Melo, e elle sabera se he assim. O senhor Antonio de Resende beija as mãos a V. m. o mesmo faz Pero Ribeiro Serpe. Despois de ter escrito soube que não foy Afonso de Bajana o que deixara a espada, senão que fugira, e a espada foy de Simão Ribeiro, tanto monta. Trazey de la estudado hũ conluyo que faça a Bras Antonia porque pedindo lhe sobre aposta seu corpo, me fez perder cousa de que ando muito magoado, e desejoso de vos ver nesta terra. — Valle.

COMENTÁRIO DA CARTA INÉDITA

Ex.mo Sr. Director da Biblioteca Nacional de Lisboa [1].

Meu prezado amigo:

ACEITE V. Ex.ª os meus sinceros parabens pela aquisição que fêz, para o estabelecimento ao seu muito digno cargo, do códice em que, sob o nome de Camões, se encontram as duas cartas, cuja cópia teve a amabilidade de me enviar, para lhe dizer o que sôbre elas pensava.

Uma delas, como V. Ex.ª observa, já foi publicada e comentada, com a grandíssima probabilidade de ser autêntica, pelo distinto bibliófilo e antecessor de V. Ex.ª, Dr. Xavier da Cunha [2].

A-pesar disso, é necessário reeditar o texto agora encontrado, dado o número das variantes e a importância de algumas delas.

Dois exemplos apenas. Quási no princípio da carta impressa lê-se: « mas nem com esta uos forrareis do esquecimento que de mim tiuestes em me não escreuerdes antes de uos irdes ». No códice agora comprado: « mas com esta vos culpo do esquecimento que de mim tiuestes, em me não escreuerdes antes o que passa nessa boa Coimbra ». Além da

[1] A redacção da *LVSITANIA* agradece ao ilustre director da Biblioteca Nacional de Lisboa, sr. Dr. Jaime Cortesão, a gentilíssima oferta que da « Carta Inédita de Camões » fêz para esta Revista, acompanhada do comentário que houve por bem solicitar ao eminente professor sr. Dr. José Maria Rodrigues.

[2] Veja-se o *Boletim das bibliotecas e arquivos nacionais*, 3.º ano (1904), n.º 1, p. 26 e segg.

divergência do conceito, é digna de nota a indicação da terra onde estava o destinatário: a boa Coimbra.

Outro exemplo. A p. 37 do *Boletim* cit.: «Deste diluuio [1] ouuerão algũas destas damas medo e *edificarão* hũa torre de Babilonia, onde se acolherão. E uos certifico que são ia as linguas tantas, que cedo cairaa, porque ali uereis moiros, iudeus, Castelhanos, Lionezes, frades, clerigos, casados, solteiros, moços e uelhos. A esta torre chamarão *acolheita* pola fortaleza dela, mas o filosofo João de melo lhe pos nome o Rompeo [2], porque he de tres páos ss. de francisca gomez *a tarifa*, antonia bras, afora a bola, que he Maria da roza. Eu o crismei ha poucos dias e lhe pus nome o mal cozinhado [3], porque sempre achareis nelle que comer, quer bem, quer mal». No códice: «Deste diluuio algũas damas auendo medo destas *detriminarão ficar na* Torre de Babilonia, onde se acolherão, em a qual uos certefico que são ja tantas as lingoagens, que cedo cahirá, porque ali achareis Mouros, Judeus, Castelhanos, frades, clerigos, casados, solteiros, moços e uelhos, e de todas as sortes; a esta Torre chamão alguns a *Goleta*, polla fortaleza, mas o filosofo João de Melo lhe chamou o Rompeo, por ser de tres paos, s. Francisca Guomez, *a çurradeira*, *Isabel Tarifa*, Antonia Bras, a bolla he Maria

[1] Camões acaba de informar: «Dalgũas conseguintes uossas amigas uos darei nouas. Maria Caldeira matoua seu marido. Grande perda para o pouo, que reparaua muitas orfans e adubaua os pagodes de Lisboa, afora outras obras de grandes respeitos. E porque esta senhora não uiuesse muito tempo no outro mundo soo, se partiu pera laa Breatiz da mota uossa amigua». Naturalmente assassinada também, como a serviçal proxeneta.

[2] *Aleo* se lia de-certo no original. Era a vara com que se jogava a choca e o próprio jôgo. As «damas de aluguer» eram três, como se vê pelo texto ainda não impresso. A Maria da Rosa, a criada, era a bola, que elas faziam andar em bolandas. A transformação de *Aleo* em *Rompeo* não é mais estranha do que a de *Goleta*, nome bem conhecido em Portugal no século XVI, em *acolheita*.

[3] De um manuscrito do século XVI transcreve Xavier da Cunha: «Estan junto da Ribeira dez cabanas, em que estam de contino homes e mulheres com brazeiros de fogo assando sardinhas e pexe de toda a houtra sorte,... donde comem homes e negros trabalhadores que ganham na Ribeira e hos que se embarcam pera fora nas barcas e barqueiros».

da Rosa. Eu a crismey dahi a poucos dias e lhe pus nome o Mal cozinhado, porque sempre se acha ali de comer, mal ou bem, tudo he uianda ».

Ficam sublinhadas as principais discrepâncias.

Enquanto à carta ainda inédita, o nome de Camões, encorporado no próprio texto, e não apenas na epígrafe; o conteúdo, tão estreitamente ligado com o da já publicada e com o da que o Poeta escreveu depois de chegar à Índia; a forma literária, comum a tôdas as que de êle nos restam, não me deixam dúvidas acêrca da sua genuinidade.

E também me não parece muito difícil determinar a época em que as duas foram escritas: foi no tempo decorrido entre a vinda de Ceuta e a grave desordem que levou o Poeta à cadeia, em Junho de 1552.

Para lhe consentirem que voltasse do exílio naquela cidade, teve êle de *cantar a palinódia:*

> ... Do que já mal cantei
> A palinódia já canto.
>
> (Redondilhas *Sôbolos rios*, v. 274-5).

Isto é: foi-lhe necessário declarar que esqueceria o « tão alto lugar, de tanto preço »[1], em que tinha ousado pôr o

[1] Cf., por ex., o soneto:

> Num tão alto logar, de tanto preço,
> Este meu pensamento posto vejo,
> Que desfalece nele inda o desejo,
> Vendo quanto por mi o desmereço.
> ....
> O mais que natural merecimento
> De quem me causa um mal tão duro e forte,
> O faz que vá crecendo de hora em hora.
> Mas eu não deixarei meu pensamento,
> Porque, inda que este mal me cause a morte,
> *Un bel morir tutta la vita honora.*

seu pensamento [1] (a Infanta D. Maria), e para isso prometeu remontar à contemplação de outra beleza mais elevada, da beleza eterna:

> ... Aquela humana figura,
> Que cá me pôde alterar,
> Não he quem se ha de buscar;
> He raio da formosura,
> Que só se deve de amar.
> Que os olhos e a luz que ateia
> O fogo que cá sujeita,
> ....
> He sombra daquela ideia,
> Que em Deos está mais perfeita.
> E os que cá me captivaram
> São poderosos affeitos,
> Que os corações tem sujeitos;
> Sophistas, que me ensinaram
> Maos caminhos por direitos!
> ....

[1] V., por ex., o soneto:

> Crescei, desejo meu, pois que a ventura
> Já vos tem nos seus braços levantado;
> Que a bela causa de que sois gerado
> O mais ditoso fim vos assegura.
> Se aspirais, por ousado, a tanta altura,
> Não vos espante haver ao sol chegado,
> Porque é de aguia real vosso cuidado,
> Que, quanto mais o sofre, mais se apura.
> Animo, coração! que o pensamento
> Te pode inda fazer mais glorioso,
> Sem que respeite a teu merecimento.
> Que cresças inda mais é já forçoso,
> Porque, se foi ousado o teu intento,
> Agora de atrevido é venturoso.

O pior era o que estava para vir, logo que a ilustre senhora percebesse os intuitos do tresloucado Poeta.

Tanto póde o beneficio
Da graça que dá saude,
Que ordena que a vida mude;
E o que eu tomei por vicio,
Me faz grau para a virtude;
E faz que este natural
Amor, que tanto se preza,
Suba da sombra ao real,
Da particular beleza
Para a beleza geral[1].

(Red. cit., vv. 205-250).

E nas *Oitavas sôbre o desconcerto do muudo*, enviadas de Ceuta para Lisboa, expõe o Poeta o seu novo programa de vida, no qual entra a reconciliação com Belisa (Isabel Tavares):

... Se o sereno céo me concedera
Qualquer quieto, humilde e doce estado,
Onde com minhas musas só vivera,
Sem ver-me em terra alheia degredado;

[1] Pouco lhe faltou para prometer que iria para um convento. Verdade é que em quintilhas anteriores tinha êle dito:

Mas deixar nesta espessura
O canto da mocidade...
Não cuide a gente futura
Que será obra da idade
O que é fôrça da ventura.
Que idade, tempo, e espanto
De vêr quão ligeiro passe
Nunca em mi poderam tanto,
Que, posto que deixo o canto,
A causa dele deixasse.
Mas em tristezas e nojos,
Em gôsto e consentamento,
Por sol, por neve, por vento,
Tendrè presente à los ojos
Por quien muero tan contento.

. . . .

E comnosco[1] também se achara aquela,
Cuja lembrança e cujo claro gesto
Nalma sómente vejo, porque nela
Está em essência puro e manifesto,
Por alta influição de minha estrela
Mitigando o rigor do peito honesto;

. . . .

E enquanto por verão flores colhessse,
Ou por inverno, ao fogo acomodado,
O que de mi sentira nos dissesse,
De puro amor o peito salteado,
Não pedira então eu, que Amor me desse
Do insano Trasilao o doudo estado.

Falhou, porém, esta parte do programa. Belisa, ofendida com o procedimento que o Poeta havia tido com ela, recusou-se tenazmente ao reatamento das antigas relações:

Mal conheces, Almeno, huma afeição,
Que, se eu desse amor tenho esquecimento,
Meus olhos magoados to dirão.
Mas teu sobejo e livre atrevimento
E teu pouco segredo, descuidando,
Foi causa deste longo apartamento.

. . . .

Hum só segredo meu te manifesto:
Que te quis muito, em quanto Deus queria:
Mas de pura afeição, de amor honesto.
E pois de teus descuidos e ousadia
Nasceu tão dura e aspera mudança,
Folgo que muitas vezes to dizia.

[1] Segundo W. Storck e a Sr.ª D. Carolina Michaëlis, as *Oitavas* foram dirigidas ao filho primogénito do segundo conde Linhares, D. Francisco de Noronha (*Vida e obras de Camões*, I, p. 407). O nobilíssimo titular era pessoa de grande influência na côrte e muito das relações da Infanta. Bastava-lhe para isto ter sido embaixador em Paris.

Fica-te embora e perde a confiança
De ver-me nunca mais, como já viste.

(*Egloga* 3.ª, vv. 212-229).

Agora nem Belisa, nem a Infanta! E o pobre náufrago, sem uma tábua de salvação, sem um estímulo que lhe reprimisse os ímpetos da mocidade (25 anos ou pouco mais) e procurando, por certo, estontear-se, para não transgredir o compromisso assumido em Ceuta, o pobre náufrago bandeou-se com desordeiros [1] e tornou-se freguês do *Mal-cozinhado*, do lupanar a que êle próprio deu êste nome.

E o poeta a quem o amor tão formosos versos havia inspirado desceu a cronista de espancamentos e a historiador dos feitos das criaturas que êle próprio chama «ninfas de água doce» e «damas de aluguer», pois outra cousa quási que não faz nas duas cartas.

Claro é que isto lhe punha a vida em risco, precisando de andar armado, para se defender dos rufiões [2], das quadrilhas de assassinos, como a que Simão Rodrigues trazia a soldo, e dos bandos rivais. «Sabereis (diz êle na C. inédita) que eu ando, não de paz, mas de guerra, *laus deo*, e porque o ladrar sem morder nesta terra he como a buxa de papel, que dá grande estouro e não leva pelouro, grandes mãos de ferro, capuzes de laminas, maças de Hercules e gol-

[1] «Dizem que he passado nessa (?) terra hum mandado para prenderem a huns dezoito de nós, e porque nestas pressas grandes sem vós não somos nada, sabey que deste rol vós sois o primeiro, como sempre fostes em tudo. A razão dizem que he por hum homem fidalgo, que dizem que foy espancado hũa noite de S. João pello senhor João de Melo; e elle saberá se é assim». Carta inédita. Êste senhor João de Melo figura também na carta impressa como padrinho (e naturalmente freqüentador) do *Aleo*. X. da Cunha lembra o futuro desembargador João de Melo de Sousa, cultor das musas latinas e autor de vários poemas filosóficos.

[2] «Nestas casas acharão continuamente muitos cupidos ualentes dos quais suas alcunhas são matadores, matistas, matarins, matantes e outros nomes deriuados destes, porque sempre os achareis com cascos e rodelas... Confessouos que estes me fazem fazer o mesmo» (C. imp.)

pes de Amadis, tudo contra o pobre de Camões. Simão Rodrigues paga soldo aos mayores matadores desta terra, os quais já de *in illo tempore* lhe tinham cozinhado a morte » etc.

Mas não era só a vida que perigava: era também o bom nome do Poeta, que andava arrastado pelas ruas da amargura; era « a lagarta das mas lingoas », que lhe roía « a vinha da vida » (C. imp.).

Como ia longe o tempo em que a actual vítima da Antónia Bras (cf. C. inédita, no fim [1]) namorava a prima, fazendo-lhe versos encantadores, embora lhe não saissem do coração! [2]

> Menina formosa e crua,
> Bem sei eu
> Quem deixára de ser seu,
> Se vós quisereis ser sua.

[1] Não sei se em vez de *aposta*, Camões teria escrito *emprestimo*, pois se tratava de uma « dama de aluguer ».

[2] Mais tarde, o Poeta, vendo em Belisa uma esperança de vida tranqüila, parece que chegou a ter-lhe amor. V. a *Egloga* 3.ª:

> Ja acordado daquele pensamento,
> Que tão desacordado sempre o teve,
> Viu por acerto o bem que incerto tinha.
> E porque donde Amor a mais se atreve,
> Alí mais enfraquece o entendimento,
> Não lhe soube dizer o que convinha.

Nada conseguiu o Poeta, mas o que muito o penhorou foi o facto da prima se ter despedido dêle, quando embarcou para a India. Cf., por ex., os sonetos *Aquela triste e leda madrugada*, *Gentil senhora, se a Fortuna*, *Por cima destas aguas*, *Conversação domestica*. E na *Canção X* lá figura ela como um dos seus três pensamentos, o primeiro:

> ... Aquela humana fera, tão formosa,
> Suave e veeenosa,
> Que me criou aos peitos da esperança,
> De quem eu vi depois o original,
> Que de todos os grandes desatinos
> Faz a culpa soberba e soberana.

O *novo pensamento* (v. 231) foi D. Francisca de Aragão.

Como devia esconder-se nas brumas do passado o tempo em que o agora competidor dos rufias do *Mal-cozinhado* sentiu, ao ver a Infanta D. Maria, um verdadeiro deslumbramento que o deixou fora de si!

> Tornava do anno já a primeira idade;
> A revestida terra se alegrava,
> Quando o Amor me mostrava
> De fios de ouro as tranças desatadas;
> Ao doce vento estivo;
> Os olhos, rutilando lume vivo;
> As rosas, entre a neve semeadas,
> O gesto, grave e ledo.
> ....
> Vi que me desatou da minha lei,
> Privando-me de todo sentimento.
> ....
> Vi que Amor me esculpia
> Dentro nalma a figura ilustre e bela,
> A gravidade, o riso,
> A mansidão, a graça, o doce siso.

Canção 7.ª (1.ª variante)

Ainda bem que o grave conflito com Gaspar Borges levou o Poeta à cadeia, libertando-o de tal vida. E a êsse conflito devemos também provàvelmente os *Lusíadas* na sua forma actual.

A carta da Índia joga perfeitamente com as duas do códice e confirma-lhes a autenticidade. Basta êste passo: «Quando cuido que, sem pecado que me obrigasse a tres dias de purgatório, passei tres mil de más línguas, peiores tenções, danadas vontades, nascidas de pura inveja, de verem *su amada yedra de si arrancada, y en otro muro asida*... Da qual também amizades mais brandas que cera se acendiam em ódios, que disparavam lume, que me deitava mais pingos na fama, que nos couros de um leitão. Então ajuntou-se a isto acharem-me na pele a virtude de Achiles, que não

podia ser cortado senão pelas solas dos pés; as quais de mas não verem nunca, me fez ver as de muitos, e não engeitar conversações da mesma impressão, a quem fracos punham mau nome, vingando com a língua o que não podiam com o braço. Emfim, senhor, eu não sei com que me pague saber tão bem fugir a quantos laços nessa terra me armavam os acontecimentos.»

Não havia realmente outra solução honrosa senão fugir, com vontade ou sem ela. E diga-se em abono da verdade que, mesmo na época em que o Poeta mais metido andava na sua deplorável vida airada, sentiu, pelo menos uma vez, rebates de consciência:

«Não vos nego a inveja, escreve êle para Coimbra, que (da vossa vida rústica) vos tenho, nem o pouco conhecimento que dela tendes, pois me dizeis que vos enfada já... Se a vós, senhor, essa vida vos não contenta, vinde trocar pela minha, que eu vos tornarei o que for bem.»

Outro ponto. ¿Qual das duas cartas é cronològicamente a primeira? Não há dúvida nenhuma que é a que já foi impressa. Nesta o *Aleo* está em pleno esplendor. Não lhe falta freguesia, atraída não só pelos «rostinhos» das inquilinas, mas também porque estas «seruem de foliões, que cantão e bailão tam bem, que nam ham enveja aos que mandou vir». Na segunda o *Aleo* tinha passado para outra dona e das três «ninfas de água dôce» que tanta gente haviam ali feito ir, uma, a Francisca Gomes, «amassava noutro forno» e a Isabel Barbosa (a Tarifa) «com a outra senhora» tinham deixado a casa.

Mas «com a outra senhora», com a Antónia Brás, mais abaixo designada pelo seu torpe qualificativo profissional, escrito com tôdas as letras, tinha Camões contas a ajustar, pelos motivos que constam do final da carta [1] e o levaram a apelar para o seu correspondente, que de-certo dispunha de um saber de experiências feito.

E ajustou-as pela forma que se vê na carta, sem lhe meter

[1] Cf. na carta impressa: «E se vos dixerem que estas *(as damas de aluguer)* pelão os que as tem, assentai que he fabula, porque eu vi muitos não ter nada de seu e agora os vejo (o resto vem na carta).

medo a rufianagem do *Aleo*, que não tugiu nem mugiu [1], e contando depois a proeza, a *algozaria*, com mal reprimida satisfação. É que sentia no corpo o estímulo da vingança. E agora já lhe metia asco o seu *Mal-cozinhado, onde sempre se achava de comer, e, mal ou bem, tudo era vianda.* Agora pede ao amigo lhe traga estudado um *esconjuro* que faça à « Bras Antónia », cujo nome já não quer escrever direito.

No capítulo *espancamentos* lá figura na carta inédita, e em dois parágrafos, Gaspar Borges Côrte Real, o Borges da *carta de perdão* [2], que daí a pouco havia de ser ferido por Camões, com uma espadeirada no toutiço, e agora, duma vez, foi sacudido com um pau, como quem vareja uma « oliveira », a-pesar dos companheiros, e doutra, apanhou « duas ou tres cargas » de um cavalariço mouro. E tanto Camões, como os da sacudidela escolheram para teatro da proeza a porta de Pero Vaz, o futuro sôgro do contundido Gaspar [3]. Naturalmente

[1] « Ao outro dia esperamos que a cidade fosse posta em armas », escreve Camões; mas a tosada criatura não teve quem a defendesse e despediu por isso o « seu homem », para que os da Alfama não dissessem que não tinha guardador. E os « tres cupidos do Aleo » deixaram-na.

[2] « Andando o dito goncallo *(sic)* borges passeando a cavallo no recio desta cidade... defronte das casas de pero vaaz... dous homens emmascarados a cavallo se poseram a passear e zombar com o dito gonçallo borges, e na dita zombaria vieram a haver brigas de arrancar e... elle soplicante (Camões) acudira em fauor dos ditos emmascarados conhecendoos por serem seus amiguos. E... de proposito com huma espada ferira ao dito gonçallo borges de huma ferida no pescoço junto do cabello do toutiço ». Em Juromenha, *Obras de Luiz de Camões*, I, p. 166. Note-se a inexactidão do nome: *Gonçalo*, em vez de *Gaspar*.

[3] Á obsequiosidade do Sr. Pedro de Azevedo devo a seguinte notícia: « Borges da Pedra Alçada. Em tempo de D. Pedro 1.º, D. Fernando e D. João 1.º, viveu Gonçalo Gonçalves Borges, senhor do lugar dos Casais e dos direitos de Barcarena, e ainda de Linda-a-Pastora. Entre os seus descendentes conta-se Gaspar Borges Corte Real, que demandou D. Sebastião pelos bens que havia perdido seu avô, por ser partidário do infante D. Pedro e haver fugido para a Ilha Terceira. Casou com D. Isabel Fernandes Cabral, filha de Pero Vaz da Mina e de Brites Afonso, de que houve: Pero Borges Corte Real, Tristão Borges Corte Real, João Borges, Afonso Borges, António Borges, Cristóvão Borges, que serviram nas armadas e se perderam na jornada de Inglaterra (Invencível armada) e mais cinco filhas. Col. Pombalina, cod. 346, 2622 ».

algum dos do bando do Poeta requestava também a filha de aquele.

A terceira carta não é efectivamente de Camões, embora se ocupe da pornografia olisiponense, no sentido etimológico da palavra. E não o é por várias razões, entre as quais basta o facto de ser datada de 20 de Maio de 1553, quando o poeta já ia sôbre as águas do mar, a caminho da Índia, desde 26 de Março dêsse ano.

Vem contudo muito a propósito, porque nos dá notícias da guarnição da desmantelada *Goleta*.

...As que mais andam agora nos pelouros de seus folgares são a *Tarifa*, a *Çurradeira*, a Marquesa, a Sintroa, a *Antonia Bras*, e [1] as que chamas foliôas.»

E foi neste meio que por algum tempo andou perdido o imortal autor dos *Lusíadas!*

Mais tarde resumia êle a sua atribulada vida neste sentido soneto:

Erros meus, má Fortuna, Amor ardente,
Em minha perdição se conjuraram;
Os erros e a Fortuna sobejaram,
Que para mim bastava Amor somente.
Tudo passei; mas tenho tão presente
A grande dor das cousas que passaram,
Que já as frequencias suas me ensinaram
A desejos deixar de ser contente.
Errei todo o decurso de meus anos;
Dei causa a que Fortuna castigasse
As minhas mal fundadas esperanças.
De Amor não vi senão breves enganos.
Oh! Quem tanto podesse que fartasse
Êste meu duro génio de vinganças!

[1] O *e* deve estar demais, como se infere de um passo acima citado da carta impressa. As «foliôas» devem ser as donzelas da caída «Torre de Babilónia». Mais adiante fala a terceira carta «num pagode real», em que entraram as «velhacas da *Çurradeira* e Marquesa».

Vou terminar renovando os meus sinceros parabens pela valiosíssima aquisição que V. Ex.ª fêz para a Biblioteca Nacional.

Lisboa, 18 de Dezembro de 1924.

De V. Ex.ª
Amigo e obrigado
JOSÉ MARIA RODRIGUES.

VASCO DA GAMA

PINTURA PORTUGUESA DO PRIMEIRO TÊRÇO DO SÉCULO XVI

(Do Museu Nacional de Arte Antiga, de Lisboa)

PEDRO, INÊS E A FONTE DOS AMORES

I

«NOTAS críticas soltas» sôbre êsse assunto, já quási exaustivamente tratado por penas primorosas, eis o que vai constituir a minha contribuïção ao monumento literário erigido pelos melhores Camonistas de hoje, a-fim-de celebrar o Quarto Centenário de Luís de Camões. — *Notas críticas* sôbre a tragédia de amor, suave e feroz, pela qual melhor do que por nenhuma outra se documenta perante o mundo inteiro, o temperamento, a psique da nação de apaixonados que, segundo fama várias vezes secular, se mantém de amor, morre de amor, ou mata delirando amorosamente.

Notas críticas soltas que eu, de mais a mais, já anteriormente espalhei em diversos escritos meus [1]. Mas como não fôssem aproveitadas nos trechos de história postos em arte por Antero de Figueiredo no *Grande Desvairo* nem na *Iconografia dos Túmulos* de Alcobaça, de M. Vieira Nativi-

[1] Vid. *Poesias de Sá de Miranda*, Halle, 1885, (p. 792, 816, 819, 859, etc.):

Revista Lusitana, II-22, 1890: Romance do Soldadinho ou da Degolada;

Geschichte der portugiesischen Litteratur, Strasburg, 1897 — § 75 (Cantigas erroneamente atribuidas ao Rei de Portugal D. Pedro I);

Kritischer Jahresbericht über die Fortschritte der Romanischen Philologie, vol. IV, p. 200 e seg. — 1898-1900 (Coroação—Fonte de Amores, etc.);

Romances Velhos em Portugal, Madrid, 1907-1909 (p. 66-75, Romances relativos a *Inês de Castro*);

A Saudade Portuguesa, Pôrto, 1913, Cap. I e Notas I-3 (Dramas relativos a *Inês*).

dade, nem tão pouco no belo estudo que Reynaldo dos Santos publicou na *LUSITANIA* (I) sôbre o mesmo tema, reuno-as num feixe para, com êle na mão, me incorporar no cortejo organizado em honra do excelso Poeta que fêz da Vida, da Morte, e da Memória de Inês de Castro o Episódio mais terno e delicado dos *Lusíadas*, tornando lendárias e mundiais as histórias da *Fonte das Lágrimas* e da *Degolação* [1].

¿Mas seria realmente *degolada* Inês? ou foi apunhalada? ¿Foi o algoz como executor oficial das Justiças del Rei que com o seu cutelo separou do colo de alabastro a linda cabeça de cabelos ruivos e olhos verdes? ¿Ou foi o *peito* de Inês trespassado pelas *espadas (estoques)* dos três ministros e privados de Afonso o Bravo, cujos bárbaros corações o vingador apontou e castigou também barbaramente, alguns anos depois, à moda da idade média como verdadeiros matadores da amada?

A lenda, a poesia portanto, que de há tanto tornou internacional de nacional *o caso triste e digno de memoria* assenta o segundo processo [2].

A historiografia coeva, pelo contrario, simples relatadora de factos ainda não feitos arte ou estilizados, atesta o segundo [3].

Ruy de Pina [4], o Cronista oficial e o compilador Acenheiro [5], algo posterior, empregam exclusivamente termos vagos

[1] *Lusíadas III*, oitavas 118-135. — As palavras do Poeta que afirma que os matadores banharam as espadas no colo de Inês e no seu seio — *as brancas flores que ela dos olhos seus regadas tinha* — deram margem, de resto, a controvérsias.

[2] Sem *cepo*. — Antero de Figueiredo é o único escritor que fala dum cepo armado *ad hoc* no pátio do Paço de Santa Clara.

[3] Em lugar de *espadadas*, alguns autores tardios empregam *estocadas*. Por ex. Vasco Coelho.

[4] Cap. 64.

[5] *Ineditos da Historia Portugueza V*. — Cap. 15, 17, 18.

e gerais como *morte* e *matar*. *Mataram-na. O rei mandou matá-la.*

A *Crónica de D. Afonso IV*, fonte de ambos, perdeu-se. Há todavia partes do relato dela no Capítulo 27 da *Cronica de D. Pedro: Como el-rei D. Pedro de Portugal disse por D. Enes que fôra sua molher.* — Aí diz: *Já tendes ouvido compridamente onde falamos da morte de D. Enes a razão porque a el-rei D. Affonso matou e o grande desvairo que entre ela e este rei D. Pedro, sendo então ifante, ouve por este aso.*

Restam também, na *Cronica de D. João I*, os importantes capítulos relativos àquelas Côrtes em que João das Re/g/ras expôs a sua nenhuma fé no juramento e no casamento de D. Pedro com Inês. Nêles não se encontram senão os mesmos termos vagos *(matar e morte)* [1].

Nos dizeres latinos do *Breve Cronicon Alcobacense* corresponde igualmente a *matou* o sinónimo *occidit:* [2] *Era N.ª CCCª LXXXª IIIª, VII dies Januarii occidit rex alfonsus dominam agnetem Colimbrie* [3].

Nos antigos *Livros de Linhagens*, acrescentados até o fim da primeira dinastia, Inês não surge senão como *a que matou el Rei D. Affonso* [4].

A mesma fórmula emprega o Castelhano Pero Lopez de Ayala (1332-1407) na sua *Cronica de Pedro el Cruel*, falando verdade, mas não a dizendo tôda, encobrindo-a pelo contrário com estilização ou idealização discreta [5].

Dois depoimentos de testemunhos há todavia, quási coevos dos factos e independentes um do outro, em que às claras se fala de *degolação*. E segundo a sentença proverbial, dois testemunhos são suficientes para autenticar qualquer facto. *Durch Zweier Zeugen Mund alle Wahrheit kund.*

[1] Cap. 186 e 187.

[2] *Matar* não provém de *mactare*, a meu ver (a-pesar do italiano *mactare*). Com *rematar* e *arrematar* provém do arabe *mate* morto, usado sobretudo no jôgo do xadrez. *Xeque mate* significava *o rei está morto.*

[3] *Portugaliae Monumenta Historica:* Scriptores, I, p. 22.

[4] Ib. p. 221 e 286.

[5] Cap. 1 do Ano 1360 e Cap. 26 do Ano 1353.

Um dêsses testemunhos foi lavrado, como de costume, pela pena de um cronista; o outro pelo escopro de um estatuário. O primeiro está num pergaminho de Santa Cruz de Coimbra: no chamado *Livro da Noa*, em cujos registos sucessivos e assaz desordenados, figura no fim a notula seguinte: *Era MCCC nonagesima tertia VII dies januarii decolata fuit Dona Ines per mandatum domini Afonsi IIII.* [1]

A arte plástica confirma êste veredicto, pelo menos na leitura comum. É no calcáreo fino dos túmulos-alcobacenses, — essa maior maravilha de arte que em Portugal se produziu no século XIV e ainda hoje encanta olhos que sabem ver, a-pesar-de corroida pela acção do tempo e destroçada pelo vandalismo da soldadesca do general Erlon em 1810 — é nesse calcáreo fino de um dos túmulos alcobacenses que se lê como numa *Biblia Pauperum* a scena da *degolação*. Onde? Numa das pétalas da Rosácea que (fora do comum em todos os sentidos) guarnece o lado da cabeceira no sarcófago de D. Pedro. Fora do comum, porque em dezoito quadrinhos *profanos* — seis no círculo interior, doze no exterior — o artista tentou representar scenas íntimas da vida real e da morte de Inês.

Na penúltima, reproduzida na obra de Vieira Natividade como figura 27.ª, e que é precedida de outras três scenas de luta violenta entre a sacrificada e o assassino (ou os assassinos) vê-se um homem que violentamente puxa para trás a cabeça dela, caída de joelhos. E segurando-a pelos cabelos a destronca ou antes já acabou de a decapitar, visto que a cabeça está separada no chão. Lá é sem cepo portanto, mas por um algoz que se realiza o acto.

O sagaz e engenhoso intérprete dos túmulos considera essas representações tôdas, e as que constituem a orla superior do sarcófago de D. Pedro, como executadas entre 1356 e 1367 e inspiradas ou impostas ao escultor pela vontade suprema daquele que é autor principal dessa tragédia de amor. Por isso mesmo como documento histórico fidedigno. E embora eu

[1] *Hist. Gen.: Provas*, Vol. I, p. 283.

pense em geral que a mão do artista nunca se cinge aos factos materiais com rigor absoluto [1], nem tão pouco a do historiador, e em particular não possa esquecer que D. Pedro era muito capaz de sacros-perjúrios, concordo quanto à eloqüência realista dessa scena sangrenta, na fé de que o reinante não a teria admitido se não fôsse verídica na essência.

Agora (1924) a interpretação histórica da rosácea e da legenda *Até a fim do Mundo* foi substituida por outra simbólica por Reynaldo dos Santos no interessante estudo *(a Iconografia dos Túmulos de Alcobaça)* que publicou na *LUSITANIA* [2]. Lendo *A E Fim do Mundo* e tomando *A* por *princípio*, refere essa híbrida e improbabilíssima fórmula de *A e Fim* ao *ciclo da vida na terra* ou à instabilidade das coisas na terra, ilustrada por episódios do *Grande Desvairo.* Hipótese que não me parece provável.

E tudo? Sim, tudo quanto de verdadeiramente *documental e do século XIV*, está por ora patente aos nossos olhos.

Talvez existam contudo pormenores inéditos na *Cronica Genal* do tempo de D. João I que pertence à Academia das Sciências de Lisboa ou na redacção diversa da mesma que existe na Biblioteca Nacional de Paris, e outrora fazia parte da livraria do Condestável D. Pedro, filho do Regente. Possível é mesmo que no texto castelhano, também inédito, que é original de ambos e representa uma refundição da *Cronica General de España* que fôra aumentada em 1344, já figure a *Estorea de Enês* tal qual os antigos logo a escreveram e Fernão Lopes a aproveitou na sua *Cronica de Afonso IV* — desaparecida, quer propositadamente, quer por descuido, conforme já disse. [3] *Estorea* que, *mutatis*

[1] A arte é livre. Estiliza e idealiza, eliminando o desnecessário, concentrando e aproximando o essencial, tanto no tempo como no espaço, a-fim de enfatizar assim.

[2] Vol. I, p. 88-90.

[3] Quanto às *Cronicas portuguesas*, consulte-se o utilíssimo estudo de Jaime Cortesão *Do Sigilo Nacional sôbre os descobrimentos*, publicado na *LUSITANIA*, I, 45-82. Em tôdas as suas obras Fernão Lopes refere-se a miude *àquilo que os antigos notaram em escrito.*

mutandis, literàriamente emparelharia com a de *Nun'Alvares*, a do *Infante Santo* e até certo ponto com a *Lenda de Santa Isabel*. Mas, conforme já deixei expresso na *Saudade Portuguesa*, aquelas Crónicas estão por explorar.

O Romance *castelhano da Degolada*, inspirado pela lenda de Inês — que hoje principia *Donde vas, el caballero? Onde vas triste de ti?* tão vivo na memória dos Castelhanos que, modificado, o aplicaram em 1878 ao amor profundo del Rei D. Afonso XII pela Rainha D. Mercedes [1], romance que no século XVII Velez de Guevara introduzira no seu drama inesiano *Reinar despues de morir* [2], e por isso tratado sem hesitar de *Romance de Inês de Castro* por diversos *estrangeiros* — claro que não o devemos contar entre os documentos conquanto seja antigo e tradicional.

Escuso de acrescentar que investigadores conscienciosos da história de Inês, como o Dr. Ribeiro de Vasconcellos e Sanchez Moguel, acreditam na *Degolação*.

Poetas cultos que se lembraram de Pedro e Inês, êsses imitáram a cortesia e discreção dos historiadores. Só vaga e impessoalmente assentaram que *deram a morte a Inês*, ou que a *mataram cruamente*.

Ambas as expressões, põe-nas na bôca dela o benemérito *Garcia de Resende* nas ingenuamente eloqüentes *Trovas a modo de romance*, tão elogiadas desde que Menendez Pelayo as classificou (e bem) como a composição mais verdadeiramente e expressamente nacional do *Cancioneiro Geral*, em que o editor reüniu o que na Côrte portuguesa se poetou de 1450 a 1515 [3].

Garcia de Resende parece ser, além disso, o primeiro trovador que deduziu das scenas de vingança contadas por Ruy de Pina a ideia de os três áulicos ministros del rei, esquecidos das leis da cavalaria, haverem atravessado com as suas próprias espadas o peito da mansa cordeira cujo sacrifício no altar da razão de estado

[1] Vid. *Rev. Lus.* II, 222 e Menendez Pelayo. *Antologia X* 132, 221 e 270, vol. 362.

[2] Êsse título não é senão tradução livre do verso de Camões relativo à mísera e mesquinha que *despois de ser morta foi rainha*.

[3] Ed. Stuttgart, Vol. III, p. 616, v. 20 e 25. 617, 33, 620,6.

a braveza natural e medieval de Afonso IV havia ordenado, cedendo aos conselhos dos que temiam o poder castelhano.

Seguiu-lhe o exemplo o Dr. António Ferreira, em cuja *Castro* os matadores — são dois: Pero Coelho e Diogo Lopes Pacheco.

> *Mas aqueles*
> *crueis ministros seus e conselheiros*
> *arrancando às espadas se vão a ela*
> *traspassando lh'os os peitos cruelmente.*

Seguiu-lho também o suave Diogo Bernardes, no Soneto encomiástico que dirigiu ao amigo e mestre, dizendo-lhe que Inês se teria partido leda dêste terrestre mundo, se previsse a sua apoteose,

> *inda que de mais duros golpes vira*
> *o seu tão brando peito traspassado.*

Também seguiu-lhe de perto o exemplo o Galego-castelhano Frei Jerónimo Bermudez — com nome civil António da Silva — na sua *Nise lastimosa*, essa tragédia que, embora seja apenas tradução livre da *Castro* de Ferreira, passa por original, em virtude das ideias laxas sôbre propriedade literária, vigentes tanto na idade-média como na época da Renascença. Com relação à gente de armas que formava o sequito del rei, êle verte as palavras de Ferreira dizendo:

> *Mas aquelles malditos alevosos.....*
> *desnudas las espadas van-se a ella,*
> *los pechos le traspasan crudamente.*

Do mesmo modo procederam Mexia de Lacerda na sua *Ines Reina* (1612) e Luis Velez de Gueoara, que condensou artìsticamente num belo drama (1652) a *Nise Lastimosa* de Bermudez e a *Nise Laureada*, isto é, *coroada*. Segunda

Parte na qual, como já deixei dito, o inventivo e retórico frade parafraseou os versos concisos do autor dos *Lusíadas*,

> *aquele que depois a fez rainha* [1],

e a

> *que despois de ser morta foi rainha.* [2]

Mesmo aqueles dramaturgos que se ocuparam exclusivamente de D. Pedro como rei justiceiro, elogiando as suas sentenças e sanhas vingadoras como dignas de um *Sabio Salomão*, repetem nas suas alusões a Inês a concepção geralmente aceite. Assim o pensativo Alarcão em *Siempre ayuda la verdad* onde D. Pedro para explicar a sua severa tristeza alude à morte da querida *cujo peito pasó cobarde espada.* Assim também o seu imitador Matos Fragoso em *Ver y crer*, conquanto fale mais do sedento nobre furor de Pedro e do raro e novo artifício da sua vingança do que da injusta tirania de Afonso IV.

Quanto a Luís de Camões, o primeiro que pôs em arte a história de Portugal com admirável veracidade, crente todavia na tese horaciana, ninguém ignora, e eu já lembrei, que no afamado episódio é D. Afonso quem levanta a espada fina contra Inês, mas, como nos poetas menores, os brutos assassinos são os ministros que banham as *espadas*, no seio e no no *colo* de alabastro da vítima inocente, como se o Poeta houvesse tido o empenho de conciliar as duas figurações: — a da *degolação (de-coll-atione)* e a da matança apaixonada.

A razão da preferência dada ao *peito* trespassado parece-me evidente. A morte pela espada é mais nobre, mais estética do que a execução pelo cutelo. Ao *peito* parece também referir-se a pena de talião executada nos supostos matadores.

[1] Canto III 132, 4.
[2] Ib. 118, 8.

E sobretudo do peito trespassado, mas não da cabeça destroncada, tinham precisão todos quantos de 1672 em diante, idearam e realizaram em obras de arte a *Coroação* do cadáver, à pressa enterrado a 7 de Janeiro de 1355, seguramente só com as indispensáveis cerimónias cultuais e higiénicas para poder ser exumado e solenemente transferido, de Santa Clara a Alcobaça ao cabo de seis anos. Scena lúgubre que, preparada pelos versos de Camões e Ferreira, foi executada em verso bombástico primeiramente por Bermudez na Segunda Parte do drama a que já me referi, depois com discreta brevidade por Guevara, e finalmente em prosa mais ou menos pesada pelos Comentadores dos *Lusíadas*.

Em si a scena é de intensidade tão fantástica que durante mais de três séculos continuou a inspirar poetas tanto líricos como épicos e dramáticos e músicos e pintores, comovendo o público pela sua interpretação artística [1].

Com essa dedução não quero dizer que faltasse em absoluto quem, aceitando embora como histórica a degolação, ainda assim acreditasse no sepulcro-tálamo, na coroação e na entronisação da *decapitada!*

Sirva de exemplo Faria e Sousa que, também quanto às lendas de Inês, merece o sobre nome de fabulista-mor da literatura histórica portuguesa. No seu *Comentário* fabulou êle em 1639, alargando a lenda no trecho relativo à estrofe 132.ª do Canto III, com respeito à *Fonte de Amores*, que *junto a ela foi degolada Inês* [2]. E pouco antes falara, a sério e de boa-fé, da cerimónia do beija-mão, indicando mesmo que tinha visto documentos que o autenticavam.

«La mataron; y assi luego que murio su padre i empuñó el cetro hizo [D. Pedro] desenterrar a D. Inês i colocarla en un Trono, adonde fue coronada como Reyna, i alli hizo que sus vassallos besassen aquelles huessos que avian ya sido

[1] Entre os pintores merecem distinção o Conde de Forbin (1812, Roma) e o Castelhano Martinez Cubello (c. 1890 Madrid).

[2] *Lusíadas*, Vol. II, c. 213.

manos bellas, publicando primero con juramentos i otros actos solenes que avia sido su mujer legitima. *Tenemos en nuestro poder la copia del instrumento publico que mandó hazer de todo esto i se conserva en el Archivo Real*, de que consta que legitimamente se desposó con ella aunque en secreto por temor de su padre.»

Posteriormente Faria e Sousa repetiu esta nova, sem restrições, em obras históricas como a *Europa* e o *Cpitome*, que a propagaram pelo mundo fora.

Mas ninguém, que eu saiba, chegou a ver o documento.

II

Onde sucederia a degolação? A arte plástica não admitia detalhes no espaço estreito da rosácea de Alcobaça. *Em Coimbra* dizem vagamente, mas verídicamente o arquivista de S. Cruz, e o de Alcobaça — *nos paços de Santa Clara* — *nas casas apar do mosteiro de Santa Clara* — onde Inês residia, especializam os Cronistas. E os eruditos investigadores do nosso tempo confirmam a notícia [1]. Vimos agora mesmo que Faria e Sousa a coloca ao pé da *Fonte dos Amores*, a qual êle identifica, em harmonia com o seu Poeta com a *Fonte* formada *das Lagrimas* vertidas pela propria Inês e pelas filhas do Mondego.

Antero de Figueiredo, pela sua vez, transfere a scena final, piedosamente para o Oratório de Inês, como seu último refúgio, aventando todavia que o cepo para a Justiça del rei estava armado no Pátio do Paço.

Não se lembrou, e ninguém em Portugal lhe lembrou que possuimos uma nota a respeito do scenário da degolação que talvez tenha valor documental, embora escrita por um poeta. Essa nota faz parte de um *Auto* de Gil Vicente, a cuja representação, em Coimbra, assistiu em 1527 a côrte tôda, incluindo talvez Garcia de Resende e Francisco de Sá de Miranda que já vimos ocupar-se de Inês com interêsse.

[1] Vid. Ribeiro de Vasconcellos, *Evolução do Culto de Santa Isabel*, p. 201.

PEDRO E INÊS

D. João III, acossado de Lisboa pelos horrores da peste, passou grande parte dos anos de 1527 e 1528 na cidade do Mondego, acompanhado dos áulicos. O genial comediógrafo, a quem sobretudo competia entreter a côrte com representações festivas, enscenou lá, entre outras, uma peça cujo assunto, quer prescrito, quer livremente escolhido, mas em todo o caso inspirado pelo lugar e pelo tempo, era o brasão de Coimbra. E de modo tão jovial e folgazão se saíu Gil Vicente da emprêsa que o seu antagonista natural, o grave e ponderado humanista e filósofo clássico Sá de Miranda, visado porventura directamente por alguns ditos escarnecedores nela contidos, relativos a seu pai, o cónego Gonçalo Mendes de Sá, lhe deu a réplica [1].

A sóbria e elegíaca *Fábula do Mondego*, de Miranda, vasada em forma de canção culta, ou seja à moda italiana, como primeira obra de arte-nova em Portugal e com metamorfoses ovidianas, foi ideada igualmente para explicar as armas de Coimbra: a serpe, o leão e a ninfa coroada, meio metida numa taça ou fonte de água. E dirige-se, directamente a meu ver, contra as medievalmente românticas fantasias em que Gil Vicente havia envolvido o mesmo assunto — pasquinadas ou histrionices, no entender grave de Miranda. *Comedia mui chãa e moral sobre a Devisa da Cidade de Coimbra representada em 1527 ao muito alto, poderoso e não menos christianissimo Rei D. João, terceiro em Portugal deste nome, estando na sua muito honrada, nobre e sempre leal cidade de Coimbra. Na qual comedia se trata o que deve significar aquella Princesa, Leão e Serpente e Calice ou Fonte que tem por divisa e assi este nome de Coimbra, donde procede, e assi o nome do rio, e outras antiguidades de que não he sabido verdadeiramente sua origem.*

Considero êste auto como lenda heráldica e genealógica — primeiro exemplar de um género ainda não ensaiado por ninguém. Lenda heráldica e farça mitológica e portanto predecessora das *Operas* do Judeu e das *Operetas* de Offenbach.

[1] Vid. Braamcamp, *Vida e Obras de Gil Vicente*, p. 173; e Brito Rebelo.

Na fábula, que Gil Vicente inventou, reconheço uma paródia e o claro propósito de êle se rir e fazer rir a côrte à custa de *Arqueólogos*, *Linhagistas* e *Etimologistas*. Numa palavra, à custa dos Humanistas ou Antiquários que, nados no sino do Latim, se entusiasmaram, no 3.º decénio do século de quinhentos, como *Catões* e *Caturras* pelas *Antiguidades de Portugal*.

No Prólogo-Argumento Gil Vicente declara que escreveu a comédia *pois que o honor do mundo presente se dá com razão à Antiguidade!*

No texto desculpa os costumes, quer bons, quer maus da gente-povo de Coimbra e dos fidalgos da Beira, como inevitáveis—hoje diríamos atávicos—isto é, como *determinados por antigos fados*.

A *princesa Coimbra* é raptada, com seu irmão, e quatro damas, com as quais estava a brincar ao pé de uma *fonte* [1]. O raptador é o selvagem e serranil *Mondrigon*, que as encerra numa *Tôrre* e as maltrata, de sorte que as pérolas que dia a dia choram, formam afinal uma fonte de lágrimas, um rio ou um arroio.

> *Y las sus* lagrimas *son*
> arroyos *del corazon*,

con que molerán molinos acrescenta burlescamente o grande humorista, (adiantando-se assim a Heinrich Heine).

Das quatro damas, uma chama-se *Belicrasta*. É ascendente dos *Crastos* ou *Castros*, que dela herdaram a manha de serem muito bons para si, mas pouco generosos para os outros!

A segunda, *Silvenda*, trespassou aos *Silvas* e *Silveiras* a virtude de como bons dizedores de supitas graças terem grandes cabeças.

A' *Sossideria* devem os *Sousas* a qualidade de serem ho-

[1] Ponho de banda as partes da Comédia que nada nos ensinam sobre Coimbra e as suas lendas.

mens de paz e de razão; e bons cavaleiros nas *partes de além* (i. é na *África*).

Perigeria legou aos *Pereiras* serem caseiros... depois de casados.

Melidonio, irmão de Colimena, êsse fêz que os *Melos*, antigos, tivessem por casta dar tudo quanto era seu. E assim por diante, diz bem e mal dos fidalgos presentes [1] e do povo conimbricense, rindo e fazendo rir os reis e os cortesãos.

Desta antiguidade procede também que os sacerdotes que não têm ninhada de clerigozinhos são excomungados. Picuinha que T. Braga refere a Gonçalo Mendes de Sá, pai de Francisco, e de mais meia dúzia de irmãos do poeta.

¿Mas onde fica a alusão a *Inês de Castro*, por causa da qual estou a evocar os gracejos de Mestre Gil?

A segunda metade da oitava [2] dedicada aos Castros tem o teor seguinte:

> *As mulheres de Crasto são de pouca fala,—*
> *fermosas e firmes,—como saberês*
> *pola triste morte de Dona Inês,*
> *a qual de constante morreo nesta sala* [3].

Nesta sala entendo que afirmação tão categórica, feita em presença da família real, vale alguma coisa. Pelo menos deve ser reprodução do que se pensava em 1527, a respeito do

[1] No Prólogo diz troçando p. ex.:—Por ela—(por essa *Comédia*) que

> vereis donde veio e de que planetas
> falla aqui rouquenhos os moços,
> e todalas moças tem curtos pescoços,
> e mãos rebuchudas, e as unhas pretas!
> Outrosi as causas porque aqui tem
> os clerigos todos mui largas pousadas
> e mantem as regras das vidas casadas.

[2] Oitava *à espanhola* de versos de arte maior: *abbacddc.*

[3] Gil Vicente, Ed. de Hamburgo, I, p. 133.

scenário da grande tragédia, (a-pesar das dúvidas de um conhecedor como o Dr. Ant. de Vasconcelos). E talvez mais do que isso, recordação de um facto geralmente conhecido.

Provado como está que Inês residia nos paços de a-par Santa Clara, fica também provado que Suas Altezas D. João III e a rainha D. Catarina, se tinham hospedado nestes mesmos paços, já então chamados del rei [1]. E não nos da *Alcaçova* onde em 1383 João das Reg[r]as se manifestara contra a legitimidade da união de Pedro e Inês.

¿Seria portanto na Sala de estado, no salão maior da residência de Inês, onde ela recebera Afonso IV, implorando a sua compaixão que, logo depois da saida dêle, e das palavras sinistras *¡Lá fazei o que quiserdes!* se passou a scena sangrenta da degolação?

III

A êsses paços históricos, de que não restam vestígios, liga-se outro facto significativo, não estudado ainda, mas que eu relaciono com a psicologia ou patologia de D. Pedro.

A história do edifício está feita. Desde os dias em que a Rainha Santa — depois das obras necessárias em 1320 — se retirara às casas, junto ao seu Mosteiro de Santa Clara [2], que ela comprara ao vizinho convento de Sant'Ana. E até elas ruirem em 1559, minadas pelas inundações de Mondego [3]. A Rainha Santa faleceu em 1336. No seu segundo testamento, de 1327, e no Codicilo de 1328, a viúva de D. Denis destinava que nas venerandas casas do Mosteiro onde ela vivera, nunca se havia de hospedar ninguém, a não serem pessoas reais da sua linhagem: os reinantes com suas mulheres e filhos [4].

[1] Paços del rei em Santa Clara.

[2] Ela fala das «casas da minha morada que son tras a cerca do dito mosteiro e de minhas casas dapar do dito mosteiro». Ás vezes também das minhas casas posteriores porque o hospital dos pobres ocupava o paço dianteiro.

[3] Vid. Ribeiro de Vasconcellos *Evolução do Culto de D. Isabel de Aragão,* Parte I. Cap. III e IV, em especial p. 121 e 194 seg.

[4] Ib. II, p. 17.

No testamento lê-se:

E outrosim peço e rogo ós ditos rey meu filho e á raynha sa molher minha filha, pela feuza que en elles ey, e Ifantes meus netos... que aião em sa encomenda e so seu defendimento e mercee o dito meu mosteiro e casas e hospital, e que não sofram que nahum pouse en elles senon elles quando lhes comprir, e os outros reys e iffantes herdeiros com sas molheres que depos elles veherem...

No Codicilo repete com insistência:

E rogamos e pedimos ao dito Rey dom Affonso nosso ffilho, e aos outros que despos el reynarem, que non ssofram a nemhuum que pousse nas ditas nossas cassas salvo elles e as Raynhas ssas molheres e os Iffantes herdeiros de Portugal con sas molheres [1]. »

Entre 1345 [2] e 55, o mesmo herdeiro Iffante dom Pedro, seu neto, que de mais a mais era um dos testamenteiros, se instalou nos paços da rainha. Lá instalou consigo a D. Inês de Castro. Lá nasceram todos ou alguns dos quatro filhos que tiveram.

Suponhamos que êle confidenciara à Abadessa que Inês era sua mulher, mas que não o queria manifestar, com mêdo de Afonso, o Bravo.

E suponhamos também, o que, de resto, é evidente, que a Rainha Santa não podia pensar senão em mulheres *legítimas*. Ainda assim êsse qualificativo não está nos documentos [3]. E quem julgasse que estaria na *Carta* ou *Ordenação* mais explícita que Santa Isabel entregara à Abadessa, enganava-se também, conforme se vê num rescrito de D. Afonso IV, posterior à Morte de Inês. Nêle dizia o Rei, a 26 de Novembro de 1356, aos Alcaides e alvazis de Coimbra:

Sabede que a Abadessa do moesteiro de Santa Clara dessa çidade menvy ou dizer que ella tem hũa ordynhaçõ e carta da Raynha dona Isabel mha madre a que deus perdoe e outra

[1] Ib. II, p. 20.

[2] É o ano da morte de D. Constança Manuel. Pouco depois D. Pedro mandou recado a Inês que, desterrada, vivia em Espanha, por causa da paixão criminosa do amante.

[3] Há pois engano no que R. de V. diz a p. 200.

carta mynha pera que nem huum non pouse nas casas que ella mandou fazer apar do dito moesteiro, salvo os Reys ou Iffantes ou dassa lynhagem, segundo na dita ordynhaçõ hee contheudo...

Nada mais.

Onde primeiro se encontra o adjectivo *legítimo* é num documento análogo ou quási igual ao anterior, mas emanado do próprio rei D. Pedro! Lá está: *salvo os Reis e seus filhos herdeiros com sas molheres lidimas* [1].

Essa cláusula, introduzida *post festum*, creio-a destinada a provar, retroactivando, que D. Inês, visto que residira nos Paços da Rainha, fôra a mulher *legítima* de D. Pedro.

Era um elo, o elo primeiro, da corrente de sacros-perjúrios, forjada pelo interessado a-fim-de desculpar e reabibilitar a amada e sacrificada.

Também para legitimar os filhos dela, segurando-lhes os direitos de Infantes, e livrando o seu brasão do banco de pinchar dos bastardos [2].

A justeza desta minha observação só poderá ser invalidada, se vier à luz a ordenação original da Rainha Santa, e nela se achar a forma *legitimus*, em qualquer das fases evolutivas do vocábulo [3].

O que não se compreende bem ou sòmente se explica pelo grande desvairo da guerra civil entre pai e filho, é que logo depois

[1] Ib., II, 31. É Pública Forma, apenas, e não original, como a carta de Afonso IV.

[2] A própria Inês era bastarda de bastardos régios. Ruy de Pina diz que ela se chamava apenas Inês Pires. Diz também que Afonso IV (que pela sua própria experiência sabia quantos males provocam os bastardos régios e mandou justiçar um dos filhos de D. Denis e ateara guerras civis por causa de Afonso Sanchez, o predilecto do pai), fôra prevenido pela mulher do perigo de morte, a que os Castros expunham o sucessor legítimo D. Fernando. — O receio dos bastardos perturbou a península inteira no século XIV. Parece ironia do destino que afinal não foi nenhum filho de Inês de Castro, mas sim de uma qualquer Teresa Lourenço que deu a Portugal a sua admirável segunda Dinastia.

[3] *Legitimas* > *leidimas* > *liidimas* > *lidemas* > *lindas*. Essa última forma é relativamente moderna em português (em Castela já se usava no séc. XIV). Da sua verdadeira derivação *(de legiiimus* e não de *límpidus* (que nos deu *limpio liimpo limpo)* dão prova as mais antigas e interessantes fórmulas em que no século XVI o empregam: *mulher linda* e *cristãos lindos,* em oposição aos não-legítimos ou cristãos-novos.

da morte de Inês (e a provável mudança dos filhinhos e familiares para Castela) alguns ricos-homens e outros poderosos se instalaram nos paços, de sorte que, cedendo aos queixumes da Abadessa, Afonso e mais tarde D. Pedro tiveram de intervir.

Quanto aos séculos posteriores, os paços da Rainha foram em 1527 ainda residência passageira dos reinantes, como mostrei. Ruiram todavia em 1559. — Pouco depois desabou o hospital. De uma provisão de Felipe I e outra de Felipe IV, se deduz contudo que partes dos edifícios subsistiam ainda e eram habitados em 1597 e 1639 [1].

António Coelho Gasco que (cêrca de 1660) escreveu a sua Memória, banalmente curiosa, sôbre a *Conquista, Antiquidade e Nobreza de Coimbra*, relata no capítulo dedicado a Inês de Castro [2] que a sua tragédia [3] se passou « onde hoje se vê humas ruinas de huns paços junto a Santa Clara desta cidade, que se chama o *Culgo*, quási deitados por terra. »

Nada sei a respeito dêste nome.

Os restantes elos da corrente forjada por D. Pedro com o fim indicado, e por meio dos quais conseguiu pelo menos demonstrar que *amor semelhante ao seu raras vezes ou nunca houve no mundo*, são: o juramento de 1360; as leis promulgadas; o câmbio iníquo de Pero Coelho e Álvaro Gonçalves, contra os foragidos castelhanos que sôbre seguro estavam no seu reino; a vingança truculenta, havida sempre pelos sinceros mais por « *abominavel crueza* do que por severa mas louvável justiça, embora o próprio Pedro a considerasse como juízo de Deus [4]; e sobretudo o desentêrro; e novo entêrro num dos túmulos [5], que mandara fazer êsses proprios, túmulos. »

[1] Vid. *culto* II, 91.

[2] Cap. XXVII.

[3] Na impressão de 1805 há tragicomèdia.

[4] Diogo Lopes Pacheco, avisado a tempo, tinha fugido de Castela a Aragão.

[5] Note-se que no testamento de D. Pedro (*Hist. Gen., Provas* I, p. 279) faltam palavras de amor relativas a D. Inês. Já o deixei dito na *Saudade Portuguesa*.

No de Inês, *a coroa de rainha*, e entre a arca e a estátua jacente, a orla heráldica de escudetes, em que os dos Castros alternam com os de Portugal. No de Pedro, a rosácea, e a faixa falante com scenas profanamente íntimas [1]. Entre essas até algumas, em que D. Afonso IV parece conversar amigàvelmente, paternalmente com D. Inês [2].

Se o leitor, a-pesar-de tudo isso, não quiser acreditar num plano bem-meditado da parte de D. Pedro, lembrar-lhe hei as palavras singelíssimas de Garcia de Resende, pois parecem confirmar a minha opinião:

Como o principe foi rei
sem tardar, mas mui asinha
a fez alçar por raínha:
sendo morta, o fez por lei.
. . . .
Em todos seus testamentos
a decrarou por molher,
e por s'isto melhor crer
fez dous ricos moimentos
em que ambos vereis jazer:
rei e rainha coroadas, etc.

IV

A *Fonte de* (ou *dos*) *Amores* e a *Fonte das Lágrimas* são entre os elementos das lendas inesianas os que foram mais

[1] Vid. Vieira Natividade, fig. 14-15.

[2] ¿Que outra significação, que outro fim podem ter essas scenas a não ser o de ressalvar a majestade real, o coração real, *(piadoso, devinal e de benina condição)*, deitando a culpa tôda aos bravos conselheiros? Claro que D. Pedro não pode ter ideado tais scenas antes de se haver reconciliado com o pai por intervenção do Arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira. Creio mesmo que só depois de ser rei compreenderia como a razão de estado, o bem do reino pode levar a resoluções extremas.

amplamente tratados por investigadores de sciência e consciência [1].

Em virtude de pesquisas sistemáticas apurou-se que a-fim-de abastecer de água tanto o seu convento e os paços em que morava, como o albergue dos pobres, as casarias anexas, a vinha, as hortas e os jardins do claustro, a viúva de D. Denis adquirira em 1326 duas nascentes, captadas a alguma distância numa quinta que era propriedade dos cónegos crúzios. — Sabe-se também que essa Quinta se chamava *do Pombal* (certamente por haver nela um de beleza ou grandeza fora do comum?) e que só quatro a cinco séculos mais tarde, ela recebeu o nome novo e poético de *Quinta das Lágrimas*. Logo direi porquê.

Das águas de uma dessas nascentes, ou mais provàvelmente da junção das duas, conduzidas de oeste a leste, em aqueduto modesto, em volta do Ressio, fronteiro do convento) até à cêrca, através do muro dela, para dentro dos terrenos e edifícios conventuais é que se formou uma *Fonte*, talvez livre e pública.

Dessa Fonte partia um cano para o claustro, onde enchia um tanque espaçoso.

De documentos judiciais, relativos à posse muito disputada dessas e de outras águas, consta que o vulgo chamava «*Fonte dos Amores*» e «*Cano dos Amores*» ao aqueduto. E isso muito pouco depois do acto que a 7 de Janeiro de 1355 [2] profanara a antigamente tão santa paz daquêle sítio.

Qual a origem da poética denominação?

De três motivos possíveis deve-se rejeitar como anacrónico o de uma fonte portuguesa no século XIV, e na vivenda de Santa Isabel, ter estado guarnecida de Cupidinhos, ou *Amorinhos* de pedra.

A favor da segunda hipótese que a Fonte Conventual, patente a todos os populares, teria sido o lugar consagrado de entrevistas amorosas, fala a existência de outra *fonte de amores*, pública, e de fama tradicional, em Vila Nova de Gaia

[1] Tem o lugar principal entre êles o Dr. Ribeiro de Vasconcelos, no livro que já várias vezes citei. Veja-se também Sanchez Moguel, *Reparaciones Historicas*.

[2] Vid. *Culto* I, 112 seg., c. II 452.

nos terrenos, lendários também, onde outróra estivera o *Castelo del Rei Ramiro.*

Sá de Miranda, que na *Fábula do Mondego* tinha cantado os amores românticos de Diego, — pastor da serra, com a Ninfa de uma fonte *rica de la natureza i pobre de arte* [1], dirigiu-se em outra composição posterior (c. 1535) a ambas as *Fontes de amores*, de que falei, exclamando:

Diga-me el turbio Duero, diga el Mondego, cada uno con la su fuente de amores! [2]

Ambas as vezes sem se lembrar da mísera e mesquinha [3].

Muito mais convincente é a terceira conjectura. Visto que a Fonte fazia parte dos edifícios de Santa Clara e nesses edifícios vivera Inês, durante perto de dez anos de serêna paz, era quási inevitável que a memória dos seus amores, mas também dos rios de lágrimas que ela chorara nos últimos dois anos de receios e sobressaltos [4], e dos que por ela foram chorados, se ligassem ao claustro, aos jardins e à fonte. Os hiperbólicos, «rios de lágrimas», que devem ser tão velhos como Eva, mãe de Caim e Abel, já os temos encontrado no Auto da *Devisa de Coimbra.*

A hipótese de a Fonte dos Amores do Mosteiro de Santa Clara, mencionada no documento judicial de 1360, ter sido uma *Fonte dos Amores de Inês*, converte-se quási em certeza à vista de dois quadrinhos da Rosásea do túmulo de D. Pedro. Numa pétala, Inês aparece sentada, com uma criancinha ao colo, ao pé do tanque de uma fonte a que um cano mutilado conduz água. (Fig. 18). Na outra, reconhece-se a figura simbólica da Dor que crava as garras no pescoço e ombro de D. Pedro que, aterrado, jaz no chão, tal qual

[1] Vid. *Poesias*, N.º 111, v. 61 (e Coment.).

[2] Ib. N.º 152; v. 528-9. do *Epitalamio pastoril.*

[3] Faria e Sousa, êsse comparava em 1645 a Fonte inesiana com a de Ramiro. Vid. *Rimas Várias*, Vol. III, c. 37, Coment. da *Canção Camoniana: Vão as serenas águas*, despedida de Coimbra, em cujo Remate há alusões à tragédia de Inês.

[4] O ódio dos cortesãos contra a *Castelhana*, exacerbou-se depois de que ela enfeitiçara o Infante, e seu irmão Alvaro Perez de Castro ter passado a Portugal. Em 1353. Vid. Ayala, 1353, Cap. 26.

uma figura feminina [1]. Chamar alegóricamente a êsse quadro *Fonte das Lágrimas* é vago e escuro; mas como seja difícil propor outra explicação melhor, inclino-me a aceitá-la.

O cano, como condutor de messagens de amor, lembra (demasiadamente?) as varinhas de faia, com runas entalhadas, dos amores fatais de Tristão e Isolda. Deve ser de origem literária.

Textos que antes da publicação da Epopeia nacional aludam claramente à *Fonte*, como elemento da lenda inesiana, não existem, que eu saiba.

Inácio de Morais, no seu *Elogio de Coimbra* [2], cinge-se de perto à Fábula do Mondego. Próximo do cenóbio de Santa Clara (eis o que narra) há um vasto pomar, cheio de árvores de fruta, cobertas de luxuriante fronde. De um antro escuro brota uma caudalosa fonte, a que o vulgo deu o nome de *Fonte de amor (vulgo nomen Amoris-habel)*. Uma ninfa do côro das Naiades ardera outrora em apaixonado amor pelo plácido *Munda*. E ainda agora, forçada a afastar-se do terno amante, ela suspira e queixa-se a furto, por a contrariarem. Êle porém revolta-se, insofrido, e sempre de novo tenta reaver a ninfa, inundando os campos marginais.»

Outro quinhentista, o Fradinho da Rainha D. Catarina, — (Jorge Fernandes) — dedicou um *Soneto ao Cano* e à *Fonte de Amores*. Mas nos catorze versos desbotados não há senão o pedido sentimental de o *Cano* levar as suas *lágrimas* para com elas acrescentar a *Fonte*. Nenhuma alusão a Inês.

Por ser inédito [3], mais antigo do que as composições relativas à Fonte, que Sousa Viterbo coleccionou [4], e única anterior aos *Lusíadas* [5], vou transcrevê-lo aqui:

[1] Figura 35.

[2] *Encomiam Conimbricae*, 1554.

[3] *Cancioneiro Fernandes Thomás*, f. 80,v.

[4] *Florilégio Poético*, Lisboa, 1889.

[5] Das vinte e cinco poesias que o *Florilégio* contém, só duas são do século XVII. Mas mesmo essas não ministram indicações directas e claras. O XVIII está representado com quatro e o XIX com dezassete. Do século XVI não há nenhuma.

DO FRADINHO DA RAINHA, AO CANO DOS AMORES

SONETO

Pois nesse paraiso terreal,
prantado todo de arvores vedadas,
hortas de fermosuras não tocadas
regaes, fonte de amores perenal,
Levai-lhe as testemunhas de meu mal,
destes olhos em copias derramadas,
as quaes aqui conosco misturadas
fazem vossa corrente dosigual.
Se de verdade sois fonte de amores,
recebei minhas lagrimas e magoas,
pois são parentas do vosso licor.
Tudo lá fique dentro, entre essas flores
que, pois que as aguas correm ao mar das aguas
vos, amores, ficai no mar de amor!

Amores—lágrimas—fontes, mas nada de substancial e sugestivo.

Embora portanto a Fonte dos Amores, ou Fonte das Lágrimas, fôsse já elemento secular da tradição, foi o genial autor da epopeia nacional que, revestindo com as galas da sua fantasia cultíssima, a história de Inês, a introduziu na literatura e lhe deu vida eterna. Para êle a Fonte dos *Amores* e a das *Lágrimas* são uma só: Monumento vivo que as filhas do Mondego erigiram. Onde? O poeta usando soberanamente dos seus privilégios o deixa indeciso.

Os Comentadores, êsses colocam-no todos correctamente junto à Santa Clara: tanto o Padre Manuel Correia, cuja prosa foi revista e editada em 1613 por Pedro Mariz [1], como Faria e Sousa [2], e o Cónego D. Marcos de S. Lourenço, que escreveu perto de 1650.

[1] Êsse dá ao antro, onde brotavam as águas, o nome de *Vale do Inferno*. (1.º 1140 v.).

[2] *Lusíadas*, Vol. I, 213 e *Rimas Várias* III, c. 36.

Muito mais tarde, quando outros edifícios, humildes, se tinham construido nos terrenos do antigo mosteiro, houve quem se lembrou de numa ínsua, no recinto que a tradição apontava, guarnecer uma parede, que se encosta a um tanque, com pinturas alusivas a Inês, e com a estância final do episódio Camoniano. Mas o sítio já não era o que fôra de antes.

A transferência da *Fonte*, nos terrenos do Mosteiro, à Quinta do Pombal (hoje chamada *das Lágrimas*) efectuou-se *idealiter*; mas também *realiter*, até certo ponto.

A Quinta era rua de águas. No sítio onde hoje se encontra a chamada *Fonte das Lágrimas* havia em 1372 outra nascente que as freiras claristas adquiriram em 1511, e denominaram a *Fonte Nova*, porque as águas da *Velha* se haviam desviado, refluindo à Quinta, em conseqüência da alteração dos terrenos marginais, alteados em três ou quatro metros pelas cheias anuais do Mondego [1].

Da posse dos Crúzios passou em fins do século XVIII à da Universidade, e em seguida à de um Reitor. Diz-se que, na família dêle, houve uma *Antónia Inês de Castro*. Sugestionada pelo nome, pode ser que essa fomentasse, com especial carinho, a lenda poética e que os seus amigos começassem a falar da sua Quinta das Lágrimas e Fonte de Amores.

O viajante Kinsey que, segundo autores portugueses, afirmou no seu *Portugal Ilustrado* (em 1829) que a Quinta pertencera a parentes de Inês, ouvira falar porventura de tal Antónia Inês!

O primeiro documento oficial em que se [2] emprega o nome *Quinta das Lágrimas* é de 1730.

Em 1760, Domingos dos Reis Quita colocava aí o assassínio de Inês, aplaudido pela nação inteira!

Os paços desapareceram. As águas refluiram à Quinta. É

[1] Vid. *Culto II* 452. — Mário Monteiro num artigo sobre *A Fonte dos Amores*, publicado nos *Serões*, N.º 29, p. 243-250, não cita o seu predecessor.

[2] Em inglês, o dislate é muito maior, pois diz que a Quinta fôra residência dos antepassados de Inês.

bom que nela a memória de Inês, na incomparável forma que Luís de Camões lhe deu, se renove constantemente. Poucos visitantes se revoltarão contra as inexactidões da lenda — porque a alma humana é em geral tradicionalista, e vive de ilusões.

CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS.

TAPEÇARIA DA SÉRIE DAS INDIAS

«GOBELIN», MEADO DO SECULO XVIII

TAPEÇARIAS DA ÍNDIA

Logo após o descobrimento do Gama, D. Manuel projectou a encomenda de 26 panos de rás, relativos à viagem da Índia.

Existe ainda hoje na Tôrre do Tombo (G. Barreto) a minuta, do punho do secretário régio, com a descrição do assunto de cada uma das tapeçarias projectadas. Desenhadas naturalmente em Portugal, tecidas seguramente nas Flandres — Tournai ou Bruxelas — adornaram durante mais dum século as salas dos paços régios nas festas nupciais (1543), recepções de embaixadores (1571), etc.

Mas o exotismo destas composições criou logo um género muito apreciado na época e originou réplicas ou imitações até ao meado do século XVIII, conhecidas já em 1504 como tapeçarias à la manière de Portugal et de Indie *e em 1510 como* histoires de gens et de bestes sauvaijes à la manière de Calcut *(Haudoy). Seis tapetes de Van Aelst de 1522 são duma* histoire indienne à oliffans et jiraffes, *e emfim, uma câmara de 9 panos de tapeçaria, é uma nova* histoire de Calcou *comprada pelo senhor de Halluin, de Comines, em 1539 (Soil). No fim do século XVI alguns panos de rás com as* proezas do Gama *passaram por testamento do padre André Coutinho para a casa Vidigueira. Se as tapeçarias originais de D. Manuel (ca. 1500) se perderam, como é natural, no terremoto, das séries das Índias acima citadas e doutras posteriores restam ainda hoje alguns panos em França e na Suécia.*

Mas o gôsto pelo tema português não esmoreceu e a uma outra série indiana do século XVII (1685-1687) vem emfim juntar-se no meado do século XVIII as novas series de Beau-

vais e dos Gobelins, estas sôbre cartões de Desportes e le Blond (1737), de que ha réplicas em Viena, no Museu de Münich e nas colecções de Estutgarda e Mannheim. É talvez a última repercussão do conto maravilhoso da Índia através da tapeçaria.

A fotogravura junta reproduz um gobelin *dessa época, em que uma nau portuguesa com as armas de D. João V, se balouça, ao fundo, no mar.*

Não é já a visão heróica camoniana, mas a visão elegante, amável e decorativa, tal como o século XVIII a concebia, numa pompa de Watteau — como um desembarque em Citera.

R. S.

CAMÕES ANOTADO POR CASTILHO

É geralmente conhecida a página de Castilho em que se deprime a gramática e a metrificação dos *Lusíadas* para exaltar as do *D. Jaime*. Êsse famoso passo, que se encontra na *Conversação preambular* àquele poema de Tomás Ribeiro, vem no seguimento do discurso em que o clássico se faz pedagogo e, revoltando-se contra o uso de se ler na escola primária a epopeia nacional, « por « um mestre que a não percebe e discípulos que a não po- « dem perceber », quer que a pequenada oiça, leia e decore antes o *D. Jaime*, cuja eficácia educativa lhe parece mais oportuna: « A virtude de Camões era de 1570 e tantos; a de « Ribeiro é de 1862. Não há mais nada; mas é esta virtude « da nossa era, e não aqueloutra de uma era morta, a que « devemos incutir pela lição dos bons versos no coração dos « nossos filhos. »

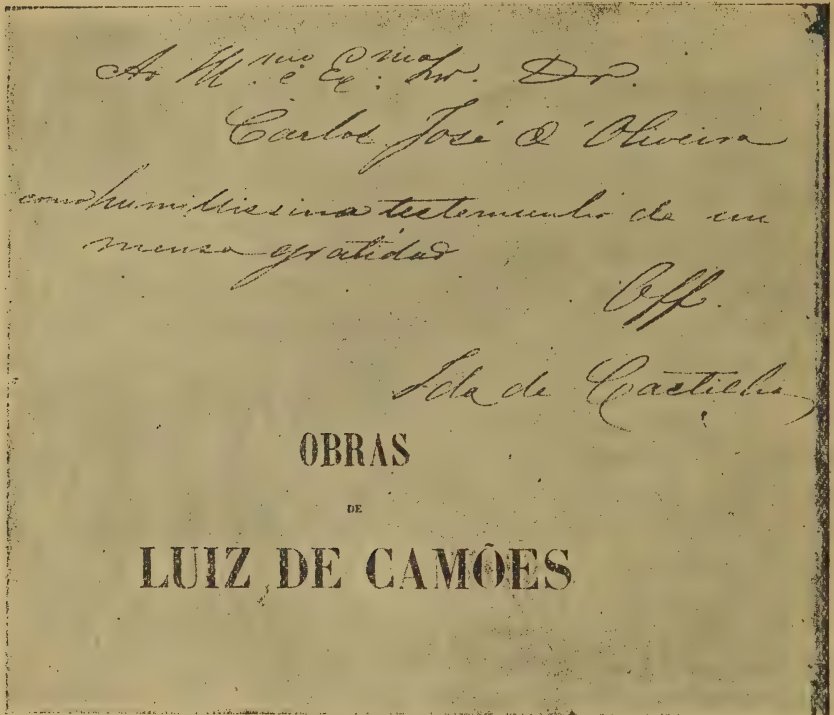
Isto, pelo que respeita ao civismo. No tocante à gramática e metrificação dos *Lusíadas*, convém reproduzir o que disse Castilho, em dois parágrafos da sua crítica, pontificada com o tom dogmático e cortante que era tanto seu:

« A gramática mesma, êste senso-comum da linguagem, que « os primeiros instituïdores tanto deviam zelar, promover e di- « rigir, por uma lógica prática e séria, para a boa entrada « em estudos superiores, a gramática mesma (sem custo se « demonstraria, se necessário fôsse) é freqüentes vezes ofendida « nos *Lusíadas*, por mais que lhe queiramos acudir com o « valhacouto das figuras e das nímio-elásticas licenças poéticas. « A versificação dos *Lusíadas* está no caso da sua linguagem: « foi a melhor para o seu tempo; mas a arte de metrificar « e rimar é hoje totalmente outra, e melhorada; e nenhum « bom poeta dos nossos dias, ainda que inferior a Camões, « se resignaria, cuido eu, a assinar como sua uma única es-

« tância inteira de todos os dez cantos. Se há um que diga
« que ousava, que me aponte qual é essa estância fénix, que
« ao fim de quási três séculos está ainda tão lustrosa e
« juvenil. »

OBRAS

DE

LUIZ DE CAMÕES

Não me recordo se há, na vasta produção de António Feliciano, outros lugares onde Camões seja depreciado como poeta e metrificador. É de crer que sim, mas não o posso verificar agora. E o que aí fica transcrito basta para prefácio da notícia documental que vou apresentar e onde creio haver não só interêsse, mas novidade.

Há perto de três anos, andando eu a trabalhar na organização do primeiro volume de *Camões Lírico*, da *Antologia*

Portuguesa, disse-me o meu querido e saudoso amigo Roberto Correia Pinto [1], coronel de engenharia, antigo professor de Latim no Real Colégio Militar de Lisboa e do Liceu Central da mesma cidade, que possuía, por dádiva de seu Sôgro (o ilustre advogado e antigo deputado da Nação e governador--civil de Lisboa Dr. Carlos José de Oliveira), os cinco volumes das *Obras* de Camões da edição de Juromenha, e que em algum ou alguns dêsses volumes havia notas críticas manus-

OBRAS

DE

LUIZ DE CAMÕES

Com algumas breves anotações

de

Antonio Feliciano de Castilho

critas, da autoria espiritual de Castilho. A colecção — acrescentou — pertencera ao grande escritor e fôra dada ao dr. Carlos José de Oliveira pela filha de António F. de Castilho, em reconhecimento de serviços forenses graciosamente prestados.

Roberto Correia Pinto foi distintíssimo oficial da sua arma, venerado pela inteligência, pelo carácter e pela modelar compreensão dos seus deveres militares; foi professor de rara intuïção pedagógica, distinto poeta, e colaborou em trabalhos

[1] Falecido em Lisboa, a 23 de Fevereiro de 1923. Nascera em Lamego, aos 13 de Setembro de 1850.

da Academia das Sciências de Lisboa, vertendo em português o livro *De bello Septensi*, de Mateus Pisano. Quando um dia me trouxe os volumes em que me falara, pondo-os à minha disposição para os estudos e publicações camonianas em que eu andava empenhado, respondi-lhe, depois de ter visto o interêsse e importância do achado, que o assunto merecia consideração especial e que a êle, possuïdor dos documentos, mais e melhor que a ninguém cabia trazê-los ao conhecimento dos estudiosos da literatura nacional.

Recusava-se o meu Amigo com desprendimento a seguir esta sugestão, mas consegui a-final convencê-lo e arrancar-lhe a promessa de publicar êle próprio as anotações de Castilho, devolvendo-lhe eu os livros sem demora, para tal efeito. Pouco depois, inesperadamente, falecia Roberto Correia Pinto. Seu filho, o major de engenharia sr. Roberto de Oliveira Pinto, pôsto mais tarde por mim a-par do assunto e da combinação prejudicada pela morte, pediu-me que realizasse eu o que seu Pai não pudera fazer, confiando-me para isso temporàriamente os dois volumes que interessam. A êle, pois, deve a *LUSITANIA* a possibilidade de fazer aos seus leitores esta importante comunicação, em que o abaixo assinado intervém por mero acaso e apenas figura como transmissor material.

Acompanham esta notícia três fac-similes: o primeiro reproduz o ante-rôsto do primeiro volume das *Obras de Luiz de Camões*, do Visconde de Juromenha, com o oferecimento manuscrito de D. Ida de Castilho ao dr. Carlos José de Oliveira; o segundo, reprodução do ante-rôsto do segundo volume, apresenta sob as três linhas impressas *Obras / de / Luiz de Camões*, as três linhas manuscritas *com algumas breves anotações / de / Antonio Feliciano de Castilho*; o terceiro e quarto são, respectivamente, reprodução da página 1 (inteira) e 58 (parte superior) do mesmo segundo volume, que é aquele onde se encontram os Sonetos, Canções, Sextinas, Odes e Oitavas. Aí se leem os sonetos I e CXIV e os curiosíssimos e descerimoniosos comentários que lhes fêz Castilho em 1866, quando andava reünindo materiais para a sua conhecida e apreciada *Livraria Clássica*.

CAMÕES ANOTADO POR CASTILHO

Como se vê dos fac-similes, a letra manuscrita é do mesmo punho em tôdas as quatro páginas reproduzidas; do mesmo punho que assinou *Ida de Castilho* sob o oferecimento lavrado no ante-rôsto do primeiro volume (v. a primeira das quatro estampas anexas). Não duvidávamos de que essa letra fôsse a da filha do Mestre; mas, para podermos afirmá-lo ao Leitor, precisávamos de autenticação autorizada. Com tal intuito se dirigiu o nosso camarada Dr. Reinaldo dos Santos, por estar eu ausente de Lisboa, ao Dr. António Baião, que lhe respondeu nos seguintes termos:

« Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo — Gabinete do Director — 8. Agosto. 924 — Ex.^mo^ amigo — Só ante-hontem fui entregue da sua prezadíssima de 5 do corrente por não estar actualmente na Rua Castilho. Sobrevieram as complicações de quem está com o pé no estribo prestes a retirar para a sua aldeia afim de repousar e só hoje lhe posso dar o meu parecer a respeito das fotografias das páginas das *Obras de Luiz de Camões* anotadas pelo grande António Feliciano de Castilho. — Como as notas estão datadas foi muito simplificado o confronto, pois possuimos na Tôrre do Tombo cadernos e cadernos de minutas da correspondência nesse ano do grande poeta. E êsse confronto parece-me não oferecer dúvida alguma. As notas são do punho da mesma pessoa que ofereceu o exemplar ao Dr. Carlos José de Oliveira, isto é, da filha de António Feliciano, D. Ida, que lhe servia de secretário. — Folgo muito de poder prestar êste insignificante serviço a V. Ex.ª, ao dr. Agostinho de Campos — pessoas da minha máxima consideração — e à *LVSITANIA*, e fica sempre ao incondicional dispor de V. Ex.ª o — Am.º e adm.or grato — *(a)* ANTÓNIO BAIÃO. »

Resta dizer que neste exemplar das *Obras de Luís de Camões*, edição de Juromenha, não há notas de Castilho senão à margem dos Sonetos, e não de todos, mas apenas dos cento e quinze primeiros, pág. 1 a 58, *inclusive*, do vol. II. Tôdas elas se apresentam a seguir, impressas, cada uma prece-

dida do primeiro verso do soneto a que se refere. Vão sem qualquer comentário nosso, nem sequer a respeito da paternidade camoniana dos sonetos criticados. Alguns dêles atribuem-se hoje a Diogo Bernardes, e outros a Simão da Veiga, Francisco de Andrade, D. Manuel de Portugal.

Concluímos com o voto de que se faça em breve uma edição fac-similada de tôdas as cinqüenta e oito páginas que António Feliciano de Castilho anotou, e devemos dizer que o major Roberto de Oliveira Pinto, a quem pertencem êstes volumes documentais, está na disposição de o promover ou permitir, como pessoa culta que é.

Lisboa, Dezembro de 1924.

AGOSTINHO DE CAMPOS

ANOTAÇÕES INÉDITAS DE ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO

A CENTO E QUINZE SONETOS DE CAMÕES

(OU A ÊLE ATRIBUÍDOS NA EDIÇÃO DE JUROMENHA)

RIMAS

—

SONETOS

I

Em quanto quiz fortuna que tivesse
Esperança de algum contentamento,
O gosto de hum suave pensamento
Me fez que seus effeitos escrevesse.

Porém temendo Amor que aviso désse
Minha escriptura a algum juizo isento,
Escureceo-me o engenho co'o tormento,
Para que seus enganos não dissesse.

Ó vós, que Amor obriga a ser sujeitos
Á diversas vontades! quando lerdes
N'hum breve livro casos tão diversos;

(Verdades puras são, e não defeitos)
Entendei que segundo o amor tiverdes,
Tereis o entendimento de meus versos.

Vá lá para a Livraria Classica[1] este soneto por ser uma especie de introducção do Auctor.

A. F. de Castilho — 30-8-66 —

Em-quanto quis fortuna que tivesse (Juromenha, II, pág. 1):

«Vá lá para livraria Clafsica este soneto por ser uma especie de introducção do auctor. A. F. de Castilho. 30-8-66.[1]

Eu cantarei de amor tão docemente (J., II, 2):

«Vá lá por favor isto para a Liv. Clafs. É mais por condescendencia com certos Cabelleiras do que por dictame da consciencia propria. A. F. C. 30-8-66.»

Com grandes esperanças já cantei (J., II, 2):

(Sublinhou Castilho o *está claro*, do 1.º verso do 1.º terceto, e ditou: *Clarissimo!*)
«Não presta para nada. 30-8-66.»

Despois que quis Amor que eu só passasse (J., II, 3):

«Não vá para a Liv. Class. 30-8-66.»

Em prisões baixas fui um tempo atado (J., II, 3):

«Se eu te entendesse... talvez gostasse. 30-8-66.»

Ilustre e digno ramo dos Meneses. (J., II, 4):

«Pouco vale. 30-8-66.»

[1] Quási escusado é dizer que na estampa dos comentários de Castilho se reproduz fielmente a grafia e pontuação do original.—*A. de C.*

No tempo que de amor viver soía (J., II, 4):

«Aproveite-se para a Liv. Clafs. 30-8-66.»

Amor, que o gesto humano na alma escreve (J., II, 5):

«Este Soneto podia sem vergonha figurar na Fenix Renascida. 30-8-66.»

Tanto de meu estado me acho incerto (J., II, 5):

«Vá lá para a Liv. Class. apezar do desfecho desconsoladão, e dos trocadilhos de mau gosto. 30-8-66,»

Transforma-se o amador na cousa amada (J., II, 6):

«Que methafysicadas!!! mas emfim, vá lá para a Liv. Class. por dar gosto a alguns avós de familia. 30-8-66.»

Passo por meus trabalhos tão isento (J., II, 6):

«Falço como um pataco macanjo. 30-8-66.»

Em flor vos arrancou, de então crescida (J., II, 7):

«Se fôr para a Liv. Clafs. será por favor. 30-8-66.»

Num jardim adornado de verdura: (J., II, 7):

«Tolice e calembour dos mais ridiculos. 31-8-66.»

Todo animal da calma repousava (J., II, 8):

« Nada val. 31-8-66. »

Busque Amor novas artes, novo engenho (J., II, 8):

« Vá lá este para a Liv. Class. por causa dos tercetos. 31-8-66. »

Quem vê, Senhora, claro e manifesto (J., II, 9):

« Alambicação; mas emfim, vá lá. 31-8-66. »

Quando da bela vista e doce riso (J., II, 9):

« Hiperbolico, mas ainda afsim não dos piores do Auctor. 31-8-66. »

Doces lembranças da passada gloria (J., II, 10):

« Vá lá para a Liv. Class. 31-8-66. »

Alma minha gentil, que te partiste (J., II, 10):

« Vá para a Liv. Class. apesar de que os dois ultimos versos me parecem bem pouco logicos. 31-8-66. »

Num bosque, que das Ninfas se habitava (J., II, 11):

« Ficção arcadica, mas não totalmente desgraciosa. Vá lá para a Liv. Class. que por ser toda de antigos muita coisa pior ha-de levar. 31-8-66. »

Os Reinos e os Impérios poderosos (J., II, 11):

« Deixemol-o de fóra e não se perde muito. 31-8-66. »

De vós me parto, ó vida, e em tal mudança (J., II, 12):

« Methafysicada; mas emfim toleremol-o. 31-8-66. »

Cara minha inimiga, em cuja mão (J., II, 12):

« Vá lá para a Liv. Class. sem embargo de não ser optimo. 31-8-66. »

Aquela triste e leda madrugada (J., II, 13):

« Os tercetos não valem os quartetos, e o total vale pouco. 31-8-66. »

Se quando vos perdi, minha esperança (J., II, 13):

« E o seu lugar commum predileto. Para hoje semsaboria insofrivel. 31-8-66. »

Em formosa Leteia se confia (J.. II, 14):

« Vai bujiar. Que parvoice tão reverendassa!! 31-8-66. »

Males, que contra mim vos conjurastes (J., II, 14):

« Que argucias tão escusadas! e que mal empregado o tempo e as diligencias que se gastam para as entender! 31-8-66. »

Está-se a Primavera trasladando (J., II, 15):

« Muito bom para a Fenix Renascida. 31-8-66. »

Sete anos de pastor Jacob servia (J., II, 15):

« Vá lá para a Liv. Class. 31-8-66. »

Está o lascivo e doce passarinho (J., II, 16):

« Vá para a Liv. Class. 31-8-66. »

Pede o desejo, Dama que vos veja (J., II, 16):

« O Apocalipse a par d'isto é um exemplar de clareza. 31-8-66. »

Porque quereis, Senhora, que ofereça (J., II, 17):

« O madrigal dos dois ultimos versos não é ainda assim chave de todo má para um soneto; mas ainda apesar delle o soneto não presta para um Florilegio. 31-8-66. »

Se tanta pêna tenho merecida (J., II, 17):

« Outra vida. 31-8-66. »

Quando o sol encoberto vai mostrando (J., II, 18):

« Vá lá para a Liv. Class. ainda que não entendo bem o primeiro quarteto. 31-8-66. »

Um mover de olhos brando e piedoso (J., II, 18):

« Vá para a Liv. Class. 31-8-66. »

Tomou-me vossa vista soberana (J., II, 19):

« Jaculatoriasinha assaz desenxabida, mas emfim, se a quizerem pôr na Liv. Class. ponham-na, pois coisa completamente boa dificultosa coisa seria encontral-a nesta Feira da Ladra de Sonetos. 31-8-66. »

Não passes, caminhante. Quem me chama? (J., II, 19):

« Não engraço com elle pouco nem muito. Se é boa pinga não é para o meu paladar. No seu tempo [1] lh'o tivesse applaudido. 31-8-66. »

Formosos olhos, que na idade nossa (J., II, 20):

« Se eu entendesse bem, talvez gostaria. 31-8-66. »

O fogo que na branda cera ardia (J., II, 20):

« Tiradinho da moela da *Fenix Renascida*. 31-8-66. »

Alegres campos, verdes arvoredos (J., II, 21):

« Vá lá m.to embora para a Liv. Class. 31-8-66. »

[1] Parece faltar depois de *tempo* a palavra *talvez*. — *A. de C.*

Quantas vezes do fuso se esquecia (J., II, 21):

«Pois deixal-o ir tambem para a Liv. Class. ainda que a chave que havia de ser de oiro em verdade não é senão de chumbo doirado. 31-8-66.»

Lindo e subtil trançado, que ficaste (J., II, 22):

«Vá lá co'os diabos para a Liv. Class.! 31-8-66.»

O cisne quando sente ser chegada (J., II, 22):

«Emfim vá tambem para à Liv. Class. apezar da tolice de acabar com um verso estrangeiro. 31-8-66.»

Por os raros extremos que mostrou (J., II, 23):

«Fenixinha, com cara de pato. E a isto se chamava ser discreto; e por isto se inthusiasmam ainda hoje quatro beatos tontos das muzas classicas. Fóra cacheticos! 31-8-66.»

Tomava Daliana por vingança (J., II, 23):

«Sofra-se na Liv. Clafs. O pensamento é bom; a redacção nem por ifso. 31-8-66.»

Grão tempo há já que soube da Ventura (J., II, 24):

«Se o entendo, não gosto. Se o não entendo gosto ainda menos. 31-8-66.»

Se sómente hora alguma em voz piedade (J., II, 24):

« Argucia futil. 31-8-66. »

Oh como se me alonga de ano em ano (J., II, 25):

« Não é feiosinho se bem que redigido com a uzual escuridade. Consinta-se na Liv. Class. já que ao auctor se não póde pedir melhor. 31-8-66. »

Já é tempo, já, que minha confiança (J., II, 25):

« Argumentaria chocha. É constantemente a enginhoca posta no logar do afecto. 1-9-66. »

Amor, com a esperança já perdida (J., II, 26):

« Cuidou este soneto nascer para alguma coisa, e parou em coisa nenhuma. 1-9-66. »

Apolo e as nove Musas, descantando (J., II, 26):

« Deixemo-nos disso. 1-9-66. »

Lembranças saüdosas, se cuidais (J., II, 27):

« Tramoia. 1-9-66. »

Apartava-se Nise de Montano (J., II, 27):

« Vá para a Liv. Class. — pois é claro e tem afecto. Porque os não havia elle de fazer sempre assim? Porque era a moda

do tempo responderão. Seriam logo bons para o seu tempo como são detestaveis para este nofso. E querem-nos imbutir coisas destas para exemplares! 1-9-66.»

Quando vejo que meu destino ordena (J., II, 28):

«Não sei se é charada, se enigma. Olho para dentro deste soneto como quem olha para um poço fundo. 1-9-66.»

Depois de tantos dias mal gastados (J., II, 28):

«Vá lá para a Liv. Class. 1-9-66.»

Náiades, vós que os rios habitais (J., II, 29):

«Valha-nos Deus subtilezas arcadicas! que bem que fez o tempo em vos enterrar. 1-9-66.»

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades (J., II, 29):

«Emfim, vá lá tambem para a Liv. Class. visto que não ha remedio senão encher-lhe as paginas. 1-9-66.»

Se as pênas com que Amor tão mal me trata (J., II, 30):

«Sim. Quando ella fòr carcaça, tu has-de ser muito moço, mas emfim apezar da tolice vá lá para a Liv. Class. 1-9-66.»

Quem jaz no grão sepulcro, que descreve (J., II, 30):

«Mal redigido para hoje, mas não despiciendo para aquelles tempos. Entre nas boas ou más horas para a Liv. Class. 1-9-66.»

Quem pode livre ser, gentil Senhora (J., II, 31):

« Cheira muito a Fenix. Eu na minha alfandega não o despacho. 1-9-66. »

Como fizeste, ó Porcia, tal ferida? (J., II, 31):

« Tolice! 1-9-66. »

De tão divino acento em voz homana (J., II, 32):

« Deixemol-o que não é bom mecher em defuntos. 1-9-66. »

Debaixo desta pedra está metido (J., II, 32):

« Não se vê boia neste soneto, tanta é a cerração do estyllo por não dizer alguma coisa ainda pior. 4-9-66. »

Que vençais no Oriente tantos Reis (J., II, 33):

« Pelo ultimo pensamento não desmereceria ir para a Liv. Class.; mas no demais a redação é tão inculta que entendo deverá ficar de fóra. 4-9-66. »

Vossos olhos, Senhora, que competem (J., II, 33):

« Chocho. 4-9-66. »

Formosura do Céu a nós descida (J., II, 34):

« Encarecimento dos trivialissimos no poeta, e em todos os seus contemporaneos. Deixemol-o de fóra. 4-9-66. »

Pois meus olhos não cansam de chorar (J., II, 34):

« Patranhada! Coisa de todo chilra para hoje. 4-9-66. »

Dai-me uma lei, Senhora, de querer-vos (J., II, 35):

« Alambicação freiratica. 4-9-66. »

Ferido sem ter cura perecia (J., II, 35):

« É estrambotico, mas como por aqui não ha melhor vá lá para a Liv. Clafs. 4-9-66. »

Na metade do Céu subido ardia (J., II, 36):

« Quer ser imitação da segunda egloga de Virgilio. Só por isso vá lá para a Liv. Class. 4-9-66. »

Já a rôxa e branca Aurora destoucava (J., II, 36):

« Chochice. 4-9-66. »

Quando de minhas mágoas a comprida (J., II, 37):

« Vá lá, vá lá para a Liv. Class. apezar dos ses e dos mas. 4-9-66. »

Suspiros inflamados que cantais (J., II, 37):

« Tolere-se. 4-9-66. »

Aquela fera humana que enriquece (J., II, 38):

« Patacoada. 4-9-66. »

Ditoso seja aquele que sòmente (J., II, 38):

« Hei-de gostar quando entender. 4-9-66. »

Quem fôsse acompanhando juntamente (J., II, 39):

« Frioleira. Soneto fechado com chave de pechisbeque. 4-9-66. »

O culto divinal se celebrava (J., II, 39):

« Vá lá este por tolerancia para a Liv. Class. ainda que lhe não faltam mataduras; mas onde os tem elle que sejam escorreitos. 4-9-66. »

Leda serenidade deleitosa (J., II, 40):

« E' o seu logar commum ou commua. Parce sepultis. 4-9-66. »

Bem sei, Amor, que é certo o que receio (J., II, 40):

« Epigramma ridiculo. 4-9-66. »

Como quando do mar tempestuoso (J., II, 41):

« Que amores tão frios. 4-9-66. »

Amor é um fogo que arde sem se ver (J., II, 41):

« Apesar das redundancias e das falsidades manifestas vá lá com 14 diabos este Soneto para a Liv. Class. visto haver ahi mil e quinhentos Juromenhas que o adoram. 4-9-66. »

Se pêna por amar-vos se merece (J., II, 42):

« Puerilidade. 6-9-66. »

Que levas, cruel morte? Um claro día (J., II, 42):

« E' notavel como em se tractando de alguem que morreo ou que foi enterrado já vem a forma de dialogo e quazi sempre bem indiscretamente. O soneto nada val no meu conceito. Este soneto foi feito á morte da infanta D. Maria, f.ª de D. Manoel, acontecida na madrugada de 10 de Outubro de 1577. 6-9-66. »

Ondados fios de ouro reluzente (J., II, 43):

« Vá lá para a Liv. Class. dado não tenha senão quasi repetições dos seus dizeres costumados e com que já se conta antes de começar a ler. 6-9-66. »

Foi já num tempo doce cousa amar (J., II, 43):

« Chouchice! 6-9-66. »

Dos antigos Ilustres, que deixaram (J., II, 44):

« Despenso. 6-9-66. »

Conversação domestica afeiçoa (J., II, 44):

« Se isto é grande poesia tambem eu sou Mahometano, e o Sultão de Constantinopla catholico. Isto é que é *fallar verdade pura e com a mão metida na consciencia.* 6-9-66. »

Esfôrço grande, igual ao pensamento (J., II, 45):

« Pouco vale e não lhe faltam aleijões 7-9-66. »

No mundo quis o tempo que se achasse (J., II, 45):

« Choucho. 7-9-66. »

A perfeição, a graça, o doce jeito (J., II, 46):

« Choucho. 7-9-66. »

Vós, que de olhos suaves e serenos (J., II, 46):

« Methafysica rabujenta. 7-9-66. »

Que poderei do mundo já querer (J., II, 47):

« E enigma, mas eu é que lhe não desato o nó. 7-9-66. »

Pensamentos, que agora novamente (J., II. 47):

« Enxadrez de palavras sem sombra de conceito que valha. 7-9-66. »

Se tomo a minha pena em penitência (J., II, 48):

« Tolice sem mistura. 7-9-66. »

Aquela que, de pura castidade (J., II, 48):

« A morte de Lucrecia, nunca foi tão relamboriamente cantada. 7-9-66. »

Os vestidos Elisa revolvia (J., II, 49):

« Quiz ser bom soneto, mas arrependeu-se ainda a tempo. 7-9-66. »

Oh quão caro me custa o entender-te (J., II, 49):

« Da alambicação methafysica ficou este caput mortuum. 7-9-66. »

Se despois de esperança tão perdida (J., II, 50):

« Falso como Judas e tolo como os que o são. 7-9-66. »

O raio cristalino se estendia (J., II, 50):

« Emfim vá lá para a Liv. Class. visto que não ha remedio senão encher aquelle enxergão. 7-9-66. »

No mundo poucos anos e cansados (J., II, 51):

« Pouco vale. 7-9-66. »

Vós, que escutais em Rimas derramado (J., II, 51):

« Não vale a pena de o estudar. 8-9-66. »

De amor escrevo, de amor trato e vivo (J., II, 52):

« Outra vida. 8-9-66. »

Se da célebre Laura a formosura (J., II, 52):

« E com estas patacoadas cuidavam pintar o amor. Enforcado seja eu se a Natercia se comoveo com semelhante Soneto e até se pescou delle a minima ideia. 8-9-66. »

Êsses cabelos louros e escolhidos (J., II, 53):

« Grandes presumpções de subtil para inculcar que sentia o que era impossivel que sentisse quem assim fallava. 8-9-66. »

Quem pudera julgar de vós, Senhora (J., II, 53):

« O diabo leve a escola dos conceitistas italianos que assim se propagou como a herva ruim. E querem que nos extasiemos diante destas palermices! Fóra tolos! 8-9-66. »

Quem, Senhora, presume de louvar-vos (J., II, 54):

« Se estivesse jogando o pião no tempo em que rabiscou isto, fazia muito melhor. 8-9-66. »

Moradoras gentis e delicadas (J., II, 54):

« Bola de sabão: furta cores e vacuidade. Mal se apagou só resta um cuspinho. 8-9-66. »

Brandas águas do Tejo que, passando (J., II, 55):

«Pois vá lá para a Liv. Class. ainda que poucos poetas hoje quereriam este soneto para seu. 11-9-66.»

Novos casos de Amor, novos enganos (J., II, 55);

«Velharia semsabor! 11-9-66.»

Onde porei meus olhos que não veja (J., II, 56):

«Bolas!!! 11-9-66.»

Já do Mondego as águas aparecem (J., II, 56)
A meus olhos, não meus, antes alheios,
Que de outras diferentes vindo cheios,
Na sua branda vista ainda mais crecem.

«(¿) Que é da grammatica deste quarteto (?) Argucias e pouco mais ou nada. 11-9-66.» [1]

¿Que doudo pensamento é o que sigo? (J., II, 57):

«Se fosse mais claro a partes não seria mau; assim mesmo vá lá para a Liv. 11-9-66.»

Um firme coração pôsto em ventura (J., II, 57)
. . . .

[1] A última frase é o comentário geral do soneto, ao passo que a primeira se refere em especial à primeira quadra, que por isso dou na íntegra. — *A. de C.*

Ando buscando causa que desculpe
Crueza tão estranha; porém quanto
Nisso trabalho mais, mais mal me trata. [1]

« Trata, ou trataes? que diabo de grammatica é esta? Se a pêga papa a fava, porque não papa a fava a pêga? 11-9-66. »

58

CXIV

Ar, que de meus suspiros vejo cheio;
Terra, cansada ja com meu tormento;
Agua, que com mil lagrimas sustento;
Fogo, que mais accendo no meu seio;

Em paz estais em mim; e assi o creio.
Sem esse ser o vosso proprio intento;
Pois em dôr onde falta o soffrimento,
A vida se sostem por vosso meio.

Ai imiga Fortuna! ai vingativo
Amor! a que discursos por vós venho,
Sem nunca vos mover com minha mágoa!

Se me quereis matar, para que vivo?
E como vivo, se contrarios tenho
Fogo, Fortuna, Amor, Ar, Terra e Ágoa?

CXV

Ja claro vejo bem, ja bem conheço
Quanto augmentando vou o meu tormento;

[1] Êste é o primeiro terceto, que se transcreve integralmente porque a primeira frase do comentário se lhe refere em especial. A segunda é a crítica de Castilho a todo o soneto. — *A. de C.*

Ar, que de meus suspiros vejo cheio (J., II, 58) [1]

Já claro vejo bem, já bem conheço (J., II, 58):

« Encarecimentos semsaborões! Demonstração de sabença para parvos. 11-9-66. »

(ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO).

[1] As anotações de Castilho a êste soneto estão fac-similadas na última das estampas que acompanham o presente artigo. — *A. de C.*

UM AUTÓGRAFO DE CAMÕES?

O documento que esta gravura reproduz andou nos arquivos da casa de Monsanto, que depois se uniu com a dos marqueses de Niza. No cartório da casa de Niza o achou o sr. Jordão de Freitas. Contém duas linhas de letra de pessoa culta dos fins do século XVI: por êsse lado, nada impede de acreditar que fôsse escrito por Camões, como afirma a nótula que mão desconhecida lhe lançou. Julgamos interessante arquivá-lo neste fascículo da nossa Revista, pensando na possibilidade de um achado futuro vir a confirmar a asseveração.

Sº

foi sempre de V. M.ce tão estimada a [illegible] da [illegible] a coriosidade q foi esta a causa de tomar atrevim.to a largar tomar algũas horas do estudo

Do punho de Luis de Camões
1579

As relações de Camões com os senhores de Cascais estão documentadas na conhecida quadra:

Cinco galinhas e meia
deve o senhor de Cascais;
e a meia vinha cheia
de apetite para mais.

Devemos os maiores agradecimentos ao Sr. José de Almada e a sua Excelentíssima espôsa, a Senhora Dona Isabel Teles da Gama Almada, por nos haverem facultado a reprodução do manuscrito, bem como a Sua Excelência o Ministro da Alemanha, Dr. E. A. Voretzsch, que o mandou fotografar para a LVSITANIA.

«BRANCAS FLORES»

Os Lusíadas, *Canto III, 132*

NÃO faz muito tempo, ao meu eminente mestre, o insigne camonista Dr. José Maria Rodrigues, propus, a respeito de um passo d'*Os Lusíadas*, uma interpretação, que podia ser indiscreta ou indecorosa, conquanto me pareça exacta. Talvez a benevolência com que fui recebido seja a causa desta outra, para a qual lhe peço igualmente vénia e indulgência.

Depois dos «roxos lírios» (237), há umas «brancas flores»:

> *Tais contra Inês os brutos matadores*
> *No colo de alabastro que sustinha*
> *As obras com que Amor matou de amores*
> *Áquele que despois a fez Rainha,*
> *As espadas banhando e as brancas flores*
> *Que ela dos olhos seus regados tinha,*
> *Se encarniçavam, férvidos, irosos,*
> *No futuro castigo não cuidosos* (3.132).

Faria e Sousa, primeiro, pôs dúvida *si las flores son de la tierra si las del rostro, blancas agora todas por aver acudido la sangre al coraçon con el miedo de la muerte.* Dois tradutores, Arand y San Juan em castelhano, e Mickle em inglês, tomaram um partido; o Dr. J. M. Rodrigues, que os cita, tomou o outro: «Não pode, porém, haver dúvida de que o poeta, com as *brancas flores*, quis designar as faces da bela Inês». Cita, por prova, textos de Camões, em que já as faces, já a côr da pele, são comparadas a flores (3.034, 4.42, 9.61; Sonetos 45 e 58, Égloga 2.ª). Atenda-se, porém, sem ir adiante: ao rosto sempre compara as rosas: *sêcas do rosto as rosas* (3-134), *a fresca rosa bela, qual reluze nas*

faces da donzela (961), *das rosas que o seu rosto debuxava* (soneto 45), *secar as frescas rosas* (soneto 58), *o teu rosto d'ouro e rosas composto e claridade* (Égloga 2.ª). É exacto que as há, rosas brancas, mas, quando se o não declara, as rosas são rosas.

Isto viria menos mal, se não fôsse um daqueles versos:

As espadas banhando e as brancas flores,

isto é, as espadas que feriam o colo de alabastro de Inês, banhavam-se em seu sangue, como se banhavam as brancas flores «do seu rosto»... Impossível então que essas brancas flores sejam as da face: «como é que estas últimas podiam ser banhadas, no colo?» pregunta o sábio comentador. E, para resolver a dificuldade, socorre-se de uma complicação gramatical: «A meu ver estamos em presença de uma transposição, análoga à da estância 122, versos 5-7. A expressão *brancas flores* é complemento gramatical, não de *banhando*, mas de *sostinha* (verso 2.º)»

O próprio intérprete reconhece que não fica resolvido o caso: «Surge, porém, uma dificuldade. As *obras*, do verso 3.º, abrangem evidentemente as *brancas flores*, as faces, do verso 5.º ¿ Como é que o poeta podia, pois, dizer que o colo de alabastro sustinha o todo e a parte? Estou convencido que êle escreveu *olhos* e não *obras* e que a emenda foi feita por se supor que as *brancas flores* dependiam gramaticalmente de *banhando*, e por se julgar que era muito pouco dizer-se que o colo de alabastro sustinha apenas os olhos, sem fazer nenhuma referência a qualquer outra parte da cabeça».

Opinara Faria e Sousa que essas *obras* eram *la cabeça hermosa de Ines*. Epifânio Dias, que pensava do mesmo modo («parece-me ser esta a verdadeira interpretação») diz, — sem compostura, com a prevenção descabida e, às vezes, grosseira, que lhe inspiravam tôdas as lições do Dr. J. M. Rodrigues, — da emenda de *olhos* por *obras*: «como se o colo alabastrino da gentil princesa fôsse a salva com um par de olhos, com que se representa Santa Luzia!»

Tudo isto, deformações do texto do Poeta, complicação gra-

matical invocada, emenda a Camões ou ao seu revisor, inconveniência de crítico prevenido, por não admitirmos uma malícia, a mais, nos *Lusíadas* e lhe pormos a banda de uma castidade embaraçosa. Tudo a meu ver se aclara, translúcido, feliz, sem recorrer a nenhuma violência ao texto, ou à lógica, tomando as « *brancas flores* » e « *as obras com que amor matou de amores* » pelo que são, isto é, — estas, os seios de Inês, sustidos pelo colo de alabastro, — aquelas, a pele dêsses seios, ou dêsse colo, brancas flores « que ela dos olhos seus regadas tinha » pois que o pranto que escorre, das faces, nesse colo pode cair. A estrofe permanece tal qual, e intelegível, sem o menor esfôrço :

Tais contra Inês os brutos matadores
No colo de alabastro que sostinha
As obras com que amor matou de amores
Áquele que depois a fez rainha,
As espadas banhando e as brancas flores
Que ela dos olhos seus regadas tinha,
Se encarniçavam férvidos, irosos
No futuro castigo não cuidosos.

Convenho que parte da interpretação não é inteiramente nova, e que a outra parte, que o é, exige demonstração. Cita o sábio Dr. J. M. Rodrigues tradutores que consideraram as *brancas flores* as do colo de Inês : Eitner, o Conselheiro Viale, de Cool, o Conde de Cheste... Portanto, aí, não estarei só... e estamos com o próprio Poeta, a quem lembra sempre a rosa, para o rosto (3-134, 9-36, 9-61, sonetos 45 e 58, Égloga 2.ª), e o branco das flores ou da neve, para o colo, a cinta e quási todo o resto do corpo (2-36, 3-134, 3-142, 4-42, 9-36).

Mas *as obras*, identificadas aos seios, ou ao colo [1],

[1] O significado desta palavra sofreu um... desvio de direcção imposto talvez pelo decôro : chegou a ser cabeça (vd. em Quicherat citações de Lucano e Stacio), veio a ser pescoço (como permanece, em

complexivamente, não é assim caso tão fácil. Para Faria e Sousa, já vimos, como para Epifânio Dias, elas são « a cabeça » ; para de Cool e Mickle são « o rosto », « a face » ; para o Dr. J. M. Rodrigues, finalmente, trocam-se por « olhos ».

¿ Por que essa unanimidade, apenas em mais ou menos, o todo ou apenas parte ? Parece-me que obrigada pelo significado do verbo *suster :* o colo de alabastro sustinha as tais obras ; logo, estavam acima dêle, logo seriam, acima do pescoço, a cabeça, ou a face, ou os olhos...

¿ Mas quem disse que *suster* é apenas levantar ou manter, por baixo, ou de baixo ? Não era assim no latim, nem pode ser nas línguas românicas. Dizem os dicionaristas : *sustinere*, manter no ar, suspender (Freund, Quicherat); *soutenir*, impedir de cair (Littré) ; *suster*, segurar para que não caia (Morais, Figueiredo). Tanto uma coluna sustém um teto, como um teto sustém um lustre. Ovídio descreve árvores a susterem frutos, *sustinere poma ;* e Plínio, aves que mantêm

francês = *cou) :* « degolar », « decolação de S. João Bàtista », um colar ao pescoço » (2-95) etc ;

> *Os braços pelo colo lhe lançou* (1-82)
> *A corda ao colo, nu de seda e pano* (8-14)

desceu ao peito : « criança de colo » ; « colo farto de pomba » é de Eça de Queirós,

> *Os crespos fios de ouro se esparziam*
> *Pelo colo que a neve escurecia* (2-36)
> *Na face a beija e abraça o colo puro* (2-42)

e, ainda mais, ao regaço, terna e materna acepção, íntima e doméstica : « sentar no colo, deitar no colo », como bem pode ser neste passo

> *Consigo traz o filho, belo infante*
> *No colo o toma a bela Panopéa* (6-23)

O mesmo desvio não se deu com *petrina*, derivado de *poitrine*, isto é, peito, agora e aqui cinto, cintura ?

> *Da alva petrina flamas lhe saiam* (2-36)

pedrinhas com as patas, *sustinentes pede lapillum.* É de Herculano: « custou-lhe a suster uma lágrima». Se Racine diz, na *Esther: « Mes filles, soutenez votre reine éperdue »*, Heitor Pinto dá a razão disso: « Soster, os que vão para cair». Se Voltaire diz, por César: « *aucun ne me soutien au bord de cet abîme* », Routroux dá o recurso, empregando a palavra com os dois sentidos, de cima e de baixo: « *Un Dieu te soutiendra, si tu soutiens ta foi* ».

Há ainda um terceiro sentido: nem de cima, nem de baixo, mantido no ar, sem se alçar, nem cair. É de Ovídio também, *avis se sustinet alis*, a ave sustém-se nas àsas, (voando); é de Pascal: *(L'homme) se considerant soutenu... entre deux abîmes, de l'infini et du néant...*

Camões, nos *Lusíadas*, empregou a palavra nessas três acepções. Nesta última:

> *Que nas asas da fama se sostenha* (10-19)
> *Uniforme, perfeito, em si sustido,*
> *Qual em fim o arquetípo que o criou* (10-79).

Na primeira, « sustentar », por baixo:

> *Vendo que se sustém nas águas tanto* (6-74).

Também, a meu ver, na outra, « suspender », de cima:

> *No colo de alabastro que sustinha*
> *As obras com que amor matou de amores* (3.132).

Quando sábios discutem, nunca será descabido invocar o sábio mestre das línguas, o Povo: a um íntimo e mimoso vestuário feminino, que se suspende aos ombros, e ampara os seios, e os impede de cairem demais, pelo próprio pêso, chama-se universalmente *soutien-gorge*...

Além desta razão, filológica ou lingüística, de minha interpretação, tenho ainda outra, decisiva, histórica e artística, que *as obras com que amor matou de amores*, de Inês a D. Pedro, eram as de seu colo alabastrino, os seus seios... Pu-

dera ser a cabeça, a face, ou os olhos, sim; mas atenda-se: na beleza de Inês alguma coisa dominava isso tudo, e os contemporâneos, que a viram e admiraram, chamaram-lhe, *Colo de garça*... Foi o que os impressionou. Os artistas que esculpiram os túmulos de Alcobaça, mandados fazer pelo próprio Pedro, o Cru, multiplicaram, na Rosácea do Rei, as figurinhas da mártir de amor: em tôdas estas, « Inês nos aparece de busto em geminados seios » (Afonso Lopes Vieira, *Em demanda do Graal*, p. 71, cf. Vieira Natividade — *Inês de Castro e Pedro Cru*). ¿Por que, pois, êsses seios, que impressionaram a escultores, que ao povo fêz chamar-lhe, a ela: *Colo de garça*, não serão êles também para o Poeta:

As obras com que amor matou de amores
Áquele que depois a fez rainha?

Se o Poeta não quis, neste passo, ser explícito, como fizera com Vénus (2-36), foi que a piedade trágica o obrigou a uma compostura que trouxe a perífrase.

Minha interpretação não encontra, pois, objecções, nem lingüísticas, nem históricas ou literárias.

Permita-me o meu sábio mestre, em-quanto espero a sua irrevogável lição, que me castigue e edifique, que o invoque: « Por várias maneiras se tem procurado resolver ou escapar a esta dificuldade, mas sempre à custa do texto».

Desta vez, o texto se basta, e nos basta: é o maior mérito da minha interpretação. Fio que não é pequeno.

AFRÂNIO PEIXOTO
Da Academia Brasileira,
da Academia das Sciências de Lisboa

EL-REI D. SEBASTIÃO

AOS SETE ANOS. GRAVURA DE COCK

(Exemplar da colecção do Conde de Penha Longa)

EL-REI D. SEBASTIÃO

AOS ONZE ANOS, PINTURA PORTUGUESA DE CRISTÓVÃO DE MORAIS

(NAS «DESCALZAS REALES», DE MADRID)

RETRATO DE D. SEBASTIÃO

AOS 7 ANOS, GRAVURA DE H. COOK, SEGUNDO UM ORIGINAL DE CRISTÓVÃO DE MORAIS?

Além dêste exemplar, em perfeito estado de conservação, que fêz parte da colecção do Sr. Conde de Penha Longa, só temos conhecimento de um outro na antiga colecção de Diogo Barbosa Machado, do Rio de Janeiro. Êste está, porém, muito mutilado, não se vendo sequer o nome do gravador, motivo porque no catálogo é dado como obra de um anónimo. O exemplar que publicamos, datado de 1561, veio agora revelar-nos o nome do seu autor. Cook, gravador e editor de Antuérpia, que viveu de 1510 a 1579 e publicou tôda a obra de Breughel o velho, é um bom artista, profundamente realista e que se impõe pela sua correcção e pelo absoluto escrúpulo com que sempre realiza.

J. DE F.

RETRATO DE D. SEBASTIÃO

DATADO DE 1565 ANOS. PINTURA DE CRISTÓVÃO DE MORAIS, NAS DESCALZAS REALES DE MADRID ($1,^m58 \times 1^m$)

Foi êste retrato que em 1911 nos permitiu a identificação do que, por oferta do Sr. Conde da Penha Longa, está hoje no Museu de Arte Artiga. Mandado de-certo para as Descalzas Reales de Madrid, onde ainda se conserva, pela Rainha D. Catarina que, em 1557, mandara já um outro, e êsse obra de Sanches Coelho, à Princesa D. Joana, êste retrato saíu de ali para a «Exposicion Nacional de Retratos», realizada em Madrid, em 1902, onde foi dado a Cristóbal de Morales. O ilustre historiador de arte D. Elias Tormo, ainda em 1917, no seu valiosíssimo livro: «En las Descalzas Reales», julga provável que Cristóvão de Morais seja o pintor espanhol Cristóbal de Morales. Desde 1911 que consideramos esta pintura como portuguesa e hoje o caso está definitivamente resolvido como o está também o de Sanches Coelho. A obra de Cristóvão de Morais, um dos últimos elos da corrente que tem uma tão alta afirmação em Nuno Gonçalves e Cristóvão de Figueiredo, continua por forma tão superiormente bela.

J. DE F.

ESTUDOS SÔBRE AS LEITURAS FILOSÓFICAS DE CAMÕES

A cultura filosófica de Camões não encontrou ainda quem a estudasse com a extensão e segurança de método que o assunto exige[1] e a camonologia impõe, mercê dos trabalhos de Storck e dos prof. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, José Maria Rodrigues e Luciano Pereira da Silva — não devendo esquecer-se pela elevada intenção, comovida simpatia e alguns resultados felizes a obra de Teófilo Braga. Sob dois aspectos, ìntimamente ligados, se deve fazer êsse estudo: assimilação e elaboração pessoal. Como assimilação, é o problema das leituras filosóficas, isto é, das fontes filosóficas da cultura camoniana, que o crítico deve investigar. Neste ponto de vista, há nos *Lusíadas* e, sobretudo, na *Lírica* referências a doutrinas filosóficas, na sua maioria helénicas, que reclamam um estudo atento e cuja coordenação, judiciosamente feita, permitirá avaliar a extensão dos conhecimentos histórico-filosóficos de Camões. Independentemente dêste interêsse, que em si já é apreciável, esta avaliação impõe-se também como condição necessária do estudo e crítica da concepção do mundo e da vida, que informou a substância de alguns juízos de valor que o Poeta deixou esparsos na sua obra, quando a não exprimiu em conceitos, ricos de conteúdo doutrinal. Camões não teve, como Antero, uma tendência metafísica, nem o seu espírito se debateu num conflito de ideas, que lhe impusesse a

[1] Conhecemos apenas das citações de Storck e José do Canto (*Collecção Camoneana de...*, Lisboa, 1895, n.º 1110) o livro de Herm. Suttner — *Camoens, ein philosophischer Dichter. Dargestellt nach seinem Lusiaden*. Wien. 1870.

necessidade intelectual de racionalizar o real, ou duma idealização pessoal, consistente e coerente, da vida; mas nem por isso deixamos de encontrar na sua obra a expressão duma cultura filosófica e duma intuição da vida, já humana, já colectiva, sobretudo da Pátria. O alto espírito que escreveu algumas estâncias dos *Lusíadas*, as eternas redondilhas — *Sôbolos rios que vão* — e alguns sonetos, poderia ter escrito poesias filosóficas; mas o seu temperamento, impenitente e ardorosamente amoroso, não lhas ditou e o seu estro preferiu cantar as glórias da Pátria e as torturas e anseios dum coração amante de mulheres, que só poèticamente eram raios da formosura divina. Por isso não devemos pedir à obra de Camões o que ela não tem; mas no que encerra, há matéria suficiente para compensar os esforços de erudição e sagacidade crítica, que o estudioso dispenderá numa sucessão prolongada de dúvidas, de par que brilham facetas novas do seu génio e pela sua integração na cultura portuguesa coeva se verificará, uma vez mais, ser em tudo o nosso Poeta nacional.

Querer surpreender a fonte de ideas, quando pela sua difusão se tornaram acessíveis, é sempre difícil, colocando-se não raro o crítico, no dizer dêsse subtil e feiticeiro erudito que foi Renan, na situação ridícula de «*vouloir retrouver la trace du ruisseau quand'il s'est perdu dans la prairie*». Mas a esta dificuldade acrescem outras, bem mais graves: a não fixação do texto camoniano e as incertezas da cronologia da obra lírica.

Ao menos pragmàticamente, o investigador da cultura filosófica de Camões carece de construir um sistema sôbre êstes assuntos, que dê uma satisfação às necessidades racionais da crítica e da formação e ordenação lógica das ideas do Poeta. E talvez pedir o impossível; ¿mas poderá alguém esclarecer a verdadeira filosofia de Platão? Cada século, a bem dizer, conheceu a sua interpretação do platonismo e os sistemas sôbre a autenticidade e cronologia dos diálogos do «divino» sucedem-se numa certeza cada vez maior dos erros dos antepassados e numa dúvida cada vez mais radicada dos juízos dos vindouros.

E no entanto o Platonismo há de atrair, numa eterna e sempre moça sedução, a inteligência humana, assim como a obra de Camões despertará o sentimento pátrio, emquanto houver um

coração português e constituïrá o ideário nacional, emquanto se falar a nossa língua.

Os três estudos que seguem constituem um ensaio de método e as nossas primeiras tentativas camonianas. São, talvez, discutíveis, e não nos sofre o ânimo de o serem. Sofre, sim, pelo sacrilégio cometido de descarnar obras-primas, considerando-as friamente como factos e descurando o que fêz e fará o eterno encanto de Camões: a elevação do seu patriotismo e a beleza dos seus versos.

I — *A TEORIA DE AVERRÓIS SÔBRE A MATÉRIA PRIMEIRA EM CAMÕES*

Na *Elegia* XI, sôbre «A Paixam de Christo N. Senhor», pela primeira vez publicada em 1616, (*Rimas*, 2. p.) há uma passagem que, a-pesar-de ter sido já posta em relêvo [1], ainda não foi atentamente examinada como merece, pela cultura filosófica que revela, e hipóteses que suscita. É a seguinte:

> *Olha aquele Deus alto e incriado,*
> *Senhor das cousas todas, que fundou*
> *O céu, a terra, o fogo, o mar irado;*
> Não do confuso caos, como cuidou
> *A falsa teologia, e* povo escuro,
> Que nesta só verdade tanto errou;
> *Não dos átomos leves d'Epicuro,*
> *Não do fundo Oceano, como Tales,*
> *Mas só do pensamento casto e puro.*

A autenticidade desta Elegia nunca foi posta em dúvida [2]; não assim, porém, a sua originalidade. Faria e Sousa, no ora delirante, ora razoado, e sempre massorético comentário às

[1] V. p. ex. T. Braga — *Camões, a obra lírica e épica.* (Pôrto, 1919), p. 31.

[2] V. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos — *O cancioneiro do padre Pedro Ribeiro,* Coimbra, 1924, p. 122.

Rimas, apresentou-a como «traduzida en parte» da *De morte Christi Domini lamentatio ad mortales*, de Sannazaro; e o erudito Severim de Faria, para acrescentar algo, não teve pejo em escrever, com incrível leviandade, que era uma tradução, embora «elegante» [1]. Os críticos modernos reconhecendo a fonte indicada por Faria e Sousa, opõem algumas restrições. Assim Storck e Edgar Prestage. O insigne camonista alemão, conquanto afirme que «Iene «*lamentatio*» und ausserdem Sannazzars «*Lamentazione sopra il corpo del Redentor del mondo*» sind an einigen Stellen mehr oder weniger wörtlich benutzt», reconhece, no entanto, que «ist dessungeachtet unsere Elegie nach Anlage and Durchführung durchaus selbständig.» [2]. E o ilustre prof. da Cadeira Camões da Universidade de Londres, porventura o mais recente editor da Elegia, levando mais longe êste conceito, não receia assegurar que esta «work is far from being a mere imitation» [3].

Sem querermos explanar èste assunto, que deve integrar-se no estudo geral da influência do poeta da *Arcádia* em Camões, pensamos que o sr. Prestage indicou a verdadeira solução; e pelo que respeita à originalidade da passagem transcrita, consideramo-la indubitável. O polihístor, que nesta Elegia comentou «lo que dize, no hallandolo en Sanazaro», reconhecera-a já; e o paralelo que fizemos [4] confirmou êste juízo. Se a crítica externa estabelece esta opinião, a crítica interna demonstra-a. Bastará para isso ter presente a est. 80 do canto X dos *Lusíadas:*

> *Ves aqui a grande* machina do mundo
> *Eterea, e elemental, que* fabricada
> Assi foy do saber alto, e profundo,
> Que he sem principio, e meta limitada.

[1] *Vida de Luis de Camões*, in-*Discursos varios politicos* (Évora, 1624), fls. 122 *r*.

[2] Luis' de Camoens *Buch der Elegien...* Paderborn, 1881, p. 303.

[3] *The Passion of Christ. Two Elegies of. L. d. C. reprinted to commemorate the fourth Centenary of his Birth.* Watford, 1924, p. 7.

[4] Segundo o texto da *Opera omnia...* Sannazarii, Paris. 1725. Não conseguimos ler a *Lamentazione* cit. por Storck.

Quem cerca em derredor este rotundo
Globo, e sua superficie tam limada,
He Deos, mas o que he Deos ninguẽ o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende. [1]

pois nestes dois lugares Camões afirma a criação do mundo por Deus.

Pela sua formação religiosa e filosófica, Camões não podia ter outra opinião; mas afirmando-a não o fêz em termos meramente religiosos, de fé popular, mas com a consciência de quem um dia estudou êste assunto de tão larga elaboração doutrinal na patrística, e na escolástica [2] das três religiões: cristã, judaica e maometana. Á primeira vista, na *Elegia*, a criação parece ser limitada aos quatro elementos — « o céu [ar], a terra, o fogo, o mar irado [água] » — que na concepção aristotélica, seguida pelo poeta [3], formam o mundo da geração e da corrupção; mas no pensamento de Camões a acção divina abrangeu todo o universo, como o prova aquela estância do *Lusíadas.*

Criado *ex-nihilo*, isto é, sem dependência duma matéria preexistente, o mundo teve um comêço no tempo,

Para se namorar do que criou
Te fez Deus, Sacra Fénix, Virgem Pura,
....
....
....
No seu alto conceito te formou
Primeiro que a primeira criatura.

(Soneto).

[1] Sôbre esta estância vid. o sábio e argutíssimo livro do Dr. Luciano Pereira da Silva — *Astronomia dos Lusiadas.* Coimbra. 1915. É sep. da *Rev. da Universidade de Coimbra.*

[2] Por escolástica entendemos, com *Masson Oursel,* a didáctica filosófica duma ortodoxia.

[3] *Lusíadas,* VI, 10, 11 e 12.

não possuindo anteriormente as criaturas nem essência, nem existência.

Para os escolásticos isto não significa que no pensamento divino «incriado» não houvesse o conhecimento de tôdas as cousas por criar e as ideas destas cousas. Assim, segundo S. Tomás de Aquino [1], estas ideas são eternas, existindo de tôda a eternidade na essência de Deus.

Afirmando a criação como resultante «*só* do pensamento casto e puro», o Poeta quis dizer que as ideas não eram exemplares absolutos exteriores a Deus, mas existiam no pensamento divino [2]. É ainda o Aquinatense quem desenvolve o mesmo conceito: «*Deus non intelligit res secundum ideam extra se existentem, et sic etiam Arist. improbat opinionem Platonis de ideis, secundum quod ponebat eas per se existentes, non in intellectu*». *(Sum. Theol.* 1.ª q. XV, art. 1).

Á expressão «pensamento casto e puro» atribuímos, pois, uma origem escolástica, embora esta seja de procedência augustiniana e, indirectamente, platónica, tornando-se de clara compreensão desde que se relacione com o conceito de

... Deus alto e incriado
Senhor das cousas todas, que fundou
....

Conhecendo segundo a sciência do tempo a máquina do mundo, como o Dr. Luciano Pereira da Silva na *Astronomia dos «Lusíadas»*, modêlo acabado dos estudos de cultura camoniana, demonstrou, o espírito de Camões elevou-se à

[1] *Summa Theologica*, 1.ª q. XV, art. 1, ad. tert.

[2] Na *Margarita Philosophica*, (ed. 1535), liv. IX, cap. II (*De origine, ratione, nomine et numero elementorum*), lê-se a p. 765: «Creator omnium deus gloriosus, volens res ab aeterno cognitas prodire in esse, earundem unam in principio materiam informem creavit: quam... Moses terram inanem et vacuam, abyssum et aquam: Anaxagoras vero chaos confusum appellat: ex quo (ut idem astruit) divino superveniente intellectu, quatuor prodiere elementa, quae omnium mixtorum... materialia sunt principia».

contemplação da causa de tôdas as causas, e com a serenidade espiritual dum Espinosa poderia dizer também que tudo considerara « *sub specie aeternitatis* ».

Numa obra inestimável para a história das ideas estéticas inscreveu Francisco de Holanda, na preceptiva cultural do pintor, uns períodos, que dir-se-iam, se a cronologia se não opusesse, um comentário à atitude do Poeta:

« Ha de [o pintor] saber cosmografia para as descrições da terra, do mar e saber como jaz lançada a grão maquina do mundo, rodeada da fermosa orla do oceano com tanta gentileza de praias e promontorios; ... e assi mesmo mais se erguendo do chão deve de entender não pouca parte de astrologia e dos movimentos e circolos da sphera celestrial, conhecendo a imensidade dos ceos, e quantos são, a grandeza do sol e como é pequena ante ele a lũa e a terra, e assi de todas as outras planetas e strellas, ou corpos celestes. E alguma vez lhe comprirá em toda a vida passar adiante acima do decimo e impirio ceo, e com Dyonisio Ariopagita contemplar em casto spirito os nove coros dos angelicos spritos e enteligencias té chegar ali onde ardendo stão os serafins ante a primeira fonte e causa da pintura divina, que é o summo Deos, porque sem elle té esta altura chegar, nunca poderá chegar té esta Alteza nem será perfeito pintor d'alguma obra celestrial » [1].

Em face desta concepção, opondo-se-lhe ou limitando-a, Camões indicou outras teorias cosmogónicas, como que a sugerir-nos não ter sido apenas o dogma que lhe ditou aqueles versos, mas a crença religiosa robustecida pelo estudo. Essas teorias são:

1) Existência anterior do «confuso caos», defendida:
   a) — pela «falsa teologia»:

[1] *Da Pintura antiga*, ed. do sr. Joaquim de Vasconcelos (Pôrto, 1918), p. 85.

b) — pelo «povo escuro, que nesta só verdade tanto errou».

2) Atomismo: «átomos leves de Epicuro».

3) Hilozoísmo de Tales de Mileto, para quem a água é o princípio de tôdas as cousas: «Não do fundo Oceano, como Tales.»

A explicação do atomismo de Epicuro — e particularmente do seu conceito da divindade — e do hilozoísmo do fundador da escola iónica não oferecem dificuldades, embora exija graves leituras e delicadas hipóteses a determinação das fontes que o Poeta utilizou. O assunto impõe, de per si, uma nota; mas para o fim dêste estudo bastará apontar o que estas três concepções têm de comum: a pressuposição duma matéria eterna.

Camões não alude expressamente a êste pressuposto; mas como é óbvio tinha presente no espírito algumas doutrinas antitéticas da pura criação temporal *ex-nihilo*. De outra forma, ¿como explicar a referência ao «confuso caos» e, sobretudo, ao «povo escuro»?

Deixando para outro momento a interpretação do que o Poeta considerava «falsa teologia», onde nos parece ver uma alusão à teologia cristã, de tendências heréticas e de origem neo-platónica, atentemos na concepção do «*confuso caos*», defendida pelo «*povo escuro*»,

Que nesta só verdade tanto errou.

Foi Platão, no *Timeu*, quem assegurou à teoria do caos — diversidade confusa e móvel dos materiais sôbre os quais incide a operação do demiurgo — uma larga influência histórica, lido e interpretado como foi durante o período helenístico e a idade-média o comentário de Calcídio a êste diálogo. Na essência da sua teoria — embora todo o diálogo seja mítico entendemos que deve ser interpretado positivamente — o mundo teve começo temporal, mas a matéria-prima existia *ab-æterno*. É no fundo êste conceito que Ovídio exprime nos primeiros

versos das *Metamorfoses*, tão vernàculamente traduzidos por Castilho:

Antes do mar, da terra e ceu, que os cobre,
Um só aspecto a natureza tinha.
Este era o Caos; massa indigesta, rude,
Só peso inerte, e em confusão discorde
Sementes mil de mil contrárias cousas.
. . . .
Ar e Pélago e terra estavão mixtos;
As Aguas eram pois impermeaveis,
Os Ares negros, movediça a Terra;
Nada em seu próprio ser permanecia:
Isto áquilo se opunha: que n'um todo
Pugnavão frio e quente, húmido e seco,
Mole e duro, o que é leve, e o que é pesado.

Um Deus, outra mais alta natureza,
A' contínua discórdia emfim põe termo.
. . . .

Com alguns exegetas da «obra dos seis dias», a êste dualismo sucede o conceito de caos como matéria informe e preexistente à harmonia do mundo, mas criado por Deus *ex nihilo* [1].

Bastará, para o demonstrar, recorrer à *Margarita Philosophica* (ed. 1535, p. 693): *Informem et preiacentem materiam, quam Greci hylen, chaosque vocaverunt: Moses abyssum dicit.* Camões, porém, tinha do caos o conceito platónico e do poeta. Se assim não fôsse, tornava-se inexplicável a alusão à «*falsa teologia*».

A *teologia* é *falsa* precisamente por limitar o poder criador de Deus, restringindo-o à organização da máquina do

[1] Duhem — *Le systhème du monde. Hist. des doctrines cosmologiques de Platon à Copernic*, t. II (Paris, 1914), p. II, particularmente os cap. IV, V, VI e XI.

mundo e harmonia dos elementos. É ainda êste dualismo da falsa teologia que nos aparece entre os *erros* do *povo escuro.*

Como Petrarca, embora por motivos menos filosóficos, mas mais religiosos e patrióticos, Camões tinha uma visceral antipatia pelo

Torpe Ismaelita, que mistura
As leis, e com preceitos tão viciosos
Na terra estende a seita falsa e impura.

(*Elegia* XI).

Em tôda a sua obra acusa està animadversão pelos árabes, ora apelidando-os de *torpes*[1], ora chamando «grande curral»[2] à Mauritânia, ora invocando-os como «povo escuro» e «gente *baça*».

Olha as Arabias tres, que tanta terra
Tomão, tódas da gente *vaga e* baça.

Lus. X. 100.

¿Que *erros* dos árabes, isto é, do «povo escuro» tem em vista Camões? Faria e Sousa no comentário à Elegia XI não explicou êste verso, e o mesmo silêncio guardaram os intérpretes posteriores. Os grandes, pelo menos; porque se há alguma interpretação ou estudo integrado num livro ou perdido nas páginas duma revista ou periódico, tão bem se recatou que o não pudemos achar.

Relembrando, Camões opõe os *erros*, isto é, uma atitude intelectual, do *povo escuro*, à criação *ex nihilo*. Esta oposição, que se acompanha correlativamente dum aspecto positivo, — afirmação da eternidade da matéria — é na verdade própria

[1] *Lusíadas*, I, 8; IV, 49, 100 e VII, 5.
[2] Égloga 1.ª

do neo-platonismo árabe [1], que admitiu a criação *ab-æterno;* mas Averróis é que, sobretudo, a defendeu como uma interpretação da física aristotélica, e com tanta fortuna, que constituíu uma das características de averroísmo latino, abominado e discutido com vigor por cristãos e judeus, não lhe faltando no próprio Islam opositores como os « mutakallimûm » [2].

Neste longo debate filosófico-teológico, imposto pelo dogma e alimentado pela exegese do relato bíblico da criação, quando o não era pela própria satisfação pessoal de pensar, o estudioso do espírito humano colhe apenas um testemunho, de tolerante lição, do eterno dissídio « entre les formules dont se contente la foi populaire et celles que la science indépendante est amenée à se former » [3]. Mas o estudioso da cultura camoniana tem de o ter presente nas suas linhas gerais, particularmente no que respeita à teoria de Averróis, pois, em nosso entender, foi no *Comentador* que o Poeta directamente pensou.

Para Aristóteles *nihil ex nihilo oritur* e conseqüentemente é necessária a existência de alguma coisa donde promanem os fenómenos. Tudo o que devém deve ter um fundamento que permita a passagem dum estado a outro estado, dum contrário ao seu contrário, e persista nesta transição. Êste substracto, que persiste e estabelece a relação entre os contrários é a matéria, una, indeterminada e indistinta — a matéria-primeira, da qual, pela forma, resulta a matéria-segunda [4].

[1] V. especialmente Duhem — *Le systhème du monde. Histoire des doctrines cosmologiques de Platon à Copernic.* T. IV (Paris. 1916), p. III, cap. I-III. A conclusão aduzida acima, a p. 474.

[2] V. Mandonnet — *Siger de Brabant et l'averroïsme latin au XIII.º* s. Fribourg. 1899, e Asin Palacios — *Algazel, dogmática, moral, ascética.* Zaragoza. 1901 (p. 62 e seg. especialmente).

[3] Renan, *Averroès et l'averroïsme. Essai historique.* Paris. (1866) p. 107.

[4] Dos vários textos do Estagirita relativos ao conceito de matéria-primeira *(Physica, De generatione et corruptione, De anima)* utilizamos a *Metaphysica*, liv. XII, 2., que, além de fundamental, deu ensejo, talvez, a Camões conhecer a interpretação de Averróis. O leitor curioso encontra, p. ex. em Mansion — *Introduction à la phisique aristotélicienne* (Louvain, 1913) e em Rivaud — *Le problème du devenir et la notion de la matière dans la philosophie grecque depuis les origines jusqu'à Théophraste.* Paris,

Êste conceito de matéria-primeira, eterna, substracto lógico do devir e idea-limite da máxima indeterminação, não podia deixar de encontrar da parte dos apologistas da criação *ex-nihilo* o mais categórico repúdio. E assim é que padres, doutores da igreja e rabinos, por formas e com inspiração doutrinal diversas, concordam neste ponto [1]. A voz que com mais retumbância e firmeza quebrou êste acorde, defendendo a teoria da eternidade da matéria-primeira, foi Averróis.

Para o *Comentador*, «a geração é apenas movimento, mas supõe um sujeito. Êste sujeito, esta possibilidade universal é a matéria-primeira, dotada de receptividade, mas privada de tôda a qualidade positiva e apta a receber as mais opostas modificações... Não foi gerada, e é incorruptível.» [2] Esta interpretação, que com as teorias da unidade do intelecto activo, eternidade do tempo e do mundo, constituíu a essência do averroísmo, foi um verdadeiro «Schibboleth» entre crentes e espíritos livres; e, a-pesar-de refutada, perseguida e odiada, gerou duma forma mais ou menos inconsciente e subterrânea as tendências libertinas e racionalistas da idade-média e da renascença [3]. Defendendo estas teses, com espírito

1906, o desenvolvimento dêste assunto; e uma admirável exposição mais atinente ao texto, em Duhem, *ob. cit.*, IV, p. 454-458.

[1] V. Talamo — *L'aristotelismo della Scolastica nella Storia della filosofia*. Siena, 1881, p. 151 e seg.; e Rohner — *Das Schöpfungs-problem bei Moses Maimonides, Albertus Magnus und Thomas von Aquin*. Münster, 1913.

[2] Na lúcida síntese de Renan, *ob. cit.*, p. III-2. Não pudemos ver o grande comentário ao liv. XII da *Metaphysica*, mas apenas o médio, contido no Tom. VII *Operum Arist... cum Averrois... expositione*. Veneza, 1560, existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra. No *Compendio de Metafísica*, de Averróis — texto árabe com tradução e notas de Carlos Quirós Rodriguez, Madrid, 1919 — encontra o leitor a síntese do pensamento do intérprete de Córdova, v. g. liv. I, 60, III, 60, IV, 4-5, *et alii*. No 1.º lugar escreve: «La *materia* tiene varios grados. Uno lo constituye la materia prima, que es informe.»

[3] Além dos livros de Renan e Mandonnet, já citados, pelo que à renascença respeita vid. os formosos estudos de Charbonnel — *La pensée italienne au XVI.e s. et le courant libertin*. Paris, 1919, e Busson — *Les sources et le développement du rationalisme dans la littérature française de la Renaissance. (1533-1601)*. Paris, 1922.

filosófico sem dúvida, Averróis não negava a existência de Deus nem tampouco afirmava a discordância da filosofia com a religião [1]; e o seu pensamento está longe dessa lenda que lhe atribuiu a negação do sobrenatural e da intervenção divina e a explicação das três religiões pela impostura [2].

A-pesar-de falso, o averroísmo para os medievais e renascentes era êste contra-senso, e embora fôsse tido como o símbolo dos desvarios da razão e da impiedade, os seus *Commenta* gozaram duma difusão escolar extraordinária.

A negação da contingência do mundo, e, conseqüentemente, da liberdade do acto criador por a matéria ser co-eterna a Deus, era, em especial, uma característica do ensino do Comentador, e a tal ponto que se esqueceram os nomes de Algazel e Avicena, que defenderam conceitos mais ou menos idênticos. Para isso concorreu a condenação eclesiástica, fulminando entre as proposições abomináveis a de *Quod mundus est œternus* (decreto do Bispo de Paris, Étienne Tempier, de

[1] V. especialmente L. Gauthier — *La théorie d'Ibn Rochd sur les rapports de la religion et de la philosophie*. Paris, 1909.

[2] O tema, tão discutido e pouco adiantado pela erudição moderna, *de tribus impostoribus*, não é para ser tratado em nota. Dado porém o carácter da *LUSITANIA* — revista de estudos portugueses — parece-nos oportuno aludir ao enigmático Tomás Escoto, «*seductor publice in scholis decretalium Ulixbone*», que na 1.ª metade do séc. XIV manteve vivas disputas com Álvaro Pais, o bispo de Silves, e encontrou nos cárceres da nossa capital a resposta aos arrojos das suas teses de apóstata, entre as quais para o caso interessa a seguinte: *Disseminavit iste impius hæreticus in Hispania quod tres deceptores fuerunt in mundo, scilicet Moyses qui deceperat Judas, et Christus qui deceperat Christianos, et Mahometus qui decepit Sarracenos.* A única fonte de informações sôbre T. Escoto até hoje conhecida é o *Collyrium fidei contra haereses*, de Álvaro Pais, ainda inédito e cuja publicação o ilustre ministro de Portugal junto do Vaticano talvez pudesse proporcionar, obtendo cópia do ms. da Vaticana. São dignos de ler-se sôbre êste assunto os dois apêndices — *Sentiments sur le traité des Trois Imposteurs*, e *Réponse à la dissertation de M. de la Monnoye sur le traité des trois imposteurs* (atribuída a Arpe) da rara e curiosa obrinha — *Traité des trois Imposteurs*, 1777, título falaz da *Vie et l'Esprit de B. Spinosa*, redigida, segundo P. Marchand, por Vroes. Quem não puder utilizar estes apêndices, encontra na *Historia de los heterodoxos españoles* (I v. da 1.ª ed.), de Menéndez y Pelayo, um bom resumo, enriquecido com as transcrições do *Collyrium*, de Á. Pais.

1270) è a constância dos escolásticos (F. Tomás de Aquino, Alberto Magno, Egídio Romano, etc., etc.), mantendo sempre vivos, pelas suas refutações, o nome e a doutrina de Averróis.

Por isso o historiador da filosofia não dá pela existência do *algazelismo*, ou do *avicenismo*, e em compensação há de sempre prender-lhe o espírito o averroísmo, que, como poucas doutrinas, teve a fortuna de suscitar a crítica, o estro de poetas como Dante e o pincel de pintores (Orcagna, Traini, Gaddi, Memmi, Gozzoli, etc.)

Camões, invocando *o povo escuro*, tinha, assim, em vista a interpretação de Averróis, e classificando-a de êrro,

Que nesta só verdade tanto errou

seguia, afinal, a tradição escolástica, que uniformemente capitulou de *erros* as principais teses averroístas. Sem descermos a lugares de Alberto Magno, Tomás de Aquino, Raimundo Marti, o título de algumas obras, como o *De erroribus philosophorum*, dirigido especialmente contra Averróis e atribuído, falsamente, ao que parece, a Egídio Romano, e o *Liber de reprobatione errorum Averroes*, de Raimundo Lulo, documentam suficientemente a vulgaridade da expressão.

Quando estas provas não abundassem, bastaria o testemunho de Dante, que, a-pesar-de louvar Averróis, «chel gran comento feo» (*Inferno*, IV, 142) o censura pelos desvarios que cometeu e espalhou sôbre o mistério da geração:

Quest'è tal punto
Che piú savio di te già fece errante...

Purgatório, XXV, 62 3. [1]

Citando êste *erro* do «povo escuro», contrário à criação *ex nihilo*, Camões integrou-o nas doutrinas que explicavam a

[1] Citação feita já por E. Renan, *ob. cit.*, p. 249.

génese do mundo pressupondo a existência do çaos [1], no que alterou o pensamento de Averróis. Segundo o Comentador, a matéria-primeira, eterna, tem a possibilidade de devir tudo, existindo a forma virtualmente na própria matéria. Êste conceito, mais preciso que o de Aristóteles, como o sábio Munk reconheceu, impossibilita não só a criação mas o próprio caos, no sentido do poeta. Mas invocando-o, Camões pretendeu apenas repudiar as opiniões opostas à criação divina, e com ela documentou uma vez mais a assombrosa variedade dos seus conhecimentos.

¿Como teria Camões conhecido a tese averroísta? Certamente não leu os comentários do intérprete cordovês, nem tampouco respigou na obra do Aquinatense, por exemplo, as passagens refutativas — então, como hoje, veneráveis fontes a que só recorriam teólogos e filósofos de profissão e cujas ideas fundamentais estavam, como agora, vulgarizadas em compêndios ou comentários. A despeito dos nossos esforços não encontrámos uma explicação completa; ¿mas será infundado supor que em Coimbra, ao estudar o curso de *Artes*, como tudo indica que estudou, na aula, o professor explicando a *Física* ou o livro XII da *Metafísica* de Aristóteles expusesse esta interpretação, conexa sobretudo com êste último livro, se é que o próprio compêndio a não citava? O problema da eternidade da matéria foi na primeira metade do séc. XVI vivamente discutido, chocando-se, por vezes com violência, as interpretações gregas, averroísta, e escolástica-cristã do texto do Estagirita, apreciado quási sempre não em si próprio, mas pela autoridade que emprestava. Assim João Francisco Pico, conde de Mirândula (sobrinho) no *Examen vanitates doctrinae Gentium, et veritates Christianae disciplinae* [2], desenvolve a opinião «*quod non solum veritati, sed et principiis peripateticae philosophiae, assertio de mundi aeternitate repugnet*» (cap. 8,

[1] Uma notável classificação destas doutrinas encontra o leitor em Maimónides — *Guide des égarés (Moreh Nebuchim)*, trad. de Munk, vol. II (Paris, 1851) p. 104 e segs.

[2] Quando um dia um português se dicidir a fazer o que Harrisse fêz com a *Bibliotheca americana vetustissima*, terá de examinar esta e outras obras de Pico (sobrinho), pois foi dos primeiros eruditos da re-

liv. VI); e entre nós o bispo Jerónimo Osório, no *De vera sapientia*, a-propósito da questão «*an mundus a sempiterno tempore constitisset; an aliquod initium temporis habuisset*», examina o conceito de matéria primeira, refutando o Estagirita [1].

É indubitável que êstes problemas eram discutidos nas nossas escolas. Nos estatutos de D. Manuel exigia-se para o bacharelato em Artes a freqüência, pelo menos, de «tres cursos. s. hum curso ouvindo texto de logica e dous de *philosophia natural* os quaaes tres cursos se faram em tres annos.» [2]

Sôbre o que então constituía a filosofia natural faltam documentos coevos precisos — ao menos do nosso conhecimento; mas temos por probabilíssimo que significava didàcticamente o mesmo que significa no regimento do Colégio das Artes de 20 de Maio de 1552: «Os lentes de Artes serão obrigados a ler três anos e meio; no qual tempo lerão tôda a lógica de Aristóteles, e todos os Éticos e a *Filosofia natural, que se costuma ler nos cursos, compreendendo os livros De anima e todos os livros a que chamam Parva Naturalia*, e da Metafísica ao menos oito livros, em que entrarão o primeiro livro e o duodécimo» [3].

Os estatutos manuelinos não aludem à *Metafísica;* mas é incompreensível que o legislador, e mais ainda o professor, por mau que fôsse, desconhecessem êste livro fundamental no estudo da filosofia peripatética, e cujo livro XII imporia a êste a referência à interpretação de Averróis. Mas mesmo que assim não fôsse, a *Physica* e o *De Generatione et corruptione* davam-lhe não apenas ensejo, mas como que o compeliam a

nascença a interpretar o significado das viagens dos portugueses. O assunto merece e compensa as fadigas que se fizerem, tanto mais que Pico não é voz única, como já verificámos em autores que escreveram antes de 1520.

[1] Liv. III. Na ed. da Imprensa da Universidade de Coimbra, de 1794, a p. 180 e seg.

[2] Publicados no *Anuário da Universidade de Coimbra*, correspondente ao ano de 1892-3, p. 207.

[3] *In*-António José Teixeira, *Documentos para a história dos jesuítas* (Coimbra, 1899), p. 98-9.

citá-la. Esta dúvida resolver-se-ia desde que pudéssemos determinar, directa ou indirectamente, os textos aristotélicos seguidos nas escolas do mosteiro de Santa Cruz e na Universidade antes da vinda de André de Gouveia; mas a leitura de alguns livros anteriores a 1542-1543, que pertenceram àquele mosteiro e em parte se guardam hoje na Biblioteca da Universidade de Coimbra, e o exame do catálogo da sua notável livraria [1], não dissiparam as nossas interrogações, embora nos permitissem assentar algumas ideas relativas à história filosófica portuguesa. Com tão lamentável falta de elementos não pode formular-se um juízo incontroverso sôbre a forma como Camões adquiriu os conhecimentos histórico-filosóficos que a sua obra acusa. A avidez intelectual do seu espírito, tão nobremente curioso, e a privança com sábios como Garcia d'Orta [2] im-

[1] As obras de Aristóteles e Averróis interessando êste assunto que o *Bibliothecae regii monasterii S. Crucis Collimbriensis Catalogus* — ms. existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra — regista, são respectivamente: *Arist. Stag. Opera post varias editiones summo studio emaculata, et ad graecum exemplar recognita...* Lugduni. 1549 (vol. I, fls. 27); *Physicorum libri 8.* Interprete Argyropulo cum aliis operibus. Paris. 1539; *idem,* 1545, 1559 e 1564. (vol. I, fls. 27.); *Metaphisicorum libri 14 cum scholiis ac varietatibus lectionum nuper additis. Accesserunt contradictiones ac solutiones in dictis Aristotelis, Averrois absolutæ per Marcum Antonium Zimaram.* Lugduni, 1556. (I vol. fls. 28); *Arist. St. Physicorum libri quibus adjecimus omnia illius opera, quæ da naturalem philosophiam spectare videbantur,* Lugduni, 1560 (vol. II, fls. 414, n.º 2822). Como se vê, salvo a ed. de 1539 da *Physica,* todos os outros são posteriores à saída de Camões de Coimbra.

Do *Comentador* existia: *Averroes Cordubensis Commentaria in totam Logicam, Philosophiam Naturalem Aristotelis.* Veneza. 1489 (vol. I, fls. 28). Este precioso incunábulo existe hoje na Biblioteca Municipal do Pôrto, conservando o *ex libris* da procedência. ¿ Tratar-se há do pequeno comentário? Só a leitura permitirá resolver esta e outras dúvidas, mas no momento em que escrevemos não nos é possível ir ao Pôrto. V. em Teixeira de Carvalho. — *A livraria do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra* (Coimbra, 1921), p. 144 e seg., a lista dos incunábulos que o mosteiro possuía. ¿ Quando teremos um erudito que, continuando Teixeira de Carvalho, saiba interrogar todo o *Catálogo,* extraindo os valiosos dados culturais que êle contém?

[2] Nos *Coloquios dos simplices e drogas da India* (ed. Conde de Ficalho, 2 vols. Lisboa, 1891 e 1895) é citado freqüentemente o *Colliget* de

põem-se como normas, que o crítico não pode esquecer; mas, neste caso, a escolaridade coimbrã é a hipótese mais provável — tanto mais que, quer antes, quer depois dos *Comentários dos Conimbricenses*, de certa influência europeia [1], sempre se procurou refutar no ensino oficial a interpretação de Averróis.

É o que os documentos afirmam [2], confirmados, por outra via, pela insignificante influência do averroísmo paduano, — entre cujos críticos se deve contar o português Gomes Hispano (de Lisboa), que nos fins do séc. XV contra Nicoleto Vérnia escreveu a raríssima *Questio perutilis de cuiuscumque scientiae subiecto principaliter tum naturalis philosophiae* [3] — e a ausên-

Averróis; e o sábio naturalista deveria possuir tôda a obra de Aristóteles, da qual cita os *Meteoros* e *Topicos* (parte do *Organum*). Não ignoramos que em 1530-31 ensinou na Universidade de Lisboa *Filosofia natural*, e portanto não desconheceria a teoria aristotélica da matéria e da forma, nem tampouco a interpretação de Averróis. Demais, ¿na sua tão rica e sábia livraria não existiria um livro que a expusesse? No entanto inclinamo-nos a pensar, por motivos didácticos, que Camões a conheceu na forma indicada no texto. Sôbre Garcia d'Orta vide os notáveis estudos do Conde de Ficalho (Lisboa, 1886) e Teixeira de Carvalho, êste recentemente incorporado nos *Homens de outros tempos*. Coimbra, 1924.

[1] Na interpretação do texto do Estagirita, nos escolásticos e nos independentes, por ex. em Descartes. O assunto merece um estudo ainda por fazer, e facilitado hoje pelo que respeita ao arauto do espírito crítico com os livros de Gilson — *Index Scolastico-cartesien*. Paris, 1913, e *La liberté chez Descartes et la Théologie*. Paris, 1913.

[2] O citado regimento de 1552, ditando «a maneira que hão de ter os lentes em declarar o texto de Aristóteles» prescreve-lhes que «seguirão principalmente as interpretações dos intérpretes gregos; e todavia tratarão com diligência as interpretações dos intérpretes latinos, e os argumentos e dúvidas que uns e outros moveram sôbre o texto; porque desta maneira os estudantes entenderão melhor o que ouvirem, e poder-se hão melhor exercitar nas conferências e disputas, que sôbre as lições tiverem». *Docs. cit.*, p. 100. A-pesar-de posterior alguns anos à saída de Camões de Coimbra, êste regimento não importava grandes innovações nesta matéria. Como mostraremos, mais tarde, a escolástica parisiense e a enfadonha querela dos *nominais* e dos *reais* influíu poderosamente no nosso ensino do Perípato e das *Súmulas*.

[3] Livro desconhecido dos nossos bibliógrafos. B. Machado cita-o como ms. Existe um ex. na Columbina de Sevilha, cuja fotocópia obtivemos e um dia publicaremos.

cia duma atitude racionalista [1] na nossa cultura de Quinhentos, da qual Camões é o mais formoso, gentil e completo representante.

II — *O* DE VITIS ET MORIBUS PHILOSOPHORUM *DE DIÓGENES DE LAÉRCIO EM CAMÕES*

Até à *The History of Philosophy* (1655) e sobretudo ao *Dictionnaire historique et critique* (1697) de Pierre Bayle e à *Historia critica philosophiae a mundi incunabulis...* (1742-44) de Brucker, quem quisesse esclarecer-se duma forma compendiária sôbre a filosofia helénica tinha que ler o *De vitis et moribus philosophorum* [2] ou *Vitae et sententiae philosophorum* de Diógenes de Laércio. (II s. d. C.) Simples colectânea, por vezes valiosa, de sentenças, anecdotas, episódios biográficos e notícias bibliográficas, desprovida de crítica e ainda mais da conexão das doutrinas, nem por isso a obra de Diógenes de Laércio deixa, em certa maneira, de ser uma história filosófica do povo que moldou o pensamento europeu. Traduzida pelo humanista camaldulense Ambrósio Traversari, — admirador do Infante D. Pedro, a quem dedicou a tradução do *De Providentia* de S. João Crisóstomo [3] —, com correcções de Benedito Brognolo, e publicada à volta de 1475, as edições e traduções sucedem-se nas duas últimas décadas do séc. XV e pelos séculos XVI

[1] Os casos esporádicos do Marramaque, Damião de Góis e Roque de Almeida só confirmam esta afirmação.

[2] Durante a idade-média circulou em todos os meios cultos o *Liber de vita et moribus philosophorum* de Walter Burley, cit. no *Livro de Esopo*, (pub. pelo Dr. Leite de Vasconcelos in *Revista Lusitana*, vols. 8 e 9) e na *Virtuosa Bemfeitoria* do Infante D. Pedro sob os títulos: *Liuro da uida filosofal*, *Liuro da uida e costumes dos philosophos* e *Liuro da uida e costumes philosophaaes*. O livro de Burley, sugerido e inspirado no de Laércio, pouco vale, e só como fonte da cultura medieval merece ser lembrado. As ideas histórico-filosóficas esparsas na obra de Cícero também foram coligidas. Conhecemos o útil voluminho, existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra: *Philosophorum quae sunt apud Ciceronem dicta et facta*. Paris. 1555.

[3] *Apud* Cenáculo — *Cuidados Litterarios*, p. 219.

e XVII [1]. Tão grande favor do público e acurado trabalho dos eruditos provam, sem dúvida, a estimação em que era tida; e na verdade alguns dos mais claros e exigentes eruditos da renascença, como Escalígero, louvavam-lhe o saber, e outros, como Montaigne, lamentavam que a antigüidade apenas tivesse tido um Diógenes de Laércio...

Os portugueses cultos quinhentistas não desmentem os louvores gerais. Fr. Diogo de Murça, reitor da Universidade de Coimbra (1543), de certa influência na cultura nacional, possuía na sua livraria de humanista e teólogo uma edição [2]; e na biblioteca do Mosteiro de Santa Cruz, que pela sua riqueza devia ser como que o nosso símile, embora modesto, da Biblioteca Columbina de Sevilha, havia também um exemplar da edição de Basilea de 1524 [3].

Se êstes factos são já indicativos, muito mais o são as citações, para comprovar as quais bastará recorrer à *Imagem da vida cristã* (1563. 1.ª p.), de Fr. Heitor Pinto e à *Eufrosina* (1561), de Jorge Ferreira de Vasconcelos.

Camões, que como Dante tinha o espírito aberto a tôdas as influências e cujas leituras foram vastas, não podia ter desconhecido êste livro. E de facto assim foi, nêle colhendo ideas e notícias. É possível que os versos dos *Lusíadas*

> *... os antigos philosophos, que andarão*
> *Tantas terras por ver segredos d'ellas*
>
> V, 23.

[1] Cf. Hain — *Rep. bibliographicum*, II, n.os 6196-6213 e Pellechet — *Catal. géner. des incunables des bibliothèques de France*, III (1909), n.os 4273-83. Quanto às ed. do séc. XVI e XVII, vid. o catálogo à frente da esplêndida e notável edição do *De vitis, dogmatibus et apophthegmatibus clarorum philosophorum*, dirigida por Marcus Meibomius e anotada por Menage e Kuhn (Amsterdam, 1692). Foi esta edição, existente na Biblioteca da Faculdade de Letras de Coimbra, que utilizámos principalmente, tendo recorrido também à ed. de Basilea, de 1524, existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra.

[2] Temos para o prelo o *Catálogo* dos seus livros, que constitui um interessante documento para a história da erudição em Portugal.

[3] A fls. 405, n.º 2758 do vol. II (apêndice) do ms. *Bibliotheca Regalis Monasterii S. Crucis Collimbriensis Catalogus*, existente na Biblioteca da Universidade de Coimbra. Nesta Biblioteca existe 1 exemplar desta edição, sem o *ex-libris* do mosteiro, mas com a nota ms. *Do Colegio Real*.

fôssem sugeridos pela lembrança das viagens dos filósofos gregos — e dizemos gregos porque as dos latinos não deixaram a impressão das de Platão, Aristóteles e Demócrito, sobretudo, — que Laércio noticia [1]. Mas se esta influência do *De vita... philosophorum* é duvidosa, não o é de forma alguma em relação a certas referências que na *Lírica* faz a Diógenes o Cínico, Platão e Aristoteles.

Sôbre *Diógenes o Cínico* teceu Laércio uma narrativa rica de episódios burlescos, por uma forma tão incisiva que alguns dos seus ditos — expressão risível de pensamentos sérios, decaíram em lugares-comuns; e do relato das suas singularidades se gerou em grande parte essa idea popular do filósofo ser estranho na humanidade... Camões refere-se-lhe em termos verdadeiramente desprezíveis, sentindo-se nìtidamente a repulsa pela pessoa e pela doutrina, que julga contraditória. ¿ Teria Camões compreendido o Cinismo, de filiação socrática, em que o mais rematado orgulho se aliava à mais piedosa ternura pelas misérias humanas? Cremos bem que não, tanto mais que à incompreensão histórica, que só muito depois se dissipou, se aliava o protesto duma consciência crente em Deus, na Pátria e no destino moral do homem, reabilitado pelo Cristianismo.

O Cínico é invocado duas vezes na outava (1.ª) *Sôbre o desconcerto do mundo.* Na primeira, é tão grande a semelhança com o texto de Diógenes de Laércio que dir-se-ia Camões tê-lo presente ao escrever êstes versos:

Diógenes pisava de Platão
Com seus sórdidos pés o rico estrado,
Mostrando outra mais alta presumpção
Em desprezar o fausto tão prezado.
Diógenes não vês que extremos são

«Calcans ipsius aliquando strata, praesentibus Dionysii amicis quos ille invitaverat, dixit, *Calco Platonis inane studium:* ad quem Plato, *Quantum,* inquit, *o Diogenes, fastum ostendis, qui nullo tumere fastu videri cupis!* Alii Diogenem

[1] Epifânio no comentário a êstes versos cita as *Tusculanas* (IV, 19) e o *De finibus* (V, 19) de Cícero. Êstes textos só corroboram a nossa opinião de que fálando em *filósofos,* o poeta subentendeu os gregos.

Esses que segues de mais alto estado?
Pois se de desprezar te prezas muito
Já pretendes do mundo fama e fruito.

hoc dixisse ferunt, *Calco Platonis fastum*, illumque respondisse, *At fastu allio, Diogenes.* Porro Sotion in quarto Successionum refert, hoc ipsi Platoni dixisse cynicum ».
De vitis... philosophorum, liv. VI, seg. 26.

Faria e Sousa e Storck [1] tiveram conhecimento desta fonte; mas não notaram que Camões admira o filósofo « divino » da Academia e despreza o Cínico de « sórdidos pés ». É o que os quatro versos finais confirmam, pois o Poeta apresenta como próprias as admoestações irónicas de Platão. A outra influência encontra-se nos versos seguintes:

. . . .

O Cínico dirá se por ventura
No campo, onde lançado morto estava,
De si os cães, ou as aves enxotava.

Outava I.

Cremos ainda ter sido o livro de Laércio que forneceu ao Poeta a matéria dêstes versos. Faria e Sousa (ob. cit.) não os explica satisfatòriamente, embora nos deixe a impressão de não lhe ser estranha a vida do Cínico escrita pelo narrador grego. E Storck (ob. cit., p. 369) afirma constituírem uma alusão ao relato de Cícero nas *Tusculanae questiones*, liv. I. 43. Bastará porém transcrevê-lo, na parte referente a Diógenes, para mostrar a impossibilidade desta fonte: « Durior Diogenes, et id quidem sentiens, sed, ut Cynicus, asperius, projici se jussit inhumatum. Tum amici, *Volucribusne et feris?* Minime vero, inquit; sed bacillum propter me, quo abigam, ponitote. *Qui poteris?* illi: *non enim senties.* Quid igitur mihi ferarum laniatus oberit, nihil sentienti? »

[1] Respectivamente no Comentário às Outavas, *Rimas*, 92, e Luis' de Camoens *Buch der Elegien*, cit., p. 368-9.

Quanto a nós o Poeta sintetizou o largo relato de Diógenes de Laércio sôbre a morte do Cínico, porque a referência aos cães só com êste lugar se torna explicável: «Porro de ipsius morte varia habetur opinio... Alii dicunt cum polypum canibus partiri voluisset, morsum in pedis nervo, ac ex eo defunctum esse... Advenientibus autem patribus illorum, atque primatibus, ita sedata discordia, sepultum esse juxta portam quae in Isthmum fert. Erigentes autem super illius tumulum columnam, canem desuper ex lapide Pario sculpserunt... Est item nostrum de eo epigramma carmine proceleumatico:

Diogenes age loquere, quis exitus ad inferos
Te abstulit? D. *Abstulit me canis morsus ferox?*»

Ibid. eo. loc. seg. *76, 77, 78 e 79.*

Aludindo às aves, ¿o Poeta não exprimiria a candura fugindo à sujidade do «sórdido» Diógenes?

Sôbre *Platão* colheu Camões em Laércio o conhecimento das suas viagens, de graves dificuldades na crítica interna do platonismo. E é ainda, nesta *Outava 1.ª*, tão pessoal, mas provando, sob outro aspecto, a fraca tendência especulativa do Poeta, que o facto se verifica:

....

Mas pregunto ora a César esforçado,
Ora a Platão divino, que me diga,
¿Êste das muitas terras em que andou,
Aquele de vencê-las, que alcançou?

....

....

Dirá Platão: Por ver o Etna e o Nilo
Fui a Sicília, a Egito e outras partes,
Só por ver e escrever em alto estilo
Da natural sciência e muitas artes.
O tempo é breve, e queres consumi-lo,
Platão, todo em trabalhos; ¿e repartes
Tão mal de teu estudo as breves horas,
Que, emfim, do falso Febo o filho adoras?

Bastará transcrever duas passagens do *De vitis... philosophorum*, que não são sucessivas, para comprovar que Camões, se não teve presente êste livro ao escrever a *Outava*, como é probabilíssimo, possuía uma memória fiel e inteligente, guardando a idea e os factos salientes que a geraram —, não se esquecendo, outro-sim, da máxima horaciana *Ars longa, vita brevis*. Êsses lugares são os seguintes:

a) «Deinde cum esset annorum duodetriginta, ut ait Hermodorus, Megara se ad Euclidem cum aliis aliquot Socraticis contulit. Hinc Cyrenem profectus Theodorum mathematicum audivit; atque inde in Italiam ad Pythagoricos, Philolaum atque Eurytum concessit. *Ab his se in Aegyptum ad prophetas recepit*, quo et Euripidem ajunt una secum profectum esse...». Liv. III, seg. 6.

b) «... *Ter autem navigavit in Siciliam*. Primo quidem *ut* insulam *crateresque videret*; quo tempore Dionysius Hermocratis filius tyrannus impulit, ut secum loqueretur...». *Ibid. eo. loc.*, seg. 18.

Aristóteles é de todos os filósofos o que melhor foi conhecido pelo Poeta. Na sua obra abundam as referências, já claras, já obscuras, a doutrinas do Estagirita, dominando, no entanto, as tocantes à física. A êste conhecimento da filosofia, cuja demonstração impõe um estudo especial, Camões juntou o da biografia do filósofo. Nas estrofes abaixo transcritas, ressalta desde logo uma profunda admiração pelo «grão sábio», não omitindo mesmo o Poeta a antonomásia pela qual a idade-média e renascença o citaram: «o filósofo». E é ainda nesta corrente tradicional que Camões o considera como detentor dos «segredos da Sofia», isto é, da sciência, que ensinava «passeando» no Liceu. Nelas alude o Poeta a um dos actos mais impulsivamente sentimentais, e de baixa categoria, do Peripato; e de par moraliza, sem grande elevação,

Que doctos corações não são de ferro

como que distinguindo a lógica da razão, da do sentimento. Essas estrofes são as seguintes:

E o grão Sábio qu'ensina,
Passeando, os segredos da Sofia,
Á baixa concubina
Do vil Eunuco Hermia
Aras ergueu, que aos deuses só devia.

Aras ergue a quem ama
O Filósofo insigne namorado;
Dói-se a perpétua fama,
E grita que culpado
Da lesa divindade é acusado.

Já foge donde habita,
Já paga a culpa enorme com destêrro.
Mas, ó grande desdita!
Bem mostra tamanho êrro
Que doctos corações não são de ferro.

Ode X.[1]

A vida de Aristóteles, de Laércio, foi a fonte destas estrofes, como Faria e Sousa e Storck reconheceram; mas não obstante ser conhecida, não será deslocado transcrever as passagens que directamente informaram o Poeta. São as seguintes:

« Cum vero reversus esset, scholamque sub alio vidisset, elegisse in Lyceo Deambulationis locum, illicque usque ad certum temporis spatium *deambulando cum discipulis philosophari solitum*, atque inde Peripateticum appellatum esse. » Liv. V, 2.

[1] Desde Faria e Sousa que se aponta esta Ode como imitação libérrima da Ode II, 4, de Horácio. Menéndez y Pelayo, que estudou os horacianos portugueses, considera-a das mais horacianas do Poeta. V. *Horácio en España*. II, Madrid, 1885, p. 317-8.

« Ad propositam quaestionem discipulos una exercebat, simul et oratoriam docens. Deinde ad *Hermiam eunuchum* profectus est, Atarnensium tyrannum, quem alii quidem delicias ac lusus ipsius fuisse tradunt: alii vero sibi affinitate junctum, tradita ei filia sive nepte, ut refert Demetrius Magnesius in libris De Poëtis ac scriptoribus æquivocis, qui et Eubuli servum Hermiam fuisse ait, Bitynium genere, quem et dominum suum enecasse. Porro Aristippus In primo de antiquis deliciis libro, Aristotelem ait *Hermiae concubinam adamasse.* Quam ille cum sibi permisisset, duxisse eam, et *gaudio elatum immolasse mulieri, ut Athenienses Eleusinae Cereri, Hermiaeque paeana scripsisse*, qui infra scriptus est. » *Ibid. eo. loc* 3 e 4.

« Enim vero Aristoteles Athenas profectus, cum illic tredecim annis docuisset, *clam in Chalcidem concessit*, quod ab Eurymedonte sacrorum antistite impietatis accusatus esset, sive, ut Phavorinus ait In omnimoda historia, á Demophilo, quod hymnum in eum quem praediximus Hermiam scripserit... » *ibid. eo. loc.* 5.

No verso:

Já paga a culpa enorme com destêrro,

a palavra final, como já observou o Poli-hístor, deve interpretar-se segundo a fonte e a verdade — como expatriação voluntária.

Mas mais importante do que esta observação, afigura-se-nos a circunstância da Ode ter sido escrita, na opinião de Storck [1], em Goa, em 1558. A concordância de alguns termos das estrofes com os respectivos passos de Laércio sugerem a impressão duma leitura recente do *De vitis....* E em qualquer caso, documenta, uma vez mais, a probidade com que Camões se esclarecia, e que em Goa não descurou a ilustração do espírito, antes a alargou na privança com o sá-

[1] Cit. *Buch der Elegien*, p. 354-5. Esta localização não é incontroversa, mas parece-nos mais que provável.

bio Garcia d'Orta. A verificação de factos desta natureza, críticamente integrados e relacionados, permitirá, talvez, senão reconstituir, pelo menos ilustrar a biografia intelectual do Poeta. Não vamos ao ponto de propor para a obra camoniana a estilometria, que Lustolawsky aplicou à obra platónica, com ingente trabalho e notáveis frutos; mas o inventário sistemático de factos afins dêste cremos não ter sido ainda tentado, e é bem possível que não fôsse estéril.

III — *¿LEU CAMÕES O* PHEDON, *DE PLATÃO?*

A concepção camoniana do amor ascendeu da simples expressão sentimental do enamorado, passando pelo amor petrarquiano, dominado ainda pelo medieval conceito cortês, até atingir alguns aspectos do amor platónico:

E aquela humana figura
Que cá me pode alterar,
Não é quem se há de buscar:
É raio da formosura
Que só se deve de amar.

(Das redondilhas *Sôbolos rios que vão).*

Um tema tão complexo como êste não pode ser tentado sem a investigação preliminar das leituras filosóficas e literárias que levaram Camões a alargar a visão estética da vida, e a considerar para além da beleza da dona, que se ama com elevado desinterêsse ou apetite lascivo, a formosura divina, de que ela é momentânea sugestão. A base ideológica desta visão é, como se sabe, exposta nalguns diálogos de Platão, especialmente no *Banquete*, no *Lisis* e no *Fédro*. Conhecê-los-ia Camões? Sem encontrar na obra camoniana um conhecimento tão completo do Platonismo como do Peripatetismo, o crítico depara, no entanto, com algumas ex-

pressões platónicas, como a oposição do «mundo visíbil» ao «mundo inteligíbil» (*Redondilhas* citadas) e a referência à «Idea / que el mundo enfrena y rige con su mando» (*Égloga* 1.ª), às quais se vem juntar a profunda admiração pelo filósofo «divino». (*Outava* 1.ª).

Se destas expressões passarmos ao exame de certas ideas, desenvolvidas sobretudo na lírica, verifica-se ainda mais acentuadamente a mesma impressão e como que insensìvelmente é-se levado a pensar que Camões leu e assimilou a essência de alguns diálogos. Será, porém, assim? ¿Não haveria outra via, não platónica, mas platonizante, que o espírito do Poeta tivesse percorrido?

A primeira tradução completa dos diálogos do divino foi feita por Marsílio Ficino (1433 † 1491), que à sua volta reüniu nessa incomparável Academia Platónica de Florença, sem estatutos, nem *fauteuils*, alguns companheiros no entusiasmo e cujo fervor estimulou, assombrando-o, o mundo renascente. ¿Quem não conhece êsse festim da vila Careggi em que numa tarde de Novembro, sob o olhar amigo dum busto helénico do filósofo, os académicos, revivendo o *Symposion*, fizeram essa apologia do amor, que os tempos guardarão como o mais elevado depoïmento espiritual de Ficino, do magnífico e dos seus «irmãos em Platão»? A sugestão filosófica e literária desta religiosidade platónica foi enorme, e mais ou menos tardiamente e intensamente se fêz sentir em todos os países da Europa culta do século XVI. A Itália, *duca e maestra*, viu florescer uma exuberante literatura de *cortegiania* e amorosa — poética, dialogada, novelística e preceptiva — da qual Petrarca foi o grande precursor e cuja raiz espiritual mergulha na nova religião platónica, que a impolida idade-média desconhecera. Camões, homem do seu tempo, com um espírito curioso de ideas e ávido de sugestões, não ignorou esta literatura:

> *Se a perfeição de* Laura nunca esquece,
> *Também é que por fama laureada,*
> *Nos ficou por Petrarca*, e hoje crece:
> ....

LEITURAS FILOSÓFICAS DE CAMÕES

. . . .
. . . Venus formosa, hoje segura
Se apresenta em mil versos e Diana
Com as nove irmãs de Apolo tem ventura.

(*Elegia*, XIII).

As palavras destacadas por caracteres redondos testemunham, além do petrarquismo do Poeta, o conhecimento desta exuberante literatura amorosa — e da pastoril, também, imposta e valorizada pela *Diana* (1559) de Jorge de Montemor, agora reintegrada na plenitude do seu lusitanismo pelo espírito e pela língua de Afonso Lopes Vieira. E não surpreenda êste juízo, pois contemporâneos seus por igual o fundamentam.

Basta recordar o depoïmento de Fr. Heitor Pinto, censurando os «homens que pondo a hũ cabo a sagrada Scriptura, e a liçam pia, e docta, e devota ocupam o tempo em ler fabulas e batalhas fingidas e amores desonestos aviam mister publicamente castigados» *(Imagem da vida cristã*, I p., 1563 (Diálogo da vida solitária, V).

Em face do platonismo do Poeta, que não é extenso, nem intenso, nem de puro quilate, como já acentuou, em rápido estudo, Menéndez y Pelayo [1], o problema crítico consiste em determinar-lhe a origem: se derivou desta literatura filosófico-amorosa, se da própria obra platónica, se duma e outra e em que grau. Nos últimos anos tem-se apontado os platonizantes *Dialoghi d'Amore* (1535), do judeu português Leão Hebreu (Judah Abarbanel), traduzidos em espanhol (1568, 1582 e 1590), e a cujo valor intrínseco se veio juntar uma sugestiva influência literária e filosófica, bastando recordar Tullia de Aragona, Miguel de Cervantes e Espinosa [2].

[1] *Historia de las ideas estéticas en España*, III (Madrid, 1896), p. 95.

[2] Porque o assunto interessa à cultura portuguesa, permitimo-nos acentuar estas fundamentais e concisas notícias bibliográficas, de per si eloqüentes: *Dialogo della Signora Tullia d'Aragona della infinitá di amore*, (1547, 1552) integrado nos *Trattati d'amore del cinquecento* coligidos por G. Zonta e pub. em Bari, 1912; Rossi — *Saggio sui trattati d'amore del cinquecento*. Recanati, 1889; Menéndez y Pelayo — *História de las ideas*

Sem prova, porém, até hoje se tem aduzido em relação a Camões; mas, não obstante, com tal êxito se lançou, que já deu a volta ao mundo: em Portugal, Teófilo Braga; na Inglaterra, Fitzmaurice Kelly; na França, Le Gentil; na Argentina, Ricardo Rojas...[1].

Os conceitos camonianos que à primeira vista poderiam ter derivado dos *Diálogos de amor* eram vulgares nesta literatura, e conseqüentemente não pode formular-se um juízo sem um prévio cotejo de textos e uma penetrante análise e relacionação de ideas. Faria e Sousa, que conhecia os «bien escritos Dialogos de amor»[2], não os aduz como fonte do Poeta a-propósito dos versos de feição platónica; mas em compensação não esquece a obra de Pietro Bembo. E com razão, porque o próprio Camões claramente mostrou não a desconhecer numa passagem do *Auto de Filodemo*, que constitui, porventura, o ponto de partida da crítica da teoria camoniana do amor e das suas fontes literárias:

«FILODEMO.... Já vos dei conta da pouca que tenho com tôda a outra cousa que não é servir a senhora Dionisa; e posto-que a desigualdade dos estados o não consinta, eu não pretendo dela mais que o não pretender dela nada, porque o que lhe

esteticas en España, III, 1884, e *Ensayos* de *critica filosofica*, 1892; Bonilla y San Martin, *Cervantes y su obra*, 1916; E. Egea Abelenda — *Sobre* LA GALATEA *de Miguel de Cervantes*, in-*Revista de Archivos, bibliotecas y museos*, XXVI (1921); Solmi-*Benedetto Spinoza e Leone* Ebreo, 1903; Carl Gebhardt — *Spinoza und der Platonismus*, in, T. I. *Chronicon Spinozanum*. Haia, 1921, e Jean Festugiere — *La philosophie de l'amour de Marsile Ficin et son influence sur la littérature française au XVI*ᵉ s. in *Rev. da Universidade de Coimbra*, v. VIII. Dêstes 2 últimos estudos há *separata*.

[1] Respectivamente: *Camões, a obra lírica e épica*. Pôrto, 1911, p. 24-8; *Historia de la literatura española, desde los origines hasta el año 1900*. Trad. Bonilla y San Martin, Madrid. S. d. p. 188. *Camoens. Introduction, traduction et notes*. Paris (s. d. mas recente), p. 24 e 133; *Camoens*. Conferência proferida no dia 10 de Junho de 1924 na Universidad de Buenos Aires, publicada na *Revista de la Universidad de Buenos Aires*, año XXI, 2.ª série, Março-Julho de 1924, p. 45.

[2] *Várias Rimas*, III, 186, c. 2.ª

quero, consigo mesmo se paga; que êste meu amor é como a ave fénix, que de si só nasce, e não de outro nenhum interêsse.

DURIANO. Bem praticado está isso, mas dias há que eu não creio em sonhos.

FILODEMO. Porque?

DURIANO. Eu vo-lo direi: porque todos vós outros, os que amais pela passiva, dizeis que o amador, fino como o melão, não há de querer mais da sua dama que amá-la; e virá logo o vosso Petrarca e o vosso Pietro Bembo, atoado a trezentos Platões, mais safado que as luvas de um pagem de arte, mostrando razões verissímeis e aparentes, para não quererdes mais de vossa dama que vê-la, e, ao mais, até falar com ela. Pois inda achareis outros esquadrinhadores de especulativos, que defenderão a justa, por não emprenhar o desejo; e eu (faço-vos voto solene), se a qualquer dêstes lhe entregassem sua dama, tosada e aparelhada entre dous pratos, eu fico que não ficasse pedra sobre pedra. E eu já de mi vos sei confessar que os meus amores hão de ser pela activa, e que ela há de ser a paciente e eu o agente, porque esta é a verdade. Mas contudo vá vossa mercê co a historia por diante.

FILODEMO. Vou, porque vos confesso que neste caso há muita dúvida entre os doctores...».

(Acto II, sc. 2.ª)

Êste texto, duma importância capital, prova que Camões conhecia os *Assolani* e as *Rime* de Bembo, cuja doutrina lhe merece a pouco filosófica mas humana crítica de quem em assuntos de amor sempre entendeu que era melhor «experimentar, que julgar»... Indicando esta fonte, e dum modo geral a literatura platonizante, tivemos apenas em vista mostrar um dos aspectos dêste complexo problema, cujo exame completo supõe a investigação preliminar do conhecimento directo que o Poeta teve da filosofia platónica.

Camões não cita nenhum diálogo de Platão, nem tampouco a sua obra nos oferece um indiscutível indício de os haver lido, como seria, por exemplo, a alusão aos mitos e alegorias. Desta forma, só por uma ou outra palavra, rica de conteúdo doutrinal ou de acentuada feição técnica, se pode

estabelecer um juízo. É o que vamos tentar em relação ao *Phedon*, ou *Da imortalidade da alma*.

Na segunda parte do formosíssimo poemeto *Sôbolos rios que vão*, em que o Poeta «renuncia ao amor profano, para se elevar, em místicos arroubos, à contemplação da beleza eterna» [1], lêem-se estas elevadas quintilhas:

Mas ó tu, terra de glória,
Se eu nunca vi tua essência,
Como me lembras na ausência?
Não me lembras na memória,
Senão na reminiscência;

Que a alma é tábua raza,
Que com a escrita doutrina
Celeste, tanto imagina,
Que voa da própria casa
E sobe à pátria divina.

Não é logo a saüdade
Das terras onde nasceu
A carne, mas é do céu,
Daquela santa cidade,
Donde esta alma descendeu.

E aquela humana figura,
Que cá me pode [2] *alterar,*
Não é quem se há de buscar;
É raio da formosura,
Que só se deve de amar.

[1] Dr. José Maria Rodrigues, *Camões e a Infanta D. Maria*, Coimbra, 1910, p. 165.

[2] O Dr. J. M. Rodrigues, *ob. cit.*, p. 165, leu *poude*. Dada a estrutura platónica da quintilha, e na qual o Poeta afirma um conceito geral, parece-nos dever adoptar-se a lição tradicional. É certo que a leitura do insigne camonista não destrói esta estrutura, mas limita-a, tirando-lhe o sentido universal, incomparàvelmente mais belo e elevado.

Que os olhos e a luz, que atea
O fogo que cá sujeita,
— Não do sol, nem da candeia —
É sombra daquela idea,
Que em Deus está mais perfeita.

. . . .
. . . .

Tanto pode o benefício
Da graça, que dá saúde,
Que ordena que a vida mude;
E o que eu tomei por vício
Me faz grau para a virtude.

E faz que êste natural
Amor, *que tanto se preza,*
Suba da sombra ao real,
Da particular beleza
Para a beleza geral.

. . . .
. . . .

Áparte a expressão — a alma é tábua raza — *(Tabula rasa)* de formação escolástica, mas de origem aristotélica [1], todos os versos postos em relêvo traduzem conceitos de inspiração platónica, ou melhor, exprimem uma ossatura platónica que o Poeta vivificou com a fé mística do crente, substituindo o mundo das ideas do filósofo pelo paraíso cristão.

É êste o carácter dominante da segunda parte do poemeto;

[1] Arist. *De anima, III,* 4. Egídio Romano, ou Columna (1247-1316), — o do *De regimine principum,* trad. pelo Infante D. Pedro e de quem Barbosa Machado fêz um Egídio Correia, foi o primeiro que empregou a expressão *tabula rasa,* de tanta fortuna na filosofia moderna e que Locke definitivamente impôs. Cf. Kirchner-Michaëlis — *Wörterbuch der philosophisch -Grundbegriffe.* Leipzig, 1911, s. verb. *Tabula rasa.*

mas para o ponto de vista dêste estudo devemos apenas fixar a atenção sôbre as três primeiras quintilhas, tanto mais que as seguintes suscitam problemas que só se esclarecem convenientemente quando integrados na teoria do amor do Poeta, formada já numa altura adiantada da vida, como a biografia impõe. A marcha ideológica destas formosas redondilhas é a seguinte: O Poeta encontra no seu espírito a idea do céu, «terra de glória» e expondo a respectiva origem, mostra uma clara e variada cultura filosófica, revelada na oposição dos conceitos e nos termos, de acentuada feição técnica. A origem desta idea da «pátria divina» não é innata, porque «a alma é tábua raza»; nem tampouco empírica, porque não é fornecida pela memória, registo da experiência sensível, além de que lembra nesta vida, quando o espírito está ausente da «terra da glória». Não sendo innata, nem adquirida, nasce pura e simplesmente da reminiscência:

> *Não me lembras na* memória,
> *Senão na* reminiscência.

O Poeta opõe, portanto, a memória à reminiscência —, aquela, sendo o registo da experiência na «tábua raza» da alma; esta, o «vôo» à «pátria divina», ou melhor, «a saüdade do céu» desprovida de qualquer elemento terreno. Êstes caracteres são suficientes para definir o conceito de reminiscência, mostrando-nos que a sua natureza consiste em despertar o conhecimento duma vida anterior, na qual se contemplou em tôda a sua pureza aquela

> . . . . *idea,*
> *Que em Deus está mais perfeita.*

Foi da «santa cidade» que a «alma descendeu», e, embora vivendo entre «sombras», pela reminiscência

> *... com a escrita doutrina*
> *Celeste, tanto imagina,*
> *Que voa da própria casa*
> *E sobe à pátria divina.*

Estabelecendo uma diferença tão radical, de natureza, entre a memória e a reminiscência, o Poeta alterou o sentido vulgar. Não nos recorda ter lido na literatura portuguesa dos séculos XV e XVI um conceito de reminiscência semelhante ao desta quintilha; e por outro lado o significado tradicional, que a psicologia moderna precisou, é claramente indicado pelos dicionaristas. Morais diz ser «o acto de representar-se à fantasia a espécie de cousa, que passou, e não temos presente». E Bluteau, distinguindo-a da memória, acrescenta que «diferem, em que a memória é de espécies conservadas, e a reminiscência é de espécies *mero* apagadas, ou digamos, que a memória é uma continuada reminiscência, e a reminiscência é uma memória interrupta». Vê-se, assim, que no léxico português não se estabelece uma diferença de natureza entre as duas funções mnésicas. Mas não foi apenas êste sentido, que foi alterado. Foi também o de Aristóteles, que informou tôda a psicologia escolástica e no século XVI era dominante, bastando aduzir a *Margarita Philosophica.* (Liv. X, cap. XXIX, p. 893-4, da cit. ed.)

Para o Estagirita, que à análise destas operações consagrou o *De memoria et reminiscentia* [1], integrado nos *Parva naturalia*, a memória é um movimento que vai do sensório ao espírito e consiste na conservação das imagens; a reminiscência, inversamente, é um movimento que parte da alma para os órgãos dos sentidos. Própria, apenas, do homem, pode dizer-se que é a memória dirigida pela vontade, emquanto se esforça em recompor a ordem ou sucessão de movimentos psíquicos anteriormente decorridos. Afastando-se, assim, do sentido comum e do significado aristotélico, que possìvelmente conheceria, Camões atribuíu ao conceito de reminiscência o sentido platónico.

É o que o confronto com o *Fédon*, especialmente, prova. Platão distingue a memória (μνήμη) — permanência passiva duma representação sensível, (*Filebo*, *Teeteto*) — da reminis-

[1] Vid. especialmente a trad. comentada de Giulio Razzoli — *Il «De memoria et reminiscentia» di Aristotile e le teorie moderne della memoria.* Roma, 1904.

cência (ἀνάμνησις), cuja teoria, na parte respeitante ao nosso ponto de vista, é desenvolvida no *Phedon*. Neste diálogo, Sócrates expõe o conceito de que a verdadeira sciência é reminiscência, isto é, o conhecimento do mundo das ideas anterior à união da alma com o corpo. Para esclarecer êste conceito bastará notar que, segundo Platão, as coisas sensíveis são cópias, mais ou menos imperfeitas, das verdadeiras realidades: as ideas. O belo, o bem, o justo, e, dum modo geral, as ideas universais, não existem realizadas no mundo sensível; mas o espírito, despertado pelo que há de inteligível nas coisas, pela semelhança ou disparidade que estas mantêm com os seus modelos, relembra-as, tornando-se-lhe como que actual êsse mundo inteligível, que contemplou numa vida anterior e vivia latente nêle próprio. É esta re-presentação espiritual das ideas, que o mundo sensível não cria mas apenas sugere, que define a reminiscência platónica. Para comprovar estas afirmações limitar-nos-emos a citar as seguintes passagens do diálogo de Sócrates, na tradução latina de Marsílio Ficino, dominante na época de Camões:

« Atqui et secundum illud, o Socrates, inquit Cebes, quod frequenter usurpare soles, si modo verum est, disciplinam videlicet nostram nihil esse aliud quam reminiscentiam: et secundum hoc inquam, necesse est nos in superiori quodam tempore, ea quorum nunc reminiscimur, didicisse. Id vero fieri non posset, nisi prius anima nostra fuisset alicubi quam in hanc humanam speciem deveniret. Quamobrem et hac ratione immortale quiddam anima videtur esse... »

« Siquidem sunt ea quae quotidie praedicamus, pulchrum scilicet quiddam atque bonum, et omnis eiusmodi essentia, ad quam omnia sensibus percepta referimus, quae et prius erant nostra, et tanquam nostram quærentes invenimus, atque ad ipsius exemplar referimus necesse ut ita ut et ipsa sunt nostram quoque animam prius etiam quam nasceremur, extitisse. At si hæc non sunt, frusta utique ratio hæc tractata esset. An non ita se habet, atque par necessitas est, et ipsa esse, et animas nostras antequam nasceremur, et nisi ipsa sunt, neque hæc utique sunt. Mirifice, o Socrates, eadem mihi videtur esse necessitas, atque pulcherrima huc ratio nos perducit, ut similiter tam animam nostram quam essentiam ipsam

quam modo dicebas, ante quam nasceremur extitisse confiteamur. Nihil enim tam certum habeo, quam esse eiusmodi omnia et quidem maxime, scilicet pulchrum ipsum, et bonum, aliaque omnia quæ tu modo dicebas. Et quantum ad me attinet, satis est demonstratum.» (*Platonis Opera translatione M. Ficini, emendatione ...Simonis Grynaei...* Basileia, 1551, resp. p. 498 e 500).

Cremos bastar êste simples confronto para estabelecer que o conceito de reminiscência tem em Camões e Platão o mesmo significado. ¿Teria o Poeta presente ao espírito a teoria platónica como resultante duma leitura do *Phedon*, ou conhecê-la-ia indirectamente?

O *Phedon*, conhecido já na idade-média, tornou-se vulgar na renascença, durante a qual como que se banalizaram alguns conceitos platónicos. Se considerarmos, porém, a vastidão dos conhecimentos de Camões e a curiosidade intelectual do seu espírito, mal se compreende que apenas conhecesse de nome a obra de Platão. Quem quer que um dia leu êste diálogo jamais o esquece, e precisamente a teoria da reminiscência é das que mais impressionam o leitor —, mormente quando, como Camões, nela pode fàcilmente integrar as suas aspirações e crenças religiosas. A estas razões acresce uma outra. Camões empregou duas vezes a imagem do cisne moribundo:

> *Esta* [1] *é por quem a aurora se levanta,*
> *Na parte oriental, mais clara e pura,*
> Esta é por quem morrendo o cisne canta.
>
> (*Elegia* XIII).

> ....
> *Que se viver não posso,*
> *Homem formado só de carne e osso,*
> *Esta vida que perco, Amor ma deu;*
> *Que não sou meu; se morro, o dano é vosso.*

[1] D. Maria de Figueiroa.

Canção de cisne, feita em hora extrêma,
Na dura pedra fria,
Da memória te deixo em companhia
Do letreiro da minha sepultura;
Que a sombra escura já m'impede o dia.

(Canção III).

Foi Platão, cujo génio literário tão formosamente ilustra, quando não sugere, o seu subtil pensamento, quem pela primeira vez aludiu à canção do cisne, e precisamente no *Phedon*:

« Haec Socrates audiens, leniter arrisit, dicens: Papae o Simmia, quam difficile aliis persuaderem hanc me fortunam haudquaquae adversam existimare, quando ne vobis quidem id persuadere possum. Quippe cum metuatis ne difficilior moestiorque sim in praesentia, quae in superiori fuerim vita. *Atque, ut apparet, deterior cygnis ad divinandum vobis esse videor. Illi quidem quando se braevi praesentiunt morituros, tunc magis admodum dulciusque canunt quae antea consueverint, congratulantes quod ad deum sint cujus erant famuli, jam migraturi. Homines vero cum ipsi mortem expavescant, cygnos quoque falso criminantur, quod lugentes mortem ob dolorem cantum emittant.* Profecto haud animadvertunt nullam esse avem quae cantet, quando esuriat, aut rigeat, aut quovis alio afficiatur incommodo » [1].

(Ibid. id. p. 504).

[1] O primeiro português que leu e citou esta — e outras — passagens do *Phedon* foi o Condestável D. Pedro (filho), na *Tragedia de la insigne reyna doña Ysabel*, servindo-se da tradução de Pero Dias de Toledo, que lhe foi oferecida pelo Marquês de Santillana e êle possuía na sua livraria (n.º 80). A tradução é a seguinte:

« Oye le quando sabia e ligeramente respuso a Simias que le decia que no le queria ser enojoso en aquel trabajo, diziendo: E segund yo veo pensades vos outros que yo soy de mas baxa condicion que son los çisnes, que como se sienten çercanos a la muerte cantan mucho mejor

É certo que esta imagem do derradeiro canto do cisne teve uma grande fortuna na literatura quinhentista [1]; mas nos versos camonianos claramente se encontram os elementos da comparação platónica, o que nem sempre ocorreu. Sem nos fornecer êste facto uma prova decisiva, cremos, no entanto, poder concluir-se com verosimilhança que Camões leu e assimilou o *Phedon*, nêle encontrando uma justificação filosófica ao arroubo místico da sua alma, sedenta de divina beatitude no momento em que escrevia as eternas redondilhas *Sôbolos rios que vão*.

Coimbra, Janeiro de 1925.

JOAQUIM DE CARVALHO.

que cantaron en el tiempo passado, ca se alegran por que se van para aquel dios de quien eran servidores. E aviene assi que porque los hombres reçelan la muerte calumnian los çisnes, e dizen que lloran su muerte, e non piensan como ninguna ave es que cante quando ha frio, ni quando padesce algun trabajo ».

Vid. a ed. da *Tragedia* feita em Coimbra (Imprensa da Universidade, 1922) e sàbiamente prefaciada por D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, p. 90. As afirmações desta nota foram por nós demonstradas noutro trabalho.

[1] E na medieval, pois a memória não nos traïrá afirmando que um dos poetas referido num dos vols. de Balaguer sôbre *Los trovadores* a empregou.

MANUEL DE LIRA

UM DOS MAIS ANTIGOS IMPRESSORES DOS LUSÍADAS

NOVOS DADOS PARA A SUA BIBLIOGRAFIA

O sr. Manuel de Lira, laborioso e activo impressor da segunda metade do século XVI e princípio do XVII, no segundo mês de 1592 sofreu grande sobressalto e desgôsto.

A êsse tempo já dera à estampa em 1579 o «Auto do juramento que os tres Estados destes Reynos fizerã em presença del rey nosso Senhor, ao primeiro Junho de MDLXXIX. E tambem está aqui o juramento que a cidade de Lisboa fez particularmente aos quatro dias do dito mes de Junho. E outro juramento que o Duque de Bragança fez no dito dia. E outro juramento que o sr. D. Antonio fez aos treze dias do dito mes de Junho».

Em 1582 saíu-lhe dos prelos uma obra em espanhol:

«*Orden que se tuvo en la solene procesion que hizieron los devotos confrades del Santissimo Sacramento de la iglesia de S. Julian de la ciudad de Lisboa, por Isidro Vasques*».

Em 1583 publicou Lira, na mesma língua:

«La entrada que en el reino de Portugal hizo la S. C. R. M. de Don Philippe, invictissimo Rey de las Españas, segundo deste nombre, primero de Portugal, assi con su Real presencia, como con el exercito de su felice campo. Hecho por Izidro Velazquez Salamantino andante en corte. Impressa con licencia, examen e aprobacion, por Manoel de Lyra a costa de Symon Lopez librero.»

Ainda, em 1583, imprimiu a «*Fabula rerum omnium quae continentur in tribus libris R. P. F. Didaci Stellae, ordinis Minorum, de Vacritate seculi, Evangelii Dominicarum totius amici» et Santorem accomodata Excudebat Emmañuel de Lyra,*

Typographus, cum facultate Supremi Consilij Generalis Inquisitionis.

Em 1554 deu à luz a célebre edição dos *Lusíadas*, conhecida pela dos *Piscos;* em 1585 os *Epigramas* de Marcial, o *Repertorio dos tempos, o mais copioso que até agora sahiu á luz, conforme a nova reformação do sancto Padre Gregorio XIII no anno de 1582, por André do Avelar* e ainda, no mesmo 1585, a *Historia dos cercos que em tempo de Antonio Moniz Barreto os achens e jáos puzeram á fortaleza de Malaca... Jorge de Lemos.*

Seguiu-se, em 1587, a «*Sylva diversorum autorum, qui ad rerum scholarum selecti sunt* e como segunda parte do mesmo volume o *Liber secundus diversorum poetarum carmina ad usum scholarum selecta* e, no mesmo ano, a *Tragedia muy sentida e elegante de Dona Ignez de Castro, a qual foi representada na cidade de Coimbra. Agora novamente acrescentada, que* é, como se sabe, a comovente tragédia do Dr. António Ferreira.

Em 1588 imprimia Lira a *Elegiada*, de Luís Pereira Brandão e em 1589 a *Historia eclesiastica del shisma del reyno d'Inglaterra* de P.º de Ribadeneyra e em 1590 a *Historia de lo succedido en Escossia e Inglaterra en 44 años que vivio Maria Estuarde*, por Antonio de Herrera. Ainda, no mesmo ano de 1599, Manuel de Lira voltou a reimprimir o célebre *Repertorio dos Tempos*. Eis o título completo da obra:

«Repertorio dos tempos o mais copioso que até agora saio á luz, conforme a nova reformação do santo papa Gregorio XIII. Feito por André d'Avelar, natural de Lisboa. Nesta segunda impressam reformado e acrescentado pelo mesmo author, com hum tractado de Prognostico da mudança do ar e algus principios que tocão, assi á Philosophia natural como á Astrologia rustica e com huas breves, mas muy compendiosas regras para as sementeiras e cultura das arvores e criação dos animaes.»

Foi impresso por Lira, mas à custa de Simão Lopes. Em 1591 imprime nova edição dos *Lusíadas* e, em 1592, *Las obras de Gregorio Sylvestre.*

Tôdas estas obras, e ainda outras, a que não nos referimos, foram impressas em Lisboa. Depois disso a actividade mercantil de Lira passou a desenvolver-se noutro centro comercial. Porque seria tal emigração?

MANUEL DE LIRA

Estava êle efectuando as últimas impressões a que nos vimos referindo quando foi dolorosamente surpreendido com a prisão de sua mulher, Leonor de Sória, cristã-nova, no dia 28 de Fevereiro de 1592. De 6 de Fevereiro era datado o seu mandado de captura, mas só a 28 deu entrada no cárcere da inquisição de Lisboa. Tinha ao tempo 35 anos de idade e era já viúva do tosador Manuel Rodrigues, da Covilhã, de quem ficara com dois filhos. De seu segundo marido, o nosso *imprimidor* Manuel de Lira, havia também descendência, e farta, nada menos de seis rebentos, o mais velho dos quais de quinze anos de idade.

Por aqui se conjectura o transtôrno na vida de Manuel de Lira.

Escusado será dizer qual a falta causadora da sua prisão: práticas judaicas. Fôra a própria irmã, Isabel de Castro, quem a denunciara...

Como de costume, nada confessou na primeira audiência de dois de Março.

« Perguntada se cuidou em suas culpas e se as quer confessar, disse que não tinha.

Perguntada se sabe ou suspeita a causa por que está presa? disse que não.

Foi-lhe dito que ella está presa por culpas que cometeu contra nossa santa fé catholica e que nesta mesa se não costuma prender pessoa alguma sem culpas bastantes, e que ella está presa por bastante informação portanto a admoestam da parte de N. S. J. C. abra os olhos d'alma e confesse suas culpas, para se lhe dar a mercê que a S.ta M.e Igreja dá aos bons confitentes. E por mais não dizer foi mandada a seu carcere e assinei por ela a seu rogo com os ditos senhores. Bartholomeu Fernandes o escrevi.

Bartolomeu Fernandes — Bertolomeu da Fonseca — Luiz Gonçalves de Ribafria. »

A 9 de Março, sujeita ao interrogatório do estilo intitulado *Genealogia*, já teve declarações a fazer, aliás de pequena monta, a não ser a indicação da morada *na freguesia das Martes, na calçada de S. Francisco*, local, como veremos, da oficina do conhecido impressor. Nascida em Córdova, não nos interessa a sua ascendência tôda infeccionada com o sangue israelita, nem

tão pouco as linhas colaterais, sirgueiros, mercadores de panos de linho, etc. Em Idanha e na Covilhã passou a sua mocidade, pois aos quatro anos saíu de Córdova, onde a baptisaram e na Covilhã a crismaram.

Quanto às suas culpas porém nada adiantou e outro tanto aconteceu na terceira sessão, ou audiência, a 21 de Abril, persistindo a Ré assim na negativa, caso grave perante a jurisprudência inquisitorial e que ela encabeçava na expressão sacramental *usar de mau conselho*... Vinha por isso a Justiça Autor com o seu libelo criminal dirigido aos *M.to Ilustres Senhores da Inquisição:*

E se cumprir

Provará que sendo a Ré christã baptisada obrigada a ter e crer, o que crê, tem e ensina a madre santa igreja de Roma, ela o fez ao contrario deixando-a e se passou á lei de Moysés, guardando seus ritos e ceremonias depois do ultimo perdão geral.

Provará que a Ré se declarou com certa companhia de sua nação que tinham crença na lei de Moysés, porque era a boa.

Provará que a Ré, por guarda e ceremonia da dita lei de Moysés, com certa companhia da nação, jejuou o dia grande, que vem no mez de Setembro, não comendo senão á noite, no qual dia usaram orações de judeus, que começam:

Bemdito Deus, el varão que em si tem esperança, etc. e outra que começa:

Bemdito Adonai nosso Deus perduravel, etc. E ás sextas-feiras á noite punham uma tigéla cheia de torcidas novas as mais que podiam e acesas as deixavam arder até o sabado seguinte.

Provará que então é verdade andar a Ré apartada da nossa santa Fé catholica que se achou em certa companhia de pessoas da sua nação aonde uma d'elas estava para morrer, e nela se zombou muito dos confessores e sacramentos por a dita pessoa se não querer confessar.

Provará que sendo a Ré admoestada por Vs. Ms. muitas vezes nesta mesa que quizesse confessar suas culpas e dizer a verdade d'elas, para com isso merecer misericordia que a

madre santa igreja costuma a dar aos verdadeiros confitentes, ela o não quer fazer, mas antes persiste em seus danados erros e heresias pelo que merece se use com ela de todo o rigor e não de misericordia.

Pede recebimento e provado o que baste que a Ré como negativa contumaz, seja declarada por herege, apostata da nossa sancta fé catholica, excomungada de excomunhão maior, entregue á justiça secular, seus bens confiscados para a corôa e camara real e que incorra em as mais penas estabelecidas em direito contra as taes. *Et fiat justitia.* »

A-pesar destas terminantes acusações, Leonor de Sória negava a pés juntos e, a 18 de Junho, veio o seu advogado com a seguinte contestação:

« Muito Ilustres Senhores.

Contesta a Ré, Leonor de Sória, o libélo da Justiça pela clausula geral negando *narrata prout narrante* e por defesa e contrariedade diz que se lhe comprir

Provará que sempre e em todo o tempo foi ela Ré boa christã, amiga de N. S. Jesus christo e ouvira missa e prégação nos dias de obrigação e andava em confrarias, e ganhava os jubileus quando a terra vinham e fazia as esmolas que podia e tambem a padres franciscos com a impressão que em casa tinha do oficio de seu marido.

Provará que ela Ré conversou sempre pessoas christãs velhas de boa e sã consciencia e não pessoas de sua nação com que se pudesse declarar que tinha crença na lei de Moysés, nem elas com ela Ré, antes teve sempre crença na lei de Christo nosso Salvadôr, na qual esperava sempre de se salvar como espera, por esta ser, como é, a boa.

Provará que quando ela Ré fazia jejuns era nos dias da obrigação da madre santa igreja, e não em outros dias alguns, por guarda da dita lei de Moysés e ainda em muitos dos da obrigação da igreja não jejuava por sua indisposição e fraqueza por causa de criar seus filhos.

Provará que as orações que ela Ré resava e sempre resou eram as permitidas pela Santa Madre Igreja catholica e que os bons e pios christãos costumam resar e não outras por honra da extincta lei de Moysés.

Provará que a candeia que a Ré tinha acesa ás sextas-

-feiras á noite, era como em as mais noutes dos outros dias da semana, assim e da maneira que os fieis christãos, que apartados da nossa santa fé catholica não andam, costumam fazer.

Provará que ella Ré frequentava os sacramentos, confessando-se e comungando as vezes que podia por sua devoção, alem da obrigação da quaresma, pelo que não podia zombar dos santos sacramentos nem dos confessores, achando-se em casa de pessoa alguma, que para morrer estivesse, nem d'ela tal se pode presumir como dirão todas as pessoas que dela sabem.

DO QUE É PUBLICA VOX E FAMA

P. *admitti et juris complementus omni meliori modo cum expensis.*

As testemunhas para prova dêstes artigos, christãos velhos nesta cidade, são os seguintes:

Caterina de Gamel, mulher de André Bolam, obreiro do dito oficio na calçada de S. Francisco;

o mesmo André Bolam;

Manoel Gomes, oficial do mesmo oficio de impressor;

Sua mulher, Beatriz do Vale, na escada das casas em que ela Ré vivia na calçada de S. Francisco;

Maria de Azevedo, mulher de Belchior Rodrigues, do mesmo oficio, na rua dos Ferros, cujo sôgro é moedeiro;

o mesmo Belchior Rodrigues;

João de Ortega, do proprio oficio, castelhano, em casa da Ré, darão razão dele;

outro castelhano por nome *o Vergaça* do mesmo oficio e aí também darão rasão dele.

Manoel Cabral, o advogado da Ré.»

Pouco a pouco vamos pois descobrindo pormenores da vida de Manuel de Lira: o local da sua oficina, nomes dos seus colaboradores, etc.»

De tôdas essas testemunhas de defesa apenas, em 24 de Julho de 1592, foi interrogado Belchior Rodrigues e duas mulheres.

Belchior Rodrigues, que era impressor e trabalhava na casa de Manuel de Lira, defendeu a Ré, atribuindo-lhe obras de cristã; mas, como veremos, de nada isso lhe valeu.

Nas contraditas Leonor de Sória alegou que certa mulher tivera tais palavras, *sôbre certos mexericos e chegou a lhe mandar dizer que lhe mandaria dar com hũa aredoma de tinta pollo rosto,* etc.

Tão típico pormenor, numa espôsa de quem tanto lidava com tintas de impressão, não pode passar despercebido ao que estudar êste processo inquisitorial. Não havia na verdade para ela arma mais à mão que uma *arredoma de tinta!...*

E continuou sempre firme na negativa até que finalmente foi para tormento.

Ao estar já atada, começou então a confessar as suas culpas:

« Disse que era verdade que este Natal proximo passado faz dous anos se foi ela confitente com seu marido Manoel de Lyra morar á cidade de Evora por dizerem que havia de tornar outra vês o inimigo e pousaram na Rua da Celaria e uma sexta-feira pela manhã não lhe lembra de que mês, mas era poucos dias depois do S. João, a foi visitar uma sua visinha defronte que se chama Maria Goterres, christã nova, casada com um christão velho siseiro a que não sabe o nome, que se dava por sua amiga por ela, Leonor de Sória, estar anojada e triste por ter novas que seu marido Manuel de Líra, que então estava em Sevilha, onde fôra arrecadar e buscar umas letras para a impressão, estar lá muito doente á morte e, entrando a dita Maria Goterres, achando-a a ela confitente chorando a doença de seu marido a começou a consolar, estando ambas sós na casa dianteira e lhe disse que se queria ela confitente, já que seu marido estava d'aquela maneira, fazer um jejum naquêle dia para seu marido ter logo saúde, ela respondeu que jejuava como jejuavam os christãos e a dita Maria Goterres lhe respondeu que havia de jejuar sem comer até á noite, como faziam os judeus e que crêsse na lei de Moysés e que guardasse os sabados sem trabalhar neles... e ela, confitente, lhe disse que crêra na dita lei...»

Embora explícita, como se está vendo, não julgaram os inquisidores suficiente a confissão e por isso, em 13 de Outubro de 1593, foi atormentada de facto, nada adiantando porém e assim foi condenada a cárcere e hábito penitencial perpétuos..

Lida a sua sentença a 13 de Fevereiro de 1594 no auto público celebrado na Ribeira, foi, após a sua instrução religiosa, sôlta em 1 de Junho de 1594 [1].

É bem possível que, em vista desta perseguição à mulher, Manuel de Lira transferisse a sua oficina para Évora. É bem possível. Como também o receio de êle mesmo cair nas malhas inquisitoriais, pois embora de ordinário, nos autos da inquisição, lhe chamem sempre *imprimidôr*, no despacho ordenando o tormento lhe pospõem o fatídico x. n., bem conhecida abreviatura de cristão novo.

ANTÓNIO BAIÃO.

[1] Tôrre do Tombo, *Inquisição de Lisboa*, proc. n.º 12:330.

NAUS MANUELINAS

PINTURA PORTUGUESA DE CÈRCA DE 1520

(OBRA DE GREGÓRIO LOPES)

ARMADA PORTUGUESA NUM PÔRTO DE MAR

PINTURA DE GREGÓRIO LOPES, DE CÊRCA DE 1521, EXISTENTE EM UMA COLECÇÃO DA BAVIERA—1ᵐ45×0,ᵐ,77

Devemos ao sr. Luís Keil a cedência da fotografia do quadro que reproduzimos em gravura e que representa uma armada portuguesa num pôrto de mar [1]. *A importância desta pintura, sob o ponto de vista iconográfico, é excepcional.*

Ao sr. Keil parece-lhe, dada a época que, ao quadro, é marcada pelas armas e esferas armilares que nêle se vêem, representar um aspecto da viagem da infanta D. Beatriz de Lisboa à Saboia, hesitando entre ser êsse aspecto *o da sua saída de Portugal ou o da sua chegada a Ville-Franche, ou, segundo o texto de Damião de Góis, Vila Franca de Niza.*

Cremos que a pintura, de preferência a Lisboa, representará antes a chegada da armada a êste ponto, onde a Infanta desembarcou com o seu sequito, a 9 de Agôsto de 1521. E isto porque, além de não ser natural tanta liberdade *da parte de um artista que realizava de* visu *e procedia com o rigor que o pintor revela ao dar as naus e demais embarcações que compõem a armada, há ainda o facto da insígnia que se vê na flámula que tremula à ré da galé de remos, nada tendo com os distintivos reais portugueses, e nos parecer, pois não a*

---

[1] *Êste painel esteve em Portugal, na Beira Alta, até 1911, ano em que saiu para a Alemanha.*

podemos distinguir bem na fotografia, semelhante à que era usada como emblema pela casa ducal de Saboia.

E esta hipótese não contraria o ser a tábua obra de artista português, pois a nacionalidade do pintor não era motivo para êle dar preferência, sôbre outro aspecto da viagem, ao da saída de Lisboa.

O autor do painel tanto podia ter pintado êste episódio como o da chegada a Ville Franche ou outro qualquer, visto ser mais que provável ter êle feito parte do séquito de D. Beatriz, tal como sucedeu, um século mais tarde, a Stoop, que acompanhou a Infanta D. Catarina para Inglaterra, onde ia casar-se com Carlos II, e que nos deixou diversos aspectos da travessia dessa viagem e, entre êles, o da partida e o da chegada ao pôrto inglês.

A entrada de pintores nestes e outros séquitos era então corrente nos países civilizados, representando os artistas papel análogo ao que representam hoje os repórters-fotógrafos; e para não termos dúvida de que isto se praticava em Portugal desde há muito, talvez por imitação do que sucedeu no comêço do século quinze, a quando do pedido de casamento da princesa D. Isabel, filha de D. João I, basta lembrarmo-nos de que o estudo das tapeçarias de Arzila mostra-nos ter Nuno Gonçalves acompanhado ali D. Afonso V, sem esquecermos a referência escrita, e essa perentória, da ida de um pintor na embaixada portuguesa ao Prestes João.

Iconogràficamente, há ainda a registar o pormenor dos marinheiros figurados em algumas das embarcações e que nos aparecem, pela primeira vez, em documentos plásticos da época. Todos os demais navios que conhecemos dos representados então, como os que se vêem nos 3 painéis (dois duplos) que compunham o antigo retábulo do altar de S.ta Auta da Madre de Deus, são dados desertos e os tripulantes dos barcos que se vêem junto dêles vestem trajos ricos à moda dos usados na côrte,

como convém a personagens figurando em actos de tão excepcional importância. O que, por si só, bastaria para tornar documentalmente preciosa esta tábua, pois assim acabam as dúvidas sôbre o trajo de faina dos nossos marinheiros da época, que ficamos sabendo vestirem calças largas e curtas, ou sejam as bragas, *ainda hoje usadas em algumas terras nossas.*

Mas não é só êsse o interêsse desta pintura. Ao seu grande e excepcional valor iconográfico, junta-se o seu, ainda maior, valor artístico. De resto, êste valoriza sempre aquele. Trabalho indiscutível de Gregório Lopes e do seu período áureo, pois a sua obra do Convento de Cristo de Tomar (1536), se ainda valiosa, acusa já o comêço da sua decadência, que mais se acentua no retábulo da Igreja de S. João da mesma cidade (cêrca de 1540), êste painel, sendo contemporâneo do retábulo de Santa Auta, da Madre de Deus, é, com a série de S. Bento, do Museu de Arte Antiga, e a da Igreja de Santa Cruz de Coimbra, do melhor que nos resta do artista.

A demonstração da sua autoria levar-nos-ia longe, e não cabe por isso agora aqui. Ficará para depois, quando, o que será breve, nos ocuparmos, na LVSITANIA, de Gregório Lopes, em estudo que dará à obra dêste artista régio a valorização que ela merece. Entretanto, não queremos deixar de acentuar, desde já, quanto êste quadro põe mais em evidência os conhecimentos do meio e das coisas marítimas, já afirmado pelo pintor na série de Santa Auta.

O rigor com que são dadas tôdas as embarcações, desde a grande nau que vemos no primeiro plano, ao centro, e que é talvez a «Sancta Catherina de Monte Sinay», em que viajava a Infanta, até à pequena fusta que se vê à direita, em plano longínquo, e que é de tal ordem que ficamos sabendo como as naus portuguesas eram características e diversas das

flamengas, é já alguma coisa, e ainda mais se compararmos os navios dêste painel com a quási totalidade dos que povoam os painéis alheios de igual período. Mas se juntarmos a isso o que a pintura nos diz da visão que o artista tinha das águas e da atmosfera marítima e a sua maneira de agrupar e compor, livre aqui das influências e sugestões, a que não podia escapar, quando tratava temas religiosos tradicionais, temos que dar a Gregório Lopes um dos primeiros lugares entre os melhores pintores de marinhas de todos os tempos e de o considerar como verdadeiro precursor dos grandes mestres holandeses da especialidade, no século dezassete.

De surpreender era que a nossa faina marítima, então tão importante, não tivesse impressionado um só dos nossos pintores quinhentistas, e que as narrações dos cronistas coevos não tivessem assim, nesse ponto, a ilustrá-las uma só «imagem» concreta, realizada na mesma matéria em que o grande Nuno Gonçalves imortalizou os homens que planearam e começaram a efectivar as nossas descobertas. O painel de Gregório Lopes vem agora provar-nos que os que tal pensavam se enganavam, e que a vida dos nossos pescadores e navegadores não foi, assim, para os nossos pintores primitivos, apenas simples acessório ou comentário dos fastos da agiologia, mas tema essencial e fundamental em que os artistas portugueses da época viveram e comungaram, como filhos e irmãos que eram dos que, sôbre as águas do mar, labutaram e lutaram então pela Terra em que nasceram.

J. DE F.

A CONCEPÇÃO COSMOLÓGICA NOS «LUSÍADAS»

PARA poder cantar com verdade «o peito ilustre lusitano» que na terceira estância anuncia como objecto dos *Lusíadas*, leu Camões cuidadosamente as crónicas de Duarte Galvão, Rui de Pina e Fernão Lopes, as *Décadas* de João de Barros e a *História do Descobrimento e conquista da Índia*, de Castanheda. Como as navegações portuguesas de descobrimento de ilhas e terras firmes «não se fizeram indo a acertar, mas partiam os nossos mareantes mui ensinados e providos de instrumentos e regras de astronomia e geometria», como disse o cosmógrafo-mor, também Camões estudou o *Tratado da Sphera* de Pedro Nunes para adquirir a sciência dos astros, cujo seguro conhecimento transparece em todo o poema. O comércio da especiaria é o fim imediato da viagem do Gama, que na volta da Índia:

> *Leva pimenta ardente que comprara,*
> *A seca flor de Banda não ficou,*
> *A noz, e o negro cravo que faz clara*
> *A nova ilha Maluco, co'a canela,*
> *Com que Ceilão é rica, ilustre e bela.*
>
> (IX, 14)

De todos os produtos do Oriente lhe deu informação completa Garcia de Orta, autor dos *Colóquios dos simples e drogas e cousas medicinais da Índia*, obra que veio marcar uma nova fase no desenvolvimento das sciências naturais e para a qual o poeta compôs a magnífica ode de abertura. Do *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Morais, tomou lições de linguagem

apropriada aos feitos épicos, e foi buscar o título do poema ao *Vincentius levita et martyr*, de André de Rèsende, que primeiro compôs e usou a palavra *Lusíada* e assim ficou sendo o padrinho da epopeia[1]. A «tuba canora e belicosa» entoa pois um canto estruturalmente nacional, não só pelo assunto como pelas fontes em que se inspira, e com inteira razão o imortal poema tem sido designado como a Bíblia da pátria portuguesa.

Mas a epopeia ultrapassou os limites nacionais para ser uma das obras primas da literatura mundial, pelo alto interêsse humano que encerra, pois canta uma importante fase da história da civilização, na qual a nação portuguesa teve o primeiro lugar. No final do poema, Tetis mostra aos argonautas lusitanos o orbe terráqueo tal como será desvendado em futuros descobrimentos, não esquecendo a viagem de Magalhães, «no feito com verdade português». Todo êsse movimento, que provocou a expansão dos povos europeus, rompendo as fronteiras do mundo medieval, resultou do plano concebido e pôsto em acção pelo Infante D. Henrique, terceiro filho do rei D. João I, o conquistador de Ceuta:

> *Conceito digno foi do râmo claro*
> *Do venturoso rei que arou primeiro*
> *O mar, por ir deitar do ninho caro*
> *O morador de Abila derradeiro.*
>
> (VIII, 71)

Assim fala o Gama quando conta ao Samorim a seqüência de empreendimentos marítimos que produziram a circumnavegação da África e por fim o trazem à Índia. Do Infante Navegador diz Nordenskiöld: «a série de expedições, organizadas por êle, forma um ponto em que muda de curso, não só a história da navegação e comércio, mas a de tôda a civilisação»[2]. Os

[1] Veja-se: *Fontes dos Lusíadas* (separata do *Instituto*), do Dr. José Maria Rodrigues, *Flora dos Lusíadas*, do Conde de Ficalho, e a nossa *Astronomia dos Lusíadas*.

[2] «Nevertheless the series of expeditions that he fitted out forms a turning-point in the history not only of navigation and commerce, but in that of the whole world» (*Periplus*, p. 117).

Lusíadas adquiriram um interêsse universal porque são a epopeia da conquista integral da Terra pelo homem.

No globo, que Tétis mostra aos portugueses no último canto, podem êles ver os dez orbes que giram em tôrno da esfera terrestre, central e imóvel, e constituem a parte etérea da grande máquina do mundo pela qual se explicavam os movimentos das estrêlas fixas e errantes. São êles: as sete esferas dos planetas, cercadas pela das estrêlas fixas, por cima desta o nono orbe ou segundo móbil, produtor da precessão dos equinócios, e sôbre êste o décimo céu ou primeiro móbil, propulsor do movimento diurno. Esta máquina do mundo é contida num orbe imóvel, o Empíreo, « onde as mundas almas divinas gozam ». E tudo no seio de Deus:

Quem cerca em derredor este rotundo
Globo, e sua superficie tão limada,
É Deus, mas o que é Deus ninguem o entende
Que a tanto o engenho humano não se estende.

(X, 80)

Quando Camões compunha essas belas e substanciais estâncias, estava já impressa a obra de Copérnico, *De revolutionibus orbium coelestium.* Um sistema heliocêntrico análogo tinha sido já defendido, pelo ano 280 antes de Cristo, por Aristarco de Samos, precursor e inspirador de Copérnico. Seguida ainda por Seleuco um século depois, a hipótese heliocêntrica de Aristarco acabou por cair em completo olvido. Mas não sucederia agora assim. Os trabalhos imortais de Kepler e Galileu iam dar aceitação universal à teoria copernicana. Como representante da grande cultura do seu tempo, Camões fixa pois a concepção scientífica do Cosmos, iluminada pelo sentimento cristão, como ela se entendia no momento em que novas ideas vão dominar os espíritos. Esta concepção cosmológica, da época dos descobrimentos, era o resultado do esfôrço de longos séculos em que colaboraram os mais altos engenhos do mundo helénico e helenístico, os mais célebres sábios do Islame, profundos pensadores da religião judaica, veneráveis Doutores da Igreja cristã e os mais ilustres astrónomos do Ocidente.

Mas em língua nenhuma essa doutrina ficou tão belamente comemorada como no formoso e sucinto quadro em que a deixou delineada, nos seus traços principais, o génio de Camões, sábio e artista.

As naus dos descobridores portugueses levavam sempre o *Regimento* náutico com as regras para saber a latitude geográfica pela altura do sol ou das estrêlas, as horas da noite pela revolução da Ursa Menor ou do Cruzeiro do Sul, as marés pelo ângulo horário da Lua, e as mais coisas necessárias à navegação. Mas a esta parte prática juntava-se a tradução, em linguagem, do *Tratado da Esfera* de Sacrobosco, o qual continha uma exposição elementar da teoria dos movimentos dos corpos celestes. Desta maneira iniciados, os navegadores, quando observavam os astros, podiam imaginá-los transportados nas rotações dos orbes cristalinos. Assim se explica claramente que o cantor dos descobrimentos marítimos, a quem tal teoria encantava pela beleza do seu conjunto, se elevasse às culminâncias de cantor do Cosmos e do seu Criador.

A EVOLUÇÃO DAS TEORIAS ASTRONÓMICAS

Quem quiser formar uma idea completa do labor de séculos que custou esta concepção do Universo, percorra os cinco volumes da obra monumental de Pierre Duhem, *Le système du monde. Histoire des doctrines cosmologiques de Platon à Copernic* (Paris, 1913-1917). O ilustre professor da Universidade de Bordeus morreu infelizmente sem ter podido levar ao têrmo o seu formidável trabalho, tendo chegado ao fim do século XIII. O último grande capítulo da obra trata do Doutor angélico, S. Tomás de Aquino, que, preocupado pela questão dos motores das esferas celestes, atribui um anjo a cada orbe para presidir aos seus movimentos. O leitor assiste ao desenrolar de um emocionante filme animatográfico nos actos sucessivos dêste drama intelectual, resultante dos esforços dos homens mais notáveis de todos os tempos para desvendarem as leis dos movimentos das estrêlas e planetas, e conceberem tôda a máquina do mundo. Quem se contente, porém, com menos

larga leitura, pode aproveitar o excelente volume do Dr. Dreyer, *History of the planetary systems from Thales to Kepler* (Cambridge, 1906). Não se pode avaliar a importância da lição de mecânica celeste, dada por Tétis aos lusitanos, sem se percorrer, embora sucintamente e a largas passadas, a evolução das teorias astronómicas através dos tempos.

ASTRÓNOMOS E FÍSICOS HELENOS

O que se sabe a respeito das doutrinas astronómicas de Pitágoras, querendo começar pelo fundador (século VI a. C.) da célebre Escola itálica, florescente durante largos séculos, é que êle considerava a Terra como esférica e imóvel no centro do Universo, conhecia a lei do movimento diurno das estrêlas, já familiar aos filósofos gregos seus antecessores, e foi, segundo parece, quem primeiro explicou o curso do Sol, decompondo-o em duas rotações: uma, diurna, de oriente para ocidente em tôrno do mesmo eixo de rotação das estrêlas fixas, e a outra, anual, de ocidente para oriente, que o fazia descrever a eclíptica num plano inclinado sôbre o equador. Os seus primeiros discípulos estenderam esta decomposição, em duas rotações sôbre eixos diferentes, à Lua e aos outros cinco planetas ou estrêlas errantes.

O pitagórico Filolao, contemporâneo de Demócrito e Sócrates, expendeu uma teoria diferente. Fazia mover os planetas e a própria Terra em volta de uma esfera de fogo, imóvel no centro do mundo, que era o *Lar* do Universo, sede da Divindade, Trôno de Júpiter. A terra move-se em tôrno dêste fogo central, de ocidente para oriente, como o Sol e os outros planetas, mas num plano diferente, e a sucessão dos dias e das noites resulta das posições relativas que vão tomando o Sol e a Terra em volta do Trôno de Júpiter. E imaginava um outro astro, a Anti-terra ou *Antíctone*, movendo-se também em tôrno do fogo central, mas nem êste, nem a Antíctone, eram visíveis da parte habitada da Terra. No decorrer do tempo os Pitagóricos fizeram da Terra e Anti-terra os dois hemisférios de um astro único, em cujo centro estava o Lar do Universo. Assim Hicetas e Ecfanto punham a Terra no centro do mundo, mas, imprimiam-lhe um movimento de rotação pelo qual explicavam o dia

e a noite, e a revolução diurna das estrêlas. Se pois os Pitagóricos chegaram a atribuir as aparências do movimento diurno à rotação da Terra, nenhum dêles (e muito menos o fundador da Escola da Magna Grécia) se pode considerar como precursor de Copérnico, pois nunca por êles foi afirmado o movimento de translação da Terra em tôrno do Sol.

Platão, que se ocupa dos fenómenos astronómicos no *Fédon*, *República* e *Leis*, mas principalmente no diálogo *Timeu*, define assim o objecto da Astronomia geométrica: achar uma combinação de movimentos circulares e uniformes capaz de *salvar as aparências* do curso dos astros. Nestes precisos termos ficou pôsto o problema até o século XVII, quando Kepler substituiu os círculos por elipses.

Eudóxio de Cnido, que viveu na primeira metade do século IV a. C., deu do problema proposto por Platão a solução singularmente engenhosa das esferas homocêntricas. As estrêlas fixas, embutidas tôdas na mesma esfera, tinham com ela sua rotação diurna à volta da Terra. Ao Sol e à Lua atribuia Eudóxio um sistema de três esferas, girando sôbre eixos diferentes umas dentro das outras, e a cada um dos restantes cinco planetas um sistema de quatro esferas. Esta teoria exigia um número total de 27 esferas, concêntricas com a Terra, para salvar os fenómenos astronómicos.

Aristóteles, na sua Física, estabelecia como princípio inabalável que uma esfera celeste não podia ter movimento de rotação, se no seu centro não estivesse um corpo imóvel, e imóvel era só a Terra. Por isso aceitava o sistema de esferas homocêntricas de Eudóxio, elevando, porém, o seu número de 27 a 55. O fundador da Escola peripatética distingue nìtidamente do mundo sublunar, formado pelos *quatro elementos* (terra, água, ar e fogo), sujeito à geração e corrupção, os orbes celestes formados pela *quinta essência*, incorruptível, fixando o dogma da divindade dos astros, com esta diferença profunda entre o mundo *elemental* e o *etéreo*, que ainda se encontra nos *Lusíadas:*

Vês aqui a grande máquina do mundo
Etêrea, *e* elemental, *que fabricada*
Assi foi do Saber alto e profundo.

(X, 80)

Aristarco de Samos, o Copérnico da antiguidade, defende no século III a. C. a astronomia heliocêntrica, fazendo girar a Terra e os outros planetas à volta do Sol. O estóico Cleanto acusa-o de profanação sacrílega por se atrever a deslocar o Lar da Divindade, como mais tarde se hão de opor à teoria copernicana, por contrária à Bíblia, tanto o Protestantismo como a Igreja católica, acabando tal oposição por se reconhecer infundada. Seleuco, no século imediato, sustenta que não é pura concepção geométrica, mas realidade física, o sistema heliocêntrico, que cairá depois em completo esquecimento.

Hiparco (século II a. C.) descobre a precessão dos equinócios e explica a marcha anual do sol, aparentemente irregular ao longo da eclíptica, por um movimento uniforme sôbre um círculo excêntrico à Terra.

Por fim, no segundo século da era cristã, Ptolomeu apresenta a teoria completa dos sete planetas pelo sistema de excêntricos e epiciclos na sua *Magna Sintaxe matemática da Astronomia*, que os árabes denominarão *Almagesto*, obra tão justamente admirada e durante catorze séculos respeitada como código fundamental da astronomia. A doutrina ptolomaica salva matemàticamente os fenómenos, mas contradiz a Física de Aristóteles e por isso terá opositores, acabando afinal por dominar longamente.

INICIAÇÃO ASTRONÓMICA DOS CRISTÃOS

Os conhecimentos astronómicos dos cristãos aparecem primeiro nas obras dos Padres da Igreja, gregos e latinos, que na sua obra apologética trataram de conciliar a narrativa da obra dos seis dias, do *Génesis*, com a sciência profana. Assim, no século IV, seguindo na esteira de Orígenes, se ocuparam de Física e Astronomia: S. Basilio, S. Gregório de Nisseia, S. João Crisóstomo, S. Ambrósio e S. Agostinho, nos escritos que deixaram.

Quando os povos invasores do Império romano começaram a inflamar-se em desejos de saber, o bispo de Sevilha, S. Isidoro, cunhado de Leovegildo, rei dos Visigodos, escreve no

século VII, para iniciação dos bárbaros, a célebre enciclopédia *Etimologias*, em vinte volumes, *Etymologiarum libri XX*. As noções astronómicas e meteorológicas, expendidas nesta longa obra, foram por êle compendiadas num tratado único, intitulado *De rerum natura liber*, e aqui aparece um conceito novo. Isidoro imagina, por cima dos céus sólidos e móveis dos astrónomos pagãos, mais dois: um céu áqueo e sôbre êste um céu supremo, habitação dos puros espíritos. Esta última hipótese foi adoptada pelo Veneravel Beda e, no século IX, o suavo Walafrid Strabo, na sua *Glosa da sagrada Escritura*, comenta assim o primeiro versículo do *Génesis:* «O céu de que aqui se trata não é o firmamento visível, é o céu *empírio*, isto é, o céu ígneo ou intelectual, assim chamado, não por causa do seu ardor, mas pelo seu esplendor. Apenas criado, foi logo cheio de anjos.»

Esta frase, muito citada, habituou os Escolásticos latinos a chamarem *Empíreo* a êste céu supremo, imóvel, lugar dos bem-aventurados, de que Isidoro de Sevilha falou pela primeira vez e no qual ainda Camões inclui a máquina do mundo:

Este orbe, que primeiro vai cercando
Os outros mais pequenos, que em si tem,
Que está com luz tão clara radiando,
Que a vista cega, e a mente vil também,
Empíreo *se nomeia; onde logrando*
Puras almas estão daquele Bem
Tamanho, que Êle só se entende e alcança;
De quem não há no mundo semelhança.

(X, 81)

A ASTRONOMIA ENTRE OS SEMITAS

A invasão dos árabes trouxe para a península hispânica a sciência da Grécia e Alexandria, adquirida pelos invasores nas suas conquistas. Pouco a pouco as obras de Aristóteles, Euclides e Ptolomeu foram, entre outras, vertidas para a língua arábica. Traduções sucessivas da *Magna Sintaxe*, com o título *Almagesto*,

foram feitas nos vários reinos em que se foi dividindo o império do Califa, e assim o conhecimento da astronomia ptolomaica se estendeu desde o rio Indo até ao Ebro. O califa Almamum (813-833), fundador do Observatório de Bagdad, foi o primeiro grande protector da sciência, embora já do tempo dos califas omíadas houvesse um observatório em Damasco, e no tempo de Almansor tivesse já florescido, como astrónomo, o judeu Massahala, autor do compêndio de cosmografia muito conhecido na Idade-média com o título *De elementis et orbibus caelestibus*. Entre os astrónomos de Almamum distingue-se Alfragano (Mohammed ben Kotsair al Fergani) que escreveu uma espécie de resumo do *Almagesto* e é o primeiro astrónomo árabe que se ocupa das dimensões do sistema dos astros. Morreu em 833 ou 844. Tebit ben Cora (n. 836 — m. 901) é o autor da teoria do movimento de trepidação do Firmamento, exposta no livro intitulado *De motu octavae sphaerae* na tradução latina. Albaténio (Abu Abd Allah Mohamed, al Batani) observou entre os anos de 877 e 918, morrendo em 929. A sua obra astronómica, pela primeira vez traduzida no ano de 1145 por Platão de Tivoli (Plato Tiburtinus), foi publicada, com texto árabe e tradução latina, por C. Nallino em Milão, 1903, com o título *Albatenii opus astronomicum*. No Observatório do Cairo, sob a dinastia fatimita do Egipto, compôs IbnJunis (m. 1009) as *Tábuas Hakemitas*, dedicadas ao soberano reinante Al Hakem.

No século XI, Ibn Haitam, mais conhecido por Alhacen (Al Hassan ben al Hassan ben al Haitam), natural de Bassorá, falecido no Cairo em 1039, autor da Óptica conhecida através da Idade-média pelo título *Perspectiva de Alhacen*, que incluía um *Livro dos Crepúsculos*, escreve um *Resumo de astronomia*, no qual, em vez de compendiar as teorias meramente matemáticas dos epiciclos e excêntricos, puros círculos abstratos como aparecem no *Almagesto*, apresenta a imagem física dos movimentos dos astros por combinações de esferas sólidas, cristalinas, girando umas dentro das outras à maneira das *Hipóteses dos planetas*, outra obra também de Ptolomeu. Êste arranjo de esferas, que permite fabricar um modêlo material do que se julgava ser a realidade da máquina do mundo, dominará entre os cristãos do Ocidente, desde o fim do século XIII até aos tempos de Tico-Brahe e Kepler.

Arzaquel (Al Zarkali), natural de Córdova, inventor da *açafea* ou astrolábio universal, observou em Toledo pelos anos de 1060 a 1080, descobriu o deslocamento do apogeu solar entre as estrêlas e redigiu os Cânones para as chamadas *Tábuas de Toledo.*

O mais eminente dos peripatéticos árabes, o cordovês Averroes (Ibn Rochd), que viveu pelos anos 1120 a 1198, comentador e admirador fanático de Aristóteles, inflama-se contra a teoria planetária do *Almagesto.* ¿Como podem os astros mover-se em epiciclos e excêntricos, à roda de simples pontos geométricos? A Física peripatética estabelece que o movimento circular só pode efectuar-se em volta de um centro fixo, onde esteja um corpo imóvel, e imóvel é só a Terra. Esta e outras razões, tiradas da Física do Estagirita, levam Averroes a rejeitar as doutrinas de Ptolomeu, reclamando uma nova tentativa de esferas tôdas geocêntricas, à semelhança das de Eudóxio.

Outro cordovês ilustre, o judeu Maimónides, autor do *Guia dos desencaminhados*, reconhecendo a precisão com que a geometria do *Almagesto* permite calcular tábuas, sempre confirmadas pela observação dos astros, e respeitando ao mesmo tempo a Física de Aristóteles, emite a opinião que os homens devem contentar-se com uma teoria matemática para salvar as aparências do curso dos astros, e renunciar a estabelecer uma Física celeste. E cita, para persuadir da impossibilidade de compreender-se outra Física que não seja a do mundo sublunar, o salmo da Bíblia: «*Os céus são do Eterno, mas a Terra deu-a êle aos filhos de Adão*».

Alpetrágio (Al-Betrogi), astrónomo de Sevilha, tenta responder ao apêlo de Averroes com a sua *Teoria dos planetas provada pelos princípios físicos*, em que considera apenas nove esferas. A nona, superior a tôdas e sem astro algum, é animada apenas de uma rotação em cada dia sideral, movimento que se comunica às interiores, mas sucessivamente enfraquecido. A oitava, a das estrêlas fixas, tem uma rotação de oriente para ocidente, em tôrno do eixo do mundo, que não chega a completar-se num dia sideral, e mais uma pequena rotação complementar, do mesmo sentido, à roda dos polos do círculo dos doze signos. Assim cada estrêla descreve uma hélice a que êle chama curva *laulabina.* As irregularidades planetárias são expli-

cadas compondo três rotações do orbe de cada planeta em volta de três eixos diferentes. Dêste modo os polos particulares de cada uma das sete esferas planetárias descrevem curvas *laulabinas*, em tôrno do eixo do mundo. Êste sistema, que o seu autor não pormenorizou a ponto de poder fornecer tábuas astronómicas, e que a observação de-pressa condenará, vai ser empregado pelos peripatéticos medievais cristãos contra a *Sintaxe matemática* do grande astrónomo alexandrino.

TRANSMISSÃO DA SCIÊNCIA ÁRABE AOS LATINOS

Com a reconquista da Península, a sciência árabe vai sendo introduzida nas escolas latinas pelos tradutores. D. Raimundo, arcebispo de Toledo desde 1130 a 1150, institui o célebre colégio de intérpretes das obras do Islame. Sob a sua direcção trabalham juntamente um arabizante e um latinista; o primeiro traduz do árabe para a língua hispânica vulgar, e o segundo retraduz para latim. Por êste processo se verteram para a língua latina muitos tratados árabes. O latinista de D. Raimundo era um arcediago da Sé de Segóvia, Domengo Gondisalvi, e o arabizante era João Hispalense ou Hispanense. Assim Gondisalvi pôs em latim obras de Aristóteles, Al Farabi, Avicena e Al Gazali. A João Hispanense, de Luna, cabe especialmente a honra de primeiro ter revelado à Cristandade latina as doutrinas de Ptolomeu com a tradução, feita no ano 1134, da obra de Alfragano. O manuscrito desta versão, existente na Biblioteca Nacional de Paris, tem êste fecho: *Perfectus est liber Affragani in scientia astrorum et indicibus motuum celestium interpretatus in Luna a Johanne Hispanensi atque lunensi.*

O desejo de conhecer a própria obra de Ptolomeo traz a Toledo o italiano Gerardo de Cremona, ao qual se atribui a tradução de 74 livros árabes, relativos à Dialética, Aritmética, Álgebra, Geometria, Astronomia, Física e Medicina. A tradução do *Almagesto*, da versão árabe para latim, facto da maior importância na história da Astronomia, foi por êle feita no ano de 1175. Assim chegou ao conhecimento da Cristandade do Ocidente a *Magna Sintaxe* do grande astrónomo alexandrino. En-

tre as outras obras, por êle traduzidas, mencionaremos o *Liber de crepusculis* de Alhacen (Ibn Haitam). Esta tradução foi pela primeira vez impressa em Lisboa, 1542, como apêndice à obra original de Pedro Nunes, *De crepusculis liber unus*, reimpressa da mesma maneira em Coimbra, 1571, e ainda em Basileia, 1592. Gerardo de Cremona compôs um resumo intitulado *Teorica planetarum* (citado por D. João I no Cap. XVIII do *Livro da Montaria)*, que deve considerar-se como o mais antigo tratado de astronomia teórica produzido pela Escolástica latina.

A sciência islámica vai emanando de Espanha pela França, Alemanha e Inglaterra. Um frade inglês João de Holywood (hoje Halifax), chamado Joannes de Sacrobosco no latim medieval, que foi doutor de Paris, redigiu no meiado do século XIII um livro *De Sphaera*, no qual reüniu as noções mais elementares contidas nos escritos de Ptolomeu, Alfragano e Albaténio. Esta obra, comentada e traduzida para hebreu, alemão, inglês, francês, italiano, espanhol e português, teve um enorme sucesso como compêndio de ensino até o século XVII. A ela faz referência o nosso rei D. João I no *Livro da Montaria*. Foi o primeiro tratado reproduzido pela imprensa, em Ferrara, 1472. Conhecem-se três traduções portuguesas impressas: a do *Regimento* de Munich (1509?), a do *Regimento* de Évora (1517) e a de Pedro Nunes, *Tratado da Sphera*, 1537.

Os primeiros Comentários sôbre o livro de Sacrobosco são o de Miguel Escoto, astrólogo do imperador Frederico II e o de Roberto Inglês (Robertus Anglicus), escrito em Montpellier no ano de 1271. Querendo demonstrar que o mundo é contido dentro de uma superfície esférica, diz Sacrobosco, segundo a versão de Pedro Nunes: «Que o céu seja redondo há três razões: semelhança, proveito e necessidade. Pela semelhança se prova o céu ser redondo porque êste mundo sensível é feito à semelhança do mundo arquétipo, em o qual não há princípio nem fim. E por isso o mundo sensível tem figura redonda, em o qual não há princípio nem fim». Mestre Roberto Inglês explica assim êste passo: «A opinião que se deve ter torna-se evidente, considerando o que é o arquétipo do Mundo, existente na Inteligência divina antes da criação; à semelhança dêste arquétipo é que o Mundo foi criado; êste mundo [ideal] está pois na Inteligência divina; ora, segundo ensina Santo

Agostinho, o que está em Deus é idêntico a Deus; portanto, assim como Êle não tem princípio nem fim, também êsse Mundo não terá. Ora a figura que não tem princípio nem fim é a figura circular... ».

Êste conceito, inspirado no Neo-platonismo cristão de Santo Agostinho, é ainda o que Camões põe na bôca de Tétis quando mostra aos portugueses o globo transparente, transunto reduzido do mundo :

... um mesmo rosto
Por toda a parte tem, e em toda a parte
Começa e acaba enfim, por divina arte,
(X, 78)

Uniforme, perfeito, em si sustido,
Qual enfim o Arquetipo que o creou.
(X, 79)

Vês aqui a grande máquina do mundo
Etérea e elemental, que fabricada
Assi foi do Saber alto e profundo,
Que é sem princípio e meta limitada:
(X, 80)

O mesmo Miguel Escoto que, a pedido de Frederico II, comentou a *Esfera* de Sacrobosco, traduziu em Toledo, no ano de 1217, a *Teoria dos planetas* de Alpetrágio, trazendo para o seio da Escolástica do século XIII as discussões entre a astronomia ptolomaica e a Física aristotélica, entre uma teoria matemática, confirmada pelas observações, e uma Física deduzida de princípios metafísicos, ensinada por Arístóteles e seguida pelos seus comentadores, quer peripatéticos, quer neo-platónicos, gregos, árabes e judeus. Na Ordem dominicana é Alberto Magno quem torna conhecida a doutrina de Alpetrágio, ainda que sob uma forma excessivamente simplificada, juntando contudo objecções contra ela. O seu discípulo Tomás de Aquino hesita entre Ptolomeo e a doutrina das esferas homocêntricas. Thierry de Freiberg (na Saxónia), na sua obra *De intelligentiis et moto-*

ribus caelorum, decide-se resolutamente pela teoria dos epiciclos e excêntricos. O sistema de Alpetrágio não apresentava apenas o defeito de não ter sido levado a ponto de se prestar ao cálculo das tábuas astronómicas. Se os planetas se movessem sôbre esferas tôdas geocêntricas, a sua distância à Terra conservar-se ia sempre a mesma, e a observação repetida mostrava o contrário. A variação do diâmetro aparente dos planetas, a Lua eclipsada mais ou menos completamente no mesmo ponto da eclíptica (devendo por isso atravessar o cone de sombra a distâncias diferentes), o Sol em eclipse anular ou total no mesmo lugar do zodíaco, eram factos experimentais que manifestavam claramente que o Sol, a Lua e os planetas, ora se afastavam da Terra até o seu auge ou apogeu, ora se aproximavam até o perigeu. Assim, com Thierry da Saxónia triunfa no fim do século XIII, entre os Doutores dominicanos, a astronomia ptolomaica.

Na ordem franciscana, S. Boaventura, mais metafísico do que astrónomo, prefere o sistema das esferas homocêntricas ao de Ptolomeu. Rogério Bacon fica perplexo, não sabendo decidir-se entre as doutrinas do *Almagesto*, confirmadas pelas observações dos astrónomos, e a *Teoria* de Alpetrágio, mais conforme aos princípios dos Físicos. O astrónomo Bernardo de Verdun, também da Ordem dos frades menores, na sua obra *Tractatus super totam astrologiam*, escrita pelo fim do século XIII, julga a teoria de Alpetrágio definitivamente condenada pelas observações astronómicas, e afirma que a doutrina dos excêntricos e epiciclos, não como ela se lê no *Almagesto*, pura concepção matemática de combinações de círculos abstractos, mas como se apresenta nas *Hipóteses dos planetas* de Ptolomeu, ou no *Resumo* de Alhacen, realizada em esferas sólidas girantes umas dentro das outras, fica a salvo dos ataques de Averroes. Êste modêlo físico da máquina do mundo, já imaginado por Ptolomeu nas *Hipóteses* e retomado por Alhacen, parece ter chegado tarde ao conhecimento dos astrónomos latinos, visto que Rogério Bacon (n. 1214—m. 1294), no seu *Opus tertium*, lhe chama *imaginatio modernorum*, considerando-o como novidade. O planeta descreve o seu epiciclo, levado na rotação de uma pequena esfera, que é arrastada por seu turno na revolução de outra esfera maior excêntrica. Os movimentos circulares são con-

seqüência de rotações de esferas cristalinas, jogando, sem espaços vazios, umas no interior das outras.

A opinião de Bernardo de Verdun, recebida na sua Ordem, acabou por prevalecer na Universidade de Paris, onde os franciscanos exerciam grande influência pelo ano de 1300. Assim a teoria ptolomaica, considerada como satisfatória por físicos e matemáticos, ficou dominando nos três séculos seguintes.

O PRIMEIRO MÓBIL, RELÓGIO ASTRONÓMICO

No *Resumo de astronomia* de Alhacen considera-se, por cima da oitava esfera, que é o Firmamento das estrêlas fixas, uma nona esfera sem astro algum, a qual executa uma rotação em cada 24 horas. É o orbe de maior velocidade, e arrasta consigo tôdas as esferas inferiores, comunicando o movimento diurno a tôdas as astrêlas, fixas e errantes. Esta teoria é a mesma que se encontra no texto da *Sphaera* de Sacrobosco, e dizemos «no texto», porque os comentadores (entre êles Pedro Nunes) acrescentam nas suas anotações, pelos motivos que adiante veremos, mais um ceu à máquina do mundo, resultando ser, o décimo, o orbe mais alto. Transcrevemos o passo correspondente da tradução portuguesa que acompanha o *Regimento* da Biblioteca de Évora, o *Tractado da Spera do mundo:* «e ho nono ceo com seu movimento *arrabata* e *move* comsigo todollos mays debayxo darredor da Terra: em cada XXIV horas faze huma revolução» (pág. 5 da reprodução fac-similada do sr. J. Bensaude). Êste orbe, propulsor do movimento diurno, chamado primeiro Móbil, é o que Camões situa logo por baixo do Empíreo:

Debaixo deste circulo onde as mundas
Almas divinas gosam, que não anda,
Outro corre, tão leve e tão ligeiro,
Que não se enxerga: é o Móbile primeiro.

(X, 85)

Com este rapto, e grande movimento,
Vão todos os que dentro tem no seio:
Por obra deste o sol, andando a tento,
O dia e noite faz, com curso alheio.

(X, 86)

Naquele mesmo *Tractado da Spera do Mundo*, na parte relativa à «diversidade das noites e dos dias» (Cap. III), começa-se por mostrar como a marcha do sol na eclíptica, desde o primeiro ponto de Capricórnio, por Áries, até ao princípio de Câncer, se compõe com os 182 paralelos, em que o primeiro Móbil o arrasta durante as estações de inverno e primavera: «He de saber que ho sol sobindo do primeyro ponto de Capricórnio pera Aries ataa ho primeiro ponto de Cancer por ho *rapto e movimento* da nona spera descreve e faze cento e oytenta e dous paralellos» (pág. 22 da edição fac-similada). É êste *rapto e movimento* do primeiro Móbil que Camões repete no verso «Com este rapto, e grande movimento», juntando ao segundo nome, muito exactamente, o qualificativo *grande*. Assim não resta dúvida que *rapto* é substantivo, e não adjectivo. Os dois nomes, — rapto (no sentido de arrebatamento) e movimento —, correspondem aos dois verbos do passo, primeiro transcrito: «*arrebata e move* comsigo todollos mays debayxo».

Na estância 60 do Canto VII:

Um grande Rei de lá das partes onde
O céu volubil, com perpétua roda,
Da Terra a luz solar co'a Terra esconde,
Tingindo a que deixou de escura noda,

o «céu volúbil» é o primeiro Móbil, causador, com a sua perpétua roda, da sucessão dos dias e das noites. Na estância 72 do canto II, quando se descreve a chegada a Melinde, no domingo de Páscoa de 1498:

> *A memória do dia renovava*
> *O pressuroso sol* que o céu rodeia,
> *Em que Aquele, a quem tudo está sujeito*
> *O sêlo pôs a quanto tinha feito,*

o *céu* é o primeiro Móbil, que *rodeia*, isto é, faz andar à roda, o *pressuroso Sol.* Não se trata do movimento anual do Sol, mas do seu movimento diurno, em que é levado pela esfera mais alta, como mostra o adjectivo *pressuroso.* O relativo, *que* é complemento, e não sujeito, como geralmente se julga. O verbo *rodear,* em sentido causativo, encontra-se também na narrativa da batalha do Salado, quando comparada com a luta entre David e o gigante Golias:

> *Com palavras soberbas o arrogante*
> *Despreza o fraco moço mal vestido,*
> *Que* rodeando a funda, *o desengana*
> *Quanto mais pode a fé que a força humana.*
>
> (III, 111)

O pastor David rodeia a funda, como o orbe superior rodeia o sol em cada dia.

Aristóteles define assim o tempo, no livro IV da sua *Física:* «o tempo é o número relativo ao movimento quando neste se considera uma parte que precede e outra que se segue», e refere a sua medida à rotação uniforme da esfera suprema, concluindo: «é com efeito por êste movimento que são medidos todos os outros movimentos, e por êle é também medido o tempo. Por isso no *Reportorio dos tempos* de André do Avelar, Lisboa, 1590, fol. 2, r., se encontra ainda esta definição: «e assi dixe Aristoteles que o Tempo era huma certa medida e número do movimento do Primeiro móbil, considerando nêle partes passadas, presentes e por vir». No *Reportorio dos tempos* de Valentim Fernandes, Lisboa, 1563, na 4.ª página, diz-se também: «porque tempo não he al, se não huma conta ou medida certa que do continuo rodeo do ceo se colhe e alcança», e o mesmo se lê nas edições de 1528 e 1552.

Desta maneira se compreendem bem os versos da estância 22 do Canto III, referentes à Lusitânia:

Esta, o velho que os filhos próprios come,
Por decreto do céu ligeiro e leve,
Veio a fazer no mundo tanta parte,
Creando-a reino ilustre; e foi dest'arte.

O « céu ligeiro e leve » é o primeiro Móbil, relógio astronómico da medição do Tempo, que « o velho que os filhos próprios come » simboliza.

A unidade fundamental da medida do tempo é ainda hoje a mesma: o dia sideral, que, no sistema ptolomaico, se definia como o período de revolução do orbe supremo, ou primeiro Móbil, e hoje se define como o período de revolução do orbe terráqueo.

O CURSO PRÓPRIO DAS ESTRÊLAS FIXAS

Hiparco (séc. II a. C.), comparando as suas observações com as de Ticómaris, feitas século e meio antes, notou que as estrêlas fixas se deslocavam tôdas paralelamente à eclíptica, de ocidente para oriente, crescendo lentamente as suas longitudes, e descobriu assim a chamada precessão dos equinócios. Ptolomeu adoptou, como velocidade dêste deslocamento, um grau por século. Por isso, no interior da nona esfera, que dá uma volta em cada dia, girando sôbre os polos do equador, considera Sacrobosco a oitava esfera, o Firmamento, a deslizar em tôrno das linhas dos polos do zodíaco, lentamente, em sentido contrário do movimento diurno, devendo completar a revolução dos 360 graus em 36.000 anos. Êste era o movimento atribuído à esfera das estrêlas fixas, como próprio dela. Assim a eclíptica móvel do Firmamento, nesta vagarosa rotação uniforme de um grau por século, conserva constante o seu ângulo de inclinação sôbre o equador, de 23° 51′, segundo Ptolomeu. Mas astrónomos anteriores ao autor da *Magna Sintaxe* tinham

dado 24 graus como medida dêste ângulo, e os astrónomos de Almamum acharam depois 23° 33′. Desta maneira se foi notando um sucessivo decrescimento de tal inclinação. E se Ptolomeu considerava de um grau por século o andamento da esfera das estrêlas fixas, o árabe Albaténio adoptava depois um andamento menos lento, à razão de um grau em 66 anos. Tebit ben Cora tentou explicar esta dupla variação pela célebre teoria da trepidação ou de *acesso e recesso*, exposta no seu tratado *De motu octavae sphaerae*, da qual precisamos dar uma muito rápida explicação.

FIG. 1

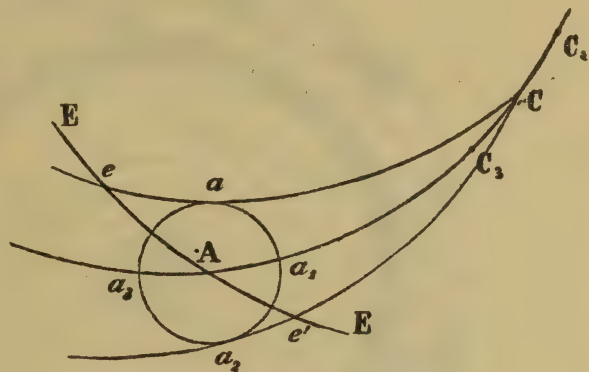
Na figura 1, a linha *A C*, representativa da eclíptica fixa na nona esfera, intercepta o equador (representado pela linha *EE*) no ponto *A*, princípio de Aries. Em volta de *A* como centro considera-se, na concavidade da mesma nona esfera, um pequeno círculo $a a_1 a_2 a_3$ com um raio de 4° 18′ 43″. A linha *a C* é a eclíptica móvel da oitava esfera. Um dos seus pontos, *a*, é levado sôbre êste círculo menor com movimento uniforme, ocupando sucessivamente as posições a_1, a_2, a_3, e regressando a *a* no fim de 4171 anos e meio. O ponto *C*, distante de *a* 90 graus, obrigado a deslocar-se sôbre a eclíptica fixa, tem um movimento de vai-vem, de *C* para C_1, de C_1 para C_3, voltando a *C* no fim do mesmo período. A eclíptica móvel oscila assim entre as duas posições extremas, *Ca* e Ca_2, variando a sua inclinação sôbre o equador *EE*, e a sua intersecção com êle, ponto vernal aparente, desloca-se entre *e* e *é*, ora no sentido directo *eé*, ora no sentido retrógrado *ée*, de 10° 45′ para um e outro lado do ponto *A*, que é portanto o ponto equinocial médio da primavera. No ponto

diametralmente oposto a *A* (a figura 2 oferece uma vista de conjunto) considera-se, ainda na nona esfera, o princípio de Libra, ponto equinocial médio do outono, como centro de outro círculo menor do mesmo raio, onde se move um ponto da eclíptica movel, diametralmente oposto a *a*. Tal era em resumo a hipótese da trepidação, de Tebit ben Cora, expli-

FIGURA DA MÁQUINA DO MUNDO, EM QUE SE VÊ A TERRA CERCADA PELAS DEZ ESFERAS CELESTES, INCLUINDO JÁ O PRIMEIRO E O SEGUNDO MÓBIL, REPRODUZIDA DA *SPHAERA* DE SACROBOSCO, EDIÇÃO DE ANTUÉRPIA, 1566

cada por um movimento uniforme sôbre dois círculos menores, sempre no mesmo sentido, de dois pontos da oitava esfera, e considerada como o movimento próprio desta esfera.

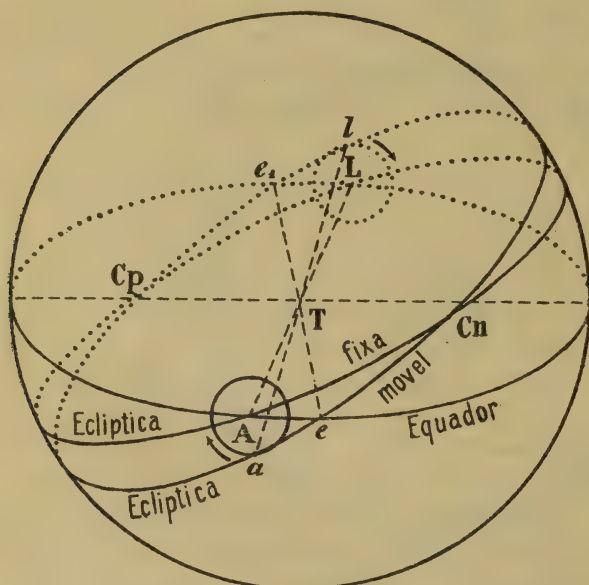
Os astrónomos do século XIII, tendo de escolher entre as duas teorias, de Ptolomeu e de Tebit, sabendo as avaliações diferentes da precessão dos equinócios e do ângulo da eclíptica com o equador, acabaram por juntar as duas teorias, embora

modificadas, num sistema (geralmente atribuído aos astrónomos do rei Afonso, o Sábio), segundo o qual a oitava esfera, além do movimento trepidatório, tinha uma rotação constante, de ocidente para oriente, o que levou a acrescentar mais uma esfera à máquina do mundo. O primeiro Móbil passou a ser a décima esfera, propulsora do movimento diurno. Dentro desta, a nona, chamada « segundo Móbil », girando lentamente em tôrno dos polos do zodíaco, e arrastando consigo todos os orbes interiores, produzia a precessão dos equinócios. A oitava esfera, o Firmamento das estrêlas fixas, levada na rotação lenta do segundo Móbil, tinha além disso, como movimento próprio, o de trepidação ou de acesso e recesso.

O rei Afonso X de Castela, em cujo tempo a cidade de Toledo floresceu como nunca, na sua qualidade de terra de transmissão, à cristandade latina, da sciência helénica, cultivada e continuada pelos árabes, tinha sob a sua direcção, como é sabido, uma junta de astrónomos, cristãos, árabes e judeus. As famosas *Tábuas afonsinas*, terminadas no ano de 1252 em que êle começou a reinar, foram depois traduzidas para latim, não se sabe por quem, nem em que ano. Foram as *Tabulae Alfonsi*, redigidas em latim, que se espalharam pela Europa, sendo impressas pela primeira vez em 1483, e muitas vezes reeditadas. Ora destas *Tabulae* resulta que os astrónomos afonsinos (se não foram os tradutores latinos) atribuiam à oitava esfera um movimento de rotação lenta, acompanhado de trepidação. A nona esfera, levada no giro diurno da décima ou primeiro Móbil, desliza, em sentido contrário, dentro desta em volta dos pólos do zodíaco, à razão de 1°28′ em cada 200 anos, devendo completar esta lenta rotação em 49.000 anos. E em-quanto a eclíptica do segundo Móbil desliza dentro da do primeiro, o oitavo orbe executa o seu movimento de acesso e recesso, sendo de 7.000 anos o período desta oscilação trepidatória. *ACnLCp* (figura 2) é a eclíptica fixa na nona esfera. Os pontos *a* e *l* do oitavo céu movem-se sôbre os pequenos círculos descritos em volta dos pontos de Áries, *A*, e de Libra, *L*, na concavidade da nona esfera. A eclíptica móvel *aCnlCp* oscila assim de uma a outra banda da fixa, cortando-a, porém (e nisto se faz dife-

rença da teoria de Tebit), sempre nos mesmos pontos, *Cn*, princípio de Câncer, e *Cp*, princípio de Capricórnio, pelos quais desliza, ora no sentido directo ora no retrógrado. Os arcos *A Cn* e *L Cp* são ambos de 90 graus; os arcos *a Cn* e *l Cp* são, ora maiores, ora menores. Os pontos equinociais aparentes, *e* e e_1, intersecções da eclíptica móvel com o Equador, oscilam sôbre êle, para um e outro lado de *A* e de *L*, pontos equinociais médios: vernal, *A*, e outonal, *L*.

FIG. 2

Pedro Nunes, na sua tradução da *Sphaera* de Sacrobosco (pág. 8 da edição fac-similada do *Tratado da Sphera*, do sr. J. Bensaude), para modernizar o texto que atribui o movimento lento, de ocidente para oriente, ao Firmamento das estrêlas fixas, acrescenta esta anotação marginal: «Isto segundo a opinião de Ptolomeu porque os astrologos que depois foram acharam que êste movimento de ocidente para oriente pela ordem dos signos pertence á nona esphera, e que não he em cem anos hum grao mas em 200 hum grao e 28 minutos, de sorte que em 49 mil annos, falando naturalmente, se comprirá sua revolução. E o movimento proprio á oitava he o da trepidação que se faz em 7000 annos». De acôrdo com esta doutrina se descreve nos *Lusíadas*, debaixo do primeiro Móbil (que no poema é o décimo céu), o andamento do segundo Móbil ou nono céu:

Debaixo dêste leve anda outro lento,
Tão lento e subjugado a duro freio,
Que emquanto Febo, de luz nunca escasso,
Duzentos cursos faz dá êle um passo.
(X, 86)

Camões arredonda um grau e 28 minutos num grau e chama-lhe *um passo*. Imediatamente se segue o oitavo céu, firmamento das estrêlas, com o seu movimento próprio, o de trepidação, de que fala Pedro Nunes:

Olha est'outro de baixo que esmaltado
De corpos lisos anda, e radiantes,
Que também *nêle tem* curso *ordenado,*
E nos seus axes *correm scintilantes.*
(X, 87)

As estrêlas participam do movimento diurno, comunicado pelo décimo orbe, e do movimento lento de precessão, comunicado pelo nono, mas, além dêstes dois, têm *também* seu *curso* próprio, de acesso e recesso, no oitavo orbe, em volta dos *seus axes* que são os pontos equinociais médios, vernal e outonal (*A* e *L* na fig. 2), fixos na nona esfera.

Orôncio Fíneo, o professor parisiense, que em 1525 fêz uma edição das *Teoricæ novæ planetarum* de Purbáquio, livro de que nos vamos ocupar, ao terminar a descrição de uma figura explicativa do movimento trepidatório, acrescenta: «Haec facilius solido quam plano deprehenduntur instrumento». Vê-se que era usual o emprêgo de um modêlo esférico para facilitar a compreensão da teoria.

Camões conhecia perfeitamente o triplo movimento da oitava esfera como se ensinava no seu tempo.

AS «TEÓRICAS NOVAS» DE PURBÁQUIO

Passando dos tempos da Escolástica para os do Humanismo em que se procura a sciência helénica, não através das obras

do Islame, mas directamente nas fontes originais, referir-nos hemos apenas a Jorge Purbáquio (n. 1423—m. 1461), o mestre de Regiomontano, que percorreu a Itália, como depois o seu discípulo, em busca de manuscritos gregos, e aí se relacionou com Giovanni Bianchini, autor de uma edição das *Tabulae Alfonsi*. Professor em Viena de Áustria desde 1454, compôs uma obra, *Theoricae novae planetarum*, pela primeira vez impressa em 1460, e adoptada durante muito tempo como compêndio nas Universidades, onde fazia continuação à obra de Sacrobosco. Era um resumo das teorias planetárias de Ptolomeu, explicadas pelas rotações de esferas sólidas, seguidas da teoria da oitava esfera, à qual se atribui o movimento de acesso e recesso, além dos que lhe comunicam as duas esferas superiores. Pedro Nunes, no seu *Tratado da Sphera*, junta ao tratado de Sacrobosco a tradução das «Teóricas» do Sol e da Lua, de Purbáquio, e no volume das suas obras impresso em Basileia, 1566, inclui o comentário *In theoricas G. Purbachii annotationes*. As *Theoricae novae planetarum* tiveram muitas edições. Reproduzimos duas pequenas gravuras da edição de Paris, 1525, feita por Orôncio Fíneo (Figs. 3 e 4).

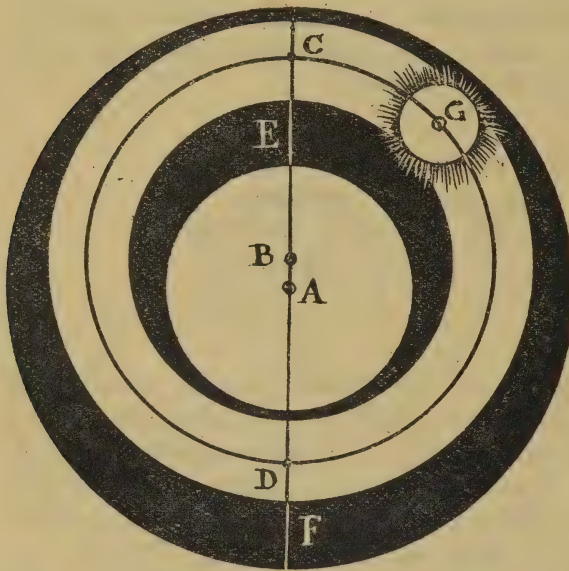



FIG. 3

Cada um dos orbes dos sete planetas é, no seu conjunto, concêntrico com a Terra, e seguem-se os sete na ordem: Saturno, Júpiter, Marte, Sol, Vénus, Mercúrio, Lua, como se descreve na admirável estância:

Debaixo deste grande Firmamento
Vês o céu de Saturno, deus antigo,
Júpiter logo faz o movimento,
E Marte abaixo, bélico inimigo;
O claro ôlho do céu no quarto assento,
E Venus que os Amôres traz consigo;
Mercúrio, de eloqüência soberana;
Com tres rostos abaixo vai Diana.

(X, 89)

Cada um dêstes sete orbes é composto de várias esferas. O mais simples é o do Sol (fig. 3). O astro do dia, *G*, levado no excêntrico, dá sua volta num ano, ora afastando-se da Terra, cujo centro é representado em *A*, até o seu auge ou apogeu em *C*, ora aproximando-se até o perigeu em *D*. Os outros planetas (fig. 4) são levados na pequena esfera girante do epiciclo que por seu turno é transportada na rotação do deferente excêntrico, em períodos que vão desde um mês, para a Lua, até 30 anos, para Saturno. O planeta estará na maior distância da Terra quando estiver ao mesmo tempo no apogeu do seu epiciclo e no apogeu do deferente, e estará à mínima distância quando simultaneamente no perigeu do epiciclo e no do deferente. Resumindo:

FIG. 4

Em todos estes orbes diferente
Curso verás, n'uns grave e n'outros leve;
Ora fogem do centro longamente,
Ora da Terra estão caminho breve.

(X, 90)

DESDE «O TIMEU» ATÉ «OS LUSÍADAS»

No seu livro, *Camões, os Lusíadas e a Renascença em Portugal,* deixou Oliveira Martins esta apreciação: «Mas se a cosmographia é phantastica, a geographia pelo contrário é, por via de regra, verdadeira». Não se pode imaginar juízo mais errado do que êste que classifica de *fantástica* a cosmografia dos *Lusíadas*, pois não resta dúvida que ela é rigorosamente scientífica, tão scientífica no seu tempo como hoje o são as teorias mais modernas. E quanto mais se estuda o poema, cada vez se verifica melhor a exactidão de tôdas as referências astronómicas, como nos tem acontecido.

A teoria geocêntrica ptolomaica ia ser abandonada no século XVII, adoptando-se definitivamente a doutrina heliocêntrica de Copérnico, que Kepler modifica, substituindo os órbitas circulares por elipses. Newton formulará depois a lei da gravitação universal. E continuar-se há, como se está vendo já.

Fruto da elaboração de séculos, em que colaboraram as melhores inteligências de várias raças e religiões, a máquina do mundo dos *Lusíadas* fica marcando um dos mais importantes estádios na evolução da sciência dos astros. A descrição que o poeta faz, concisa e bela, conserva o rigor das que se encontram nos livros dos sábios, seus contemporâneos.

Pierre Duhem dá à obra, a que já nos referimos, *Le système du monde*, o sub-título: *Histoire des doctrines cosmologiques de Platon à Copernic.* Quem queira de novo escrever a história da evolução da astronomia nos tempos que precedem a adopção do sistema de Copérnico, principiando também com Platão, poderá muito bem intitular essa obra: *História das teorias cosmológicas desde O TIMEU de Platão até OS LUSÍADAS de Camões.*

Com efeito, em obra alguma ficou comemorada em forma tão perfeita, como na epopeia portuguesa, essa concepção, dominante no tempo dos grandes descobrimentos, em que os astros eram levados nas rotações das esferas cristalinas, por cima das quais se imaginava o Empíreo imovel, o Céu sereno, que Camões ora nos apresenta como habitação de Deus e das mundas almas divinas, ora, numa visão pagã, como o

A CONCEPÇÃO COSMOLÓGICA

Olimpo luminoso, onde os deuses, deixando dos sete céus o regimento, se reunem em concílio glorioso para tratar dos heróicos feitos dos fortes Lusitanos, protegidos da formosa Dione que, no regresso da Índia, lhes prepara a ilha alegre e namorada, donde

Levam a companhia desejada
Das ninfas, que hão de ter eternamente,
Por mais tempo que o Sol o mundo aquente.

Coimbra, Novembro de 1924.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

A ICONOGRAFIA DE CAMÕES

NOTAS AO RETRATO DA PORTADA

DANDO aqui o retrato de Luís de Camões mandado gravar por Gaspar Severim de Faria para seu tio, não consideramos esta gravura de Paulus, com que Manuel Severim ilustrou, em 1624, os seus «Discursos Varios Politicos», como a imagem mais fidedigna do grande Poeta. Para nós, êste retrato não é senão a variante, com ligeiras modificações, do que acaba de publicar o sr. Afonso de Ornelas e que é propriedade dos herdeiros da Senhora Marquesa do Rio Maior. Êste último não pode já agora assim deixar de ser considerado como o prototipo de tôdas as imagens de Camões.

Mas a-pesar disso preferimos-lhe o de Manuel de Severim. É que êle, estando há muito consagrado como a imagem autêntica de Camões, é a transposição honesta e lógica da iluminura de Goa. De lamentar é só que esta não possa ter, iconogràficamente, senão um relativo valor, por não ser feita do natural ou não ter, pelo menos, sido realizada quando ainda o Poeta vivia.

Sôbre a autenticidade da iluminura [1] não pode haver dúvidas, como não há dúvida também de que, ao servir-se dela, o autor do desenho, gravado por Paulus, teve o cuidado de tirar-lhe o carácter oriental que o mesmo acusa e, lògicamente, a envelheceu ainda, dando-nos o Camões tal como êle o supôs já em Lisboa e de regresso da Índia. Igualmente se não esqueceu de o romanizar à maneira do que era, há muito, corrente com os Poetas que a posteridade

[1] (Iconografia de Camões, por Afonso de Ornelas, Lisboa — 1925).

definitivamente consagrava. É esta, pelo menos para nós, a conclusão que se impõe.

A obra literária de Camões parece afirmá-lo como um visual, mas até que ponto êle o foi e, sobretudo, como o foi, é difícil dizê-lo. Faltam-nos os elementos necessários para tal. O que é certo porém é que, nem nos *Lusíadas*, nem nas suas outras produções, se encontra uma só referência a qualquer artista plástico seu contemporâneo, e isto quando, pelo menos, um: Cristóvão de Morais, pintor de côrte, ia, após Sanches Coelho, sucessivamente e com pequenos intervalos passando à tela a figura do seu rei e protector: D. Sebastião.

Além disso e para que não fiquem dúvidas de que a iluminura da casa de Rio Maior foi a origem dos retratos que se conhecem do grande épico, há ainda o facto de que o retrato de Severim e os demais nada mostram das características dos retratos dos nossos pintores da época e que são as que se podem ver nas telas de Cristóvão de Morais.

Bem português e com filiações nítidas na obra de Sanches Coelho, Cristóvão de Morais, mais desenhador do que pintor, como aquêle, é bem o reflexo da corrente então dominante na Europa e, como tal, parente próximo dos Clouets e dos demais pintores em voga lá fora.

JOSÉ DE FIGUEIREDO

CELEBRAÇÕES CAMONIANAS NA EUROPA E NA AMÉRICA

A CADEIRA DE CAMÕES NA UNIVERSIDADE DE LISBOA

O facto essencial, de universal sentido e alcance nacional, produzido entre nós na comemoração do Centenário de Camões, foi a criação da cadeira de Camonologia na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ao Dr. Afrânio Peixoto cabe a glória de haver exalçado, no Rio-de-Janeiro, a admirável iniciativa. Esta, vinda de além do Atlântico, da terra fraterna e bela onde o patriotismo dos *Lusíadas*, portugueses ou de portuguesa origem, se afervora sem fim, assume significação mais comovente, e a maior altura sobe. «Piedosamente imbuído desta ideia — disse o Dr. Afrânio Peixoto na sua conferência acêrca da *Camonologia*, realizada no Gabinete Português de Leitura, do Rio-de-Janeiro, — cuidando representar aqui o espírito maravilhado dos admiradores do Poeta, quis convosco, nesta hora soleníssima da consagração, em que se celebra o 4.º centenário do maior dos *Lusíadas*, de Luís de Camões, quis trazer-lhe a homenagem de meu amor, noutra ideia... ¿Por que se não havia de criar, em universidade portuguesa, uma cadeira de *Estudos Camonianos*, para exegese e ensino de Camões, que é tôda uma literatura, um passado, um futuro, um idioma, duas pátrias?... Essa ideia de amor caíu em corações generosos, pois que o quisera eu, fôsse um dom de *Lusíadas* à mãe-Pátria. Dirigi-me à Colónia Portuguesa do Rio-de-Janeiro, e iria às outras, se isso fôsse preciso. Mas nem aquilo o foi, porque à primeira porta em que bati, levado por mão amiga [1], não me deixou ir adiante: o Ex.mo Sr. Zeferino

«[1] A do Ex.mo Sr. Comendador Alexandre Herculano Rodrigues.»

de Oliveira, tão lusíada como camoniano, tomou só a si realizar a emprêsa, a que o Govêrno Português, pela sua representação diplomática, deu o *placet* do seu reconhecimento. O *feito nunca feito* está realizado.»
Admirável feito de civismo, em verdade, êste que tanto distingue o coração e o espírito do excelso Doador, e que o eminente escritor brasileiro celebra com profunda comoção nestoutro passo da sua conferência: «Sinto, meus senhores, neste instante, uma das maiores emoções da minha vida; a de um homem fraco, *baxo e rudo*, como diria o Poeta, que, a poder apenas do seu muito amor, consegue, graças à generosidade portuguesa, esta maravilha: Camões, assunto de humanismo, de civismo, de patriotismo, ensinado numa universidade lusitana, para glória e honra de nossa Língua, de nossa Raça, de nossa História e de nossas Aspirações!»

Celebremos nós também com gratidão fervorosa a acção elegantíssima do opulento industrial, que assim conseguiu realizar esta coisa geralmente desconhecida de portugueses ricos: — *espiritualizar o dinheiro*. E desejemos que o exemplo venha a ser tão fecundo quanto foi até hoje excepcional — fecundo em terra pertuguesa, onde dir-se ia que os corações dos naturais não logram bater com os ritmos generosos que animam os de outros Portugueses, aos quasi a viva lembrança da Pátria longínqua ennobrece.

Na inauguração da cadeira de Camões, confiada, por comum desejo das duas partes contratantes, ao eminente professor Sr. Dr. José Maria Rodrigues, pronunciou o director da Faculdade de Letras, de Lisboa, Sr. Dr. Queirós Veloso, um discurso de congratulação e agradecimento.

Referindo-se aos Srs. Zeferino de Oliveira e Dr. Afrânio Peixoto, disse estas palavras que transcrevemos e arquivamos, associando-nos de todo o coração às homenagens prestadas:

«Foi grande a honra que a Faculdade de Letras recebeu em haver sido escolhida para sede e guarda da cadeira de Estudos Camonianos. Em Outubro próximo será ela inaugurada solenemente, tendo o Conselho resolvido dar à sala onde se efectuem as lições, o nome dêsse benemérito compatriota a cuja rasgada generosidade se deve que o «feito nunca feito» fôsse realizado. E ao professor ilustre, ao médico eminente, ao escritor insigne, ao presidente da Academia Brasileira — a mais respeitável das instituïções literárias do Brasil — será então conferido o grau de Doutor em Letras, a mais alta distinção que a Faculdade pode outorgar a alguém.»

CELEBRAÇÕES CAMONIANAS

CAMÕES E OS PORTUGUESES NA AMÉRICA DO NORTE

TEMOS presente o número de 18 de Junho de 1924 do jornal português *A Alvorada*, que se publica em New Bedford, Massachussets, Estados-Unidos, e nêle encontramos notícia de várias celebrações camonianas ali realizadas por iniciativa da benemérita colónia portuguesa, com assistência ou cooperação de várias autoridades administrativas e universitárias norte-americanas.

Em Bristol, R. I., fêz uma conferência sôbre Camões o dr. Xavier de Valez, professor oficial, usando também da palavra o cônsul e vice-cônsul de Portugal em Providence. Em Waterbury houve cortejo, em que se incorporaram mais de duzentos portugueses, e à noite sessão solene, discursando o vice-cônsul de New-Haven, sr. João Denis, e o cônsul de Boston, sr. Eduardo Carvalho; depois baile até às 11 e meia da noite, e por último um « grande jantar à portuguesa ».

Em Ludlow realizaram-se as festas camonianas no Grémio Lusitano, instalado em edifício expressamente construído, « o melhor, mais completo, moderno e higiénico de todos da Nova Inglaterra, de portugueses ». Aí recitou versos de Camões o sr. José Romano dos Santos e falaram os dois funcionários consulares já citados a-propósito das festas camonianas de Bristol.

Á comemoração portuguesa de New-Haven associou-se o eminente romanista americano, dr. H. Lang, professor da Universidade de Yale, sócio da Academia das Sciências de Lisboa, erudito editor e comentador dos nossos Cancioneiros trovadorescos. Infelizmente não encontramos em *A Alvorada* senão a seguinte ligeira referência ao discurso do notabilíssimo filólogo: « Fala em inglês, pausadamente, pelo que é fàcilmente compreendido. Agradece reconhecidamente as atenções recebidas e diz que Camões não é festejado só pelos Portugueses, pois que a sua obra não só engrandeceu e honrou Portugal, mas também todo o mundo culto. Depois de falar scientìficamente dos *Lusíadas*, que mostra conhecer profundamente, aconselha e pede a todos os Portugueses que os estudem, como os Americanos os estudam também ».

Depois desta sessão solene, realizou-se, por iniciativa do dr. H. Lang, um jantar, para que o cônsul de Portugal em Boston foi convidado, e a que assistiram vários professores da Universidade de Yale. São dignas de registo as seguintes linhas que recortámos de *A Alvorada*, como prova do exemplar e comovente patriotismo da colónia portuguesa de New-Haven: « Pre-

víamos um insucesso nos festejos de New-Haven, pois, estando marcados para as oito horas da noite, à última hora, e para não prejudicar os de Ludlow, para que haviam sido convidados também os srs. cônsul de Boston e vice-cônsul de New-Haven, foram antecipados para a uma hora da tarde. O insucesso parecia iminente, pois à uma hora da tarde, quando já ali se encontravam o sr. cônsul de Boston e o sr. dr. H. Lang, apenas se viam seis portugueses. Mas, minutos depois, quando os nossos compatriotas tiverem dêste facto conhecimento, deixaram os jantares nas mesas e, muitos dêles abandonando o trabalho (em New-Haven a maioria dos portugueses trabalham ao domingo), vestiram os seus fatos domingueiros e, em poucos minutos, já se encontravam na sala mais de cento e cinqüenta, dos duzentos de que se compõe a colónia. Isto basta para afirmar e proclamar que os portugueses de New-Haven sabem ser PORTUGUESES. »

Resta-nos agora falar da comemoração de Boston, que não foi das menos notáveis. Florescem ali duas universidades, uma das quais, a de Harvard, figura entre as mais célebres do mundo, e que ambas se associaram aos festejos camonianos.

Em Harvard abriu a sessão o dr. João C. Rosa, professor assistente da Universidade de Boston, depois de ter convidado para secretários o dr. Jorge Mind, professor da mesma, e o estudante português sr. J. E. Neves. Discursa em seguida em português o estudante americano sr. G. Wesley Buono, que estabelece o confronto entre Vergílio, Dante e Camões, mostra conhecer admiràvelmente o seu assunto e conclui afirmando que o poder descritivo revelado por Camões nos seus versos não foi ainda igualado. Segue-se um número de canto a quatro vozes: o soneto camoniano *Aquela triste e leda madrugada*, com música do sr. Rui Coelho, cantado por *misses* Wallace e Calado e os srs. Mota e Castanheiro. Fala a seguir o sr. Jaime Fonseca; e o dr. Jorge Mind, que é professor da língua portuguesa na Universidade de Boston, faz o elogio de Camões e termina dizendo que, no seu magistério já de quarenta anos, tem recomendado sempre aos seus alunos a leitura dos *Lusíadas*, não só por ser um padrão das glórias de Portugal, como um compêndio da mais pura língua portuguesa.

A sessão solene da Universidade de Boston celebrou-se na noite de 10 de Junho, com uma concorrência muito selecta e representativa, entre a qual avultado número de famílias proeminentes de New-Bedford, Fall River e outras cidades. Além dos nossos funcionários consulares, assistiu

um representante do *mayor* de Boston, Mr. Arthur J. Corbett. Falou primeiro o advogado sr. Linhares, nosso compatriota, dizendo entre outras coisas o seguinte: «Reüniões como esta devem encher de orgulho todos os Portugueses, porque representam um grande avanço na senda em que todos nós andamos empenhados, qual a de levar o povo americano a reconhecer o valor da nossa raça e o que temos contribuído para a civilização.» Discursaram seguidamente, entre outros, o representante do governador civil, o estudante João Vieira Júnior e o rev. João Gomes Loja, realizando-se depois a conferência do prof. James Geddes Júnior.

O prof. Geddes ensina há muitos anos línguas e literaturas românicas na Universidade de Boston. Tem escrito e publicado notáveis trabalhos, entre os quais se destaca uma edição anotada e comentada, eruditíssima e preciosa, da *Chanson de Roland*. Tem-se ocupado também assìduamente com as letras portuguesas, e estima e conhece Portugal, onde se demorou há vinte e tantos anos, em visita de estudo. Eis a súmula da sua conferência de Junho passado, tal como a encontramos no citado número da *Alvorada:*

«O prof. Geddes, na sua admirável conferência, revelou o seu vasto saber e a sua enternecida admiração por Camões e pelas coisas portuguesas. Principiou o ilustre conferente por falar dos portugueses residentes nos Estados-Unidos, descrevendo em seguida uma viagem que fêz a Portugal, na velha barca *Vega*, onde tudo era genuìnamente português, desde as amplas refeições até a cortesia dos marinheiros. Relembrou com saüdade os lugares que em Portugal mais o cativaram, desde a *beleza ondulante* da Praça de D. Pedro, e a majestosa Praça do Comércio, até os Jerónimos, o Buçaco e Sintra, linda, pinturesca, e cantada por Byron. Entrando pròpriamente no tema da sua conferência, disse que, ao profundar os seus estudos de literatura românica, notou qne havia nela uma lacuna, tal como era apresentada nas universidades americanas. Essa omissão era a falta da literatura portuguesa, cujo estudo o dr. Geddes introduziu. Desde então, acrescenta, os autores portugueses têm tido lugar de destaque em todos os grandes estabelecimentos de ensino dêste país. Avultado número de estudantes têm-se dedicado com verdadeiro entusiasmo ao estudo de Camões e de outros autores portugueses, sendo, sob a sua direcção, outros tantos propagandistas da nossa literatura. Cita, a-propósito, vários nomes de antigos discípulos, entre êles o sr. Jones, que é actualmente professor da língua portuguesa numa Universidade da Califórnia. Passou depois o conferente a falar pròpriamente de Camões e dos *Lusíadas*. Analisando com proficiência o poema,

recitou em português algumas estâncias, dando a tradução inglesa, comentando-as, frizando sempre o extraordinário poder de concepção e fidelidade de descrição, a-par do profundo sentimento que os versos de Camões revelam. Chamou especialmente a atenção para grande número de estâncias em que o Poeta emprega palavras e rimas cuja sonância interpreta com extraordinária fidelidade tanto o fragor das batalhas, como o som, ora cavo, ora brando, do mar. O prof. Geddes terminou a sua memorável conferência, freqüentemente recortada por entusiásticos aplausos, fazendo o elogio da raça e da literatura portuguesa, afirmando, num rasgo de eloqüência, que uma nação como a nossa, que produz génios como Camões, «terá sempre o respeito e a admiração do povo americano.»

Noutras cidades norte-americanas, como Providence, New Britain e Oakdale, parece ter tomado a direcção das festas de Camões a Liga Caboverdeana, formada, como o título indica, pelos nossos compatriotas emigrados do arquipélago de Cabo Verde. Um dêles, o sr. J. C. da Rosa, proferiu duas conferências, fazendo, entre outras, as seguintes afirmações de patriotismo progressivo e objectivo: «Alarguem os portugueses os seus conhecimentos acêrca de Camões um pouco mais além de saberem que êle perdeu um ôlho, que, afinal, se não sabe ao certo se foi o direito, se o esquerdo. Porque o exemplo de Camões, especialmente sob o aspecto da sua superioridade moral sôbre as fôrças deletérias da época, é uma arma nas mãos de cada Caboverdeano, que não esteja pronto a abdicar da sua dignidade de homem e de português no meio em que moureja a vida.» Parafraseando um verso de Camões, disse o sr. Rosa o seguinte: «Sendo os portugueses naturais de Cabo Verde relativamente poucos e fracos, quanto aos recursos materiais, podem, no em-tanto, se tornar notáveis, expandindo-se em diversos ramos de actividade civilizadora, tendo numa mão a *espada*, símbolo de acção imediata e prática, e noutra a *pena*, figura do pensamento alado, ou seja a *divina guarda angélica e celeste*, que, sempre por *vias direitas*, guiará os destinos dessa parte da Pátria Portuguesa, conhecida por «arquipélago de Cabo Verde».

O orador de Oakland foi o sr. Teixeira, presidente geral da Liga Caboverdeana, e disse, em resumo, o seguinte, num discurso a que deu por título *Algumas lições que nos dá a vida de Camões*: «Luís Vaz de Camões, príncipe dos poetas portugueses, a despeito do desprêzo, das prisões, do ódio, e, finalmente, da morte numa enxêrga miserável, deu à sua Pátria amada uma epopeia inigualável, porque cria nela, tinha uma

fé inabalável no seu Deus, era cavalheiro no mais elevado sentido da palavra, e, sendo êle mesmo quem nos diz: *é fraqueza desistir-se da empreza começada* — amou a sua Pátria até o último suspiro. Que saibamos imitá-lo!»

CAMÕES NO BRASIL

NA ACADEMIA BRASILEIRA

A Douta Academia Brasileira de Letras associou-se às celebrações europeias e americanas do 4.º centenário do nascimento de Luís de Camões, celebrando uma sessão pública comemorativa, para a qual escolheu a data de 24 de Dezembro de 1924, «por ser a do também quarto centenário do falecimento de Vasco da Gama, o descobridor das Índias e com parte indirecto no descobrimento do Brasil». Assim o disse, no seu discurso, o digno presidente interino daquele importantíssimo foco de cultura brasileira, o eminente sr. conde de Afonso Celso.

São também dêsse discurso os seguintes períodos, em que se passa em revista os «condignos testemunhos de acatamento a Luís de Camões, que fulgem na história literária do Brasil»:

«Sílvio Romero, académico, um dos membros fundadores da Academia, indicou à crítica nacional o exame da influência de Camões no Brasil. Considerou-o bem-feitor do espírito colonial, porque espalhou entre os colonos o amor e a admiração pelo «ninho seu paterno», sendo-lhes um dos factores de progresso e de coesão durante três séculos. Joaquim Nabuco, outro fundador da Academia, publicou, em 1872, aos 23 anos de idade, grosso volume, exuberante de entusiasmo, sôbre «Camões e os Lusíadas». Oito anos mais tarde, a 10 de Junho de 1880, por ocasião do terceiro centenário da morte do poeta, foi o primoroso orador oficial da comemoração promovida nesta cidade pelo Gabinete Português de Leitura. Mais tarde ainda, no declínio da existência, embaixador nos Estados-Unidos da América do Norte, proferiu, no correr de 1908 e 1909, em três célebres institutos de ensino norte-americanos, três magistrais conferências: «O lugar de Camões na literatura»; «Camões, o poeta lírico»; «*Os Lusíadas* como a epopeia do amor» — nas quais se intitulou rapsodo camoniano, declarou que a admiração pelo poeta lhe acompanhou o espírito pela vida inteira e chamou-lhe «uma dessas sumidades incomensuráveis da cordilheira imortal dos criadores». Merece estudo a actuação de Camões sôbre a afouteza, o cavalheirismo, a galhardia de Joaquim Nabuco. José

Veríssimo, outro fundador da Academia, afirmou, no prefácio de uma edição brasileira dos *Lusíadas*, que Camões vale uma literatura inteira e basta acaso a sua obra para definir o seu povo e o génio da sua raça. Todo o nosso pensamento literário — acrescentou — no que há nêle de melhor, sentiu o influxo directo, ou indirecto, de Camões. Outros académicos, como Luís Guimarães Júnior, Artur Azevedo, Machado de Assis, para apenas citar alguns mortos, compuseram belos trabalhos em honra de Camões. Dentre os vivos, baste recordar que se deve ao ex-presidente da Academia, um dos mais competentes camonistas contemporâneos, o sr. Afrânio Peixoto, a iniciativa do mais valioso, do maior preito de veneração literária a Camões: a criação de um curso de Camões na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Honra igual a essa só a tem tido até agora Dante, na Itália, e vai tê-la, em França, Vítor Hugo. E já se inaugurou ali o curso, graças à liberalidade de um português residente no Brasil, o sr. Zeferino Rebêlo de Oliveira. Êstes factos demonstram a contribuïção do Brasil e da Academia para a apoteose camoniana, contribuïção não somenos e que reivindicamos com ufania...» [1]

«DINAMENE»: DI-NA-MEN'?

ALÉM dêste discurso do sr. conde de Afonso Celso, a comemoração camoniana da Academia Brasileira de Letras constou de outro, longo e concreto, verdadeira conferência literária, digna do assunto e do lugar: proferiu-a o ilustre professor e consagrado homem de letras dr. Afrânio Peixoto, nosso querido colaborador e um dos mais convictos e diligentes defensores brasileiros da tradição literária lusitana. Na impossibilidade de transcrevermos na íntegra o belo trabalho de Afrânio Peixoto, que principalmente se ocupa dos amores de Camões (e pode ser apreciado pelo leitor na *Revista da Ac. Bras. de Letras*, fascículo de Janeiro último), reproduzimos em seguida a parte que se refere a *Dinamene*, a «cordeira gentil» morta em naufrágio e cujo nome — seja-nos permitido observar em oposição à interessante conjectura do conferente — Camões parece ter tirado de Homero:

«¿ Amou (Camões) ainda, ausente, esquecido, abandonado? Talvez se consolasse. Certamente aí, nesse extremo destêrro, a Epopeia se encorpou, se defi-

[1] V. *Revista da Academia Brasileira de Letras*, n.º 37, Janeiro de 1925, p. 4 e 5.

niu, concluiu-se, na maravilha. Mas a sua estrêla não poderia deixar, nesse remanso de paz, durar muito essa fortuna. Acusaram-no de delitos administrativos, prenderam-no e o levaram à Índia para defender-se, mas naufraga em viagem, em começos de 60, à foz do rio Mekong, salvando a custo a vida e salvando *Os Lusíadas*, mas perdendo aquela a quem chamaria « alma minha gentil », « perpétua saüdade da minha alma »...

Sim. Agora em 1917 descobre-se um Códice Mss. na Biblioteca Municipal do Pôrto, com a 8.ª e 9.ª « Décadas » de Diogo do Couto, que tem junta uma nota contemporânea, a qual reza: « salvaram-se todos despidos e o Camões por dita escapou com os seus *Lusíadas*... e ali se afogou uma moça china que trazia muito formosa, com que vinha embarcado e muito obrigado, e em terra fêz sonetos a sua morte em que entrou aquele que diz « Alma minha »... [1]

Alma minha gentil, que te partiste
Tão cedo desta vida descontente,
Repousa lá no céu eternamente
E viva eu cá na terra sempre triste.

Se lá no assento etéreo, onde subsiste,
Memória desta vida se consente,
Não te esqueças de aquele amor ardente
Que já nos olhos meus tão puro viste.

E se vires que pode merecer-te
Alguma cousa a dor que me ficou
Da mágoa, sem remédio, de perder-te,

Roga a Deus, que teus anos encurtou,
Que tão cedo de cá me leve a ver-te,
Quão cedo de meus olhos te levou. (Son. XIX.)

O Poeta chama-lhe Dinamene [2] e diz noutro soneto:

[1] João Grave — « Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa », XI, 1918, p. 1.041.

[2] O nome é tão singular que não aparece em nenhum outro poeta, e não se crerá seja português. A sinceridade do Poeta, no final do Soneto LXXII, em que a chama

Ah minha Dinamene! ¿Assim deixaste
Quem nunca deixar pode de querer-te,
Que já, Ninfa gentil, não possa ver-te,
Que tão veloz a vida desprezaste?

¿Como por tempo eterno te apartaste
De quem tão longe andava de perder-te?
¿Puderam essas águas defender-te
Que não visses quem tanto magoaste?

Nem sòmente falar-te a dura morte
Me deixou, que apressada o negro manto
Lançar sôbre os teus olhos consentiste.

Oh mar! Oh céu! Oh minha escura sorte!
¿Qual vida perderei que valha tanto,
Se inda tenho por pouco o viver triste? (Son. CLXX.)

Não se cansa o Poeta de chorar, e conta como matou o mar

A cordeira gentil, que eu tanto amava
Perpétua saüdade da alma minha. (Son. CLXXII.)

Impreca mesmo ao mar assassino:

Ondas (dizia) antes que amor me mate
Tornai-me minha Ninfa, que tão cedo
Me fizestes à morte estar sujeita.

Ninguém responde; o mar de longe bate;
Move-se brandamente o arvoredo;
Leva-lhe o vento a voz, que ao vento deita. (Son. CLXXIII.)

pelo seu nome, se oporia a uma ficção. Daí a seguinte conjectura: ¿«Dinamene» não será transposição camoneana do chinês ou cantonês (a língua de Macau), «Di-Na-Men» ou «Ti-Ña-Men»? Estudo o caso, com autoridades nesses idiomas, para uma convicção.

Á dor vã da espectativa sem resposta, acode a terrível certeza:

Faltou te a ti na terra a sepultura
Porque me falta a mi consolação. (Son. XXIII.)

Eternamente as águas lograrão
A tua peregrina formosura. (Son. XXIII.)

Mas ¿que importa a certeza real? Há o engano subjectivo:

Quando de minhas mágoas a comprida
Maginação os olhos me adormece,
Em sonhos aquela alma me aparece,
Que para mi foi sonho nesta vida.

Lá numa soïdade, onde estendida
A vista para o campo desfalece,
Corro após ela... E ela então parece
Que mais de mi se alonga, compelida.

Brado: não me fujais, sombra benina!
Ela — os olhos em mi co'um brando pejo.
Como quem diz que já não pode ser —

Torna a fugir-me: torno a bradar: «Dina»...
E antes que acabe em «mene», acordo, e vejo
Que nem um breve engano posso ter! (Son. LXXII.)

Desde 1910 o dr. José Maria Rodrigues tivera a intuïção de quem se tratava nestes versos: «Naturalmente de alguma estonteadora formosura oriental, que, com a sua aparente impassibilidade, tão profunda revolução produziu na alma do poeta». «Do que não resta dúvida é de que o poeta trazia consigo a sedutora Circe, quando naufragou na costa da Cochinchina, e aí a viu perecer afogada, sem lhe poder valer. E foi então que êle, ao exprimir a sua dor, atingiu o supremo grau na poesia lírica» [1].

[1] Dr. José Maria Rodrigues — Op. cit., p. 221.

A « alma minha », a « cordeira gentil », a « perpétua saüdade de minha alma », não há dúvida, foi Dinamene, uma chinesa...

Quanta decepção por aí! Ocorre a Camões o mesmo que nas famílias unidas sucede a um irmão de muitas irmãs: tôdas o querem casar, não com quem lhe agrade a êle, mas segundo as preferências pessoais delas. Os irreconciliáveis Faria e Sousa e Storck querem o romance de Catarina de Ataíde; Teófilo Braga pleiteia antes o de Isabel Tavares, D. Francisca de Aragão, e o de uma outra Catarina de Ataíde, da Gama; o dr. José Maria Rodrigues é pela infanta D. Maria: e os versos de amor do Poeta, os mesmos, servem a todos, que os endereçam às suas preferidas, dêles...

Camões certamente amou em Portugal, mas aí encontrou desdéns, indiferença, ou impossibilidades à sua paixão; aí sem paz, nem confôrto, e com perseguições, exílio e prisões, na ingrata Pátria, de quem dissera, como Scipião, não lhe possuïria os despojos... No destêrro, mais que em meio já do triste caminho de sua vida, abre-se-lhe um claro de repouso, de « paz na sua guerra » para a realização do seu génio na sua epopeia e suave repasto ao seu coração amoroso, numa « peregrina formosura », terna e mansa « como uma cordeira gentil » — confessa o Poeta; « moça mui formosa », a quem era « muito obrigado », — diz o anotador do manuscrito do Pôrto... ¿Porque não sermos também compassivos e ternos a êsse amor, só porque não é a uma infanta real ou a uma fidalga portuguesa, inacessíveis e indiferentes, mas a uma doce, bela e amorosa moça china?

Dinamene é a precursora dêsses amores orientais, que vieram a ser o encanto da aventura real e da aventura literária, três séculos depois. É ascendente de « Madame Chrysanthème » e de « Madame Butterfly ».

Por uma irmã delas, Lafcadio Hearn fez-se japão; Aluísio Azevedo morreu ralado pelas saüdades de outra, a sua Satô... acúçar — que lindo nome de mulher! — que não o pudera acompanhar ao Ocidente. Haidé, Virgínia, Atalá, Celuta, Aziaidé, Raraú... tôdas as heroínas exóticas de Byron, Bernardim de St. Hilaire, Chateaubriand, Pierre Loti, Claude Farrère... farão festa a essa outra da vida real, como Josefina ou lady Hamilton, como tantas outras, « princesas longínquas », Sulamitas, Belkisses, Cleopatras, Berenices, de outrora e de agora, que deram ao coração aventureiro e à imaginação romântica o peregrino encanto novo do amor.

Camões ainda aqui seria um precursor. E nem receio falar, esque-

cendo outras [1], — é próprio de homens, e também, às vezes, de mulheres, terem muitos amores, de uma Bárbara escrava, que lhe merecera antes endeixas em Goa, pois Baudelaire, três séculos depois, desdenharia parisienses por essa nocturna Jeanne Duval. «Nigra sum, sed formosa» [2]. O indispensável ao amor é a beleza, e, mais talvez, é o coração; e há por aí belos primores de mulher, louros, alvos, rosados, que não o têm, não têm coração, jóia cuja ausência nem os mais lindos escrínios do corpo compensam. O Poeta chamou a êsses, de suas belas patrícias, que lhe foram esquivas ou cruéis, ao génio e à bravura, «lindas feras», «formosas feras». Dinamene, essa, lhe fôra «cordeira gentil», «alma minha», «perpétua saüdade de minh'alma»...

É o bastante para uma imortalidade, a dêsse amor, sacrificado pelo martírio, nesse mesmo ano de 60, em que êle viria a saber que, bem longe, na Pátria, se finara, solteira, havia já quatro anos, Catarina de Ataíde...»

ÁFRÂNIO PEIXOTO

EM SÃO PAULO

EM Março de 1924, e por iniciativa da Sociedade de Cultura Artística de S. Paulo, realizou o eminente académico brasileiro sr. Amadeu Amaral, no Teatro Municipal daquela cidade, uma conferência sôbre Camões. Êsse belo trabalho, embora sintético e, como diz o seu au-

[1] W. Storck enumera as damas a que se referem seus versos: *a)* designadas por seus nomes e apelidos verdadeiros: a mulata Bárbara, Catarina de Ataíde, D. Francisca de Aragão, fulana Gonçalves (da Fonseca?), Grácia de Morais, Guiomar de Blasfet, Luísa de Quesada, Maria de Távora, Violante de Andrade, condessa de Linhares, fulana dos Anjos e fulana Paz; *b)* pseudónimos poéticos, em anagrama: Aónia por Joana, Belisa por Isabel, Daliana por Deliana, isto é, Daniela; Natércia por Catarina, Nise por Inês; *c)* figuras de pura convenção: Alcida, Amanta, Amarilis, Beatriz; Elisa; Ephyre; Feliciana; Feltiza, Galatéa, Helena, Inês, Joana, Lemnoria; Leonor; Lurina, Marfisa, Maria, Melanto, Nise, Panopea; Silvana; Sirene, etc. (Storck-Micaelis — «Vida de Luís de Camões», Lisboa, 1898, p. 329).

D. Carolina Michaëlis acrescenta, por sua conta: «Muitos dêstes nomes aparecem uma só vez, e em poesias apócrifas. É preciso eliminar, por exemplo, da lista dada por Storck, a Lurina ou Corina, Amarilis, Florinda, Angélica e Feliciana».

Singular omissão é, entretanto, a de Dinamene!

[2] Entre a «cativa» da «pretidão de amor», e as senhoras, «de ouro, e neve, e rosa» de Portugal, houve lugar, para Dinamene; amarela ou pálida, e para D. Violante de Andrade, condessa de Linhares, morena ou trigueira, a quem confessa preferir «viola antes que lírio nem que rosa...» (Son. XIII). Portanto, tôda a «gama»?

tor, feito não para intelectuais e estudiosos, mas para um público numeroso e heterogéneo, precisa de ser conhecido em Portugal.

Está elegantemente reeditado em volume pela *Revista de Lingua Portuguesa* e por iniciativa do director desta excelente publicação, dr. Laudelino Freire, a cuja inteligência, energia, esfôrço e tenacidade, muito devem a defesa e conservação da língua portuguesa no Brasil.

Quanto ao sr. Amadeu Amaral, que não é ainda tão lido e apreciado entre nós quanto merece, bastaria ler o seu livro *Elogio da mediocridade* para acreditá-lo como ensaísta e crítico de primeira plana e um dos melhores escritores contemporâneos da nossa língua, através do qual esta nos aparece ao mesmo tempo viva e *nossa*.

Não podendo transcrever na íntegra, como de-veras nos apetecia, êste magnífico trabalho, apresentamos ao leitor português as suas últimas páginas :

« Para nós, brasileiros, os *Lusíadas* apresentam, além dos motivos universais de aprêço, outros motivos que nos são particulares, e que não devemos esquecer. Além de tudo, os *Lusíadas*, sendo o poema de Portugal, são o poema da pátria da nossa pátria — e o poema da nossa raça. Unamuno, o grande escritor espanhol, não há muito, alargava êsse conceito de raça para incluir nêle a gente da Galiza, que é irmã da gente portuguesa, e dar assim aos *Lusíadas*, obra de um descendente de galegos, o carácter de um poema ibero-ocidental, em que se traduzem qualidades fundamentais, comuns aos dois povos. Nós só podemos ter razões para não pretender menos que Unamuno, e seria ocioso insistir neste ponto. Vem agora um outro motivo, ainda intimamente ligado ao precedente. A língua dos *Lusíadas* não é apenas a grande e formosa língua comum de Portugal e Brasil; é, a certos respeitos, mais a língua do Brasil que a de Portugal. A prosódia fixada no poema, já não sendo a prosódia corrente dos portugueses de hoje, está perfeitamente de acôrdo, em quási tudo, com a que ainda prevalece na maior parte do nosso país. Nós podemos, sem afectação e sem contrafacção, recitar os versos dos *Lusíadas* na plenitude do seu ritmo e da sua sonoridade. Já por êsse lado, já também pelo boleio nativo da frase, pelo tom da elocução, pelo vocabulário, os *Lusíadas* têm para nós, principalmente nos trechos mais simples e mais espontâneos, um ar de familiaridade repousante e gostosa, que em vão procuraríamos em obras portuguesas de épocas posterio-

res [1]. Finalmente, um terceiro motivo, e último... Êsse último motivo está na permanente actualidade moral dos *Lusíadas*, actualidade, para nós, brasileiros, talvez não só permanente como imperiosa, no momento que atravessamos. É coisa de tôda evidência que nós vivemos, espiritualmente, no vago e no flutuante das ideias e dos sentimentos. Tíbios de carácter por um conjunto de factores que não vêm a pêlo, nem seria fácil discriminar, somos tíbios e incertos em nossas idealizações e em nossas directrizes. Temos um desgraçado pendor para as volúpias equívocas de um scepticismo e de um diletantismo de pensamento, que já tocam as raias do niilismo moral e total. Falta-nos fé, falta-nos fibra afirmativa, falta-nos a coragem de optar, falta-nos a sensação forte e ardente das responsabilidades perante a vida, perante a Pátria, perante a Humanidade e perante nós mesmos. Somos umas naturezas ondulantes e frouxas, melancólicas, sensitivas e retraídas, resignadamente rebeldes e inconciliáveis. A feminilidade da alma contemporânea é aqui mais acentuada do que em parte alguma. Padecemos de uma grande doença, de que não temos tôda a culpa, cujas origens escapam mesmo, em parte, à nossa compreensão, cuja própria presença se percebe em conjunto, mas refoge à pressão de um diagnóstico minudente. Contudo, é preciso reagir. E entre os muitos remédios e correctivos que cada qual deve buscar, segundo sua ideia ou seu instinto, um dêles bem poderia ser o poema da nossa raça, que é também o poema da Masculinidade robusta, onde se glorifica a vida, onde se sente passar, como um sôpro de primavera e de batalha, a beleza forte da acção; onde se enaltece o individualismo a expandir-se dentro de uma ordem superior como um Hércules benéfico, onde ressoa magnificamente um hino ao sentimento do dever humano e social. É

[1] É curioso confrontar esta reivindicação do sr. Amadeu Amaral, muito discutível nos seus fundamentos objectivos, mas para nós, portugueses, muito agradável, pelo sentimento de admiração e orgulho étnico em que se inspira, — com análogo propósito do escritor galego sr. Villar Ponte. Êste, depois de referir-se, em *El Sol,* de Madrid, 21 de Novembro de 1924, às celebrações camonianas da Real Academia Gallega, na Corunha e em S. Tiago de Compostela, acrescenta o seguinte: « Probada, como se halla, la oriundez galaica del immortal vate lusitano, verdadera *tête épique* de la Peninsula, y habida cuenta de que *Os Lusiadas* tras la grande evolución que experimentó el idioma en que dicho poema está escrito, *hoy parece más gallego que portugués,* si se examina cuidadosamente desde el punto de vista lexicográfico, Galicia no haria honor a sus más íntimos sentimentos raciales dejando pasar inadvertida efemérides tan señalada. » — *A. de C.*

o dever feito poesia e beleza, o áspero dever que floresce em heroísmo, em alegria e em orgulho; o dever saneador e revigorador que tem criado tudo quanto há de mais prestigioso, mais durável e mais incorruptível na história, superpondo ao mundo das fôrças brutas. da vida vegetativa, do fatalismo gemente e das indecisões crepusculares, o mundo claro e definido da consciência que afirma, forte da sua boa-fé e da vontade que age, segura da sua intrínseca bondade — uma, ardente como um lume na treva, outra cortante como uma espada que rutila... Mundo pequenino e precário como nau perdida em oceano tenebroso; mas, emfim, nau onde há a solidez relativa das tábuas, onde há a palpitação das velas que prendem e cansam os ventos ameaçadores, onde há um leme submisso, onde os próprios astros remotos e indecifráveis servem aos nossos desígnios, e onde as flâmulas inquietas atiram ao espaço, e às fôrças da natureza e do destino, o desafio intrépido da energia humana, sobrepairante ao mistério, à dor, à ruína e à morte!»

AMADEU AMARAL.

SOCIEDADE DE ESTUDOS CAMONIANOS (Rio-de-Janeiro)
Suas publicações: I — Dicionário dos *Lusíadas;* II — A medicina dos *Lusíadas*; III — Á margem dos *Lusíadas;* IV — A Camonologia ou os Estudos Camonianos; V — Os *Lusíadas.*

À frente desta benemérita Sociedade de Estudos Camonianos, que em tão pouco tempo documentou tão brilhantemente os seus nobres e altos esforços, não podemos deixar de logo citar dois nomes de camonianistas ilustres: os Srs. Drs. Afrânio Peixoto e Pedro A. Pinto.

Devido ao labor dos dois sinceros e sábios trabalhadores, o *Dicionário dos «Lusíadas»* marca nas suas 616 páginas a primeira grande tentativa do seu género, fruto de trabalho insigne, de devoção pelo Livro cujo espírito ilumina as duas Pátrias de comum linguagem. Neste próprio fascículo da *Lusitania*, publícam os dois eminentes eruditos as primeiras emendas por seus punhos feitas à obra monumental, que, em futuras edições, constantemente enriquecida e apurada por seus autores, subirá à altura de obra definitiva, preciosa nos dois países.

Nos estudos *Á margem dos «Lusíadas»*, do sr. Dr. Pedro A. Pinto, continua o autor o seu labor benemérito, acentuado ainda na edição do

Poema, com cuja notícia fecharemos estes comentários bibliográficos. Neste volume *Á margem dos «Lusíadas»*, antecipou o autor a publicação de mais vasto trabalho, dando-nos desde já as notas coligidas acêrca de alguns nomes geográficos que se encontram no Poema. Nenhum leitor da Epopeia deixará de folhear com proveito o livro do Dr. Pedro Pinto, obra de investigação paciente e escrupulosa, que concorre para elucidar a vastíssima geografia camoniana. O Dr. Afrânio Peixoto, cuja fidelíssima e tão espiritual amizade a Portugal se tem patenteado em tantas e tão brilhantes páginas, pronunciou no Gabinete Português de Leitura, do Rio-de -Janeiro, uma conferência intitulada *A Camonologia ou os Estudos Camonianos*, que encerra, além do seu muito notável valor intrínseco, a glória de ter ficado ligada à iniciativa da criação de uma cadeira de Camões na Universidade de Lisboa. É a razão desta conferência, diz o autor, o exalçar a criação da cadeira da *Camonologia*, « que ensinará língua, artes, letras, sciências, moral, civismo, patriotismo, através da vida do maior dos Lusíadas, e através da maior obra épica e lírica do nosso património literário. » Celebrando, em páginas de conceitos fortes e clara expressão, o *Honesto estudo* e a *Longa experiência*, *A Disciplina militar prestante*, os *Deuses vãos*, *deuses humanos*, e a *Moderna epopeia*, o sr. Dr. Afrânio Peixoto, servindo-se dos próprios versos de Camões como das mais sonoras bases para a sua conferência, estuda o conjunto da Epopeia nos seus perfis tão variados, e constrói uma síntese notabilíssima, em que o amor patriótico e a simpatia étnica se revelam nestas belas palavras: « Portugal, o Brasil — seu prolongamento no tempo e no espaço — nós, os Lusíadas, temos no Poema nossa fé de ofício, nossos pergaminhos, nossos brasões, nossa fé, nossa esperança, e Camões é um dêsses génios-heróis, representativos de uma raça, como que o seu grandioso símbolo na História. »

Na *Medicina dos «Lusíadas»*, estuda o mesmo eminente professor alguns dos principais aspectos em que a anatomia e a fisiologia, bases da medicina, têm em Camões « delicioso pintor da figura e do gesto humano, observador e expositor claro. » Páginas são estas em que a autoridade do ilustre lente da Faculdade de Medicina do Rio-de-Janeiro se abraça ao gôsto do artista, permitindo dêste modo ao homem de sciência o ver e sentir com agudeza singular. Delas convém que façamos avultar a exegese dos *rôxos lírios*, passo até agora enigmático para a sábia penetração especializada do Sr. Dr. José Maria Rodrigues, e que, das razões tão clara e finamente apresentadas pelo Sr. Dr. Afrânio Peixoto, sai finalmente compreensível no seu delicioso e ousado paganismo (estrofe 37 do Canto II.) A quinta publicação da Sociedade de Estudos Camonia-

nos foi o próprio Poema, revisto pelo Sr. Dr. Pedro A. Pinto e apresentado num antelóquio do Sr. Dr. Afrânio Peixoto. É uma edição cuidada, de pequeno formato, de impressão nítida, e fazendo antever a edição que ainda não temos: — aquela que fôsse obra-de-arte gráfica, sem deixar de ser muito acessível no custo, assaz gentil como deve ser um Livro de Horas, e de texto puro [1]. Quanto ao texto, o desta edição, aliás bem simpática já, reproduz o da edição fac-similada da Biblioteca Nacional de Lisboa, com a ortografia actualizada pelo Sr. Dr. Pedro Pinto, que no final de cada canto inseriu notas que remetem o leitor às fontes consultáveis. Nesta edição dos *Lusíadas*, modestamente intitulada de *popular*, mas que todo o leitor de fino gôsto estimará possuir, apenas nos agrada menos o retrato do Poeta que a ilustra. Cremos que da tão precária iconografia camoniana, o documento mais valioso é o desenho feito para Severim de Faria, através de cujo carácter decorativo se adivinha o reflexo autêntico da máscara de Camões.

Como Portugueses, e para resumir estas breves notas, apresentamos à Sociedade de Estudos Camonianos, do Brasil, as nossas saüdações de admiração e afecto veementes. É Camões o Avoengo que mais e melhor enlaça as almas fraternas das duas Nações Atlânticas. Confiemos no Santo Padroeiro. Afervoremos sem fim a beleza e a alteza do seu culto.

«EL-REI CAMÕES»

TAMBÉM à benemérita *Revista de Filologia Portuguesa*, confiada à direcção competentíssima de Mário Barreto, não escapou a significação cultural do Centenário de Camões. No seu n.º 7, correspondente a 1 de Julho de 1924, a jovem mas já tão acreditada publicação paulista inseriu, sob o título de *El-Rei Camões*, o seguinte magnífico artigo do erudito académico dr. Xavier Marques:

«Deixada longos anos no rol do esquecimento pelo govêrno da metrópole, a inesperada e selvagem Vera Cruz, de Pero Vaz de Caminha, não foi esquecida pelo génio soberano de Luís de Camões. Na geografia dos *Lusíadas*, síntese dos conhecimentos especiais da época, é o Bra-

[1] Uma edição que pretende responder a êstes requisitos acha-se planeada e deverá aparecer durante o corrente ano.

sil revelado numa breve alusão, proporcional ao juízo e ao caso que dêle se fazia no Reino.

Quando Tétis, conduzindo o Gama ao cimo dum monte, lhe descreve as várias partes e nações do globo, caracterizando-as com os traços mais notáveis da etnografia, dos costumes, da lenda e da história, ao chegar à América, diz (Canto X, 140):

> Mas cá onde mais se alarga, ali tereis
> Parte também co' pau vermelho nota,
> De Santa Cruz o nome lhe poreis,
> Descobri-la há a primeira vossa frota...

Aqui também vemos a terra assinalada com a sua característica de mais relêvo: o pau-brasil. Era êsse de facto o atributo sôbre todos considerável da nova região descoberta, aquele que pesava na balança dos valores económicos por onde os príncipes cavaleiros, a despeito dos arroubos de idealismo e proselitismo cristão, no empenho de dilatar a fé conquistando almas, avaliavam a importância das suas conquistas territoriais.

Na Índia a pimenta, o cravo, a canela e mil outras riquezas; na África «o metal por que mais a gente sua»; para o extremo-oriente o Japão «onde nasce a prata fina». Aqui as matas de brasil... Mas ¿que valia êste, comparado com as especiarias e preciosidades levantinas: com o ouro e a prata, as pérolas de Barém, o incenso de Dofar, o aljôfar de Ceilão, a cânfora de Bornéu, o aloés de Socotorá, o sândalo de Timor?

Logo em 1501, vindo na primeira frota exploradora, Américo Vespúcio enviava à côrte portuguesa informações que não deviam recomendar-lhe nem encarecer o recente achado. A suposta ilha de Vera Cruz, a terra dos papagaios, tinha a madeira vermelha, de cotação muito inferior aos produtos naturais da Índia; nenhum vestígio de ouro, nada capaz de compensar os trabalhos e despesas que imporia à metrópole. Serviria, quando muito, de pouso e aguada às naus que demandassem o Oriente.

Já antes dêle, o escrivão da armada de Cabral havia escrito a el-rei: «E que hy nom ouvesse mais ca tener aquy esta pousada pera esta navegaçom de Calecut...» De tôdas as mais utilidades e possibilidades sugeridas a seu rei e senhor pelo ingénuo Pero Vaz, nada evidentemente prendeu tanto a atenção de D. Manuel quanto essa ideia de utilizar as costas do país bravio como ponto de arribada, onde as frotas

poderiam refrescar, e ainda como pôrto de escala para o grande empório de Malaca, se, conforme diz um dos nossos historiógrafos, se cogitou de realizar o périplo brasileiro, contornando o Brasil para alcançar o Levante.

A prova daquilo deu-a o venturoso príncipe, comunicando de Santarém aos reis católicos a nova do descobrimento desta terra «muito necessária e conveniente à navegação da Índia.»

A terra de Santa Cruz ficou efectivamente abandonada por compridos anos, sem conseguir desviar a côrte e a sua aristocracia guerreira, política, intelectual, do imperialismo, que triunfava no Oriente. Só o iterativo e sempre mais ousado assalto dos piratas estrangeiros, pondo em risco a propriedade do país ocidental, moveu a côrte de D. João III às primeiras tentativas de colonização.

A assombrosa conquista do Levante veio a ter um reverso donde se não apagarão jamais, é verdade, as inscrições abertas pela espada dos Albuquerques e Castros.

As pérolas de Ceilão, as jóias do Oriente, caíram quási tôdas da fidelíssima coroa, e o ouro do país de Benomotapa,

.... o grande império
De selvática gente, nua e negra,

resistiu sempre nas entranhas da terra ingrata e aspérrima, ao suor de sangue, ao heróico e generoso sangue português, que a «gente nua e negra» sorveu com avidez e pertinácia que não conheceram os Cunhãbebes das matas de pau vermelho.

Também o Brasil escapou afinal ao scetro português. Mas para formar com a Nação portuguesa esta confederação espiritual, indissolúvel e perpétua em que, se há um scetro preponderante, é o do soberano Camões.»

XAVIER MARQUES.
(Da Academia Brasileira)

«AMÉRICA BRASILEIRA»

A tão interessante e viva Revista que mantém, ao mesmo tempo, um carácter acentuadamente brasileiro e renovadoramente cosmopolita, e que Elysio de Carvalho dirige com tanto brilho e tão profundo afecto às tradições históricas de Portugal, dedicou o seu fascículo número 34 a Camões, consagrando ao Padroeiro comum das duas Nações fraternas as suas páginas mais importantes. Entre outros, avultam os

ensaios e artigos, transcritos ou inéditos, assinados pelos srs. Afrânio Peixoto, Celso Vieira, Elysio de Carvalho, Raul Soares, Gomes Ribeiro, Teixeira Soares, acompanhados de documentos iconográficos camonianos, retratos, portadas de livros e desenhos. Completam as páginas comemorativas diversas poesias, transcritas das obras de José Bonifácio, Machado de Assis, Luís Delfino, Joaquim Nabuco, e outros poetas que foram mantendo aceso o nobre culto. Transcrevemos a seguir o artigo do nosso eminente camarada Elysio de Carvalho:

CAMÕES, GENTIL GARÇÃO

Numa conferência, feita na lendária e nobre Coimbra, em 1915, perante os estudantes da Universidade, Afonso Lopes Vieira sugeriu que se levantasse aí o monumento de Camões. Lembrava, porém... que a estátua reproduzisse, não a face envelhecida e amargurada dos desenhos de Panhes, Vila Franca, Gérard ou Columbano, mas «a imagem de Camões adolescente, gentil escolar de artes e humanidades», a qual viria a ser «a única em cujo rosto veríamos os dois olhos.» Dizia então: «Erguendo êsse monumento, tereis realizado a mais espiritual, a mais estética, a mais patriótica das obras académicas, por ser aquela que encerra, além de sua beleza própria, o mais nobre e perdurável carácter, prolongando-se através de gerações sucessivas.» O mesmo formoso sentimento manifestou Barrés, quando, no louvor que teceu a Dante, na Sorbonne, em 2 do Junho de 1921, por ocasião do sexto centenário da morte de Alighieri, exortou, a todos quantos ouviram a sua palavra cheia de estranha emoção, a olharem sempre para as feições de Dante moço e não para os retratos em que o florentino aparece com o perfil enrugado, duro, austero e sombrio, e com a alma de exilado, cheia de rancor e cólera. «Il faut, — falava Barrés — apercevoir la grâce, l'élégance, le souvenir d'une jeunesse aimable, jeuneusse de jeune poète amoureux, et de soldat, avec la chasse, la danse, les chevauchées, la musique, les jardins, les fleurs, la nature, le délice du paysage natal oú tout se baigne de chaleur.» Maurice Barrés referia-se ao Dante do Bargello de Florença, modêlo de equilíbrio e de harmonia, obra de Giotto, em que o cantor máximo se mostra o jovem vitorioso que foi, antes de ser o velho abatido e desiludido, popularizado pelo busto de Nápoles. Assim precisamos de criar o semblante de Camões, gentil garção, belo e venturoso, com a fisionomia perfeita, sem o sinal da dor que deforma, e exprimindo na pureza das linhas todo o desabrochar da sua alma lírica e apaixonada. Essa efigie

de Camões, mancebo, tocado pelos eflúvios misteriosos da graça divina e aureolada pelo sonho infindável da glória, revelaria harmònicamente a vida risonha, florente, cheia de esperanças e de ansiedades. Ideada pela visão estética do homem que lhe compreendera o encanto da adolescencia, a imagem de Camões efebo, radiante de serenidade e enlêvo, simbolizaria, afinal, o génio dominador fora das contingências que nos impelem à dissolução, à ruína, à morte—*porque êle é a eterna mocidade e a eterna beleza.*

«REVISTA DE FILOLOGIA PORTUGUESA»

No fascículo 13 desta sábia Revista a que já nos referimos, em cujas páginas tantas vezes se encontra o nome de Camões, e onde êste culto é perene, publicou o seu distintíssimo director, prof. dr. Mário Barreto, um notável ensaio acêrca do que alguém chamou, recentemente, os *erros de Camões.* Se pódemos compreender que o ilustre Castilho, trabalhando aliás com tão perfeito e vasto conhecimento da língua, ouvisse os versos camonianos segundo a concepção particularista do grande metrificador que era, êste facto explica-se porque os estudos de filologia não permitiam a Castilho, na sua época, reportar-se com mentalidade scientífica à época do Poeta cuja crítica fazia. Hoje, porém, essas concepções são inadmíssiveis. Isto mesmo o demonstra em páginas, como são sempre as suas, cheias de erudição alta e segura, o eminente professor brasileiro, cujo estudo lamentamos não poder transcrever, por havermos abundância excessiva de matéria.

No *País*, do Rio de Janeiro, publicou, também acêrca do mesmo assunto, um artigo de boa doutrina, o dr. Alexandre de Albuquerque, distinto advogado e escritor português, há muitos anos residente na capital brasileira.

EMENDAS INÉDITAS AO DICIONÁRIO D'«OS LUSÍADAS»

Na humilde homenagem que procurámos prestar a Luís de Camões, na celebração do 4.º Centenário de seu nascimento, publicando um «Dicionário d' Os Lusíadas», chamámos «feito nunca feito» a essa temeridade: a isso nos incitara o exemplo dos léxicos que têm os maiores escritores, de qualquer das línguas cultas europeias, antigas e

modernas. Citámos Corneille, Racine, Molière, Lafontaine, Labruyère... só em França; poderíamos citar o Léxico de Homero por Apolónio, o de Hipócrates por Erotianus, o de Heródoto por um desconhecido, o de Platão por Timeu, o dos Dez oradores Áticos por Harpócrates d'Alexandria... só entre os Gregos.

Faltava um, em Portugal, e se não devia começar senão por Camões: infelizmente houve quem achasse pouco, e quisesse mais: não só o d'« Os Lusíadas », mas também o das « Rimas »... O campo está livre, e dado o exemplo. Não o fizemos, porque não há ainda um texto autêntico, um cânon d'« O Parnaso »: outros podem tentar as duas obras, texto e dicionário.

O que nos comprometemos a fazer foi corrigir e melhorar as definições, acrescentar as citas incompletas, suprimir erros e lacunas dêste. Em-quanto mestres ou curiosos não nos ajudam, nessa obra de misericórdia, vamos nós mesmos fazendo... Aqui têm uma primeira achêga, que talvez outras desperte, e ainda possam chegar a tempo para a 2.ª edição do livro, que já se prepara.

ACABAR COM, conseguir alguma coisa de, obter de:

E bem crê que com ele tudo acabe (6.90)

AH, interjeição:

Mas ah que desta próspera victoria (10.37)

AMARRA, corrente, em regra de ferro batido, com a qual se talingam as âncoras para segurar a embarcação no fundeadoiro:

Volvem o cabrestante, e repartidos
Pelo trabalho, uns puxam pela amarra
Outros quebram co peito duro a barra (9.10)

V. Canto 2.59.

A PAR, aos pares, dois a dois, duas a duas, pariformemente:

Porque as lagrimas já correndo a pares
Lhe saltaram dos olhos com que logo (6.34)

Apertar (2) andar ou mover-se com pressa, como quem está em apêrto; diligenciar:

Acudo eu logo, e emquanto o remo aperto (5.32)

Apurar, escoimar, purificar:

Com cerimonias mil se alimpa a apura (7.38)

Ar (5) aspecto, aparência que se revela, ou se exala:

Do rosto respirava um ar divino (1.22)

Arado, espécie de charrua, com a qual se lavra a terra:

Os que cortando vão co duro arado
Os campos lioneses... (4.8)

Atentar (2) tentar, intentar, praticar:

Os vossos, mores cousas atentando (2.45)

Avantajado, grande, fora do comum:

O desejo de um nome avantajado (2.113)

Cabeça (2) capital, centro:

Eis aqui se descobre a nobre Espanha
Como cabeça ali da Europa toda (3.17)
Eis aqui quasi cume da cabeça
De Europa toda, o reino lusitano (3.20)
Da cabeça de toda a Andaluzia (4.9)
Da cabeça de imperio, rica e bela (7.22)
Tanassari, Quedá, que é só cabeça (10.123)

Cais, paredão à beira de um pôrto, em regra destinado ao embarque ou ao desembarque de passageiros e de mercadorias:

Co êle parte ao cais, porque o arrede (8.79)

Causa (2), coisa (arcaismo, hoje, ou latinismo):

Revolvidas as causas no conceito (3.30)

Cento e cento, aos centos, sem conta (Lencastre):

Do mar todos cubertos, cento e cento (6.18)

Com nós outros:

No povo com nos outros casi mudo (5.69)

Com razão, razoàvelmente:

Nao mostra quanto pode, e com razão (1.68)

Conforme (2) conformado, satisfeito, contente:

Dest'arte em fim conformes já as fermosas
Ninfas cos seus amados navegantes (9.84)

Dantre, de entre:

Dantre eles um que tras encomendado (2.2) etc.

Dar (2) ocorrer, chegar, vir:

Não eram os traquetes bem tomados
Quando dá a grande e súbita procela (6.71)
Já a manhã clara dava nos outeiros
Por onde o Ganges murmurando sôa (6.92)

Derribado, privado, exonerado (apeado de):

Agora da esperança já adquirida
De novo mais que nunca derribado (7.80)

Des, desde, (de que), desde que:

Que desque Adão pecou aos nossos dias (4.70) etc.

Direito, o que é justo, devido:

E pagaram seus anos deste geito
A triste Libi seu direito (3.83)

Dous e dous, aos pares, dois a dois:

Se assentam, dous e dous, amante e dama (10.3)

Egregio, insigne, nobre:

Mostrando-se senhora grande e egregia (9.85)

Em dereito, em frente:

Põe-se a Deusa com outras em dereito
Da prôa capitaina... (2.26)

Em redondo, de forma redonda ou arredondada:

De trombetas arcadas em redondo (2.96)

Entre (2) ao mesmo tempo, conjuntamente:

E se aqueixa e se ri num mesmo instante
E se torna entre alegre maguada (2.38)

ERRAR (2) ofender, magoar:

Sem que to merecesse nem te errasse (2.39)

ERVA, planta de porte pequeno:

A pisar do mondego a fertil erva (3.97)
Ramos não conhecidos e ervas tinha (4.72)

V. cantos 5.6; 6.12; 24; 7.58.

ESTREGAR: « o sentido é que os olhos queriam cerrar-se, mas os marinheiros, esfregando-os, não os deixavam ser vencidos do sono. Estregando tem sido reputado por muitos êrro tipográfico, em vez de « esfregando », mas infundadamente, por isso que também em castelhano há o verbo « estregar » (Epifânio).

Os olhos contra seu querer abertos
Mas estregando os membros estiravam
Remedios contra o sono buscar querem
Victorias contam, casos mil referem (6.39)

FAZER (2) criar, imaginar:

Impossibilidades não façais (9.95)

FERIR (2) tocar, atingir:

Ferido o ar retumba e assovia (1.89)
Outros com vozes com que o céu feriam (2.90)
Os feridos com grita o céu feriam (3.113)

V. cantos 5.1, 6.72, 8.87.

FINO (2) afinado, depurado, sem liga, extreme:

De cristal e de ouro puro e fino (9.87)
Noutros, a cabeceira de ouro fino (10.3)

HIPOCRISIA, fingimento, afectação de boas qualidades que se não possuem:

Nem triste hipocrisia val contra ela (9.42)

HOMEM (2) uma pessoa, a gente; usado no português antigo (Epifânio):

Ou por segredos que homem não conhece (3.69)

HORRISSIMO, horrível, hórrido:

De aspero som, horrissimo ao ouvido (2.96)

HOSPICIO (2) terra alheia que hospeda o exilado (Epifânio):

Por hospicios alheios degradado (7.80)

LARGO (2), duradoiro, demorado:

Tomai conselho só de experimentados
Que viram largos anos, largos meses (10.152)

LARGO (3) alto, elevado:

Dele com larga voz tratava e lia (10.153)

LIMPO, A, limpado, expungido, privado de:

Tendo assi limpa a India dos imigos (10.66)

LOGO COMO, logo que, assim que:

Logo como tomou do reino cargo
Tomou mais a conquista do mar largo (4.66)

MAGO, A, feiticeiro, homem que sabe a arte mágica:

Que os nossos sabios magos o alcançaram (7.55)
Com palavras subtis de sábios magos (9.33)

MAIS (2) muito (J. M. Rodrigues):

Que a mais portal senhor está obrigado (2.5)
Que a mais obriga amor mal empregado (6.24)
Dizer-te disto mais, não saberia (7.68)
A quem mais falsidade enoja e ofende (7.72)

MAIS (3), outros: «e os mais» e os outros reinos:

E os mais, a quem o mais serve e contenta (7.35

MAS (2) mais, muito, como no ex. do «Palmeirim» I p. 364: «Pessôa de mas credito na corte do que de gigante se esperava» (J. M. Rodrigues):

A barba hirsuta, intonsa, mas comprida (4.71)

MEIOS, meio, pela metade (advérbio com flexão de adjectivo):

Uns caem meios mortos e outros vão (3.50)
Onde outros meios mortos se afogavam (3.113)

METER (2) estar metido em, absorver, impregnar-se:

Não-no dá a patria, não, que está metida
No gosto da cubiça, e na rudeza (10.145)

MOLHADO, umedecido, embebido de água: aqui o «canto molhado» são «Os Lusíadas», salvados do naufrágio do Poeta:

Este receberá placido e brando
No seu regaço o Canto que molhado
Vem do naufragio triste e miserando (10.128)

MUITO (em —, por muita coisa, por coisa valiosa:

Em muito tenho a muita obediencia (2.87)

MUITO (POR — e POR —; ainda demasiadamente, ainda muitíssimo, muitíssimo mesmo:

Que por muito e por muito que se afinem (5.89)

NATURAL (NÃO —, desnaturado, adverso, inóspito:

Por ceus não naturais, de qualidade
Inimigos de nossa humanidade (5.70)

NOVO (DE — (1) novamente:

Nobres vilas de novo edificou (3.98)
Agora de esperança adquirida
De novo mais que nunca derribado (7.80)

NOVO (DE — (2) recentemente (Epifânio); a expressão «chegado de novo» ainda é corrente:

Estas que ora de novo são chegadas (1.78)
Pois saberás que aqueles que chegados
De novo são, serão mui grande dano (8.49)

PAGÃO, o que não é cristão, tem outra fé:

Já do pagão benigno se despede (6.3)

PARECER (2) aspecto, aparência:

Num falso parecer mal entendido (3.139)

Neste passo as interpretações discordam: Faria e Sousa traduz: «parecer» por «bem parecer». Epifânio supõe «gôsto fantástico», caprichoso,

sendo «falso» — «desarrazoado». Parece claro, entretanto: o falso parecer de D. Leonor Teles, mal entendido, é exactamente porque parecia boa, como era bela, e assim o entendeu, e entendeu mal Dom Fernando.

Passar, exceder, ter primazia sôbre:

De fumos enche a casa á rica massa
Que no mar nasce e Arabia em cheiro passa (6.25)

Pinheiro, árvore conífera, *Pinea Pinus*:

Mirtos de Ceteréa cos pinheiros (9.51)

Pior, comparativo de mau, mais mau ou o mais mau:

Mas o pior de tudo é que a ventura (5.98)

Pradrupedante, êrro de impressão, das primeiras edições, mantido até à de 1597, «naturalmente porque se supunha que era prado — o primeiro elemento do composto (J. M. Rodrigues). V. Quadrupedante.

Da fera multidão quadrupedante (10.72)

Primo, a, primeiro, superior, supremo:

Tao alto que tocava á prima esfera (4.69)

Reminiscencia, recordação, lembrança, memória:

Aquelas reminiscencias gloriosas (9.89)

Sofrer, padecer:

Sofrendo morte injusta e insufribil (1.65)

V. Cantos 6.32, 9.81. 10.11.

Suster-se (2) defender-se, manter-se; a guerra aludida e que terminou na vitória de Aljubarrota foi defensiva:

A guerra com que a patria se sustinha (4.22)

Tambem (2) tão bem (J. M. Rodrigues):

Naqueles que tambem se aproveitaram
Do descuido remisso de Fernando (4.2)
Tambem de suas obras merecida (7.87)

Tempo (2) fortuna (J. M. Rodrigues), como, entre outros, neste exemplo de «Palmeirim»: «Os empedimentos que o tempo nestes tempos oferece» (11, p. 342).

Que assi vai alternando o tempo iroso
O bem co mal, o gosto co'a tristeza (4.51)

Tocar (3) tratar de leve, sem insistência: «não se entrava a fundo nos assuntos» (Epifânio); Adolfo Coelho e Gomes de Amorim supuseram êrro de composição e emendaram: «trocar»:

Mil praticas alegres se tocavam (10.5)

Trás (2) atrás:

Trás este vem Noronha, cujo auspicio (10.62)

Velho (2) cauto, prudente:

O mouro (nos tais casos sabio e velho)
Os braços pelo colo lhe lançou
Agradecendo muito o tal conselho (1.82)

Vingado, a, Satisfeita, por punido ou castigado quem a ofendeu:

Mas de Deus foi vingada em tempo breve (3.33)

VIRTUDE (2) valentia (Epifânio):

Perde a virtude contra tanta gente (4.35)

VULCANO (OS DE —, os artelheiros:

Porêm aos de Vulcano não consente
Que dêm fogo ás bombardas temerosas (1.68)

Rio, 97, Paisandú.

AFRÂNIO PEIXOTO e PEDRO PINTO

CAMÕES EM ESPANHA

O centenário de Camões foi celebrado em Espanha com relêvo oficial, a cujas cerimónias se associou S. M. el-rei D. Afonso XIII. Do que se escreveu acêrca de Camões, nessa ocasião, apraz-nos transcrever o artigo muito notável do Sr. Ramiro de Maeztu, publicado na *Prensa*, de Buenos-Aires. O ilustre jornalista e ensaísta é uma das altas mentalidades que em Espanha compreendem e sentem, com mais clara inteligência e apurada sensibilidade, o espírito e o coração da Grei portuguesa. No artigo que temos o gôsto de estampar a seguir, assinalam-se com exactidão e fulgor os caracteres do Poeta e do Poema, nos seus aspectos lusitanos, hispânicos e universais.

Madrid, diciembre de 1924

Se commemora en Madrid en estos días el cuarto centenario de Luis Vaz de Camoens. Con ello se celebra de consuno la epopeya que canta el descubrimiento de las rutas marítimas de Oriente y la vida más bella y más romántica que ha vivido hombre alguno. Eran tiempos de novedades y mudanzas. El plano del mundo acababa de convertirse en globo. Las navegaciones de portugueses y españoles habían descubierto que detrás de las 7.500 leguas que atribuía Ptolomeo al circuito terrestre había un mundo nuevo, tan grande como ya el conocido. Hasta los pechos de los más humildes campesinos se encendían con la posibilidad de aventurarse

Por mares nunca de antes navegados

y bajo estrellas diferentes. Bastaba la hazaña de alistarse en alguna de las expediciones que salían de la península para los mares de Oriente o de Occidente y se abrían, si no las de la muerte, las puertas de la riqueza y de la gloria. En la dimensión espiritual se ofrecía también a los cultos otro nuevo mundo, con los manuscritos que revelaban las maravillas de la antigüedad a la curiosidad del Renacimiento. La gloria de Atenas, la grandeza de Roma, desplegaban perspectivas noveles al goce de los hombres. Las almas, suspensas y tendidas, arcos a punto de disparar su flecha, podían elegir entre dos mundos nuevos: el físico, allende los mares, y el espiritual, a través de los siglos. Algunas, las más excelsas, se lanzaban intrépidas al mismo tiempo a la conquista de ambos mundos. Y fué privilegio de los pueblos hispánicos, a la vez que origen del rápido desgaste de sus energías superiores, forzar al mismo tiempo las vías de ambas Indias, del Parnaso y del Cielo.

Camoens es ejemplo preeminente del conquistador de los dos mundos, el espiritual y el temporal, desde su niñez hasta su muerte. Hijo de una familia noble, pero no rica, que le ofrece facilidades para la cultura, a la par que necesidad de aprovecharlas, a los once años de edad escribe un soneto sobre la historia universal, que ya revela concepto propio del paso de los pueblos por la tierra. Ese mismo año quiere alistarse en la expedición con que el rey don Juan quiere ayudar a Carlos V en la lucha contra el corsario Barbarroja. Esta armonía de la palabra y de la acción se sostiene en todo el curso de su vida. Lo encontramos de adolescente en el colegio de Santa Cruz, de Coimbra, donde era deshonroso para los escolares hablar-se en otras lenguas que la latina y la griega. Allí adquiere Camoens, con los idiomas clásicos, sus conocimientos de castellano, francés, inglés, italiano y provenzal, y escribe una imitación de «Los Anfitriones», de Plauto, para que la representasen sus compañeros. No os imaginéis a un estudiante pálido y encorvado sobre los libros. Camoens es también el primero en el juego de la espada y en los ejercicios atléticos. Si ya desea escribir una epopeya que rivalice con las de Homero y Virgilio, no quiere menos correr el mundo y pelearse por Dios y por el rey.

Camoens vió por primeira vez a doña Catalina de Ataide arrodillada en oración, con los ojos en alto. Ello quizás explica que su amor rivalizase en elevación y firmeza con los de Petrarca y Dante por Laura y Beatriz. Pero en vez de sumirle en la vida contemplativa del escritor le estimuló para la acción y las hazañas. Empieza por batirse en Lisboa por el buen nombre de su amada y ello le vale su primer destierro. No

renuncia a su empeño amoroso al volver a la corte, por lo que la familia de doña Catalina consigue de la reina que esta vez se le envíe a Marruecos. Va a Ceuta y pierde un ojo. Pasa siete años cavilando en sus amores y defendiéndose de asechanzas de moros, cuando no acosando leones, que llegaban entonces a las cercanías de Tetuán. Vuelve a Lisboa, interviene en una pelea en la plaza del Rocío, hiere a un criado del rey y no se le perdona la prisión sino porque va a la India en busca de fortuna y sólo once días antes de embarcarse. Pudo entonces despedirse de su amada y escribir después, con ocasión de estos adioses, el soneto inmortal:

> Aquela triste e leda madrugada
> Cheia toda de mágoa e de piedade,
> Emquanto houver no mundo saüdade,
> Quero que seja sempre celebrada.

No bien llega a Goa y se percata del deterioro que el clima tropical y el trato de otras razas ha ocasionado en las austeras costumbres portuguesas, cuando rompe en sátiras a lo Byron contra los vicios coloniales. El gobernador, señor Barreto, le envía a Macao, probablemente para librarle de las iras de los ofendidos, como proveedor de los difuntos y los ausentes. Allí debió de ser donde escribió la mayor parte de «Os Lusiadas» y las quintillas «Babel y Sión», que tanto admiró Lope. Al volver a Goa le llega la noticia de la muerte de su «cordera», doña Catalina. A poco empieza a acometerle el mal de ausencia. Está pobre. Ha perdido sus ahorros en un naufragio, del que salvó, en cambio, el manuscrito de sus «Lusiadas». Viaja por el Japón, la China, las Molucas, la India, Borneo. Encuentra el modo de llegar a Mozambique, donde pierde el original de su «Parnaso»; pero halla hidalgos que le pagan el regreso a la patria. Entra en el puerto de Lisboa por Cascaes, después de diez y seis años de ausencia. Había escrito sus obras maestras entre los fragores de los vientos y los embates de las olas, en los descansos de las batallas, mientras se reparaba un cañón, entre los sollozos de la ausencia amorosa, con el broquel al cuerpo tinto en sangre.

A los dos años de su regreso se publicaron las «Lusiadas». Es el poema de las hazañas de los portugueses en general y en particular del descubrimiento del camino de la India por Vasco de Gama en 1497. Pudiera llamarse la epopeya del mar, no sólo por la maestria con que se describe lo mismo la furia que el halago del Océano, como porque sus octavas reales tienen el ritmo y el aliento de las olas al morir en la

playa. Es también la epopeya de la unidad del mundo, el carmen secular de nuestra edad moderna, ya que la « Jerusalén » de Tasso es más bien religiosa y el « Paraíso » de Milton, teológico. Es el poema del Renacimiento, en cuanto en él se funden los modelos clásicos, con un espíritu propio de infinitud en el espacio. Frecuentemente se encontrarán en « Os Lusiadas » imágenes de Virgilio, de Homero, de Tíbulo, e inspiraciones del clasicismo en un contexto espiritual y lírico extraño al mundo antiguo. A veces se ha censurado la mezcla de la mitologia pagana en un poema cristiano. Pero esto es el Renacimiento y es Camoens. Sus dioses no representan meramente las inmortalidades que alcanzan los grandes esfuerzos, sino el despertar de las pasiones de la fama, de la riqueza y del placer, que sacaban a los hombres del estado en que les colocaba la constitución gremial de la Edad Media. También pudiera decirse que « Os Lusiadas » son la epopeya del destino histórico en cuanto fué posible que no se hubiesen escrito; lo que no fué posible es que se concibieran ni en otro tiempo, ni en nación que no fuese hispánica. Habría podido escribirlas un español, Garcilaso, de haber nacido unos años más tarde; Luis de León, de haber sido soldado y no fraile. No se habrían podido escribir por hombre que no fuera español o portugués, porque se habría sentido extraño a los descubrimientos; ni antes de Camoens, porque no habría sabido apreciarlos, ni después, porque el desaliento y el cansancio le habrían cortado el aliento épico.

« Os Lusiadas » tienen de común con todas las grandes obras de arte que no se hicieron para ser arte puro. El poeta se propuso, sobre todo, rendir un homenaje a las hazañas de su patria, dar un ejemplo

> De amor dos patrios feitos valerosos.

El poema va a mostrarnos el heroísmo de los portugueses, lanzados

> A' perigos incognitos do mundo,
> A naufragios, a peixes, ao profundo.

Cuenta a las generaciones venideras las hazañas de Vasco de Gama y de sus compañeros, acompañadas del entusiasmo y del respeto que en su ánimo suscitan. Esto es lo que convierte en obra de arte su homenaje: la unidad de la acción y de los sentimientos que la valoran. La epopeya se escribe porque el poeta la cree moralmente útil, porque no se hace ilusiones respecto del carácter humano. Sabe muy bien que las

hazañas son sucesos insólitos. Repetidamente alude al viejo escepticismo popular. El pueblo abomina

De primeiro que guerra fez no mundo.

Quizá el momento más bello del poema sea el de la salida de la armada del puerto de Lisboa, cuando, entre las lágrimas de niños y mujeres, un viejo maldice a los primeros hombres que se lanzaron al mar en un madero y a Prometeo, por robar a los dioses el fuego. También en otro pasaje habla de « la vil desconfianza inerte y lenta del pueblo », pero Camoens saca el pecho afuera para hacérselo sacar a los demás. « La esperanza de libertad está en vuestras lanzas ». « Las cosas arduas e ilustres se alcanzan con trabajo y con fatiga »... « sufriendo tempestades y ondas recias »...

Es encanto singular de esta epopeya el de ser obra de un poeta supremamente lírico. Cada uno de sus episodios y el poema total están concebidos en una palpitación del corazón, en una imagen que es a la vez un nudo en la garganta, como cuando cierran el episodio de los amores de doña Inés de Castro las « hijas » o ninfas del Mondego, quienes lloraron tanto la muerte de la bien amada que, para eterna memoria, hicieron de sus lágrimas una fuente, que aun se llama en Coimbra Fuente de los Amores; o como cuando en la isla encantada echan a correr las ninfas por los bosques y se dejan alcanzar por los marinos portugueses. Por donde Venus pasa, el viento

Sereno faz com brando movimento...

Pero si el encanto del poema es su lirismo, su fuerza consiste en la seguridad con que se asienta en el suelo espiritual de donde surge. Parte del poema canta las luchas de Portugal contra León y Castilla, pero no hay en toda la obra una sola palabra molesta para los demás pueblos hispánicos. Portugal es un miembro de Hispania, de Europa, de la Cristiandad:

Eis aqui se descobre a nobre Hespanha
Como cabeça ali de Europa toda.

Europa es la « nobre Europa ». El espíritu de solidaridad cristiana es tan fervoroso que no se olvida ni de saludar a los abisinios como hermanos en Cristo. Y aunque es pujante el subjetivismo del poeta, no se

le ocurre nunca pensar en sí como en algo distinto de su patria, y aunque es fervoroso su nacionalismo tampoco prescinde, ni por un segundo, de la conexión de su país con el resto de la península, de Europa, de la Cristiandad y de la civilización grecolatina.

Los años que siguieron a la publicación de «Os Lusiadas» fueron tristes. Se le reconoció al poeta su preexcelencia, pero estaba pobre y la liberalidad del rey no pudo ser grande, en parte porque fueron años de grandes calamidades: pestes, ciclones, terremotos, inundaciones, sequías, incendios; en parte porque el reino concentraba todos sus recursos para la empresa de conquistar en Marruecos el poderío necesario para consolidar el vasto imperio ultramarino.

Sale de Lisboa la expedición de los 940 veleros y 24.000 hombres, la flor de Portugal, con el noble don Sebastián a la cabeza. Camoens se pone a escribir un largo poema en que cantaba las victorias de su rey en Marruecos, cuando llega la noticia de su muerte y la de sus caballeros en Alcazarquivir. Se dijo que el poema superaba a «Os Lusiadas». El poeta quedó como suspenso, quemó sus manuscritos, perdió el fuego poético y no volvió a escribir en verso. Quizá nos privó de un gran poema; pero al romper con su silencio el círculo vicioso del arte por el arte, nos mostró que en una naturaleza generosa se pueden dar al mismo tiempo el gran poeta y el grande hombre, y cada una de las palabras que nos deja quedó sellada con su sangre.

Envio — En los tiempos de la común grandeza hispánica eran tan familiares los temas y las obras portugueses a los autores castellanos, como los de Castilla a los de Portugal. Así se completaban Castilla, cara al cielo, y Portugal, vuelta al mar. Honremos a Camoens comulgando en la fe que le inspiró el más excelso de sus poemas: los homenajes de admiración y de respeto hacia los grandes muertos no se pierden en el vacío, sino que crean la sustancia con que el porvenir forma a sus héroes.

RAMIRO DE MAEZTU.

CAMÕES EM INGLATERRA

O quarto centenário do nascimento de Camões foi comemorado pelo sr. Edgard Prestage com uma publicação interessante: *The Passion of Christ / Two elegies of / Luís de Camões / Reprinted to commemorate the fourth / centenary of his birth / by / Edgar Prestage / Camões Professor of the Portuguese language, literature and / history in the University*

of London / Watford / 1924. É uma edição muito limitada (250 exemplares apenas), feita com o conhecido bom-gôsto e a apreciada perfeição das artes gráficas britânicas. Á bem merecida dedicatória ao erudito lusólogo inglês sr. Aubrey Bell, «*true scholar, trusty friend*», segue-se um prefácio de quatro páginas, donde traduziremos ou resumiremos os principais tópicos:

«As duas elegias aqui reïmpressas foram escolhidas para mostrar Camões pelo aspecto de poeta católico. A primeira (que começa *Divino almo pastor, Délio dourado* e traz o n.º XXIX na edição de Juromenha) parece ter sido composta quando o poeta ainda estudava em Coimbra; daí a invocação preliminar e as longas alusões mitológicas, naturais num mancebo do século XVI, mas alheias ao nosso gôsto em matéria de poesia cristã. A deficiência de revisão devem atribuir-se os erros desta poesia: confusão de ideas, repetição de palavras e falta de uma sílaba nuns poucos de versos. A construção não nos satisfaz por completo, mas o sentido é claro em geral, e há apenas três vocábulos que podem dificultar a leitura: *asidos*, expressão hoje arcaica, sinónima de *presos, apanhados; salma* no sentido de *pêso* ou *carga;* e *poto,* forma poética de *poção.*»

Em seguida põe o prof. Prestage em relêvo a beleza e originalidade do final da elegia XXIX, e passa a caracterizar a outra que publica e que na edição de Juromenha se apresenta com o n.º XI *(Se quando contemplamos as secretas)*, considerando-a de factura posterior à primeira e de técnica mais perfeita. Camões inspirou-se aqui até certo ponto nas estâncias de Sannazaro *De Morte Christi*, mas do confronto resulta que o seu poema está longe de ser mera imitação e se eleva até, no passo em que descreve as quedas de Jesus sob o madeiro, a alturas desconhecidas de outros poetas.

Do final do prefácio traduzimos a seguinte observação pessoal do sr. Edgardo Prestage: «Devo a Camões o início do meu interêsse na literatura portuguesa, há perto de quarenta anos, era eu rapazinho, em Radley: foram *Os Lusíadas* que me conquistaram para Portugal. Daí esta modesta homenagem ao poeta imortal, tanto mais que nenhuma das minhas anteriores publicações, inglesas ou portuguesas, se ocupam dêle especialmente.»

Consignemos por último que o prof. Prestage declara ter aceitado algumas emendas a versos errados da elegia XXIX, propostas pela nossa querida Directora, a «grande romanista» Dr.ª Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Permitimo-nos chamar a atenção do eminente lusólogo inglês para os seguintes, cuja métrica parece ter sido também adulterada pelos copistas e com levíssimas alterações ficará certa:

S'acaso a caída e má ventura;
Dizendo em voz alta: «Se tu és Cristo;
Que tudo isto perdoeis a esta gente;
Digo de muitos que há hi que são famosos;
E feitos bravos, bizarros soldados.

Para o quarto centenário do nascimento de Luís de Camões contribuiu a Universidade de Londres com a seguinte mensagem, dirigida à respectiva Comissão portuguesa:

«We the Principal and Professorial Board of King's College London, on our own behalf and on that of the College and University of London, greet you. We desire to associate ourselves with you in your celebration of the fourth centenary of the birth of Luis de Camões, the great poet of Portugal and of the Portuguese race throughout the World. There is all the more reason por this act of homage on our part, because a Chair for the study of the Portuguese language, literature and history is established at King's College with Camões as its patron. Moreover *The Lusiadas* is not only a national epic; it is inspired by the ideals of religion and patriotism, which are also ours. Englishmen have always been among the most fervent admirers of Camões; one of his earliest translators was the Cavalier poet Sir Richard Fanshawe, envoy from our King Charles II to the court of D. Afonso VI; and the latest was Sir Richard Burton, famous as author and traveller, who boasted that he had been almost everywhere in the footsteps of his «master».

«Whe are proud of the political alliance, the oldest existing between any two states, which binds Portugal and England. Our people have stood together in Peace and War through the centuries, and now the medium of the Camões Chair we hope that the intellectual relations between the two countries may become more close, to the benefit of both. To this end we shall leave nothing in our power undone.»

«Signed on behalf of the Professorial Board.

«ERNEST BARKER, *Principal.*»

«EDGAR PRESTAGE, *Camões Professor.*»

CELEBRAÇÕES CAMONIANAS

CAMÕES EM FRANÇA

NA SORBONA

No dia do quarto centenário realizou-se no grande anfiteatro da Sorbona, em Paris, a comemoração de Camões. Presidiu à sessão o Sr. Bérard, ministro da Instrução Pública, achando-se presentes, além do representante do presidente da República Francesa, os Srs. Appert, reitor da Universidade de Paris, Martinenche, director dos serviços anexos da Sorbona, Le Gentil, professor de literatura portuguesa naquela escola. No público, que enchia o anfiteatro, contava-se todo o corpo docente da escola, com multidão de estudantes.

Usaram da palavra os Srs. Bérard, acêrca de Camões e da literatura portuguesa, evidenciando largo conhecimento do assunto; Martinenche, sôbre a influência e a expansão da literatura lusitana; e o professor Le Gentil leu uma sua notável versão do episódio de Adamastor. O Dr. Eugénio de Castro, director da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, realizou uma conferência intitulada *Camões amoroso*, que foi aplaudida com agrado unânime.

O Orfeão Académico de Coimbra entoou os hinos nacionais Português e Francês.

LES CENT CHEFS-D'ŒUVRES ÉTRANGERS (CAMOENS). Com um estudo do prof. Le Gentil.

Está dito e redito que a França compensa ùtilmente o seu sistema de ignorar o resto do mundo com o instinto de procurar e encontrar fora de si, quando lhe quadra, e em especial no domínio da literatura, boas fontes caudais de tonicidade e renovação. No emtanto é incalculável a quantidade do que lhe escapa inteiramente, e uma prova disso têmo-la na sua persistente ignorância do valor e significação de Camões.

Na selecta monográfica intitulada *Camoens*, e publicada na série *Les cent Chefs d'œuvre étrangers* (ed. de *La Renaissance du Livre*, Paris, 1923), explica o sr. Jorge Le Gentil o mecanismo particular dêsse lamentável alheamento, pelo que respeita aos *Lusíadas*. Êste poema, sem embargo da sua feição nacional, interessa à evolução da humanidade; mas os escritores franceses do século XVIII não deram conta dêste carácter enciclopédico da epopeia portuguesa, porque desdenhavam por dema-

siado árida a parte que nela havia de sciência, e por excessivamente local o que tinha de histórico. Entretinham-se com o arsenal mitológico, rètoricavam sôbre a mistura dos dois maravilhosos, ignoravam o simbolismo dos quadros da Ilha dos Amores, e despojaram o episódio de Adamastor de quanto tinha de concreto, para o enquadrarem na estreiteza do seu gôsto. Salvou-se o drama de Inês de Castro, porque estava em voga a literatura sentimental; e as aventuras dos Doze da Inglaterra foram trasladadas no Primeiro Império para o estilo trovadoresco.

Associada assim a fama de Camões com o programa de uma escola literária moribunda, não viram nêle os Franceses senão um aluno bisonho de Vergílio; o patrocínio dos pseudo-clássicos fêz atirar para as costas largas do Poeta com todos os defeitos dos seus admiradores. Depois vieram os Românticos, e Camões não foi mais feliz, porque êsses não chegaram a compreender que êle glorificara a seu modo a Idade-Média, nem souberam alargar à Índia um exotismo que parara na Grécia e na Turquia. Gautier, mais arrojado, descobrira a China; Leconte de Lisle embrenhou-se nos *Vedas*, desconhecidos dos navegadores da Renascença; Herédia pôs os Conquistadores no galarim, mas (diz com graça o sr. Le Gentil) «respeitador do tratado de Tordessilhas, reservou para si a metade castelhana». Vítor Hugo compôs uma *Inês de Castro*, tingindo-a porém de côres espanholas; Lamartine aprendeu o português com Filinto para entender os *Lusíadas*.

Afora êstes dois, com quem aliás lucrou pouco ou nada, Camões foi pasto de autores de segunda ordem: Florian, Esménard, Baour-Lormiand, Raynonard, Chênedollé, e outros pulverizados.

Isto, quanto à epopeia; ¿e a lírica maravilhosa? Bem sabemos que a confusão e falta de autenticidade dos textos justifica o desconhecimento dêsse tesouro, até dentro de Portugal; mas não foram impedimento a que a parte não-épica das obras camonianas esteja há perto de meio século, tôda e até mais que tôda, vertida em alemão. Como se sabe, o benemérito Storck, para não perder o certo pelo duvidoso, traduziu também o que aliás já se sabia ser apócrifo. Em França, que saibamos, só o ilustre Chateaubriand deu pela existência de Camões lírico, e parece que só teve olhos para as *Endechas a Bárbara*, talvez porque nêles viu uma velha miniatura de Atala. E no em-tanto bastava que o grande émulo de Petrarca tivesse encontrado nos séculos XVIII e XIX um crítico francês de primeira ordem, como o sr. Jorge Le Gentil no século XX, para que a França ficasse informada acêrca da significação moderna e universal do nosso poeta.

Resumindo as observações do arguto e erudito professor de português na Sorbonne, poderemos concentrá-las nos seguintes aforismos mais importantes:

Ao passo que Ronsard e Du Bellay, em França, rejeitavam sistemàticamente a herança do passado, Camões, letrado e aristocrata, humanista e cortesão, associa uma à outra, sem nunca as opor nem confundir, a Renascença e a Idade-Média. — A sua originalidade afirma-se, entre todos os contemporâneos, pelo eco de uma paixão concentrada e invasora. — Seria impossível reduzir os sonetos de Camões, de tão complexa diversidade, a uma fórmula-tipo. O poeta, cumprido de virtuosidade, passa do heroísmo ao gracejo *(badinage)*, da unção religiosa à crítica acêrba, vingadora, dos vícios da decadência, ao mesmo tempo que por vezes se demora, como o parnasiano de hoje, a gravar no verso camafeus ou medalhões antigos. — O pessimismo de Camões é mais profundo e doloroso que o de Petrarca. O Poeta refugia-se na saüdade, cruel porque evoca um passado abolido, doce porque o afasta de um mundo desprezível. — Homem de acção, veemente, irritável e fogoso, Camões deu ao tema do amor impossível a mais pungente sinceridade, trágica a tal ponto, que lhe assegura, entre os poetas nacionais e na história das literaturas, um lugar excepcional. — Nas admiráveis oitavas do *Desconsêrto do mundo* eleva-se Camões até o pessimismo filosófico. Verdadeiro precursor do pensamento moderno, apresenta nesse poema o problema do mal: Tudo, no universo, desmente a razão. A desgraça oprime a virtude. Os maus triunfam. E não resta portanto outro refúgio, além do sonho ou da loucura. Todavia, ninguém abdica da acção, porque o pior cínico, se desdenha da púrpura, aspira à glória. — Tal concepção da vida é singularmente ousada num escritor do século XVI: em vez de confundir-se com a *vanitas vanitatum* do Cristão, para quem a desgraça é sinal da bondade divina e penhor de futura recompensa, põe a felicidade, como Schopenhaur, na negação da vontade de viver. ¿Poderá supor-se que ambos beberam na mesma fonte, e que a sabedoria negativa dos Brâmanes tenha iluminado Camões?... — Adiantando-se ao Romantismo e em lugar de encerrar-se, como Ronsard, no respeito da convenção dos géneros, o poeta português servia-se dos novos ritmos para a expressão sincera e espontânea de um pessimismo que domina o sentimento individual. Nunca a confissão da desventura encontrou, através da evolução da poesia subjectiva, acentos mais perturbadores. — A sua paráfrase do salmo *Super flumina Babylonis*, a-pesar da leveza de uma forma fácil, vizinha da inspi-

ração popular, apresenta-se contudo como a expressão mais alta da filosofia camoniana. É surpreendente ver Camões descobrir, já no século XVI, não só a lição moral da Bíblia (que o entusiasmo de Lutero tornara suspeita à reacção ortodoxa) mas o brilho e o pintoresco da poesia hebraica, cuja influência não se fará sentir na literatura europeia senão muito mais tarde, no alvorecer do Romantismo.

Vê-se bem dêste resumo que a figura de Camões é apresentada várias vezes como a de um genial precursor literário e profundo filósofo do amor e da vida. Mas a lírica do nosso grande poeta tem, sobretudo nas Redondilhas, outro aspecto diverso, e até oposto a êste: o de poesia de côrte e de ocasião, apegada à moda do dia e por vezes afectada ou pueril. Á argúcia crítica do ilustre comentador francês não escapou esta feição camoniana; mas o Prof. Le Gentil soube pôr em relêvo que Luís de Camões não podia deixar de mostrar-se grande, aí mesmo onde as circunstâncias concorriam para o diminuir:

«Aristocrata de nascença e de gostos, Camões compunha, a convite das damas que escolhiam o *mote*, pequenas obras poéticas onde competia de habilidade com os seus rivais rancorosos, para resolver problemas de casuística do amor. Sob o domínio de uma paixão concentrada, o Poeta saboreava a amarga delícia da solidão; mas tinha também horas de sociabilidade, durante as quais, improvisador cheio de ímpeto, entremeava a malícia polida com o exaspêro da invectiva e do sarcasmo. Nem tôdas as suas poesias dêste género são de igual interêsse, porque lembram, aqui e ali, os jogos pueris em que se compraziam os poetas franceses mais artificiosos. Mas, ainda neste género postiço, Camões desenvolve muito espírito, e bastas vezes do melhor, como os freqüentadores do palácio de Rambouillet. Alguns dêsses improvisos, onde o gracejo se ennobrece com uma ponta de moral sentenciosa, possuem o sabor de quadros de costumes; e de outros transpira, por entre a urdidura da moda aristocrática, a robusta naturalidade das *serranilhas* populares.»

Tudo isto é bem observado e bem dito, e faz grande honra à argúcia crítica e à ilustração literária do Prof. Le Gentil, colocando o seu estudo, como expressão filosófica do valor de Camões, a-par dos notáveis trabalhos modernos do inglês sr. Aubrey Bell (V. *Spanish Monographs* (Luís de Camões), e *Portuguese literature*).

A França tem agora pela primeira vez, embora em resumida apresentação, uma guia que lhe não permite ignorar por mais tempo o va-

lor de uma figura literária que é única, não só na Península, mas no mundo inteiro. E deve ainda dizer-se, em homenagem ao crítico francês, que no seu estudo há muito esfôrço e observação original, porque a orientação dos trabalhos portugueses mais modernos, que podiam servir-lhe de base, se volta principalmente ou para as adivinhações biográficas (Teófilo Braga) ou para a pesquiza, benemérita e necessária, mas microscópica, das fontes e dos textos (D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, José Maria Rodrigues, etc.). Para a avaliação pròpriamente estética da produção camoniana a monografia do Prof. Le Gentil ficará servindo, até em Portugal, como elemento importante de orientação, ou pelo menos de discussão e de estudo.

Adiando para outra ocasião o estudo da parte da monografia do Prof. Le Gentil onde mais demoradamente se estudam as líricas de Camões, concentraremos agora, no final dêste relatório, o que o crítico francês nos diz acêrca da significação filosófica dos *Lusíadas*. Entende o sr. Le Gentil que êste poema corresponde a um marco decisivo na história da Humanidade e recorda que êle era para Alexandre de Humboldt «o poema do mar», para E. Quinet «a epopeia do comércio», e para Esménard «a síntese dos progressos da navegação». Podia ter acrescentado que E. Quinet considerou os *Lusíadas*, no seu «Génie des Religions», como o poema da aliança do Oriente com o Ocidente, e registaria oportunamente, a propósito disto, a bela refutação «americana» do ilustre brasileiro Joaquim Nabuco, para o qual os *Lusíadas* são o poema da colonização, dos cometimentos remotos, e, por conseguinte, o poema da construção do Novo Mundo: Resumem num só verso (naquele onde se diz *que tôda a terra é pátria para o forte)* o admirável fenómeno da emigração, o maior de todos os feitos da história moderna. «As duas praias que os *Lusíadas* parecem destinados a unir não são (diz Nabuco nos *Discursos e conferências nos Estados-Unidos)* as da Europa e Ásia, senão as da Europa e América, porque êles são o poema do comércio e da indústria, o poema da Idade Moderna, e em tudo isso o papel da América é, e há de ser, muito mais conspícuo que o da Ásia.»

O Prof. Le Gentil consigna a antipatia muitas vezes declarada de Camões pelo mercantilismo, e a ela atribui que ao Poeta tenham escapado certos aspectos essenciais da colonização; mas observa que êle soube pôr em relêvo, «muito melhor que os hostoriadores modernos», a imensa repercussão intelectual dos grandes descobrimentos marítimos; mostra-o

perfeitamente versado na sciência que Luís de Camões julgava nacional entre tôdas, a astronomia; recorda como o autor dos *Lusíadas*, considerando o Niassa como a origem de todos os grandes rios africanos, adivinhou genialmente os resultados das explorações mais recentes do Continente Negro. Por último, resume assim o sábio professor francês o carácter nacional, e ao mesmo tempo universal, do poema: «A epopeia de Camões, convencional na aparência, mas documental na verdade, está impregnada de espírito moderno. Só se liga à Antiguidade pelo respeito dos bons modelos, e à Idade-Média pelo idealismo, traço característico da raça. Mas abrange, em tôda a complexidade dum inquérito histórico e geográfico, a expansão súbita e no em-tanto longamente preparada de um povo cuja acção, desproporcionada à pequenez dos seus recursos materiais, se explica moralmente pela energia acumulada durante uma luta contínua contra Mouros e Espanhóis, e pela iniciativa de homens superiores, que souberam encaminhar a Nação para as aplicações da matemática e da astronomia. Camões compreendeu por isso a necessidade de juntar à lista das vitórias a das descobertas, de passar das causas aos resultados, de registar as novas aquisições da cartografia, da hidrografia, da botânica, da medicina, da etnologia. E é por aí que o seu poema, sem deixar de ser nacional, interessa à evolução da humanidade...»

Esperemos que desta conceituosa lição do Prof. Le Gentil nós, Portugueses, queiramos tirar regras salutares, não de inútil vaidade patriótica, por termos produzido no nosso seio nacional um homem de génio como Luís de Camões, mas de modéstia, de trabalho e de esfôrço, que nos habilitem a prosseguir na nossa missão histórica, disciplinando as próprias energias pela sciência, e aproveitando-as na acção prática, portuguesa e humana, sob a direcção de homens superiores que saibamos escolher, compreender e seguir.

Esperemos também que o belo trabalho do professor francês seja muito lido em França, onde o épico dos *Lusíadas* nunca foi «plenamente apreciado», nem «perfeitamente compreendido». O sr. Jorge Le Gentil julga possível que esta situação se modifique, considerando que a colonização de Angola e Moçambique e o povoamento do Brasil abrirão novas perspectivas a uma raça cuja evolução não terminou ainda. Por outro lado, entende que é preciso contar cada vez mais com as antigas civilizações do Oriente e do Extremo-Oriente, que renascem para a vida, donde conclui que a importância dos *Lusíadas* irá crescendo, na medida em que a literatura cesse de ser europeia para se tornar universal.

CELEBRAÇÕES CAMONIANAS

Não me é fácil seguir êste raciocínio, porque penso que as obras-primas do espírito humano, o são por si próprias, em função, quando muito, do tempo em que foram produzidas, e não do futuro étnico ou político do povo que as produziu. A *Odisseia*, o *Cântico dos Cânticos*, são obras-primas; e para que as consideremos e conheçamos como tais, exercendo uma obrigação imperiosa de homens cultos, nada importa que os Judeus tenham sido dispersos e que hajam desaparecido os Gregos antigos.

Também não creio que a literatura evolucione para a universalidade. Creio, sim, que tôda a obra de sentido universal não o é sem primeiro ter lançado raízes profundas no torrão donde brotou. Neste caso está a lírica e também a épica de Camões. São humanas e são universais, porque foram primeiro portuguesas. O homem ou o povo culto que as ignora pode explicar a sua ignorância. Mas nunca poderá justificá-la.

AGOSTINHO DE CAMPOS

CAMÕES NA AMÉRICA ESPANHOLA

POR inteligente e patriótica iniciativa do Dr. Alberto d'Oliveira, ministro de Portugal junto do govêrno da República Argentina, e com o apoio entusiástico da Embaixada do Brasil em Buenos-Aires, realizaram-se nessa cidade, em 10 de Junho último, várias celebrações camonianas cujo alcance cultural, literário e até político, no sentido da confraternização ibero-americana, é desnecessário encarecer. Mais do que nunca o nome e a memória de Camões serviram de traço de união a um mundo de nações irmãs pelo sangue, nobres pelo passado e senhoras do futuro, desde que saibam e queiram reforçar pela união o poder do seu número.

Por iniciativa da Legação portuguesa na Argentina, apoiada entusiàsticamente pela Embaixada do Brasil, constituiu-se uma comissão luso-brasileira que organizou um festival no teatro Cervantes, sob o patrocínio do Intendente Municipal e com o concurso do eminente escritor argentino, Ricardo Rojas, e de várias senhoras do Conselho Nacional de Mulheres de Buenos-Aires.

A festa teve brilhante êxito e foi honrada com a assistência do sr. Presidente da República e sua espôsa, dos membros do Govêrno e do corpo diplomático, das autoridades municipais e universitárias, etc.

O Instituto Popular de Conferências dedicou a sua primeira sessão

dêste inverno à memória de Camões, tendo incumbido o professor da Universidade e antigo deputado, dr. Carlos F. Melo, neto de portugueses, de fazer um minucioso e interessante estudo sôbre a vida e as obras do Poeta. Assistiu ao acto o ministro das Relações Exteriores, concorrendo também muitos professores e artistas. O ministro de Portugal, sr. dr. Alberto d'Oliveira, pronunciou um brilhante discurso.

Ainda por sugestão daquêle Instituto ao ministro da Instrução, deliberou o Govêrno argentino que em todos os liceus nacionais fôsse recordada em 10 de Junho a memória do autor dos «Lusíadas».

O Ateneu Hispano-Americano também promoveu uma sessão comemorativa, na qual realizou uma conferência sôbre o épico imortal o sr. dr. Calisto Orguela. O sr. Alberto d'Oliveira proferiu aí, em espanhol, o discurso excelente que em seguida reproduzimos.

A imprensa argentina associou-se calorosamente a tôdas estas manifestações, como é seu hábito, quando se trata de Portugal.

Também em S. Tiago do Chile se realizaram brilhantes comemorações do mesmo centenário.

DISCURSO DO SR. ALBERTO D'OLIVEIRA

NUNCA se olvida el Ateneo Hispano-Americano de comemorar las fechas ó los grandes nombres de la historia de las Naciones Ibéricas de los dos mundos, a cuyo acercamiento y comprension tanto contribuye con su propaganda y su ejemplo. Hoy es el dia de Camoens y el Ateneo aqui se encuentra, en assemblea magna, a honrar su memoria. Gracias, señoras y señores, a todos Vds. y en nombre de mi Patria, por vuestra presencia y por vuestra adhesión. Gracias al Ateneo y a su ilustre Presidente, gracias al erudito y elocuente orador que ha disertado con tanto brillo sobre la obra camoníana, gracias a las gentiles señoritas que colaborarón en esta brillante fiesta.

Siendo la mayor gloria de Portugal, siendo la encarnación sublime de todas las virtudes y fuerzas del alma portuguesa, Camoens es por ello mismo una de las mas puras glorias de la Iberia, tan rica en ellas. Esta tarde, al oir al admirable discurso de Ricardo Rojas, en el bello teatro que lleva el nombre de Cervantes, al verlo coronar de hermosos laureles argentinos la cabeza del poeta lusitano, recordaba yo que el creador inmortal de *Don Quijote* llamó a los *Lusiadas* «el Tesoro del Luso» y pareciame ver resurgir de las lejanias del pasado, enlazados en un grupo fra-

terno, a esos dos grandes genios que simultaneamente retrataron el alma de sus pueblos, haciendo resaltar una vez más el isocronismo, la simetria que tanto caracterizan la vida historica de Portugal y España.

Pero Camoens tiene tambien, a mi juicio, buenos y especiales titulos para ser admirado y comprendido en este continente como uno de sus mejores intérpretes, y no solamente por haber escrito en uno de la idiomas por medio de los cuales habla America, y que reflejan su pensamiento y su sensibilidad.

Sin duda, cuando se escribieron los *Lusiadas*, no existia aun lo que hoy llamamos America — ni la entidad ni su nombre. America era entonces como el niño en los brazos de su nodriza, rodeado ya de cuidados y cariños pero todavia sin historia. Camoens habla de «la cuarta parte nueva del mundo», cuyos campos arábamos, decia el, é yo agregaré que los seguimos arando con los brazos de nuestros emigrantes y que el trabajo de cinco siglos no agotó hasta ahora esa tarea imensa. Camoens habla del Brasil, la terra de Santa Cruz, habla de los gigantes de la Patagonia argentina, habla del estrecho descubierto y doblado por Magallanes, habia del Mexico-Temistitão, nos fins occidentaes, y, en una referencia generica, llama al Nuevo Mundo la gran tierra, rica en metales dorados como el sol, poblada por gentes de distintos ritos y costumbres, y descubierta y conquistada por la gloriosa Castilla.

Pero si la esplendida realidad americana vino despues de Camoens y él no podia adivinarla, lo cierto es que todo el poema está impregnado de espirito iberico, y ademas, de lo que me permito llamar espirito americano, si es que comprendo bien los rasgos que lo definen.

Ante todo, Camoens es un grande Ibero, y no por haber dado todo su corazon y todo su genio a la *dichosa Patria su amada* se olvidó de la hermana España, de España que es cabeza de Europa, a quien nadie excede en grandeza y gloria, de España constituida por distintas Naciones — asi les llama —, *todas de tal nobleza y de tal valor, que cada una se cree de todas la mejor.* Y en sus versos desfilan el Tarragonés, el Navarro, el Gallego, Betis, Leon, Granada, y enfin el grande y raro Castellano, a quien hizo el destino *restituidor de España y señor de ella.*

Siendo además los *Lusiadas* la epopeya de las Navegaciones y de los Descubrimientos, y no habiendo el genio humano producido hasta hoy otra obra de arte que con más relieve cuente y cante esa epoca casi sobrenatural de la historia, es evidente que el poema de Camoens pertenece de derecho a todos los descendientes de aquellos Navegantes y de aquellos Descubridores, y que, haciendo abstracción de los hechos concre-

tos a que se aplica, toda la filosofia, toda la politica, toda la ética, toda la estetica de los *Lusiadas* es nuestra, es vuestra, es iberica y es americana.

Y sino, decidme, ese famoso verso de la epopeya que asi reza:

POR MARES NUNCA DE ANTES NAVEGADOS

no os parece que es la verdadera divisa de America? Yo no conozco otra que mas digna sea de que se la inscriba, en grandioso arco de triunfo, a la entrada de vuestro continente.

Cuando Camoens dice que los Lusitanos

NOVOS MUNDOS AO MUNDO IRÃO MOSTRANDO

¿que hace, sino condensar en un verso toda la historia de la Ibero--América?

Pero yo hablé de espirito americano y creo poder definirlo como un espirito de libertación, de irradiación, de universalización, que viene del dia en que, *alla adonde la tierra se acaba y el mar empieza,* Portugal luego seguido por España, inició la toma de possessión del mundo olvitado, del mundo perdido, y lo reveló a una Europa estrecha y limiiada en su territorio, contente de vivir, durante tantos siglos, alrededor del lago — más lago que mar — mediterraneo, absorbida en sus luchas, passiones, prejuicios nacionales y locales, y sin curiosidad de penetrar las tinieblas de ficción y de terror que la rodeaban.

La civilización y la cultura eran sin embargo intensas en Europa: pero habia en el ambiente una estrechez, un temor de lo nuevo, de lo lejano, de lo insólito, que aun hoy os impressiona cuando veeis que ni las facilidades refinadas de las modernas comunicaciones deciden a tantos Europeos a recorrer el pequeño planeta que Dios les dió para residencia, cuando los veeis preferir las normas automaticas y rutinarias de la existencia, la inmobilidad en el espacio y en el tiempo, las servidumbres de lo conocido, de lo acostumbrado, de lo heredado, a la vida con alas, a la atracción de todos los horizontes, a la victoria viril sobre las distancias, a la travessia magnifica de los Océanos. Vosotros, al revés, teneis todo el mundo por vuestro, excitaos una curiosidad universal, y la frecuencia y decisión con que emprendeis cualquier largo viaje através de esos claros y risueños mares, tan mal llamados tenebrosos por la ciega Europa medieval, hace pensar que si la Historia de la civilización hubiera empezado por acá y no por allá, America no habria seguramente tardado

tantos siglos en descubrir la Europa como Europa tardó en descubrirla a ella.

Y cuando yo afirmo que en Camoens hay mucho de americano, quiero decir: que en primer lugar el fué un desdichado y sublime emigrante, que toda su vida fue de viaje y de aventura, que toda su obra exhala esa voluptuosa exaltación propria de quien casi dió vuelta al mundo, que sus versos se iluminan siempre de ese estupendo *fiat lux* con que los pueblos ibericos se hicieron inspiradores y ejecutores de una nueva Creación. Sin ese estado de animo casi sobrehumano las Navegaciones y los Descubrimientos no se hubieron realizado. Los motivos materiales y economicos que contribuyeron a su exito fueron más bien secundarios. Cuando Colón se embarcó para el ignoto Occidente, su acto habrá parecido a la casi totalidad de las gentes tan alucinado, tan loco, como si un aviador de nuestros dias nos anunciase que se iba a volar hasta la Luna ó hasta el planeta Marte. Y sin embargo, la fé de Colón era tan absoluta, la certeza del exito era en el tan firme, que si America no hubiera existido, es el caso de decir que hubiera habido que inventarla, que crearla.

Dice Edgard Quinet que los *Lusiadas* son el poema de la allianza del Oriente con el Occidente. Muy bien, pero que es el Oriente? Para el Portugal del siglo 16, era el Asia: pero, para la America del siglo 20, ya empieza a ser Europa. Y que es el Occidente? Para los tiempos de antaño seria la Peninsula Iberica: pero hoy el Occidente es tambien acà, es sobretudo acà, ya que la civilización caminó y sigue caminando hacia vosotros. El Oriente quiere decir el pasado, no otra cosa, y el Occidente simboliza el Porvenir.

Joaquim Nabuco, a su vez, escribe que los *Lusiadas* son el poema de la emigración y recuerda el verso camoniano:

QUE TODA A TERRA É PATRIA PARA O FORTE

del cual se podria tambien hacer una inscripcion adecuada para la entrada de vuestros hoteles de emigrantes. La emigración es la continuación contemporanea, la continuación menuda y modesta, pero fecundisima, de la obra genial de los Descubrimientos. Esos arquitectos anonimos de vuestras Naciones son como aquellos que con su labor obscuro, paciente, cotidiano, de años y por veces de siglos, erguieron al cielo las catedrales góticas. A la verdad es por ellos, es sobretodo por ellos, que Portugal y España siguen cumplindo en America sus sagrados deberes, sus indeclinables deberes, de Naciones-madres. Y todo lo que la emigración

contiene de fracasos ignorados, de sufrimientos y sacrifícios, de privaciones y dolores — porque no todo puede ser en ella ventura y victoria — todo lo aceptamos, todo os ofrecemos en holocausto, para la maior grandeza y gloria vuestra, hijos y hermanos de America.

Pero algo vos pedimos en cambio: que no olvideis nunca vuestra sangre ni vuestra raza, que no se debilite en vuestros corazones el orgullo que debe llenarlos por la obra que para vosotros realizó Iberia y ahora os cabe engrandecer, exaltar, exceder. Está bien y es justo y hasta es necessario que desarrolleis libremente vuestras personalidades nacionales, que hagais de vuestra independencia el uso mas ilimitado para el bien, que valorizeis lo más posible, con la originalidad de vuestros progresos y el vigor de vuestras iniciativas, el aporte de cada uno de vosotros a la grande obra comun. Pero quedad unidos y solidarios, y no imiteis Europa en sus viejas discordias, que ya nuestro Camoens le echaba en rostro, al trazar en su poema un programa politico de allianza europea y cristiana, que todavia hoy se podria recomendar con provecho a la propia Liga de la Naciones.

Y no ceseis tambien de estrecharnos las manos através de los mares y de rehacer con Portugal y España la integridad de la civilización iberica. Los fundadores y los herederos de esa civilización deben buscar en ellos mismos sus inspiraciones para el porvenir, aunque enriqueciéndolas con la experiencia universal, y no reducirse a adaptadores ó imitadores subalternos, a satélites opacos, olvidando que tienen alma y genio creadores y que supieron dar al mundo una época nueva jamás superada en la historia, ideales y normas superiores para la vida, un espirito de sacrificio y de abnegación que llega a la sublimidad, grandes reformadores, grandes poetas y grandes santos. Portugal y España os hicieron depositarios de sus idiomas, de sus tradiciones, de su porvenir, que se confunde hoy con el vuestro. Cuando el alma hispanica venga a expresar-se por centenas de milliones de bocas, cuando nuestros idiomas vuelvan a ser consagrados por una nueva literatura y hasta por una nueva historia de repercusión y influencia universales, cuando las virtudes no agotadas de nuestra raza vuelvan a ejercerse plenamente en el ambiente favorable que debeis incansablemente prepararle — entonces comprendreis mejor que nada teneis que envidiar a nadie y que por obra y gracia de la America portuguesa y de la America española, fraternalmente unidas entre ellas y filialmente unidas a sus Madres-Patrias, *otro valor mas alto* se levantará en el mundo, conforme tambien dice un verso camoniano, pero valor solo de paz, de harmonia, de atración y de civilización.

CELEBRAÇÕES CAMONIANAS

Y pues que es hoy el dia de Camoens, ó hijos de Iberia, juremos todos que asi ha de ser, juremos conservarnos fieles a estes grandes ideales, juremos con las manos puestas sobre esos inmortales *Lusiadas*, que son, además del libro sagrado de Portugal y Brasil, uno de los Evangelios del genio ibérico y del alma de esta América.

ALBERTO D'OLIVEIRA

ALGUNS TRECHOS DA CONFERÊNCIA CAMONIANA DE D. RICARDO ROJAS [1]

SI no hay patrias en la comunión humana del arte, hay creaciones del arte que despiertan la memoria civica de muchas patrias, siendo eso, precisamente, lo que nos ocurre con «Los Lusiadas», que, al pintar las aventuras maritimas de su tiempo — génesis de nuestra Nación en la historia — alude en el canto final a Magallanes y al descubrimiento de las costas argentinas, donde el viajero portugués, segun el poema, halto a una raza de gigantes.

Vedes o grande terra que contina
Vay de Calisto ao seu contrario polo,
Que soberba a fará a luzente mina
Do metal, que a cor tem do louro Apolo,
Castela, vossa amiga, será dina
De lançar-lhe o colar ao rude colo,
Varias provincias tem de varias gentes
Em ritos e costumes differentes.

Mas ca onde mais se alarga, ali tereis
Parte tambem co pao vermelho nota:
De Sancta Cruz o nome lhe poreis,
Descobrila ha a primeira vossa frota.

[1] Conferência pronunciada em 10 de Junho de 1914, no Teatro de Cervantes, em Buenos-Aires, por D. Ricardo Rojas, decano da Faculdade de Filosofia e letras da Universidade de Buenos-Aires.

Ao longo desta costa que tereis
Irá buscando a parte mais remota
O Magalhães, no feito com verdade
Português, porem não na lealdade.

Desque passar a via mais que mea
Que ao Antártico polo vay da linha
Duma estatura quasi gigantea
Homés verá, da terra ali vizinha.
E mais avante o estreito, que se arrea
Co nome delle agora, o qual caminha
Pera outro mar, e terra que fica onde
Con suas frias assas o Austro a esconde.

C. X. 139 a 141.

Henos aqui, señores, con dichas estrofas de «Los Lusiadas», ante la colosal visión geográfica de nuestra comunidad panibérica: de un lado Castilla y Portugal, del otro Brasil, Argentina, toda la América española, y, en medio de ellos, la dilatada cuenca del Atlántico, que habrá de ser para nuestra raza lo que el Mediterráneo fué para la antigua raza latina; mar de la nueva civilizacíón, que las columnas de Hércules cerraban antaño con su fatidico lema, y que los navegantes de la peninsula maternal, como hijos de Hércules que eran ellos mismos, franquearon un dia, con no igualada audacia, hasta redondear el mundo bajo la quilla de sus carabelas.

Portugal, España, Brasil, Argentina, las cuatro unidas por la visión de «Los Lusiadas» en el espiritu de Camoens: he ahi, señores, la intención de esta fiesta y el tema del himno nuevo; tema realmente camoniano, ya que el poeta insigne refundió en su genio el sentimiento individual del amor, la conciencia histórica de la raza y el cuadro de esa más amplia humanidad que se alumbró en su poema de las navegaciones.

Algo como una predestinación mágica suele haber en el nombre de ciertos pueblos, y podemos decirlo, ya que Camoens creía en la influencia de las estrellas: Portugal tomó su nombre de «portus», y todo e, Reino fué puerto por antonomasiá, como si hubiera nacido bajo el hado de las navegaciones... Y de idéntico modo que Portugal tuvo nombre marítimo, Lisboa también lo tuvo: Ulissipo la llamaron por el nave-

gante Ulises. Como el epónimo griego, los lusitanos fueron navegantes, guerreros, patriotas, enamorados y sutiles. Por eso Camoens en su poema los pone bajo la protección de Marte, dios de la guerra, pero asimismo de Venus, diosa del amor, también nacida como lo sabéis, de las voluptuosas aguas del mar... Relacionado todo esto con la historia de Portugal, cuando después de cruentas guerras para defender su estrecho territorio la Nación se hubo constituído, comprobamos que ese pueblo de nombres marítimos halló en el mar su grandeza, fundando imperio colonial en tres continentes, y dejando como pasmosos engendros de su espíritu heroico, « Los Lusiadas » entre las epopeyas, y el Brasil entre las Naciones.

Las guerras intestinas frente a la Castilla hegemónica y la posición geográfica frente al océano ignoto, desmembraron de España a Portugal, convirtiéndolo en Estado independiente, con misión propria en el océano: mas, a pesar de ello, Portugal fué repetidas veces parte integrante de la España política, como reino feudal bajo Fernando I, como imperio mundial bajo Felipe II, y continúa siendo parte integrante del alma ibérica en Europa, como lo es el Brasil en América, viniendo así nuestro continente a ser como una proyección transoceánica de la imagen peninsular, en la Paniberia atlántica.

La vida espiritual de Portugal y España ha sido una sola desde su origen, a través de griegos, fenicios, latinos, árabes e barbaros: y lo era en la época de Camoens, cuando ambos pueblos entraron en la historia moderna con empresas, no rivales sino paralelas o complementarias, manteniendo, a pesar de las enemistades dinásticas, la intimidad racial que los unia desde los tiempos prehistóricos. Asi vemos que el rey de Castilla, don Alfonso el Sabio, autor de « Las Partidas » e instaurador oficial de la lengua castellana en el siglo XIII, escribió sus « Cantigas » en verso galaico-portugués, y que el portugués Gil Vicente, en el siglo XVI, considerado en su patria como fundador del teatro nacional, escribió en castellano múchas églogas y comedias. Asi vemos también que libros famosos, como la « Diana » de Montemayor, que aclimató la novela pastoril, o como el « Amadís de Gaula », que aclimató la novela caballeresca, perteneceu a ambas literaturas peninsulares, por la forma o por la biografía de sus autores. Asi, finalmente, vemos que el propio Camoens, descendiente de una familia gallega, con castillo de su nombre en el país vecino, compuso versos castellanos en pleno signo XVI, haciendo a la inversa lo que siglos antes hizo el rey poeta en Castilla. Y para juzgar con qué graciosa soltura manejaba Camoens nuestra lengua, me

bastará recordar, por ser más breve que otras composiciones suyas escritas en español, aquel « Mote » que dice :

Mi corazón me han robado,
Y Amor, viendo mis enojos
Por los más hermosos ojos
Que desque vivo, he mirado,
Me dijo : — « Fuéte llevado :
Gracias sobrenaturales
Te lo tienen en prision ».
Y si Amor tiene razón,
Señora, por las señales
Vos tenéis mi corazón.

Corren por la peninsula ibérica, dos rios simbólicos de esta unidad : el Duero e el Tajo. Ambos nacen en las montañas españolas, pero salen al mar en costas portuguesas. El Duero es el rio de la epopeya feudal, y el Tajo es el rio de la novela pastoril para ambos pueblos. Y con sólo nombrar el Ganges, el Nilo, el Tíber, el Sena, el Amazonas o el Plata, comprenderéis lo que son los rios en la consciencia de las Naciones.

Hacia la época de la muerte de Camoens Portugal era, como el Perú, virreinato de España. En 1580, Felipe II entró en Lisboa con lucido cortejo de ambos pueblos, y cuenta un biógrafo de Camoens, que falecido éste en la miseria, el rey Felipe de España dió una pensión a la madre del Poeta. Lisboa pululaba entonces de españoles, y anduvo entre ellos Cervantes, este mismo Cervantes a quien he llamado hermano gemelo del gran portugués.

Y a fe que ambos escritores lo son: los dos, guerreros; los dos, poetas; los dos, desventurados en la vida, y, en la muerte, inmortales. Soldados de la cristiandad, ambos lidiaron por la fe de su patria en las mismas aguas del Mediterráneo, y si perdió Camoens un ojo combatiendo ante las murallas de Ceuta, Cervantes perdió una mano combatiendo sobre las naves de Lepanto. Líricos enamorados, ambos bebieron la doctrina del amor platónico en el libro de León Hebreo y si Camoens idealizó a una mujer del Tajo en sus canciones, Cervantes idealizó a una mujer del Tajo en las suyas. Cantores del heroismo racial, ambos compusieron sendas epopeyas que se complementan en la revelación del genio iberico, pues si Camoens narró en sus «Lusiadas» las aventuras marítimas

que abrieron el camino del Asia a la civilización europea, Cervantes narró en su «Quijote» las aventuras terrestres que abrieron a la civilización europea el camino de América, pudiendo verse, en un poema, el resorte individual de las locas andanzas, y en el otro inmenso campo oceánico de su realización heroica.

Permitidme, señoras, que habiendo acercado el nombre de Camoens y el de Cervantes, os dé, como primicia de mis estudios, una conjetura nueva, que no ha de pareceros impertinente, aunque de erudición literaria, porque alude a Galatea y al amor de Camoens por Catalina de Ataide, dicha y tormento de su vida.

Cervantes conservó gratos recuerdos de su residencia en Portugal; en «La Galatea», su primera novela, elogió a las mujeres de Lisboa y comparó las doradas riberas del Tajo lisboeta con los campos elíseos. Ese libro, aunque imitado del italiano Sannazaro y del português Montemayor, contiene reminiscencias portuguesas, y se cree que en Lisboa fué concebido. El platonismo de Grecia y el petrarquismo de Italia, fúndense en este primer ensayo cervantino con el voluptuoso erotismo lusitano, y nuestro idioma aparece en él más melodioso, como si lo hubiese influido la lengua lusitana. «La Galatea» encubre la historia real de un poeta desterrado por intrigas palaciegas para cortar sus amores con una dama de la Corte. La investigación erudita cree reconocer en algunos personajes a Ercilla, a Rey de Artieda, a Francisco de Figueroa, poetas de aquel tiempo, y se ha propuesto la hipótesis de que Elisio pueda ser el mismo Cervantes y Galatea doña Catalina Palacio, la que más tarde fué su esposa. Pero la historia no coincide aquí con la novela; en cambio, ésta coincide con los tristes amores de Camoens y Catalina de Ataide. Cuando Cervantes vivió en Lisboa, Camoens acababa de morir, y ya circulaba la leyenda de su pasión al modo de la de Petrarca por Laura, inmortalizada, entre otros, por aquel soneto que dice: — «Alma mia gentil que te partiste...». Así se me ha ocurrido que en «La Galatea» se oculta, al menos como germen de su concepción, la historia de Camoens y de la Ataide; historia digna, por cierto, del ensueño arcádico.

Hubo en el genio de Camoens un amante lírico de la mujer y un amante épico de la patria, que puso heroísmo en el amor venusino y puso ternura en el amor civil. Excelsa personificación del Renacimiento por la plenitud de su vida y la amplitud de su ideal; hombre capaz de toda acción y de toda pasión; rapsoda de la edad moderna; espíritu grande por la sabiduría, grande por el ingenio, grande por el valor, es Camoens un arquetipo del etnos peninsular, porque refundió en su numen el misticismo

del celta ribereño y el heroísmo del ibero montañés. Los genios de su vigor son órganos de la conciencia colectiva. El cantor de la Ataide expresó lo más recóndito del erotismo lusitano; el cantor de «Los Lusiadas» expresó lo más transcendente del heroismo portugués.

En su patria de navegantes, Camoens creó la epopeya de las navegaciones ibéricas. «Por mares nunca d'antes navegados» — según dice el poema — anduvo Gama en Asia, y en América Magallanes; pero al narrar las aventuras de sus compatriotas, Camoens imitó al latino Virgilio, y éste el autor de los relatos homéricos. Dentro de esa misma tradición formáronse las epopeyas españolas de la conquista, entre ellas la «Araucana» sobre la fundación de Chile, que a sua vuz fuè imitada por Barco Centenera en su poema «Argentina», sobre la fundación de nuestro pais, advirtiéndose en ésta asimismo la sugestión camoniana. Estas epopeyas que cantan el destino de las Naciones son a la vez como estrofas de una epopeya más vasta que canta al destino de la humanidad, abarcando en su acción todas las tierras y uniendo a las razas en la obra solidaria de la civilización.

¡Ah, señores: vano es que los pueblos quieran aislarse o levantarse solos con funesto orgullo, porque la historia del arte a todos los vincula en la comunidad del ensueño y del dolor! Bueno es que las Naciones tengan conciencia de si mismas, y que acentúen, tal como suelo predicarlo en mi patria, sus caracteres raciales; pero sin olvidar que la historia humana es una sola gesta hermosa y angustiosa. Mientras las dinastias soberbas siembran el odio engendrador del crimen, los poetas predicamos, en el amor de la patria, la hermandad de los hombres y la paz de la tierra...

Consideremos, en un breve instante, esa «Argentina» de Barro Centenero, modesta por su inspiración, pero que vale para nosotros porque ese poema bautizó a nuestro pais. El autor, un arcediano extremeño, anduvo por aquí en los tiempos de Garay, evangelizando a los indios o guerreando con ellos; volvió a la metrópoli con papeles del Cabildo porteño y residió en Portugal, que era entonces virreinato español; narró en sus octavas el viaje maritimo de don Pedro de Mendoza al Rio de la Plata, imitando a Ercilla y a Camoens; publicó su libro en Lisboa, el año 1692, por las mismas prensas de Crasbeeck, que más tarde imprimieron a «Los Lusiadas» y dedicó su obra al marqués de Castell Rodrigo, virrey de Portugal. Por todo ello podemos decir que el buen arcediano bautizó a la Argentina com el nombre del Plata; pero que la bautizó en la cuenca de oro del Tajo, con las limpidas aguas del rio portugués.

Eso es la vida del humilde Centenera, que, sin embargo, pertenece a verios pueblos; y esa la del ilustre Camoens, que pertenece al mundo.

En la prolongada sucesión poética de griegos, latinos, iberos y americanos, ha transmigrado un solo espiritu de cultura; pero la voz de Camoens resuena dentro de él con un timbre potente. La visión de su libro abarca un panorama no igualado por los poemas similares, pues «Los Lusiadas» no cantan especialmente una guerra del hombre contra el hombre, sino la lucha del hombre con la naturaleza. Protagonistas de esa gesta son el luso en su nave y el océano tenebroso...

Dentro del amplio panorama de las navegaciones ibéricas, quiero recordar un episodio que une a la Argentina y a Portugal. Como en el caso de «La Galatea», tratase de una coincidencia que, según mis noticias, no ha sido hasta hoy señalada. Si dediqué el de «La Galatea» a las gentiles damas de este ilustrado auditorio, este otro ha de ser para el señor ministro de Portugal, mi eminente amigo, D. Alberto D'Oliveira, ya que concierne a Buenos Aires y a la patria de Camoens, metrópolis hermanas en la Paniberia atlántica.

Hay en la parte alta de Lisboa un extenso barrio llamado Buenos Aires, que domina el mar. Sospecho que este nombre proviene de algún antiguo santuario, como otro que hubo en Sevilla, dedicado a la «Virgen de los Buenos Aires», Stella Maris que protegia a los navegantes. Desechada hoy la conseja de que nuestra ciudad se llama como se llama por la supuesta frase que un colono del adelantado Mendoza dijo al desembarcar en el Riachuelo, convienen nuestros historiadores en que proviene del de aquella deidad protectora de marinos, a la cual los expedicionarios acaso hicieron algún ex voto en horas de zozobra. He comprobado que, entre los compañeros del fundador de Buenos Aires, vinieron varios portugueses y entre ellos Gonzalo de Acosta, que sirvió de piloto a los castellanos. Tales coincidencias me han llevado a pensar que el portugués Acosta pudo sugerir el nombre de nuestra ciudad, idéntico al de un barrio de su patria [1]. Y si esta Virgen de los Buenos Aires tuvo santua-

[1] Escrevendo-nos particularmente e chamando a nossa atenção para êste trecho do discurso de D. Ricardo Rojas, lembra o dr. Alberto d'Oliveira, ministro de Portugal na República Argentina, que os Portugueses foram os padrinhos do *Rio da Prata* e passam por ter sido também os de *Montevideu* (Monte-vid-eu). Acrescenta o mesmo diplomata que a rua de Buenos-Aiies deve ser relíquia de um antigo bairro do mesmo nome.

Sôbre êste último ponto não parece haver dúvidas: e que êsse bairro tenha sido habi-

rio en Lisboa, como parece probable, tal vez Camoens mismo la invocó alguna vez, cuando navegando a la India, veía abrirse a sus pies las aguas tenebrosas y en la noche trágica flotaban los fuegos de San Telmo, esas almas errabundas de náufragos que seguian a los mástiles quejumbrosos, con su alucinante resplandor de ultratumba.

Asi navegaron portugueses y castellanos, según Camoens, hasta crear la comunidad de los pueblos ibéricos en el Atlántico y hasta refundir el Oriente y el Occidente en una sola humanidad.

Al cabo de cuatro siglos, aqui estamos nosotros — brasileños y argentinos — de este lado del mar, para rendir testimonio, en la lengua de los paladines, sobre el éxito de la empresa que los padres navegantes realizaron en el mundo y para cantar la gloria de aquellos que como Camoens la cantaron.

Navegante fué Ulises; navegante, Eneas; pero el radio de su aventura se redujo a una pequeña parte del Mediterránéo, y su visión del cielo era limitada como su Olimpo, y su visión de la tierra también limitada por el localismo de la humanidad entonces conocida. En cambio España y Portugal nos dieron otros Ulises capaces de navegar toda el agua del orbe, no para buscar su Itaca sino las ajenas, y nos dieron otros Eneas capaces de peregrinar hasta el límite de las tierras nuevas, para fundar sobre el ara de sus penates, no Romas de dominación imperial, sino pacificos asilos de la concordia humana.

Esto somos, y por eso glorificamos en Camoens al genio fecundo de las navegaciones ibéricas...

RICARDO ROJAS

tado por gentes marítimas comprova-o talvez a existência de uma *rua dos Navegantes*, próxima da de Buenos-Aires, que por um dos seus extremos desemboca naquela.

Com o nome de *Buenos-Aires* há também pelo menos duas povoações no Brasil: uma no Estado do Maranhão, comarca de S. Luís: outra no de Pernambuco, comarca da Nazaré. Tal facto confirma a suspeita de D. Ricardo Rojas e reforça as probabilidades da origem portuguesa do nome da Capital argentina.

Esta foi fundada por Pedro Mendoza em 1535. Resta averiguar a existência de qualquer santuário da Senhora de Buenos-Aires, existente no bairro ou terras de Buenos-Aires, desde antes daquela data. Tarefa esta que, por ser superior às nossas fôrças, endossamos a algum dos nossos distintos arqueólogos que mais se ocupam da Lisboa antiga.

A. DE C.

CELEBRAÇÕES CAMONIANAS

UM ESTUDO DE FRANCISCO ROMERO

NO fascículo 4.º, correspondente a Agosto último, da excelente revista *Biblos*, que principiou a publicar-se recentemente na cidade platina de Azul, inseriu o capitão do exército argentino D. Francisco Romero um estudo sôbre Camões, do qual vamos apresentar em seguida os passos principais, com muita pêna de não podermos fazer dêle transcrição inteira.

D. Francisco Romero, que conhece e ama a nossa literatura, ocupa-se preferentemente de filosofia, tendo actualmente a seu cargo a secção filosófica da Revista *Nosotros*, a mais importante e representativa da cultura argentina, e em cujo fascículo de Setembro publicou uma nota desenvolvida sôbre Uriel da Costa, inspirada no artigo da nossa Directora (*LVSITANIA*, fasc. I).

Retenhamos o nome de Francisco Romero, que é o de um dos belos espíritos da jovem América, e, além disso, de um dos amigos que temos longe, solidário com todos os esforços aqui feitos para manter e continuar honrando os pergaminhos de uma nobre tradição literária e cultural.

A. DE C.

Seguem-se as transcrições do excelente estudo camoniano de Francisco Romero:

... El lirismo de Camoens pertenece a la gran corriente de la poesía erótico-mística, que se alimenta al mismo tiempo de los más íntimos anhelos del alma y de los conceptos, flotantes en aquella época en el ambiente, de esa estética platónica que fué el fondo de la filosofía popular en Italia, Portugal y España durante todo el siglo XVI, cuyo más ilustre representante teórico hay que buscarlo, precisamente, en Portugal, en la persona del autor de los *Diálogos de Amor*, el judío León Hebreo. Estos dos elementos, la honda inspiración personal por una parte, las formas e imágenes del misticismo platónico ambiente, por la otra, se funden en Camoens, como en otros grandes poetas de su tiempo, en forma tan perfecta, que las creaciones resultantes de esta fusión aparecen con una absoluta unidad, como brotadas directamente del misterio interior del poeta sin ingerencia ni mezcla de ningún componente extraño. Y en realidad, aparecen así porque así son. Lo verdaderamente fundamental en el misticismo es una disposición o tendencia del ánimo que existe vigorosa en el fondo de toda

personalidad rica y profunda; las doctrinas sólo tratan de razonar y explicar esa tendencia, esa disposición. El platonismo, difundido en todas las capas sociales cultas y aún semicultas del siglo XVI, acogido en triunfo como suprema teoría estética por artistas como Miguel Angel, Petrarca, Ausías March, Luis de León, Herrera..., — confirmando en esto una opinión cara a Platón, la de la reminiscencia — no hacía otra cosa que descubrir y poner de manifiesto en cada artista particular uno de los más escondidos y vivaces veneros de emoción poética: actitud, si es lícito llamarla así, humana por excelencia, que confunde lo ético y lo estético en una cosa sola, que asocia, sin que parezca irreverencia, las imágenes del amor divino a las del amor terreno, y que parece comprender por fin el universo en su esencia misma, rasgando los últimos velos de las apariencias, o mejor, triunfando de esas apariencias al interpretarlas por vez primeira como símbolos de profundas realidades que se manifiestan directamente en el fondo del espíritu.

Como este misticismo no es una filosofía, sino algo anterior y superior a toda filosofía, así la poética derivada de él es algo más que una poética destinada a expresar y satisfacer la peculiar sensibilidad de una época, y los artistas que la encarnaron siguen vivos, sin correr el riesgo de convertirse en meros tópicos de erudición, en asuntos de pura curiosidad literaria o histórica. Camoens, representando uno de los momentos culminantes en este platonismo poético, no ha perdido nada con los siglos transcurridos, y conserva hoy una modernidad que falta en poetas muy posteriores a él, pero ya enormemente distantes de nosotros. Y tan actuales siguen siendo en nuestro idioma, por la misma razón, Luis de León y San Juan de la Cruz, para citar dos nombres solamente.

Los temas del lirismo camoniano son preferentemente los eróticos; la expresión es siempre de una maravillosa transparencia, de una sorprendente sencillez; a veces, como en las endechas y en las canciones, alcanza la ingenuidad sentenciosa de los cantos del pueblo, sin perder por ello el sabor exquisito que atestigua en cada composición el refinadísimo temperamento poético del autor...

Alguien ha dicho que se debería poner siempre delante de *Os Lusiadas*, como prólogo y preparación para el lector, la colección de las poesías líricas de Camoens. Indudablemente, todos estos versos, tan subjetivos, ligados como es muy probable a sucessos de su vida, expresión de sus sentimientos más íntimos, son la mejor ilustración, la única ilustración válida a las seis o siete fechas a que se reduce la biografía del poeta, cuando se descartan las suposiciones arbitrarias.

CELEBRAÇÕES CAMONIANAS

Uno de los rasgos de la epopeya camoniana es encarnar, antes que la poesía guerrera, la gran poesía geográfica. Uno de los momentos capitales de la expansión del occidente europeo ha quedado dignamente registrado en las estrofas de *Os Lusiadas;* nada más distante de una anécdota bélica, de un conflicto local, magnificado por el propio interés de quienes intervinieron en él activamente o aprovecharon sus resultados. Los trabajos del descubridor valen aquí por verdaderas batallas, los azares de la tempestad jugando con los frágiles navíos los canta el poeta como canta Homero las luchas de sus héroes. Los navegantes van como hipnotizados por el más allá, como envueltos en la dignidad trascendente de vivir un cotidiano milagro al renunciar a la vida ordinaria en el mundo conocido y afrontar el terrible misterio de lo ignoto, en una época que imaginaba el mundo trasatlántico poblado de temibles prodigios...

...La conciencia de la magnitud de la aventura está presente en todo el poema, como lo estuvo sin duda en el ánimo de cada uno de los navegantes. Ya en la estrofa inicial hace constar el poeta que sus héroes van por mares no navegados antes por hombre alguno, y Gama mismo, al referir su viaje al rey de Melinde, le dice cómo se partió de su tierra abriendo los mares que generación alguna había abierto, cómo un día vieron en el nuevo hemisferio la *estrella nueva* nunca vista por otra gente. Todo el prestigio de esta áspera virginidad geográfica, hollada por vez primera, se yergue en la figura del gigante Adamastor, personificación del *nunca visto* promontorio en que se termina la costa africana, del cabo de las Tormentas, que se aparece una noche a los portugueses, en un episodio reputado el más bello del poema...

...El *non plus ultra* de las Columnas de Hércules ha retrocedido hasta el extremo austral del continente negro, desde su extremo norte, y allí, simbolizado en Adamastor, se opone a los occidentales. No passaréis de aqui, dice la naturaleza, la materia, apariencia visible de la inercia física, de la fuerza de resistencia que es el atributo negativo del ser. A esta interdicción, renovada cada vez un poco más lejos, como pronunciada por un enemigo que se bate en retirada, contestan los navegantes con un ¡ más allá !, con ese *plus ultra* que fué la divisa del César Carlos V, y que es también la divisa del espíritu. Más allá, ante todo, por un impulso irrazonado, en una especie de juego entusiasta y sublime, que es la ley del hombre, y que *sin proponérselo*, crea las culturas, los bienes, infunde lo espiritual en lo inorgánico, implanta lo histórico en lo puramente geográfico y humaniza el mundo poco a poco.

Luego, por la fe y por el patriotismo. A esa fuerza espiritual pri-

maria que crea las civilizaciones, acompaña un razonado propósito de llevar civilización a los países bárbaros, de traer de ellos los dones que aumentarán la riqueza y el bienestar en el propio país, de difundir el nombre portugués, de aumentar la gloria portuguesa. La prudencia casera y temerosa, enemiga de toda alta empresa, quedó en la playa al zarpar los ba eles, encarnada en el viejo que condena la aventura inminente, cuyos trenos han sido abolidos por el augural ¡buen viaje! con que hieren el aire al partir los buenos argonautas. La fe religiosa, como resorte de la aventura, es inseparable de su aspecto de misión civilizadora, porque en esa época el cristianismo es la civilización, aún no se han disociado el ideal del occidente y de la fe de Cristo, y el espíritu habla todavía con las palabras del Evangelio. Y el patriotismo da un interés directo a la acción, una justificación más pronta e inmediata; proporciona, en la costa natal, el sólido punto de apoyo para los pies al lanzarse al salto prodigioso en lo desconocido. Es una visión de madres y de amigos, dulce al imaginar el regreso, aquietadora, alentadora en los momentos difíciles, cuando los ánimos esquivan la dura realidad en un regreso imaginario. Es el complejo de cosas amadas y familiares, del cual se parte un dia como en un desgarramiento, evitando acaso la angustia de las despedidas,

> Que postoque he de amor usança boa,
> A quem se aparta, ou fica, mais magoa,

y al cual se ofrece todo lo que se obtuvo, lo que se hizo, lo que se padeció, porque todo eso, oro, dolor, gloria, sirve de algún modo para agrandar el común patrimonio. No es un don gracioso, una ofrenda sin retribución, sino el cumplimiento de un alto deber, porque los navegantes beben la inspiración y la fuerza para sus hazañas en la tradición de las hazañas pretéritas, se honram con los pasados heroísmos, que se reflejan en ellos...

...La lectura del poema — entre cuyas páginas no deben ponerse flores secas ni hojas de los árboles, sino algas marinas — puede darnos a nosotros la lección de una belleza casi incógnita en nuestro país, la belleza del mar. Mucho hay que decir sobre nuestro desconocimiento del mar. En realidad, carecemos aún del sentido del inefable misterio marino. Las mismas ciudades de la costa parecen vueltas hacia el interior, sin ninguno ne esos signos de las viejas ciudades marítimas, todas saturadas de mar. Nuestro gran rio tiene su propia belleza, pero educa mal para comprender

esa otra cosa única y estupenda, cuyo encanto no puede decirse con las palabras de los hombres, y ante la cual debieran llevarse los niños por vez primeira en un día que luego sería por siempre santo y memorable como un día de primera comunión. En ese día, nada tan apropiado como la lectura de algunas estrofas del poema de Camoens.

FRANCISCO ROMERO.

CAMÕES NA AMÉRICA DO NORTE

EM WASHINGTON

NO fascículo correspondente a Abril de 1924 da revista norte-americana *The Catholic Historical Review*, que se publica em Washington, encontramos (p. 97 a 102) pormenores das cerimónias e discursos a que deu lugar a doação feita pelo historiador brasileiro Dr. Manuel de Oliveira Lima e sua Espôsa à Universidade Católica da América, florescente naquela cidade. Consistiu a doação numa esplêndida biblioteca de quarenta mil volumes, sendo alguns dêles exemplares únicos, e a data escolhida para a solenidade foi a do quarto centenário do nascimento de Camões. Presidiu às cerimónias o Rev.^{mo} Bispo Shahan, reitor da Universidade Católica e a elas assistiu um luzido concurso de diplomatas e altos funcionários.

No seu discurso declarou o Dr. Oliveira Lima que considerava como os dias mais felizes da sua vida aquêle em que, no mês anterior e no mesmo local, inaugurara os seus trabalhos de professor de Direito Internacional na Universidade Católica, e êsse mesmo dia em que tomava a palavra para entregar ao Reitor a sua biblioteca, reünida por êle em quarenta anos de vida, livro por livro e folheto por fôlheto. Acrescentou que essa biblioteca não se limitará a ser uma necrópole de livros velhos, senão que, posta em íntimo e vivo contacto com os centros culturais da América Latina, obterá novas publicações e assim há de ministrar aos seus freqüentadores informação sempre actualizada sôbre a actividade intelectual latino-americana. Que a biblioteca, com a sua secção geral e a sua secção especial ibero-americana, deve contribuir para estimular na América do Norte o estudo da do Sul. «A data escolhida para esta inauguração (concluiu o Dr. Oliveira Lima) é a que se adoptou para a

celebração do 4.º centenário do nascimento de Camões, o grande poeta lírico e épico português e um dos maiores de todos os tempos. Comemorando de tal modo aquêle nome afamado, a Universidade Católica da América dá novo testemunho do seu espírito verdadeiramente universal ou católico, tão zelosa e lùcidamente desenvolvido pelo sr. bispo Shahan, cuja inteligência sabe fundir um fervente nacionalismo com um internacionalismo intelectual rasgado e de vistas largas. A causa pan-americana deve muito ao seu zêlo e eu retribuo gostosamente a sua simpatia com a nossa raça e cultura latinas. De futuro se instituirá uma cátedra de Língua Portuguesa e de História e Literatura Portuguesa e Brasileira, com pensões escolares para estímulo e auxílio aos estudantes dessas disciplinas. É grande prazer e honra para mim ver aqui presente o Encarregado de Negócios de Portugal, país onde recebi a minha educação, por via de alguns dos mais notáveis espíritos que a Península Ibérica produziu no passado século. Cordialmente saúdo o sr. Mendes Leal, letrado e diplomata distinto, manifestando-lhe pessoalmente os sentimentos de amizade e admiração que tenho por aquêle país » [1].

No seu discurso em resposta ao Dr. Oliveira Lima, consignou o sr. bispo Shahan que a biblioteca oferecida não se confina em livros sôbre o Brasil, mas abrange também obras relativas à influência do génio português em tôda a América do Sul. Alude à fé de Colombo e à generosidade de Isabel, *a Católica*, que abriram aquêle vasto continente aos filhos da velha Europa. Acentua que Washington rivalizará agora com o Rio de Janeiro pela quantidade e valor dos livros portugueses que possui, « tesouros literários espanhóis e portugueses que não são de encontrar em tôda a América Latina, de tal modo que não tardará o dia em que todo e qualquer escritor latino-americano só poderá considerar completa a sua bibliografia depois de haver radiografado para Washington, a informar-se das últimas aquisições. » E mais abaixo: « para nós, homens do Novo Mundo, ¿ que há mais importante do que essas vinte e uma repúblicas latino-americanas, fundidas no molde da Constituïção dos Estados-Unidos, animadas desde comêço pelo puro espírito político e nobre génio humanitário dos Estados-Unidos? Somos, de-certo, os rebentos, os filhos da Europa; mas ligam-nos aos sessenta e cinco milhões de sul-americanos laços subtis e poderosos de fraternidade, a conquista comum e simultânea de vastas e desconhecidas regiões da Terra, e termo-nos

[1] O texto diz « I nourish for *this* country », parecendo que *this* está por *that* ou *his*.

todos e cada um emancipado das ideias e instituïções governativas do Velho Mundo. Nesta região de pensamento são cidadãos de uma pátria comum os Ibero-Americanos, os Anglo-Saxões, os Celtas, os Teutões, os Eslavos e todos os elementos humanos do Novo Mundo. Pátria comum em que o espírito americano, livre, original e humanitário, aproxima estreita e progressivamente, ao Norte e ao Sul, todos os homens do Novo Mundo.»

Referindo-se à importância do estudo das línguas espanhola e portuguesa, disse o orador: «¿Quem deixará de alegrar-se com dominar, êle ou os seus filhos, o nobre idioma em que (para só falar de História) um Balmes ou um Menéndez y Pelayo desvendaram as molas secretas dos erros humanos ou o poder e alcance das ideias estéticas que são como os ventos e marés do pensamento humano? o nobre idioma em que um Herculano e um Gama Barros apontaram para as fontes espirituais dos Descobridores?»

E eis agora o fecho camoniano do discurso proferido pelo reitor Shahan: «¿Não deveremos considerar de bom agouro que o Instituto Ibero-Americano se inaugure em Washington ao mesmo tempo que está sendo celebrado o quarto centenário do nascimento de Camões, o grande poeta de Portugal e primeiro mestre-cantor de uma nova ordem de vida? Poeta, namorado, soldado, vagamundo, crítico, historiador, Camões tocou com o mágico dedo da fantasia as águas infinitas e ilimitadas terras que, com outros heróicos aventureiros de Portugal, os homens da Europa atravessaram pela vez primeira. Ao mesmo tempo que encerrava os anais da arte literária medieval, abria o Poeta, com a opulenta música do seu verso, aquela gloriosa crónica moderna da vida e do pensamento português, guardada em tantas páginas da biblioteca de Oliveira Lima, que assim presta duradoura homenagem ao génio multiforme e mal-fadado do mais sublime cantor nascido entre os filhos de Luso».

PARA A INTERPRETAÇÃO DO «CORAÇÃO MENDES». *NOTA BIBLIOGRÁFICA*

É conhecido dos filólogos o qualificativo *mendes* e os estudiosos de Camões, em especial, não esquecem nem esquecerão as sábias comunicações académicas do Dr. José Maria Rodrigues e da Sr.ª D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos sôbre o vilancete aos *Olhos Gonçalves*, e a do eruditíssimo Esteves Pereira sôbre *A Mofina Mendes de Gil Vicente*,

publicadas respectivamente nos vols. X, XII e XIV do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Sciências de Lisboa.* ¿Que significava, porém, a expressão camoniana *coração mendes* e, dum modo geral, *mofina mendes* de Gil Vicente, *tençazinha mendes* e *primeirinha mendes* de Jorge Ferreira de Vasconcelos, etc.? A interrogação durará, talvez, muito tempo ainda; mas como subsídio para uma resposta permitimo-nos chamar a atenção para o livro do patriarca das letras sevilhanas, D. Luís Montoto y Rautenstrauch — *Personajes, personas y personillas que corren por las tierras de ambas Castillas*, 2 vols. (2.ª ed.) Sevilha, 1921 e 1922.

Nesta obra coligiu o seu ilustre autor «de la tradición oral y de las obras de nuestros clássicos, modos castellanos de decir en que entra como componente, o materia prima, un personaje que, si no tuvo existencia real, vivió en la fantasia del pueblo español.» (I, p. 9). Ora entre os modismos castelhanos figuram os seguintes: «*Quien me llamó p ..., sino la Méndez*» ou «*Miren quien llama p... a la Méndéz*» e «*Picardias tiene Méndez; pero más tiene quien se las entiende.*» (II, p. 189-90).

Anotando êstes modismos picarescos, o erudito D. Luís Montoto transcreve os seguintes textos literários: «Parecian cotorreras de seis en libra, y no lo eran más que la Méndez», (*Picara Justina*); e da carta de Escarramán a la Méndez — Quevedo, *Jácara I* da *Musa V* — estas razões:

«Si tienes honra, la Méndez,
Si me tienes voluntad
forzosa ocasión es esta
en que lo puedes mostrar.
Contribúyeme con algo,
pues es mi necesidad
tal, que tomo del verdugo
los jubones que me dá.
Que tiempo vendrá, la Méndez,
que alegre te alabarás,
que a Escarramán por tu causa
le añudaron el tragar.».

E da resposta «de la Méndez a Escarramán»:

«Dices que te contribuya,
y es mi desventura tal,

que si no te doy consejos,
yo no tengo que te dar.
Los hombres por las mugeres
se truecan ya tar a tar,
y se les dan algo encima,
no es moneda lo que dan.
No da nadie sino a censo
y todas queremos más
para galán un pagano,
que un cristiano sin pagar.»

Em Espanha, a expressão, quer na bôca do povo, quer na literatura, tinha um sentido claro. Te-lo-ia também em Portugal? Faltam-nos elementos seguros; mas tudo leva a crer que se o modismo foi vulgar na Península, entre nós não assumiu um sentido tão torpemente realista, embora não fôsse sinónimo de modêlo de virtudes, exprimindo, quiçá, a ideia de incontinência, quer de palavras e gestos, quer de sentimentos e apetites.

JOAQUIM DE CARVALHO

CAMÕES NA ALEMANHA [1]

J. J. A. BERTRAND: *CAMOËNS EN ALLEMAGNE.* (In-*Revue de Littérature comparée*, ano V, N.º 2, Abril-Junho de 1925, p. 246-263).

EM todos os países cultos da Europa, Camões tem sido uma fonte viva de sugestão literária, inspirando a sua vida poetas e dramaturgos e sua obra prendendo a atenção de eruditos e críticos. Só monogràficamente se tem considerado esta sugestão, e ainda assim mesmo há lacunas lamentáveis, especialmente em relação à França e à Espanha, faltando-nos por completo a visão do conjunto, que sem dúvida constituirá uma das páginas mais brilhantes da influência europeia do génio português e do «tesouro do luso». Das várias sugestões literárias nacio-

[1] Por nos haver chegado tarde, somos forçados a inserir neste lugar esta secção. — N. da R.

nais, pode dizer-se estudada nas suas linhas características a que o Poeta exerceu na Alemanha. O sr. J. J. A. Bertrand, retomando os trabalhos de Storck, Joaquim de Vasconcelos e prof. José Leite de Vasconcelos, traça, com elegância e nitidez, a curva evolutiva da influência de Camões na literatura alemã, desde a citação de Schoerer (1710), que considerava o Poeta como «o Vergílio português», até o elogio de Humboldt no *Cosmos* (1847), o qual «prova melhor que nenhum ditirambo a popularidade do poeta português», detendo-se particularmente nos românticos. O autor mostra-se ao corrente da bibliografia luso-alemã anterior a 1910; mas parece desconhecer trabalhos recentes, dentre os quais destacamos o do prof. Gustavo Cordeiro Ramos, *Três obras literárias alemãs sôbre Camões* (In-*Boletim Classe de Letras da Academia das Sciências de Lisboa*, vol. XIV), que, incidindo sôbre Tieck, Halm e R. Bunge, deveria ter merecido a sua atenção. O sr. Bertrand, em quem confiamos poder considerar como lusófilo, promete dedicar a «êste importante assunto» um «trabalho mais considerável», e termina o seu artigo com umas palavras serenas, que, por verdadeiras, merecem ser conhecidas dos leitores da *LVSITANIA*: «Il est indéniable que les romantiques ont fait un effort nouveau pour conquérir Camoëns, le pénétrer et le faire comprendre Sans doute, ont-ils outrepassé les droits que donne la sympathie et l'enhousiasme: leurs jugements ont dû être révisés et ne sont guère plus sages ni plus justes que ceux de leurs prédécesseurs et ennemis. Cependant leur critique a fait date. Ils ont renoncé à juger au nom d'un *credo*. Ils ont tâché d'aller droit aux mentalités étrangères et de les comprendre sans intermédiaires et en poètes: à ce titre, leur critique est une révélation. Grâce à cet effort, Camoëns est devenue une des figures les plus vivantes et les plus sympathiques de la littérature romantique. Les Allemands en ont fait un des leurs. Les professeurs qui se sont fait une spécialité des études de littérature portugaise, comme Schlüter et Storck, ont traduit avec beaucoup de conscience ses œuvres complètes et leur ont donné droit de cité dans les lettres allemandes. Storck a écrit un travail encore inédit sur l'influence du Portugal en Allemagne. De nombreux articles ont accueilli avec une particulière amitié ces travaux. Les Portugais eux-mêmes ont suivi avec gratitude cette renaissance des études qui leur sont chéres. Il ne faut pas chercher ailleurs l'origine des nombreuses sympathies qui se sont liées entre les savants portugais et érudits allemands».

JOAQUIM DE CARVALHO.

MARGINALIA

NOS JERÓNIMOS

DO Centenário de Vasco da Gama resultou nova glória também para Camões, e as cerimónias culminantes da comemoração foram as realizadas no mosteiro de Santa Maria de Belém, aos 25 de Janeiro, e constituídas por sessão solene, — presidida pelo Senhor Cardial Patriarca de Lisboa, na sacristia, — missa de pontifical e bênção ao mar, lançada desde o adro por Sua Eminência. Na sessão solene foram lidas algumas estâncias do canto IV dos *Lusíadas*, e as mais preciosas relíquias históricas manuelinas *viveram* nesse dia no templo: — a custódia de Gil Vicente, a imagem de São Rafael, da nau do Gama, e o pluvial ofertado pelo Venturoso ao mosteiro, e o qual o Senhor Patriarca revestiu para abençoar o mar. Tôdas estas cerimónias mantiveram um grande carácter de evocação e beleza, a que a música das trombetas e tambores dava um tom épico, grandioso.

Temos a honra de transcrever a seguir a versão do discurso que o Legado do Papa, monsenhor Tedeschini, pronunciou na sessão solene, e esplendidamente coroou, em nome da Igreja, a acção universalista dos Descobrimentos portugueses e a memória do grande Almirante, herói dos *Lusíadas*:

«*Eminentíssimo Senhor, Monsenhores, Senhoras e Senhores:* — Tendo vindo a esta bela e grandiosa capital, nas margens do Tejo, onde nos é dado admirar os sentimentos fraternais de um povo com quem aprendi sempre a amar esta Nação; tendo vindo das margens do Tibre, que viu São Pedro e a barca da Igreja, que viu e vê ainda passar perto dêle tantas glórias: é grande honra para mim, honra que ficará no meu coração como uma das melhores recordações da minha vida, usar da palavra na vossa presença, nesta ocasião, entre tôdas memorável, da celebração do centenário de Vasco da Gama.

Êste centenário interessa ao mesmo tempo a Religião e as Letras e chama, por conseqüência, a Lisboa tôdas as Potências e tôdas as Nações que avultam pela sua fé e pela sua civilização.

Ninguém mais digno de elogios que êsse que merece, sem discussão, os elogios de todo o mundo.

Por isso venho, Eminentíssimo Senhor, dizer-vos a razão desta imponente reünião, à qual dá o relêvo

do interêsse internacional e da simpatia universal a presença do Corpo Diplomático, a que tenho a honra de presidir, e do qual, com o maior desvanecimento, sou aqui o intérprete.

Mensageiros das mais poderosas Nações do mundo, sentimo-nos felizes em tomar parte nas vossas alegrias e em nos associarmos ao vosso legítimo orgulho.

Mas, como Representante do Pontífice Romano, desejo transportar à sua origem o ideal que animou Vasco da Gama e que Portugal sempre conservou.

¿Não foi sempre êsse ideal como uma Epifânia, uma manifestação de Cristo às nações da terra?

O vosso poeta Camões, — a quem a Espanha fêz últimamente uma comemoração tão espontânea e tão solene, que bem se poderia crer que ela era feita a um filho seu — Camões é grande como a Musa que desafia os séculos, e aparece belo como poucos entre a lira e a espada; mas bem maior é Vasco da Gama, que inflamou o ideal do Poeta e por êle mereceu ser cantado.

E bem maior é ainda o povo de Camões e de Vasco da Gama, porque é o povo que guarda no seu coração o imperecível ideal que produziu os grandes poetas e os grandes navegadores.

Quando considero os limites da vossa Nação e quando penso nos seus imensos descobrimentos, tenho a profunda convicção de que Portugal recebeu de Deus a missão dos antigos Patriarcas, para ser chefe de povos e de nações mais numerosas do que as areias do mar.

Não receio enganar-me, dizendo que os olhos dos meus ilustres colegas reflectem o desejo entusiasta das Nações que representam, de proclamar neste centenário as dívidas de reconhecimento e admiração do mundo inteiro para com Portugal.

Ler a vossa história é ler a história do Mundo: e em tôdas as épocas gloriosas é preciso reconhecer que o género humano vos deve as vantagens que excitam ao máximo as cubiças da Humanidade, descobrimentos de continentes desconhecidos, reünião de povos cujo número é incalculável, riqueza e bem-estar material que excedem tôda a imaginação.

Mas a vossa glória, oh ilustre povo Português, é mais alta ainda, porque não é sòmente uma glória material, mas sobretudo uma glória espiritual e moral.

Nas suas numerosas expedições espalharam os Portugueses os princípios da civilização e da fé. Edificando o Império do Novo Mundo sôbre os alicerces da religião e da cultura, fizeram o que Deus fêz com o primeiro homem, e o homem com os seus filhos: sêres semelhantes a Êle.

MARGINALIA

O centenário de Vasco da Gama, oh! Portugal culto, Portugal católico, é, acima de tudo, o teu centenário! Podes estar orgulhoso de haver dado um tão grande esplendor ao século de Vasco da Gama.

Do Vaticano, onde os acontecimentos nunca passam despercebidos, porque constituem o arquivo do mundo onde o Nosso Grande Papa estudou durante tôda a sua vida e o qual todos os Papas têm compulsado como arquivos de família, partem como que duas correntes espirituais de que me sinto feliz fazendo aqui menção especial: o 1.º Ano Jubilário e a Exposição Missionária.

Se êste Ano Jubilário é celebrado por tantos milhões de cristãos, devêmo-lo em grande parte à emprêsa realizada por Vasco da Gama.

Se a Exposição Missionária pôde obter um tão grande êxito e com espanto e admiração dos visitantes lhes pode apresentar os troféus ganhos na imensidade do Oriente por êsses pioneiros de Cristo que seguiram Vasco da Gama e os Portugueses, devêmo-lo também, em grande parte, àquele de quem agora se celebra o centenário.

¿Não é digno dos maiores elogios, Eminentíssimo Senhor, ter mostrado o Desconhecido àqueles que nem sequer sonhavam a sua existência e que assim foram tocados pela graça de Deus e esclarecidos pela sua luz?

A Nação Portuguesa ouviu a voz de Nosso Senhor: «Ide!» E abriu o caminho aos propagandistas do Evangelho. Ouviu também outra voz: Ensinai! E então espalhou no seu caminho a verdade da vida.

Assim, muitos povos, conquistados com sacrifícios generosos, foram adicionados aos rebanhos do Redentor.

Tesouro mais valioso que o ouro e a prata, porque foi por êles que Cristo tudo vendeu, quere dizer, deu todo o seu sangue.

Na alma de Vasco da Gama, encarnação da raça Portuguesa, que pode o que podem os fortes, que vê o que vêem os génios, ressoou, mais forte do que nunca, a palavra de Cristo. E ao mesmo tempo que repetia as acções do povo de Roma, repetia também aquelas outras, mais gloriosas e fecundas, dos Apóstolos, previstas e ordenadas por Jesus Cristo, quando pronunciou as palavras que se referem, pela primeira vez, aos povos descobertos por Vasco da Gama: «Omnes gentes!»

Foram estas recordações e estas glórias que vim aqui solenizar convosco, Eminentíssimo Senhor, com o sentimento unanimemente partilhado pelos Chefes de Estado e pelas Potências, que põem assim em relêvo, neste dia do centenário, a sincera admiração dos povos.

A presença do elemento diplomático estrangeiro prova e proclama que as glórias de Portugal são as

glórias do Mundo, e que os benefícios resultantes da obra de Vasco da Gama se reflectiram em benefícios e glórias para o mundo inteiro. Mas a presença do representante do Papa, como embaixador extraordinário, acrescentando a tantas provas de alta consideração o prestígio de um trono tão antigo como a Fé de Vasco da Gama, traz a esta solenidade a autoridade moral dada por quem nunca se inclinou diante de uma obra que não merecesse a homenagem de tôda a humanidade, e eleva a Deus uma prece fervorosa para que, assim como Vasco da Gama e o seu nome são gloriosos no Céu e na Terra, a Pátria Portuguesa receba, em recompensa, tôda a prosperidade que merece, e para que o grande ideal, sonhado pelos seus heróicos navegadores, tenha um pleno êxito para bem da Humanidade, quere dizer: no amor e no progresso, filho da fraternidade e da justiça, e de efeitos imutáveis na Paz de Cristo e no Reino do Senhor».

SOMMAIRE DU NUMÉRO CAMONIEN (5 e 6)

UNE LETTRE INÉDITE DE CAMÕES, présentée par le Dr. J. M. RODRIGUES, Professeur à l'Université de Lisbonne.

LA copie, que rien n'invite à suspecter, s'intitule: «Lettre de Louis de Camões à un ami, où il lui donne des nouvelles de Lisbonne». Précieux document pour la biographie d'un auteur dout la vie est si mal connue. A la requête du Directeur de la Bibliothèque Nationale de Lisbonne, qui a fait l'acquisition du manuscrit, l'éminent professeur d'études Camoniennes de l'Université de Lisbonne dégage la signification de ce texte. Il le rapporte sans hésiter à cette période ignominieuse qui suivit, pour le poète, son retour de Ceuta. C'est d'un monde fort interlope qu'il donnait des nouvelles à son ami, monde de rufians et de «dames de louage», périlleux pour sa vie et pour son honneur. Une vie de désordres forcenés va le conduire en prison (Juin 1552) et il n'en sortira que pour aller servir aux Indes. Le sonnet *Erros meus*, longtemps après, traduira l'amertume laissée en lui par ces années de folie.

PEDRO, INÈS ET LA FONTAINE DES AMOURS, par Madame CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS, Professeur à l'Université de Coimbra.

L'AUTEUR a réuni des notes critiques éparses dans ses travaux précédents et qui touchent à la mort tragique d'Inès de Castro. C'est donc l'un des plus beaux épisodes des Lusiades (III, 118-135) dont le sujet se trouve mis en meilleure lumière. Et par suite la légende de cette Fontaine des Amours qui reste, à Coimbre, un lieu de pélerinage sentimental.

Inès a-t-elle été décapitée ou tuée à coups d'épée? exécutée ou as-

sassinée? Les chroniqueurs sont peu explicites. Pourtant un parchemin de Santa Cruz de Coimbra dit «decolata fuit». Et, s'il est vrai que la rosace du tombeau de D. Pedro, à Alcobaça, nous raconte la vie et la mort d'Inès, c'est bien par une scène de décollation que le sculpteur a représenté le drame. Sans doute, contre l'interprétation historique de la rosace a été proposée récemment une interprétation purement allégorique (Cf. LVSITANIA, fasc. I). Mais ce n'est qu'une hypothèse. D'ailleurs c'est seulement chez Garcia de Resende qu'apparait la version de l'assassinat d'Inès, dont les ministres du roi auraient traversé la poitrine de leurs épées. Version qu'adopteront les poètes du seizième siècle, et Camões lui-même, bien que dans la stance 132 du Ch. III des Lusiades, M.me Michaëlis discerne un parti pris de concilier les deux traditions. La version de l'assassinat donnait à Inès une mort encore plus tragique, et à coup sûr plus noble. D'autre part, la tradition de la décollation était difficile à concilier avec la saisissante légende, tant exploitée par la littérature, du couronnement du cadavre d'Inès.

Quel fut le théâtre du drame, — M.me Michaëlis n'hésite pas à dire: «de la décollation»? Faria e Sousa répondait: près de la Fontaine des Amours. Mais l'érudition moderne confirme le témoignage des Chroniqueurs, qui placent la scène à l'intérieur du palais de Santa Clara. Et telle devait être la tradition vivante encore en 1527 si l'on en croit la *Comedia* de Gil Vicente *Sobre a Devisa da Cidade de Coimbra.*

L'histoire et la légende de la Fontaine des Amours commencent à se dissocier pour nous. C'est Camões qui a lié à la poétique fontaine toute la légende d'Inès de Castro, en précisant peut-être une tradition plus ancienne où se mêlaient souvenirs et symboles, mais qui n'entre dans la littérature et dans l'immortalité qu'avec les Lusiades.

CAMÕES ANNOTÉ PAR CASTILHO, par AGOSTINHO DE CAMPOS.

CES notes inédites ont été relevées sur un exemplaire des œuvres de Camões qui appartint à António Feliciano de Castilho et furent écrites sous sa dictée par sa fille, qui lui servait de secrétaire. Elles se rapportent à Cent quinze sonnets de Camões. La désinvolte irrévérence avec laquelle ce délicat taille et tranche dans l'œuvre du grand créateur, pour l'accommoder aux besoins de sa *Bibliothèque Classique,* confère à ces notes une saveur assez piquante.

SOMMAIRE

BRANCAS FLORES, par AFRANIO PEIXOTO, Membre de l'Académie Brésilienne et de l'Académie des Sciences de Lisbonne.

LE grand écrivain brésilien, auquel les études Camoniennes doivent tant, apporte une interprétation ingénieuse et pleinement satisfaisante des « blanches fleurs » sur lesquelles ont tant discuté les exégètes des Lusiades, (stance 132 du Chant III: scène de l'assassinat d'Inès de Castro).

ÉTUDES SUR LES LECTURES PHILOSOPHIQUES DE CAMÕES, por JOAQUIM DE CARVALHO, Professeur à l'Université de Coimbra.

LE poète qui a magnifiquement paraphrasé le Psaume *Super flumina Babylonis* (Sôbolos rios que vão...) l'auteur du grandiose poème cosmologique que contient le Chant X des *Lusiades*, aurait pu écrire des poésies philosophiques. L'amour et gloire, il faut pourtant le reconnaître, ont été les deux muses de Camões. Mais son puissant génie exprime si complètement sa nation et son époque qu'il vaut la peine de recueillir à travers son œuvre, pour en préciser le sens et les coordonner, toutes les allusions qui permettent de reconstituer sa culture philosophique.

M. Joaquim de Carvalho a voulu donner ici trois échantillons d'un tel travail, traitant successivement de la théorie averroïste de la matière première chez Camões, des textes camoniens qui révèlent la lecture de Diogène Laerce, et de la question de savoir si Camões a lu le *Phédon*.

Le point de départ de la première étude est dans la XI^e^ Elégie, sur la Passion de Christ Notre Seigneur, l'un des deux poèmes récemment réimprimés à Londres par M. Edgar Prestage, et où l'éminent critique anglais voit beaucoup plus qu'une imitation des *Lamentazione sopra il corpo del Redentore del Mondo*, de Sannazar. Camões, en quelques vers, évoque la création du monde, que le Dieu increé tire « non du chaos confus, comme l'a cru la fausse théologie et le peuple obscur, qui, sur cette seule vérité, a tant erré; non des atomes légers d'Epicure; non du profond Océan, comme Thalès, mais seulement de la pensée chaste et pure. » Sannazar n'a rien fourni à Camões pour un tel passage, où

se retrouve, par contre, la doctrine du Chant X des *Lusiades*, (St. 81) S'il ne s'occupe, dans l'élégie de la Passion, que de la création des éléments, la pensée est la même: elle est, comme il fallait s'y attendre, conforme à celle de la scolastique catholique: création « ex nihilo » par la pensée divine, qui porte en elle, éternellement, les idées de toutes les choses, mais sans que ces idées soient érigées en archétypes doués d'une existence indépendante.

Aucune difficulté d'intérprétation ne se présente ni au sujet de l'atomisme ni au sujet de l'hylozoïsme de Thalès contre lesquels Camões dresse la doctrine orthodoxe. La théorie du chaos pose au contraire un problème. Dans la « fausse théologie » qui a professé cette théorie, M. Joaquim de Carvalho incline à reconnaitre certaines hérésies chrétiennes se rattachant au néo-platonisme. Mais ce n'est certes pas au *Timée*, ce n'est pas au père de la notion de chaos que Camões a songé ici. Le « peuple obscur », c'est l'Ismaélite qu'il flétrit ailleurs dans la même Élégie XI, c'est l'Islam. Et dès lors, ce vers, sur lequel Faria e Sousa et les commentateurs suivants sont restés muets, apparait comme une allusion non douteuse à l'averroïsme et à sa conception de la matière première, antérieure à toute forme. Les « erreurs » d'Averroes étaient depuis plusieurs siècles un lieu commun de la controverse philosophique.

Et cette considération suggère une réponse au moins probable à une question qui tout naturellement se pose: par quel canal Camões a-t-il connu la thèse averroïste? Les données que M. Joaquim de Carvalho a pu réunir sur l'enseignement philosophique à Coimbra vers le temps où très vraisemblablement Camões y étudiait les arts libéraux, donnent à croire que l'allusion à la doctrine du chaos est une réminiscence de l'enseignement reçu à la Faculté des Arts, à moins qu'il n'en ait dû la connaissance (hypothèse qu'on ne peut écarter a priori) à ses rapports avec le très savant botaniste Garcia da Orta.

C'est une curieuse fortune que celle du *De vitis et moribus philosophorum* de Diogène Laerce. Ce recueil, si décousu et si anecdotique qu'il soit, fut, pour les hommes de la Renaissance, une sorte de manuel d'histoire de la philosophie. A Coimbre la bibliothèque du recteur Fr. Diogo de Murça (bibliothèque dont le Catalogue nous est promis par M. Joaquim de Carvalho) en contenait un exemplaire. Un Fr. Heitor Pinto, un Jorge Ferreira de Vasconcelos le citent. Et quant à Camões, on ne peut guére douter qu'il n'ait pratiqué lui aussi le livre de Diogène Laerce. Certains passages de ses poésies lyriques sont très significatifs à cet

égard. D'abord, le poème en huitains *Sôbre o desconcerto do mundo* rapporte sur Diogène le Cynique une anecdote contée dans le *De vitis et moribus philosophorum* sous une forme et presque en des termes identiques. C'est également dans Diogène Laerce que M. Joaquim de Carvalho croit voir la source d'un autre passage relatif au Cynique et dont Storck voyait l'origine dans les *Tusculanes* de Cicéron. Toujours dans le même poème, l'allusion aux voyages de Platon vient encore de Diogène Laerce. Et dans l'ode X, ce qui est dit de l'enseignement d'Aristote a la même provenance. S'il est vrai que cette ode a été composée à Goa en 1558 (telle était l'opinion de Storck) et si la lecture récente qu'elle trahit du livre de Diogène Laerce peut être rattachée à l'amitié intellectuelle du poète avec le savant auteur des *Colloques des simples et drogues de l'Inde*, Garcia da Orta, on se trouverait peut-être en mesure de préciser certaines relations entre la vie de Camões et son œuvre.

Camões a-t-il lu le *Phédon?* Le problème que pose ici M. Joaquim de Carvalho est plus précis que celui du « platonisme », souvent attribué au poète. Que Camões ait platonisé, c'est ce dont ne permettent pas de douter certaines strophes de sa paraphrase du psaume *Super flumina Babylonis*, l'allusion à l'Idée contenue dans la première *Eglogue* et l'admiration qu'il professe pour le Philosophe divin *(Sôbre o desconcerto do mundo)*. De même, son pétrarquisme s'affirme dans l'Elégie XIII. Mais d'où vient son platonisme poétique? Les *Dialoghi d'Amore* de Léon Hébreu ont été maintes fois indiqués comme source sans que jamais aucune preuve ait été produite. Faria e Sousa, qui n'ignorait pas Léon Hébreu, ne le désigne jamais comme inspirateur des vers platoniciens de Camões. Il indique, par contre, Bembo. Il s'agit, en tout cela, d'un platonisme qui était du domaine public, et dès lors la recherche des sources est très difficile.

Les strophes du poème *Sôbolos rios que vão* (Paraphrase du psaume super flumina Babylonis), où Camões fait une très précise allusion à la théorie de la réminiscence, nous invitent à nous demander si le poète avait lu le *Phédon* de Platon. Car la réminiscence est entendue ici selon sa vraie signification platonicienne. L'image du cygne mourant, que Camões a plusieurs fois reprise dans ses vers (Elegia XIII; Canção III) n'aurait-elle pas la même origine? Cette concordance ne saurait être invoquée pour affirmer de façon décisive que Camões a lu le Phédon dans la version latine de Marsile Ficin. Mais l'hypothèse doit être retenue comme au moins vraisemblable.

MANOEL DE LYRA, L'UN DES PLUS ANCIENS IMPRIMEURS DES LUSIADES. Données nouvelles pour sa biographie, par ANTÓNIO BAIÃO, Directeur des Archives Nationales de la Torre do Tombo.

C'EST un procès d'Inquisition, intenté à la femme de Manoel de Lyra, qui a fourni les très curieux éléments de cette étude.

LA CONCEPTION COSMOLOGIQUE DANS LES « LUSIADES » par LUCIANO PEREIRA DA SILVA, Professeur à l'Université de Coimbra.

NORDENSKIÖLD a pu dire que les expéditions organisées par l'Infant Henri le Navigateur. « constituent un tournant non seulement dans l'histoire de la navigation et du commerce, mais dans celle du monde entier. » C'est dire pourquoi l'épopée nationale des « Lusiades » a une place si haute dans la littérature mondiale : elle chante l'aventure des Portugais héroïques qui ouvrirent la route aux nouvelles destinées de l'homme sur notre planète. Très lucide et très scientifique aventure, dont la sphère armillaire reste le symbole parlant dans la somptueuse décoration de l'art manuélin. Il fallait que la sphère se retrouvât au couronnement des « Lusiades », dans ces stances du Chant X où se condense toute une cosmologie.

Mais cette cosmologie est celle de Ptolémée. Quand paraît le poème de Camões, il y a près de trente ans que Copernic a publié son *De revolutionibus orbium caelestium :* déja Galilée et Kepler sont nés, qui vont, au XVII^e^ siècle, faire définitivement triompher l'hypothèse copernicienne. A ce moment solennel de l'histoire de la science, les « Lusiades » sont le testament grandiose des vingt siècles qui ont vécu de la conception géocentrique de l'Univers, la glorification des hommes à qui cette conception, graduellement perfectionnée, a suffi pour prendre possession de la Terre.

Depuis l'époque pré-socratique jusqu'à l'aurore de la Renaissance, M. Pereira da Silva suit le développement de la vieille cosmologie, pour nous montrer à leur naissance les diverses théories dont Camões se fera le suprême écho : telles la distinction aristotélicienne du monde des éléments et du monde éthéré (Lus. X, 80), et la conception de l'*empyrée*, qu'on voit apparaître chez saint Isidore de Séville, et que fixeront Bède le Vénérable et Walafrid Strabo (Lus. X, 81). L'astronomie arabe, développée à Cordoue et à Séville, transmise à l'Europe chrétienne, au XII^e^ siècle, par l'école de Tolède, aboutit, au milieu du XIII^e^, au fameux

traité *De Sphaera* de Jean de Holywood (Johannes de Sacrobosco), encore classique au temps de Camões. Pedro Nunes, en 1537, en joint la traduction portugaise à son propre *Tratado da Sphera*, qui fut sans nul doute un des livres de chevet du poète. C'est dans Sacrobosco (dont les commentateurs, Robert l'Anglais entre autres, font ressortir ici l'inspiration néo — platonicienne et augustinienne) que Camões a puisé sa vision d'une machine ronde «uniforme, parfaite», «ayant même visage de toutes parts», «qui en chacun de ses points commence et s'achève» et dont la perfection est celle du monde «archétype» à l'image duquel elle fut créée par la Science divine (Lus. X, 78, 79, 80).

La plus lointaine sphère que l'homme y puisse discerner (au-delà, il n'y a que l'immensité inintelligible de Dieu), c'est le neuvième ciel, celui du «premier mobile», qui «entraîne et meut avec lui tous les autres situés au-dessous, autour de la terre: il accomplit une révolution toutes les vingt quatre heures.» Ces lignes de Sacrobosco résument exactement la conception du mouvement diurne dans les «Lusiades» (X, 85, 86, Cf. VII, 60). Et même, si l'on consulte la version portugaise du *De Sphaera* qui précède le vénérable *Regimento do Estrolabio* d'Evora, dans le facsimile qu'en a publié M. Joaquim Bensaude, on retrouve, dans ce livre qui accompagnait les navigateurs dans leurs courses, les termes mêmes («rapto e movimento» p. 22) qui expriment dans les Lusiades (X, 86) le mouvement du premier mobile: véritable «horloge astronomique», mesure uniforme des mouvements célestes, comme le sera, dans le système de Copernic, le mouvement diurne de la Terre.

Toutefois ce n'est pas Sacrobosco, mais son plus récent adaptateur portugais, Pedro Nunes, que suit Camões lorsqu'il explique la précession des équinoxes et le mouvement des étoiles fixes. Entre le ciel du premier mobile, qui était dès lors le dixième, et le firmament des étoiles ou huitième ciel, les astronomes du treizième siècle avaient interposé un neuvième ciel nouveau. En effet, selon la science plus exacte des Tables Alphonsines, cette neuvième sphère, entraînée par le premier mobile, était animée d'un mouvement trés lent en sens contraire, autour d'un axe passant par les pôles du zodiaque: elle tournait de 1°,28′ en 200 ans. Pedro Nunes, dans une note marginale (*Tratado da Sphera.* Edition en fac-simile publiée par J. Bensaude, p. 8) reproduit ces chiffres, et ajoute: «de sorte que, naturellement parlant, c'est en 49 mille ans que s'accomplira sa révolution. Et le mouvement propre à la huitième [sphère] est celui de la trépidation, qui se fait en 7000 ans» Camões, en poète, arrondit 1°,28′ à 1°, et dit (Lus. X, 86), pour donner une idée de la len-

teur du neuvième ciel, «que tandis que Phébus, de lumière jamais avare, accomplit deux cents tours, lui fait un pas». Et dans la strophe suivante, il note le mouvement propre du firmament des étoiles fixes.

Enfin, il n'ignore pas le mouvement des planètes tel qu'il a été expliqué au quinzième siècle par Peurbach, l'un des premiers astronomes qui ait recherché le contact direct de la science hellénique. Ses *Theoricae novae planetarum* avaient été adoptées comme le complément indispensable de la *Sphaera* de Sacrobosco et, en Portugal, Pedro Nunes avait juint à sa version de ce dernier traité celle de la *Theorica do Sol e da Lua* de Peurbach. A l'intérieur du firmament sont emboitées les sept sphères de Saturne, de Jupiter, de Mars, du Soleil, de Vénus, de Mercure et de la Lune, telles que les décrit la stance 89 du Chant X des Lusiades. Mais chacun de ces mondes comporte intérieurement un excentrique, lequel, avec l'aide de l'épicycle qui s'y meut en tournant et en entrainant l'astre avec lui, permet d'expliquer les irrégularités du mouvement de chaque planète par rapport à la Terre prise pour centre du Monde: c'est ainsi que «tantôt elles s'éloignent du centre, longuement, tantôt elles sont à courte distance de la Terre» (Lus. X, 90).

En conclusion, M. Pereira da Silva, reprenant le sous-titre du monumental ouvrage entrepris par le regretté Pierre Duhem: *Le système du Monde. Histoire des doctrines cosmologiques de Platon à Copernic*, propose à qui voudrait de nouveau embrasser ces vingt siècles de Science humaine une formule un peu différente: *Histoire des théories cosmologiques du Timée aux Lusiades.* L'adopter, ce serait simplement reconnaître dans les Lusiades l'expression suprême et magnifique de la vieille cosmologie, parvenue au point où elle ne pouvait plus guère progresser utilement. Ce serait aussi rappeler que la Cosmologie de Ptolémée domine encore tout le Seizième Siècle, en dépit de Copernic, et que les navigateurs qui ont découvert la Terre se la représentaient encore comme le centre autour duquel tournaient les sphères cristallines du ciel, à l'intérieur de l'empyrée immobile, séjour de la divinité.

CAMÕES CÉLÉBRÉ EN EUROPE ET EN AMÉRIQUE

LA CHAIRE CAMÕES DE L'UNIVERSITÉ DE LISBONNE. — Le quatrième centenaire de la naissance de Camões a suscité, parmi tant d'émouvantes commémorations, un hommage durable, permanent, à la mémoire du grand poète; et, qui plus est, un hommage par quoi s'affirme

l'indissoluble unité spirituelle du Portugal et du Brésil. Sur l'initiative d'un grand Brésilien, M. Afrânio Peixoto, et grâce à la générosité d'un Portugais de Rio de Janeiro, M. Zeferino de Oliveira, la Faculté des Lettres de l'Université de Lisbonne a été dotée d'une chaire d'études camoniennes. Celle-ci a été confiée, selon le vœu commun du donateur et de la Faculté, au très savant Dr. José Maria Rodrigues, à qui l'exégèse des Lusiades doit tant de progrès décisifs.

ÉTATS-UNIS. — Parmi les fêtes célébrées en différentes villes, telles que Bristol (R. I), Waterbury, Ludlow, Providence, New Britain et Oakdale, il faut souligner la célébration de New Haven, à laquelle s'associa l'éminent romaniste H. Lang, Professeur de l'Université Yale, et le double hommage rendu au poète à Boston par l'Université Harvard et par l'Université de Boston dont l'interprète fut le savant professeur Geddes.

A Washington, le quatrième centenaire de la naissance de Camões a été marqué par la réception à l'Université Catholique d'Amérique du grand historien brésilien Manuel de Oliveira Lima, qui a choisi cette date pour faire don à l'Université de sa magnifique bibliothèque, riche de quarante mille volumes. Le recteur Shaham a éloquemment souligné ce que signifie l'inauguration, sous le signe de Camões, de l'Institut ibéro-américain de Washington.

BRÉSIL. — A l'*Académie Brésilienne.* séance commémorative marquée par un discours du Comte d'Afonso Celso et par la lecture d'un beau travail d'Afrânio Peixoto sur la Dinamene des sonnets de Camões, mystérieuse figure d'Extrême-Orient avec qui pénètre dans la littérature européenne le charme des amours exotiques, plus de trois siècles avant Loti.

A São Paulo, Conférence de M. Amadeu Amaral, sur les *Lusiades* considérés comme poème de la patrie et de la race.

Publications de la Société d'Études Camoniennes de Rio de Janeiro : — I. *Dictionnaire des Lusiades* par MM. Afrânio Peixoto et Pedro A. Pinto : — II. *La Médecine dans les Lusiades* — III. *En marge des Lusiades* — IV. *La Camonologie ou les Études Camoniennes* — V. *Les Lusiades.*

Dans la *Revista de Filologia Portuguesa,* de São Paulo, article de M. Xavier Marques sur «le roi Camões» dont le sceptre domine cette confédération spirituelle mais indissoluble que forment le Portugal et le Brésil affranchi.

La revue *América Brasileira* consacre un de ses numéros à Camões.

Enfin *LVSITANIA* publie des corrections inédites apportées par MM. Afrânio Peixoto et Pedro A. Pinto eux-mêmes à leur *Dictionnaire des Lusiades.*

ESPAGNE. — Parmi les hommages provoqués par le centenaire, en outre des fêtes officielles célébrées à Madrid et auxquelles s'associa S. M. le roi Alphonse XIII, *LUSITANIA* tient à souligner l'article envoyé par Ramiro de Maeztu à *La Prensa* de Buenos Aires; il rappelle les temps de « la commune grandeur hispanique », où il y avait pénétration mutuelle entre les littératures des deux nations péninsulaires: « Ainsi se complétaient la Castille, face au ciel, et le Portugal, tourné vers la mer. Honorons Camões en communiant dans la foi qui inspira le plus haut de ses poèmes: les hommages d'admiration et de respect qui s'adressent aux grands morts ne se perdent pas dans le vide: ils créent la substance dont l'avenir forme ses héros. »

ANGLETERRE. — Réimpression par Edgar Prestage, titulaire de la Chaire Camões de l'Université de Londres, des deux *Élégies* du poète *sur la Passion du Christ* (tirage limité de 250 exemplaires). Adresse de l'Université de Londres à la Commission portugaise du Centenaire.

FRANCE. — Fête du Grand Amphithéatre de la Sorbonne sous la présidence de M. Léon Bérard, ministre de l'Instruction publique. Discours de MM. Bérard, Martinenche, etc... Conférence de M. Eugenio de Castro, Directeur de la Faculté des Lettres de Coimbra, sur Camões amoureux. Lecture par M. Le Gentil, Professeur de Littérature Portugaise à la Sorbonne, d'une traduction de l'épisode d'Adamastor.

Camoens dans la collection *Les cent chefs d'oeuvre étrangers* (La Renaissance du Livre), avec une étude de M. Le Gentil: publication qui est, pour le public français, une révélation du grand poète et de sa signification mondiale. La critique portugaise salue, dans l'étude qui sert d'introduction au volume, une précieuse contribution à l'appréciation esthétique de Camões: en Portugal même, où les récents travaux consacrés à Camões ont été orientés surtout vers l'exégèse minutieuse des poèmes et vers leur interprétation érudite, la monographie de M. Le Gentil sera étudiée et discutée avec fruit.

SOMMAIRE

AMERIQUE ESPAGNOLE. — *A Buenos Aires*, fêtes brillantes parmi lesquelles il faut mentionner celle de l'Ateneo Hispano-Americano, marquée par une conférence de Calixto Orguela et un beau discours en espagnol du Dr. Alberto d'Oliveira, ministre de Portugal à Buenos Aires, — et le festival du théatre Cervantes, avec le concours du grand écrivain argentin Ricardo Rojas. M. Alberto d'Oliveira, reprenant la pensée de Joaquim Nabuco, que les Lusiades sont le poème de l'émigration (Camões n'a-t-il pas dit que « toute la terre est une patrie pour les forts » ?) montre dans les modernes émigrants les continuateurs de l'œuvre de découverte et de colonisation : par eux l'Espagne et le Portugal continuent à exercer leur fonction de Nations-mères. Ricardo Rojas voit dans l'unité de la communauté ibérique un thème éminemment camonien pour un hymne nouveau. Il évoque le quartier de Lisbonne qui porte le même nom que la capitale de la République Argentine, et qui doit sans donte ce nom à quelque sanctuaire de la Vierge « de los Buenos Aires » protectrice des marins. Qui sait si le pilote portugais Gonzalo de Acosta, qui guidait les conquérants espagnols à l'embouchure du Parana, ou quelque autre des portugais qui prenaient part à l'expédition, n'a pas baptisé la capitale future ? Ricardo Rojas glorifie en Camões le chantre des Ulysse qui ont affronté l'Océan et cherché non leur Ithaque, mais des terres nouvelles, le chantre des Enée qui ont fondé non des cîtés de domination impériale, mais de pacifiques asiles de concorde humaine.

Une belle étude sur Camões par Francisco Romero dans la revue *Biblos*, de Buenos Aires *A Santiago du Chili* (Août 1924) brillante commémoration du centenaire.

CAMÕES EN ALLEMAGNE. — Tel est titre d'une intéressante étude publiée dans le dernier numéro de la *Revue de Littérature Comparée* (Paris, Avril-Juin 1925) par le Professeur J. J. A. Bertrand, actuellement Directeur de l'Institut français de Barcelone, et auteur de remarquables travaux sur les lettres françaises et péninsulaires vues par les romantiques allemands. M. Bertrand retrace les progrès de l'attention accordée à Camões en Allemagne au cours du XVIII^e siècle et de la première moitié du XIX^e. Dans l'enthousiasme des romantiques pour Camões, il voit la source de tout ce courant d'études portugaises que l'on observe dans l'Allemagne du siècle dernier. « Il ne faut pas chercher ailleurs, conclut-il, l'origine des nombreuses sympathies qui se sont liées entre les savants portugais et les érudits allemands. » M. Bertrand promet

de consacrer un travail plus considérable à cet important sujet de l'influence camonienne dans les lettres allemandes.

MARGINALIA. — En Janvier dernier, le Portugal fêtait le héros des *Lusiades*, Vasco da Gama, à l'occasion du quatrième centenaire de sa mort. Quand, à Belém, du porche des Jerónimos, le Cardinal Patriarche de Lisbonne bénit la mer, le grand amiral et son chantre étaient unis dans la même gloire. Dans un beau discours, le Légat du Pape, Mgr. Tedeschini exalta la grandeur universelle des découvertes maritimes: «Quand je considère, dit-il, les limites de votre Nation, et quand je pense à ses immenses découvertes, j'ai la profonde conviction que le Portugal a reçu de Dieu la mission des anciens Patriarches, pour être chef de peuples et de nations plus nombreuses que les grains de sable de la mer».

ILUSTRATIONS

CAMÕES (Frontispice). Gravure tirée d'un ouvrage de Severim de Faria (1624). Ce portrait n'a qu'une valeur iconographique relative; du moins est-ce le plus ancien que l'on connaisse parmi ceux qui ont été exécutés en Portugal.

VASCO DE GAMA (page 158). Peinture du milieu du XVI^e siècle, atribuée au portugais Gregorio Lopes (Musée d'Art Ancien de Lisbonne).

TAPISSERIE DES INDES (page 182). Travail du XVIII^e siècle, mais qui nous transmet un dernier reflet des séries commandées aux ateliers de Flandres par les Portugais, au début du XVI^e.

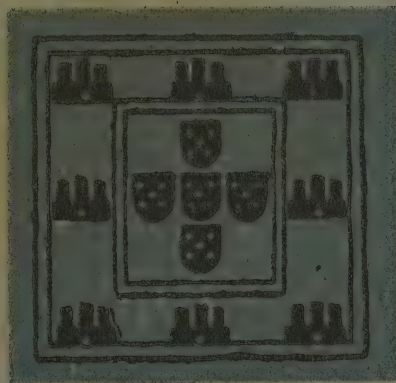
DEUX PORTRAITS DU ROI SÉBASTIEN (page 214). *a)* Gravure de A. Cook (1561) représentant le roi à l'âge de sept ans.

b) Peinture de Cristovão de Morais, datée de 1565. (Couvent de las Descalzas Reales, de Madrid).

VAISSEAUX PORTUGAIS DU RÉGNE DE D. MANUEL (pag. 262). Peinture portugaise de 1520 environ, attribuée par M. José de Figueiredo au peintre royal Gregorio Lopes, qui s'y révèle un très grand peintre de l'atmosphère marítime, prècurseur des grands maitres hollandais du XVII^e siècle. Outre sa valeur artistique, le tableau est le plus précieux document iconographique (inédit, du reste, jusqu'à ce jour) que l'on possède sur la marine du temps de D. Manuel.

UPB

LVSITANIA

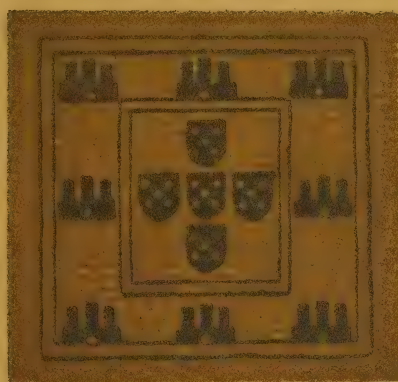
REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

LISBOA

Fasc. I (vol. II) *Setembro de 1924*

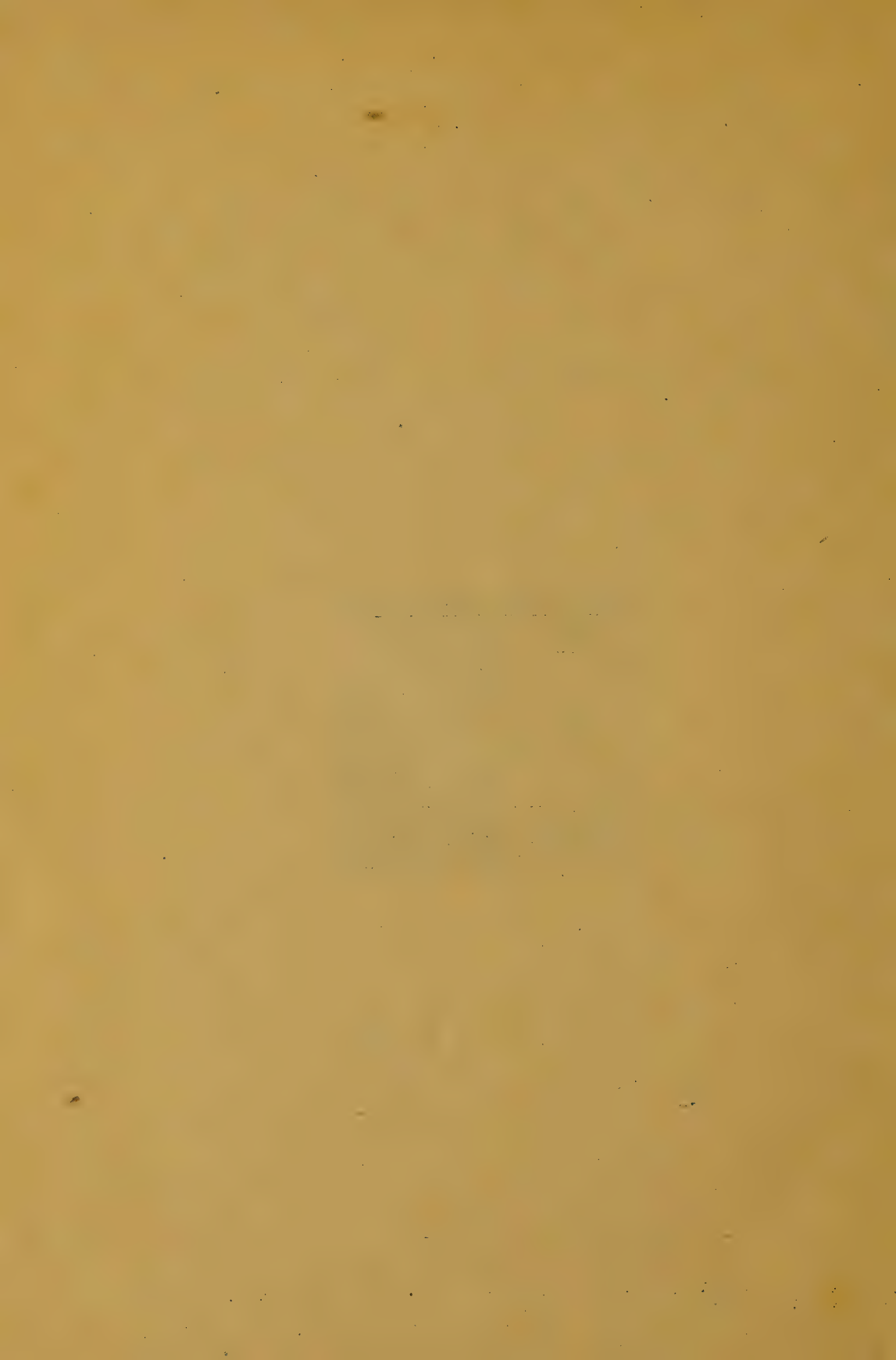
¶LVSITANIA¶
PUBLICARA

UMA CARTA INÉDITA DE CAMÕES

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

LISBOA

V e VI — 1925

FASCÍCULO CAMONIANO

DEPOSITO E ADMINISTRAÇÃO:
LIVRARIAS AILLAUD E
BERTRAND — RUA
DE GARRETT, 73
LISBOA